ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 88

Brasília - DF, quarta-feira, 10 de maio de 2017

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 13
Ministério da Educação 13
Ministério da Fazenda 24
Ministério da Integração Nacional 35
Ministério da Justiça e Segurança Pública 36
Ministério da Saúde 45
Ministério das Cidades 48
Ministério de Minas e Energia 48
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 57
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 57
Ministério do Meio Ambiente 58
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 59
Ministério do Trabalho 60
Ministério do Turismo 66
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 66
Ministério Público da União 68
Poder Judiciário 79
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 86

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 142, de 8 de maio de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5685.

Nº 143, de 8 de maio de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5686.

Nº 144, de 8 de maio de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5687.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 94, DE 3 DE MAIO DE 2017

Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles no âmbito da Imprensa Nacional e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, incisos II, IV e V do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 147, de 9 de março de 2006, alterado pela Portaria nº 446, de 26 de junho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e considerando a estratégia de governança, controle e gerenciamento de risco do Governo Federal, nos termos da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, concomitante com o Código de Conduta da Alta Administração Federal, nº 37 de 21/08/2000 resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Governança, Riscos e Controles com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos, governança e integridade no âmbito da Imprensa Nacional.

§ 1º O Comitê de Governança, Riscos e Controles será presidido pelo Diretor-Geral da Imprensa Nacional e será composto pelos titulares das seguintes Unidades:

I - Coordenação-Geral de Administração (CORAD);

II - Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação (COGED);

III - Assessoria de Controle Interno (ACI); e

IV - Chefia de Gabinete da Diretoria-Geral (DIRGE).

§ 2º Em seus impedimentos, afastamentos legais ou vacância do cargo os titulares referidos no parágrafo anterior serão representados por seus substitutos eventuais formalmente designados.

§ 3º Os membros do Comitê de Governança, Riscos e Controles não terão qualquer remuneração pela função exercida, e os trabalhos desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público, com o subsequente registro nos seus assentamentos funcionais.

Art. 2º Compete ao Comitê de Governança, Riscos e Controles, no âmbito da Imprensa Nacional:

I - incentivar e promover condutas e padrões de comportamentos alinhados às melhores práticas de ética e integridade aplicáveis ao setor público;

II - institucionalizar estruturas adequadas de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos;

III - promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos;

IV - garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;

V - promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;

VI - promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações, na forma da lei;

VII - adotar e aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;

VIII - supervisionar o mapeamento e a avaliação dos riscos-chave (riscos críticos) que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;

IX - liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no âmbito da Imprensa Nacional;

X - estabelecer limites de exposição a riscos globais do Órgão, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;

XI - aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos na estrutura organizacional para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

XII - emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos administrativos; e

XIII - monitorar e aprimorar suas próprias recomendações e deliberações.

Art. 3º As reuniões do Comitê de Governança, Riscos e Controles serão registradas em ata eletrônica e ocorrerão, em caráter ordinário, a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, por iniciativa do presidente, sendo obrigatória a presença de, pelo menos, dois de seus membros.

Parágrafo único. A pauta das reuniões incluirá a avaliação de ações em execução, deliberação quanto à necessidade e a viabilidade de implantação de novas ações, bem como sugestões pertinentes às competências do Comitê de qualquer de seus membros.

Art. 4º No desenvolvimento de suas atribuições, o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles deverá ater-se aos seguintes princípios:

I - atuar, prioritariamente, em caráter preventivo na conformidade dos controles internos administrativos da Imprensa Nacional;

II - voltar-se, permanentemente, para a correção de eventuais desvios em relação aos procedimentos e normas estabelecidos; e

III - privilegiar a definição e implantação de instrumentos auxiliares de gestão.

Art. 5º O Comitê de Governança, Riscos e Controles deverá elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno em até 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Portaria, bem como constituir Grupo de Trabalho específico, coordenado pelo titular da Assessoria de Controle Interno, com vistas ao levantamento de informações e apresentação da minuta da política de gestão de riscos da Imprensa Nacional.

Parágrafo único. O Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação de seu regimento interno, para analisar e aprovar a Política de Gestão de Riscos da Imprensa Nacional.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BERTONE

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 4 DE MAIO DE 2017

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO CEARÁ - SR(02)/CE, órgão colegiado criado de acordo com os artigos 5º e 20º da Estrutura Regimental do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, por seu Coordenador, no

uso das atribuições previstas no inciso I do artigo 13 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no diário Oficial de 01 de fevereiro do mesmo ano;

Considerando o saneamento do Processo Administrativo nº 54130.000208/2016-48, que trata do Relatório de Análise de Mercados de Terras - RAMT do Estado do Ceará (jurisdição da SR-02), com exceção do Mercado Regional de Terras do Maciço de Baturité, MRT - Maciço de Baturité, pelo fato do mesmo apresentar características de estrutura fundiária peculiares, cujos imóveis, na sua maioria, são chácaras e pequena propriedades; e

Estando cumpridos os procedimentos técnicos e legais na instrução processual, com deliberação pela aprovação do RAMT pelo Comitê de Decisão Regional - CDR, em reunião realizada em 04 de maio de 2017, conforme Ata nº 003/2017, resolve:

Art. 1º - Aprovar o RAMT do Estado do Ceará (jurisdição da SR-02), com exceção do Mercado Regional de Terras do Maciço de Baturité, MRT - Maciço de Baturité, pelo fato do mesmo apresentar características de estrutura fundiária peculiares, cujos imóveis, na sua maioria são chácaras e pequena propriedades.

Art. 2º - Esta Resolução vigorará a partir de sua publicação.

MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

PORTARIA Nº 16, DE 8 DE MAIO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE RONDÔNIA - SR/17/RO, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº. 757/2016 de 25 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de Nº 227 de 28 novembro de 2016, e pelo Art. 19 e 22, da Estrutura Regimental desta Autarquia, uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso III do Regimento Interno desta Autarquia, aprovada pelo Decreto nº. 6.812, de 03 de abril de 2009, tendo em vista a competência conferida pelo inciso IV do anexo I da Instrução Normativa INCRA/Nº. 62, de 21 de junho de 2010, e;

Considerando que em vistoria realizada na área abrangida pelo Projeto de Assentamento abaixo citado, foi constatado casos de abandono de parcelas e desistência, não atende aos critérios eliminatórios de Seleção - Norma Vigente, NE-70 e Falecimento, os seguintes beneficiários: PAF JEQUITIBA localizado no município de Candeias do Jamari/RO: FREDSON LOPES DE CARVALHO CPF Nº. 808420032-15; PA VALE ENCANTADO localizado no Município de Theobroma/RO: JOSAFÁ BORGES DA SILVA CPF Nº. 470745902-15; PA CALADINHO localizado no Município de Pimenta Bueno/RO: NILZA MATOS DOS ANJOS CPF Nº. 389262612-04; PCA FORMIGUINHA Localizado no Município de Pimenta Bueno/RO: CREUSA JERÔNIMO DA SILVA CPF Nº. 316897362-91; PA JOANA DARCK II Localizado no Município de Porto Velho/RO: MARIA ALESSANDRA FELIX CPF Nº. 576058742-00; PA CHICO MENDES II Localizado no Município de Presidente Medici/RO: JOSÉ SEVERINO MARTINS CPF Nº. 242438682-04.

RESCINDIR unilateralmente e de pleno direito, com fundamento na Lei 4.504/64 - ESTATUTO DA TERRA - Lei nº. 8.629/93, e demais Institutos que regulamentam os dispositivos constitucionais inerentes ao Programa de Reforma Agrária, todos os Contratos de Assentamentos/Termos de Compromissos celebrados entre o INCRA e os respectivos beneficiários.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERASMO TENORIO DA SILVA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-08/SP/N° 080, de 24 de novembro de 1998, publicada no DOU n° 229, de 30 de novembro de 1998, Seção I, pág. 06, que criou o P.A. PAULO FREIRE, código SIPRA Nº SP0089000, **onde se lê:**.."área de 1.295,2187 (Um Mil, Duzentos e Noventa e Cinco Hectares, Vinte e Um ares Oitenta e Sete Centiares)", **leia-se**: "1.195,2300 (Um Mil, Cento e Noventa e Cinco Hectares, Vinte e Três ares)".

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA Nº 845, DE 17 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 1597, de 03 de agosto de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 18, de 18 de Junho de 2008; e de acordo com o disposto na Instrução Normativa MPA n.º 20, de 10 de setembro de 2014, e o que consta no processo SEI n.º 21050.003464/2016-28, resolve:

Art. 1º Suspender por 60 (trinta) dias, a Autorização de Pesca da embarcação pesqueira denominada LUIZ FELIPE A, inscrita no SisRGP sob n.º SC-0003896-9, TIE n.º 443-010940-1, habilitada para a captura de Polvo (Octopus spp.), e demais espécies ocorrentes na área na região Sul (de SC ao RS), com o auxílio de potes, em razão de sanção imposta no artigo 4º, da Instrução Normativa SEAP/PR n.º 18, de 18 de Junho de 2008 e art. 12, da Instrução Normativa MPA n.º 20, de 10 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

PORTARIA Nº 861, DE 19 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 1597, de 03 de agosto de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa Interministerial nº 02. de 04 de setembro de 2006, na Instrução Normativa nº 2, de 15 de maio de 2009 e o que consta no processo eletrônico SEI nº 21044.003452/2016-82, resolve:

Art. 1º Suspender, por 60 (sessenta) dias, a Autorização de Pesca da embarcação pesqueira denominada "BRAZA", TIE: 443-009175-7, na modalidade de Linha/Vara- com isca-viva, área de atuação no mar territorial Sudeste/Sul; e Zona Econômica Exclusiva Sudeste/Sul, para captura de Atuns e afins/ Bonito-listrado (Katsuwonus pelamis), inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP sob o número RJ-0000541-6, de propriedade de José Romão Alves.

Art. 2º Que a embarcação em comento, por consequência, não mais estará amparada pelas Portarias MAPA nº 1580, de 15 de setembro de 2016 e Portaria nº 80, de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

PORTARIA Nº 1.008, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, na Portaria Interministerial MDIC-MMA-MAPA n.º 23, de 27 de abril de 2017, e o que consta do processo SEI nº 21000.014687/2017-97, resolve:

DO OBJETO

Art.1º. Estabelecer critérios e procedimentos para a concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha (Mugil liza), para a modalidade de emalhe costeiro de superfície que utilize anilhas art. 2º, III, da Portaria Interministerial MDIC-MMA-MAPA n.º 23, de 27 de abril de 2017, nas Regiões Sudeste e Sul do País, na temporada de pesca do ano de 2017.

§1º. O número máximo de autorizações para a pesca de que trata o caput será de até 62 (sessenta e duas) embarcações, conforme disposto no art. 7º da Portaria Interministerial MDIC-MMA-MAPA n.º 23/2017, respeitado o limite estabelecido no §2º deste artigo.

§2º. O esforço máximo de pesca para a frota de emalhe costeiro de superfície com utilização de anilhas a ser autorizado não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do somatório da arqueação bruta das embarcações autorizadas na safra 2016, pela Portaria Nº 8, de 13 de junho de 2016, ficando limitado à somatória de 284 AB (duzentos e oitenta e quatro), respeitado o limite estabelecido no §1º deste artigo.

§3º. Nesta Portaria serão considerados os seguintes conceitos:

I - AB: Arqueação Bruta;

II - Inscrição: Preenchimento de formulário eletrônico no período estabelecido por meio do qual os proprietários das embarcações manifestam interesse em participar do sorteio para obter Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha;

III - Habilitação: Fase da seleção em que é verificada a admissão das embarcações interessadas em obter Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha, segundo os critérios estabelecidos;

IV - Embarcação habilitada: Embarcação para a qual foi verificado o atendimento às condições da fase da habilitação e apta a participar do sorteio, fase seguinte à habilitação;

V - Classificação: Fase da seleção, após o sorteio, em que as embarcações serão relacionadas segundo a ordem sorteada;

VI - Embarcação classificada: Embarcação participante do sorteio e cuja posição será relacionada segundo a sequência em que foi sorteada dentre as demais participantes na mesma fase.

VII - Embarcação selecionada: Embarcação participante do sorteio e cuja posição esteja dentro do número limite de embarcações permitidas no art. 1º, desde que não tenham sido excluídas pelo critério estabelecido no art. 11 desta Portaria.

Art.2º. A seleção das embarcações para a concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha, na modalidade emalhe costeiro de superfície com utilização de anilhas, será realizada mediante sorteio de envelopes, observado o atendimento aos critérios de habilitação e demais disposições contidas nesta Portaria.

DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Art.3º. As embarcações para a pesca da tainha, temporada 2017, método emalhe anilhado, deverão atender aos seguintes critérios de habilitação:

I - estar devidamente autorizada na modalidade de emalhe costeiro de superfície, Litoral Sudeste/Sul, desde o ano de 2013, com Certificado de Registro deferido no Sistema SisRGP, ou amparado por Autorização Temporária de Pesca, instituída pela Instrução Normativa nº 20, de 1º de junho de 2016;

II - ter arqueação bruta menor ou igual a 10 AB.

DA INSCRIÇÃO

Art.4º. Os interessados em participar do sorteio para obter a autorização de pesca de que trata esta Portaria deverão preencher formulário eletrônico disponibilizado na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (http://www.agricultura.gov.br/assuntos/pesca-e-aquicultura), no período entre 8:00h do dia 10 de maio de 2017 até às 23:59h do dia 11 de maio de 2017.

DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO

Art.5º. As embarcações concorrentes serão avaliadas quanto ao atendimento aos critérios estabelecidos no art. 3º desta Portaria.

Art.6º. A Secretaria de Aquicultura e Pesca divulgará o resultado da avaliação da habilitação das embarcações participantes no prazo de até 1 (um) dia após o encerramento do período de inscrição, na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (http://www.agricultura.gov.br/assuntos/pesca-e-aquicultura).

Art.7º. Os proprietários de embarcações não habilitadas poderão apresentar recurso ao resultado da análise da habilitação, no prazo de 1 (um) dia útil após a sua publicação, mediante formulário eletrônico disponibilizado na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (http://www.agricultura.gov.br/assuntos/pesca-e-aquicultura), até às 23:59h do primeiro dia útil posterior à sua divulgação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art.8º. A Secretaria de Aquicultura e Pesca divulgará o resultado da avaliação dos recursos das embarcações não habilitadas no prazo de 1 (um) dia após o encerramento do período de recursos à fase de habilitação dos participantes, na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (http://www.agricultura.gov.br/assuntos/pesca-e-aquicultura).

DO SORTEIO E CLASSIFICAÇÃO

Art.9º. A seleção será feita mediante a realização de sorteio de envelopes a ser realizado no dia 17 de maio de 2017, às 10:00h, transmitido pela web no endereço https://www.facebook.com/MinAgricultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e contará somente com as embarcações habilitadas na fase anterior.

Parágrafo único. Cada embarcação habilitada terá o formulário eletrônico preenchido na fase de habilitação impresso, o qual será inserido previamente em um envelope de papel formato A5, os quais serão sorteados de forma aleatória.

Art.10. As embarcações concorrentes serão sorteadas de forma individualizada até se esgotarem os envelopes dos participantes habilitados, sendo ao final, composta classificação das embarcações participantes segundo a ordem sorteada, demonstrando a relação das embarcações participantes e sua sequência de sorteio.

Art.11. Serão consideradas as embarcações classificadas até a 62ª (sexagésima segunda) colocação, quando será verificado o somatório da arqueação bruta das embarcações contidas neste intervalo, a qual não poderá ser superior a 284 AB (duzentos e oitenta e quatro).

§1º. Caso o somatório da arqueação bruta das embarcações classificadas até a 62ª colocação seja superior ao estabelecido no caput deste artigo, será excluída a embarcação de maior arqueação bruta e adicionada a embarcação classificada na 63ª posição, e assim sucessivamente até que se alcance simultaneamente as condições estabelecidas nos parágrafos 1º e 2º do art. 1º desta Portaria.

§2º. Ao se aplicar o critério estabelecido no §1º deste artigo, havendo empate de embarcações quanto ao tamanho da arqueação bruta, prevalecerá a de menor comprimento, sendo excluída a maior.

Art.12. Concluído o sorteio, a Secretaria de Aquicultura e Pesca divulgará o resultado das embarcações sorteadas no mesmo dia do sorteio no endereço https://www.facebook.com/MinAgricultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art.13. A Secretaria de Aquicultura e Pesca divulgará, no mesmo dia do sorteio, o resultado das embarcações selecionadas, tendo por referência a ordem do sorteio, aplicados os critérios estabelecidos no art. 11 no endereço https://www.facebook.com/MinAgricultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

Art.14. Os proprietários de embarcações não selecionadas poderão apresentar recurso ao resultado do sorteio, no prazo de 1 (um) dia após a sua publicação, mediante formulário eletrônico disponibilizado na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (http://www.agricultura.gov.br/assuntos/pesca-e-aquicultura), até às 23:59h do dia útil posterior à sua divulgação.

Art.15. A Secretaria de Aquicultura e Pesca divulgará o resultado final das embarcações selecionadas para a concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha, para a modalidade de emalhe costeiro de superfície, no Diário Oficial da União, considerada a avaliação dos recursos das embarcações não selecionadas, no prazo de até 1 (um) dia após o encerramento do período de recursos à fase de sorteio.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.16º. Além dos critérios estabelecidos no art. 1º, parágrafos 1º e 2º, as embarcações selecionadas para a pesca da tainha, utilizando método de emalhe anilhado, deverão atender aos seguintes critérios, os quais serão analisados mediante vistoria in loco, a ser promovida pela Secretaria de Aquicultura e Pesca:

I - não possuir convés, casario habitável e porão, sendo admitida a existência de abrigo para os tripulantes; e

II - não utilizar caíco motorizado para cerco dos cardumes (panga), polia de força hidráulica (power block) e sonar para a localização de cardumes.

Art.17. A rede de emalhe anilhado deverá apresentar as seguintes características, as quais serão analisados mediante vistoria in loco, a ser promovida pela Secretaria de Aquicultura e Pesca:

I - corpo da rede composto por panagem confeccionada com fio monofilamento de poliamida, com malha mínima de 10 (dez) centímetros, medida tomada entre nós opostos;

II - ausência de ensacador; e

III - comprimento máximo de 800 m (oitocentos metros), medidos pela tralha superior, e altura máxima de 60 m (sessenta metros), medidos com as malhas esticadas.

Art.18. A autorização concedida sob as condições estabelecidas nesta Portaria será considerada como Autorização de Pesca Complementar para a modalidade de emalhe costeiro de superfície que utilize anilhas para captura de tainha, no litoral Sudeste e Sul.

§1º. As embarcações selecionadas sob os critérios estabelecidos nesta Portaria não poderão obter Autorização de Pesca Complementar para captura de outras espécies.

§2º. Caso a embarcação selecionada para captura de tainha na temporada 2017 desista da Autorização de Pesca Complementar, ou seja desclassificada quando da realização das vistorias previstas nos artigos 16 e 17, a autorização de pesca será cancelada.

Art.19. Os casos omissos serão analisados e decididos pela SAP/MAPA.

Art.20. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

PORTARIA Nº 1.009, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, na Portaria Interministerial MDIC-MMA-MAPA n.º 23, de 27 de abril de 2017, e o que consta do processo SEI nº 21000.014687/2017-97, resolve:

DO OBJETO

Art.1º. Estabelecer critérios e procedimentos para a concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha (Mugil liza), para a modalidade cerco art. 2º, I, da Portaria Interministerial MDIC-MMA-MAPA n.º 23, de 27 de abril de 2017, nas Regiões Sudeste e Sul do País, na temporada de pesca do ano de 2017.

§1º. O número máximo de autorizações para a pesca de que trata o caput será de até 32 (trinta e duas) embarcações, conforme disposto no art. 4º da Portaria Interministerial MDIC-MMA-MAPA n.º 23, de 27 de abril de 2017, respeitado o limite estabelecido no §2º deste artigo.

§2º. O esforço máximo de pesca para a frota de cerco a ser autorizado não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do somatório da arqueação bruta (AB) das embarcações autorizadas na safra 2016, pela Portaria Nº 8, de 13 de junho de 2016, ficando limitado à somatória de 1.188 AB (mil, cento e oitenta e oito), respeitado o limite estabelecido no §1º deste artigo.

§3º. Nesta Portaria serão considerados os seguintes conceitos:

I - AB: Arqueação Bruta;

II - Inscrição: Preenchimento de formulário eletrônico no período estabelecido por meio do qual os proprietários das embarcações manifestam interesse em participar do sorteio para obter Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha;

III - Habilitação: Fase da seleção em que é verificada a admissão das embarcações interessadas em obter Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha, segundo os critérios estabelecidos;

IV - Embarcação habilitada: Embarcação para a qual foi verificado o atendimento às condições da fase da habilitação e apta a participar do sorteio, fase seguinte à habilitação;

V - Classificação: Fase da seleção, após o sorteio, em que as embarcações serão relacionadas segundo a ordem sorteada;

VI - Embarcação classificada: Embarcação participante do sorteio e cuja posição será relacionada segundo a sequência em que foi sorteada dentre as demais participantes na mesma fase;

VII - Embarcação selecionada: Embarcação participante do sorteio e cuja posição esteja dentro do número limite de embarcações permitidas no art. 1º, desde que não tenham sido excluídas pelo critério estabelecido no art. 11 desta Portaria.

Art.2º. A seleção das embarcações para a concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha, na modalidade cerco, será realizada mediante sorteio de envelopes, observado o atendimento aos critérios de habilitação e demais disposições contidas nesta Portaria.

DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Art.3º. As embarcações para a pesca da tainha, temporada 2017, utilizando método de cerco, deverão atender aos seguintes critérios de habilitação:

I - estar devidamente autorizada para a captura de sardinha verdadeira (Sardinella brasiliensis), com Certificado de Registro deferido no Sistema SisRGP, ou amparado por Autorização Temporária de Pesca, instituída pela Instrução Normativa nº 20, de 1º de junho de 2016;

II - estar devidamente aderidas ao Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS, e com o equipamento de monitoramento remoto em funcionamento.

DA INSCRIÇÃO

Art. 4º. Os interessados em participar do sorteio para obter a autorização de pesca de que trata esta Portaria deverão preencher formulário eletrônico disponibilizado na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (http://www.agricultura.gov.br/assuntos/pesca-e-aquicultura), no período entre 8:00h do dia 15 de maio de 2017 até às 23:59h do dia 16 de maio de 2017.

DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO

Art.5º. As embarcações concorrentes serão avaliadas quanto ao atendimento aos critérios estabelecidos no art. 3º desta Portaria.

Art. 6º. A Secretaria de Aquicultura e Pesca divulgará o resultado da avaliação da habilitação das embarcações participantes no prazo de até 2 (dois) dias após o encerramento do período de inscrição, na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (http://www.agricultura.gov.br/assuntos/pesca-e-aquicultura).

Art.7º. Os proprietários de embarcações não habilitadas poderão apresentar recurso ao resultado da análise da habilitação, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a sua publicação, mediante formulário eletrônico disponibilizado na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (http://www.agricultura.gov.br/assuntos/pesca-e-aquicultura), até às 23:59h do segundo dia útil posterior à sua divulgação.

Art.8º. A Secretaria de Aquicultura e Pesca divulgará o resultado da avaliação dos recursos das embarcações não habilitadas no prazo de 1 (dia) após o encerramento do período de recursos à fase de habilitação dos participantes, na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (http://www.agricultura.gov.br/assuntos/pesca-e-aquicultura).

DO SORTEIO E CLASSIFICAÇÃO

Art.9º. A seleção será feita mediante a realização de sorteio de envelopes a ser realizado no dia 24 de maio de 2017, às 10:00h, transmitido pela web no endereço https://www.facebook.com/MinAgricultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e contará somente com as embarcações habilitadas na fase anterior.

Parágrafo único. Cada embarcação habilitada terá o formulário eletrônico preenchido na fase de habilitação impresso, o qual será inserido em um envelope de papel formato A5, os quais serão sorteados de forma aleatória.

Art.10. As embarcações concorrentes serão sorteadas de forma individualizada até se esgotarem os envelopes dos participantes habilitados, sendo ao final, composta classificação das embarcações participantes segundo a ordem sorteada, demonstrando a relação das embarcações participantes e sua sequência de sorteio.

Art. 11. Serão consideradas selecionadas as embarcações classificadas até a 32ª (trigésima segunda) colocação, quando será verificado o somatório da arqueação bruta das embarcações contidas neste intervalo, a qual não poderá ser superior a 1.188 AB (mil, cento e oitenta e oito).

§1º. Caso o somatório da arqueação bruta das embarcações classificadas até a 32ª colocação seja superior ao estabelecido no caput deste artigo, será excluída a embarcação de maior arqueação bruta e adicionada a embarcação classificada na 33ª posição, e assim sucessivamente até que se alcance simultaneamente as condições estabelecidas nos parágrafos 1º e 2º do art. 1º desta Portaria.

§2º. Ao se aplicar o critério estabelecido no §1º deste artigo, havendo empate de embarcações quanto ao tamanho da arqueação bruta, prevalecerá a de menor comprimento, sendo excluída a maior.

Art.12. Concluído o sorteio, a Secretaria de Aquicultura e Pesca divulgará o resultado das embarcações sorteadas no mesmo dia do sorteio no endereço https://www.facebook.com/MinAgricultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art.13. A Secretaria de Aquicultura e Pesca divulgará, no mesmo dia do sorteio o resultado das embarcações selecionadas, tendo por referência a ordem do sorteio, aplicados os critérios estabelecidos no art. 11 no endereço https://www.facebook.com/MinAgricultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

Art.14. Os proprietários de embarcações não selecionadas poderão apresentar recurso ao resultado do sorteio, no prazo de 1 (um) dia após a sua publicação, mediante formulário eletrônico disponibilizado na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (http://www.agricultura.gov.br/assuntos/pesca-e-aquicultura), até às 23:59h do dia posterior à sua divulgação.

Art.15. A Secretaria de Aquicultura e Pesca divulgará o resultado final das embarcações selecionadas para a concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha, para a modalidade cerco, no Diário Oficial da União, considerada a avaliação dos recursos das embarcações não selecionadas, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento do período de recursos à fase de sorteio.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.16. A autorização concedida sob as condições estabelecidas nesta Portaria será considerada como Autorização de Pesca Complementar da modalidade de cerco para captura de sardinha-verdadeira, no litoral Sudeste e Sul.

§1º. As embarcações selecionadas sob os critérios estabelecidos nesta Portaria não poderão obter Autorização de Pesca Complementar para captura de outras espécies.

§2º. Caso a embarcação selecionada para captura de tainha na temporada 2017 desista da Autorização de Pesca Complementar, será automaticamente selecionada para preencher sua vaga a embarcação melhor classificada, conforme a relação de que trata o art. 12, observado o limite estabelecido no §2º do art. 1º desta Portaria.

Art.17º. O proprietário ou armador de pesca das embarcações que vier a receber a Autorização de Pesca para captura de tainha deverá atender, para sua manutenção, às seguintes condicionantes, sob pena de cancelamento da autorização:

I - preencher corretamente e entregar os Mapas de Bordo, conforme modelo e procedimentos dispostos na Instrução Normativa MPA nº 20, de 10 de setembro de 2014;

II - fornecer dados ou amostras da produção de tainha para fins de pesquisa e monitoramento, quando solicitado;

III - manter atualizada a situação de sua embarcação junto ao Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), na forma prevista em norma específica; e

IV - atender às medidas de ordenamento definidas na Portaria Interministerial MDIC-MMA-MAPA n.º 23, de 27 de abril de 2017.

Art.18. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizará no seu sítio na internet (www.agricultura.gov.br) a relação das embarcações autorizadas para a pesca da tainha na safra de 2017.

Art.19. Os casos omissos serão analisados e decididos pela SAP/MAPA.

Art.20.Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.011, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, na Portaria Interministerial MDIC-MMA-MAPA n.º 23, de 27 de abril de 2017, e o que consta do processo SEI nº 21000.014687/2017-97, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Acompanhamento e Avaliação para a seleção de embarcações para a pesca da tainha (Mugil liza), safra 2017, em suas diversas etapas, nas modalidades cerco e emalhe costeiro de superfície que utilize anilhas, de acordo com as Portarias SAP nº 1.008 e nº 1.009, ambas de 09 de maio de 2017.

Art. 2º O Comitê de Acompanhamento e Avaliação será composto:

I - Pelo Secretário de Aquicultura e Pesca, o qual presidirá o Comitê;

II - Pelo Diretor do Departamento de Registro, Monitoramento e Controle - DRMC; e,

III - Por 2 (dois) Grupos de Apoio, compostos por 4 (quatro) servidores cada.

Art. 3º O Grupo de Apoio instituído por esta Portaria será composto por representantes da SAP, distribuídos de acordo com as etapas da seleção, abaixo detalhadas e que observarão os critérios estabelecidos nas Portarias SAP nº 1.008 e nº 1.009:

I - Análise da habilitação das embarcações inscritas na seleção:

II - Análise de recursos impetrados à fase de habilitação;

III - Realização do sorteio; e,

IV - Análise de recursos impetrados ao sorteio.

Art. 4º As etapas previstas nesta Portaria serão homologadas e aprovadas pelo Secretário de Aquicultura e Pesca e pelo Diretor do Departamento de Registro, Monitoramento e Controle.

Art. 5º - A SAP solicitará à Secretaria Executiva do MAPA a indicação de equipe de auditoria que poderá ser composta por servidores do MAPA, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC e Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Resolução Nº 4, de 5 de maio de 2017, publicada no DOU Nº 87, terça-feira, de 09/05/2017, onde se lê: Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas, Leia-se: Departamento de Sanidade Vegetal.





Ficou mais fácil conhecer o acervo de imprensa mais importante do Brasil e oitavo do mundo. A Imprensa Nacional lançou na internet a Visita Virtual ao Museu da Imprensa.

Agora, a distância, é possível conferir a riqueza de peças como o prelo em que trabalhou Machado de Assis, a réplica da primeira impressora manual que chegou ao Brasil em 1808, a bela história dos 300 anos da máquina de escrever, entre outras relíquias.

Com recursos visuais avançados, o internauta vai poder entrar no museu e ver cerca de quatrocentas peças e documentos, que registram a evolução da imprensa no Brasil, com descrições detalhadas sobre algumas delas. Essa acessibilidade estará brevemente também disponível aos portadores de necessidades especiais.

Tudo isso, a um clique do visitante no portal www.in.gov.br.

IMPRENSA NACIONAL 1808

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

PORTARIA Nº 62, DE 9 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei 8.854/1994 e o Decreto nº 8.868/2016, resolve:

Art. 1º - Fica aprovada a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão da Agência Espacial Brasileira - AEB na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO

ANEXO

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO

DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão - POLIGRI tem por finalidade estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades mínimas a serem observados e seguidos para a gestão de integridade, de riscos e de controles internos dos planos estratégicos, programas, projetos e processos da Agência Espacial Brasileira - AEB.

Art. 2º - A POLIGRI e suas eventuais normas complementares, metodologias, manuais e procedimentos aplicam-se a todos os níveis de gestão e unidades da AEB, abrangendo os gestores, servidores, prestadores de serviço, colaboradores, estagiários, consultores externos e quem, de alguma forma, desempenhe atividades nesta Autarquia, devendo também ser conhecidas e observadas pelo Conselho Superior da AEB.

Art. 3º - Para os efeitos desta Política, serão consideradas as seguintes definições:

I - Accountability (Responsabilização): conjunto de procedimentos adotados pela AEB e pelos agentes públicos que a integram para evidenciar as responsabilidades inerentes a decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho;

II - Apetite a risco: nível de risco que a AEB está disposta a aceitar;

III - Atividades de controles internos: são as políticas e os procedimentos estabelecidos para enfrentar os riscos e alcançar os objetivos da AEB;

IV - Avaliação de risco: processo de identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos da AEB e a determinação de resposta apropriada;

V - Categoria de riscos: classificação dos tipos de riscos definidos pela AEB que podem afetar o alcance de seus objetivos estratégicos, observadas as características de sua área de atuação e as particularidades do setor público;

VI - Consequência: resultado de um evento que afeta positiva ou negativamente os objetivos da AEB;

VII - Controle: qualquer medida aplicada no âmbito da AEB, para gerenciar os riscos e aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados;

VIII - Controles internos da gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável para a consecução da missão da AEB;

IX - Ética: refere-se aos princípios morais, sendo pré-requisito e suporte para a confiança pública;

X - Fraude: quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança, que não implicam o uso de ameaça de violência ou de força física;

XI - Gerenciamento de riscos: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza no alcance dos objetivos da AEB;

XII - Gestão da integridade: conjunto de medidas de prevenção de possíveis desvios na entrega dos resultados esperados pela sociedade;

XIII - Governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração da AEB, para informar, dirigir, administrar e monitorar suas atividades, com o intuito de alcançar os seus objetivos;

XIV - Governança no setor público: compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

XV - Identificação de riscos: processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas e consequências potenciais, podendo envolver dados históricos, análises teóricas, opiniões de pessoas informadas e de especialistas, e as necessidades das partes interessadas;

XVI - Impacto: efeito resultante da ocorrência do evento;

XVII - Incerteza: incapacidade de saber com antecedência a real probabilidade ou impacto de eventos futuros;

XVIII - Mensuração de risco: processo que visa a estimar a importância de um risco e calcular a probabilidade de sua ocorrência;

XIX - Método de priorização de processos: classificação de processos baseadas em avaliação qualitativa e quantitativa, visando ao estabelecimento de prazos para a realização de gerenciamento de riscos;

XX - Monitoramento: tem como objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, buscando assegurar que estes funcionem como previsto e que sejam modificados apropriadamente, de acordo com mudanças nas condições que alterem o nível de exposição a riscos;

XXI - Nível de risco: magnitude de um risco, expressa em termos da combinação de suas consequências e probabilidades de ocorrência;

XXII - Operações econômicas: operações nas quais a aquisição dos insumos necessários se dá na quantidade e qualidade adequadas, sendo entregues no lugar certo e no momento preciso, ao custo mais baixo;

XXIII - Operações eficazes: operações as quais cumprem objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, de acordo com o estabelecido no planejamento das ações;

XXIV - Operações eficientes: operações nas quais é consumido o mínimo de recursos para alcançar uma dada quantidade e qualidade de resultados, ou o máximo de resultado com uma dada qualidade e quantidade de recursos empregados;

XXV - Plano de implementação de controles de risco: documento elaborado pelo gestor para registrar e acompanhar a implementação de ações de tratamento a serem adotadas em resposta aos riscos avaliados;

XXVI - Política de gestão de riscos: declaração das intenções e diretrizes gerais da AEB relacionadas à integridade, riscos e controles;

XXVII - Probabilidade: possibilidade de ocorrência de um evento;

XXVIII - Procedimentos de controle interno da gestão: políticas e procedimentos estabelecidos e executados para mitigar os riscos que a AEB tenha optado por tratar, devendo ser distribuídos por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções, além de incluir uma gama de controles internos da gestão preventivos e detectivos, bem como a preparação prévia de planos de contingência e resposta à materialização dos riscos;

XXIX - Processo de gestão de riscos: aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas de gestão para as atividades de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, bem como de comunicação com partes interessadas em assuntos relacionados a risco;

XXX - Proprietário do risco: pessoa ou entidade com a responsabilidade e a autoridade para gerenciar o risco;

XXXI - Resposta a risco: qualquer ação adotada para lidar com risco, podendo consistir em:

a) aceitar o risco por uma escolha consciente;

b) transferir ou compartilhar o risco com a outra parte;

c) evitar o risco pela decisão de não iniciar ou descontinuar a atividade que dá origem ao risco; ou

d) mitigar o risco, diminuindo sua probabilidade de ocorrência ou minimizando suas consequências;

XXXII - Risco: possibilidade de ocorrência de um evento que venha a impactar no cumprimento dos objetivos, sendo medido em termos de impacto e de probabilidade;

XXXIII - Risco inerente: risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais ao risco que possam reduzir sua chance de ocorrência ou seu impacto;

XXXIV - Risco residual: risco a que uma organização está exposta após a implementação de ações gerenciais para o tratamento do risco;

XXXV - Riscos de imagem ou reputação do órgão: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores, em relação à capacidade da AEB em cumprir sua missão institucional;

XXXVI - Riscos financeiros ou orçamentários: eventos que podem comprometer a capacidade da AEB de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações;

XXXVII - Riscos legais: eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades da AEB;

XXXVIII - Riscos operacionais: eventos que podem comprometer as atividades da AEB, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;

XXXIX - Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal: atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e de avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização, e tendo como órgão central a Controladoria-Geral da União, as quais não se confundem com os controles internos da gestão, de responsabilidade de cada órgão e entidade do Poder Executivo federal.

XL - Tolerância ao risco: nível de variação aceitável quanto à realização dos objetivos considerando o grau, a quantidade ou o volume de risco os quais uma organização ou indivíduo está disposta a suportar; e

XLI - Tratamento de riscos: processo estipulado para dar resposta ou mitigar riscos.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 4º - As atividades de gestão de integridade, de riscos e de controles internos de gestão, bem como seus instrumentos resultantes, devem guiar-se pelos seguintes princípios:

I - adequado suporte de tecnologia da informação para apoiar os processos de integridade, riscos e a implementação dos controles internos da gestão;

II - aderência à integridade e aos valores éticos;

III - aderência dos métodos e modelos de gerenciamento de riscos às exigências legais e regulatórias;

IV - clara definição dos responsáveis pelos diversos controles internos da gestão no âmbito da AEB;

V - coerência e harmonização da estrutura de competências e responsabilidades dos diversos níveis de gestão da AEB;

VI - competência da alta administração em exercer a supervisão do desenvolvimento e do desempenho dos controles internos da gestão;

VII - compromisso da alta administração de atrair, desenvolver e reter pessoas com competências técnicas, em alinhamento com os objetivos institucionais;

VIII - definição de políticas e normas que suportem as atividades de controles internos da gestão;

IX - definição dos objetivos estratégicos que possibilitam a eficaz gestão de integridade, riscos e controles da gestão;

X - desenvolvimento e implementação de atividades de controle que contribuam para a obtenção de níveis aceitáveis de riscos;

XI - disseminação de informações necessárias ao fortalecimento da cultura e da valorização da gestão de integridade, riscos e dos controles internos da gestão;

XII - estruturação do conhecimento e das atividades em metodologias, normas, manuais e procedimentos;

XIII - gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão de forma sistemática, estruturada, oportuna e subordinada ao interesse público;

XIV - gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão suportada por níveis adequados de exposição a riscos;

XV - identificação e avaliação das mudanças internas e externas a AEB que possam afetar significativamente os controles internos da gestão;

XVI - integração e sinergia entre as diversas Instâncias de Supervisão da AEB, em todos os seus níveis, estabelecida por meio de modelos de relacionamento que considerem e compartilhem, quando possível, as competências, responsabilidades, informações e estruturas de supervisão;

XVII - integração e utilização das informações e resultados gerados pela gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão na elaboração do planejamento estratégico, na tomada de decisões e na melhoria contínua dos processos organizacionais;

XVIII - mapeamento das vulnerabilidades que impactam os objetivos, de forma que sejam adequadamente identificados os riscos a serem geridos;

XIX - realização de avaliações periódicas para verificar a eficácia da gestão de integridade, riscos e dos controles internos da gestão, comunicando o resultado aos responsáveis pela adoção de ações corretivas, inclusive a alta administração; e

XX - utilização de informações relevantes e de qualidade para apoiar o funcionamento dos processos de integridade, riscos e dos controles internos da gestão.

Art. 5º - A POLIGRI tem por objetivos:

I - dar suporte a missão, a continuidade e a sustentabilidade institucional, pela garantia razoável de atingimento dos objetivos estratégicos;

II - proporcionar a eficiência, a eficácia e a efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica dos processos de trabalho;

III - assegurar a produção informações íntegras e confiáveis à tomada de decisões, ao cumprimento de obrigações de transparência e à prestação de contas;

IV - assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e as normas internas da AEB;

V - salvaguardar e proteger bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida;

VI - possibilitar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis, tenham acesso tempestivo a informações necessárias e suficientes quanto aos riscos aos quais a AEB está exposta, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso;

VII - aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos institucionais, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e

VIII - agregar valor por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES

Seção I

Da Gestão da Integridade

Art. 6º - São diretrizes para a gestão de integridade:

I - promover a cultura ética e a integridade institucional focada nos valores e no respeito às leis e princípios da Administração Pública;

II - fortalecer a integridade institucional da AEB por meio de decisões baseadas no autoconhecimento e no diagnóstico de vulnerabilidades;

III - prover os cargos de direção e coordenação da AEB a partir da identificação de perfis com capacitação e competência, técnica e de gestão, adequada à área espacial;

IV - definir os padrões de comportamento esperados dos agentes públicos no relacionamento com cidadãos, setor privado e grupos de interesses em políticas específicas;

V - primar pela atuação transparente, disponibilizando informações à sociedade, conforme legislação vigente;

VI - fortalecer os mecanismos de comunicação com o público externo, estimulando o recebimento de insumos sobre a implementação de melhorias e a obtenção de informações sobre desvios de conduta a serem apurados; e

VII - dotar os mecanismos de preservação da integridade pública da AEB com critérios de identificação e punição dos responsáveis por possíveis desvios de conduta.

Seção II

Da Gestão de Riscos

Art. 7º - São diretrizes para a gestão de riscos:

I - sistematizar e dar suporte à gestão de riscos com base nas premissas da metodologia do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e das ISO 31000 e 31010 e, no que couber, em outras boas práticas consagradas na Administração Pública e no mercado;

II - promover a gestão de riscos de modo dinâmico, formalizando-a por meio de metodologias, normas, manuais e procedimentos;

III - implementar metodologias e ferramentas que possibilitem a obtenção de informações úteis à tomada de decisão para a consecução dos objetivos institucionais e para o gerenciamento e a manutenção dos riscos dentro de padrões definidos pelas instâncias supervisoras;

IV - medir o desempenho da gestão de riscos mediante atividades contínuas ou avaliações independentes ou a combinação de ambas;

V - desenvolver, de forma continuada, a capacitação dos agentes públicos que exercem cargo, função ou emprego na AEB, em gestão de riscos, por meio de soluções educacionais, em todos os níveis;

VI - desenvolver e implementar atividades de controle interno da gestão, considerando a avaliação de mudanças, internas e externas, que contribuam para identificação e avaliação de vulnerabilidades que impactam os objetivos institucionais; e

VII - utilizar procedimentos de controles internos da gestão proporcionais aos riscos e baseados na relação custo-benefício e na agregação de valor à instituição.

Seção III

Dos Controles Internos da Gestão

Art. 8º - São diretrizes para os controles internos da gestão:

I - integrar a implementação dos controles internos da gestão às atividades, planos, ações, políticas, sistemas, recursos e em sinergia com os agentes públicos que exercem cargo, função ou emprego na AEB, projetados para fornecer segurança razoável para a consecução dos objetivos institucionais;

II - definir e operacionalizar os controles internos da gestão, considerando os riscos internos e externos que se pretende gerenciar, tendo em vista a mitigação da ocorrência de riscos ou impactos sobre os objetivos e processos institucionais da AEB;

III - implementar os controles internos da gestão de forma efetiva e compatível com a natureza, complexidade, grau de importância e riscos dos processos de trabalho;

IV - fundamentar os controles internos da gestão no modelo de gerenciamento de riscos; e

V - criar condições, por meio de atuação proativa da alta administração, para que a implementação de procedimentos efetivos de controles internos integrem as práticas de gestão de riscos.

Parágrafo único - O modelo de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão deve estabelecer método de priorização de processos e respectivos prazos para o gerenciamento dos riscos.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS

Art. 9º - São instrumentos da POLIGRI:

I - Instâncias de Supervisão: o modelo de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão deve ser definido pelo Comitê de Gestão Estratégica;

II - Metodologia: o modelo de gestão de riscos da AEB deve ser estruturado com base Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e nas ISO 31000 e 31010 e, no que couber, em outras boas práticas consagradas na Administração Pública e no mercado, com os seguintes componentes: ambiente interno, fixação de objetivos, definição de processos, definição de métricas de esforço / desempenho, definição de níveis de qualidade de produtos / serviços, definição de escopo, definição de prazos / cronogramas, etapas e metas, definição de custos, definição, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta a riscos, atividades de controles internos, gestão da comunicação e informação, monitoramento e de boas práticas;

III - Capacitação continuada: a Política de Capacitação da AEB deve contemplar no eixo temático de Governança Pública, competências relacionadas à capacitação sobre temas afetos à gestão de integridade, riscos e controles internos;

IV - Normas, manuais e procedimentos: as normas, manuais e procedimentos formalmente definidos pelas Instâncias de Supervisão devem ser consideradas como instrumentos que suportam a gestão de integridade, riscos e controles internos; e

V - Solução tecnológica: o processo de gestão de integridade, riscos e controles internos deve ser apoiado por adequado suporte de tecnologia da informação.

CAPÍTULO V

DAS INSTÂNCIAS DE SUPERVISÃO, COMPOSIÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Seção I

Das Instâncias de Supervisão

Art. 10 - A gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão constitui disciplina fundamental da boa governança corporativa, sendo de responsabilidade do Presidente da AEB.

Art. 11 - Para assessorar o Presidente da AEB nas atividades de gestão de integridade, riscos e controles internos relativas a definição e implementação de diretrizes, políticas, normas e procedimentos, são criadas as seguintes Instâncias de Supervisão de Gestão e de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão, com as atribuições estabelecidas nesta POLIGRI:

I - Comitê de Gestão Estratégica - CGE;

II - Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da AEB - NIRC;

III - Grupos de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão das Unidades - GIRC; e

IV - Gestor de Processos de Gestão.

Parágrafo único - A Chefia de Gabinete da AEB será responsável pela elaboração de proposta de instituição e alteração de atribuições necessárias para o funcionamento das instâncias de supervisão e seus respectivos normativos.

Art. 12 - As Instâncias de Supervisão têm como função precípua apoiar e suportar os diversos níveis hierárquicos da AEB e suas unidades no objetivo de integrar as atividades de Gestão de Integridade, de Riscos e de Controles internos da Gestão aos processos e atividades organizacionais.

Seção II

Da Composição

Art. 13 - O Comitê de Gestão Estratégica - CGE é composto pelo Presidente da AEB, Diretores, Chefe de Assessoria de Cooperação Internacional e pela Chefia de Gabinete da AEB.

Art. 14 - O Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - NIRC é composto por servidores com capacitação em temas afetos à gestão de integridade, de riscos e de controles internos da gestão, vinculados à Chefia de Gabinete da Presidência, e por representantes das unidades administrativas da AEB, indicados por seus respectivos titulares.

Parágrafo único / A Chefia de Gabinete é a responsável pela assistência direta e imediata à Presidência e ao CGE, pela assessoria de controles internos da gestão da AEB e pela coordenação do NIRC.

Art. 15 - Os Grupos de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão das Unidades - GIRC são compostos, em cada unidade administrativa da AEB, pelo dirigente máximo e por servidores com capacitação nos temas afetos à gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão.

Art. 16 - O Gestor de Processos de Gestão corresponde a todo e qualquer responsável pela execução de um determinado processo de trabalho, inclusive sobre a gestão de riscos.

Seção III

Das Atribuições e Responsabilidades

Art. 17 - Compete ao Comitê de Gestão Estratégica:

I - promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento;

II - apoiar a inovação e a adoção de boas práticas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

III - garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

IV - definir o objetivo estratégico que norteia as boas práticas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

V - promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VI - promover a integração e o desenvolvimento contínuo dos agentes responsáveis pela governança, gestão da integridade, riscos e controles internos da gestão;

VII - institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de integridade, riscos e controle internos da gestão;

VIII - aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de monitoramento e comunicação para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

IX - aprovar as diretrizes de capacitação dos agentes públicos no exercício do cargo, função e emprego em gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

X - definir ações para disseminação da cultura de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XI - aprovar método de priorização de processos para a gestão de integridade, riscos e controles internos;

XII - aprovar as categorias de riscos a serem gerenciados;

XIII - estabelecer limites de exposição a riscos e níveis de conformidade;

XIV - estabelecer os limites de alçada para exposição a riscos das unidades administrativas da AEB;

XV - supervisionar os riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos e a prestação de serviços de interesse público;

XVI - supervisionar o modelo de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão da AEB, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação;

XVII - tomar decisões considerando as informações sobre gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão e assegurar que estejam disponíveis em todos os níveis;

XVIII - aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

XIX - emitir e monitorar as recomendações e orientações para o aprimoramento da governança, gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão; e

XX - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Art. 18 - Compete ao Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão:

I - propor e promover a adoção de práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento no âmbito de sua atuação;

II - estimular a inovação e a adoção de boas práticas de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

III - avaliar e orientar sobre as regulamentações, leis e códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

IV - propor, ao Comitê de Gestão Estratégica, objetivo estratégico que norteie as boas práticas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

V - estimular a adoção de práticas institucionais de responsabilização dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VI - incentivar a integração dos agentes responsáveis pela gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão, atuando como facilitador;

VII - coordenar e assessorar as unidades administrativas da AEB na implementação das metodologias e instrumentos para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

VIII - prestar orientação técnica às unidades administrativas da AEB sobre inovação e boas práticas em governança e gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

IX - assessorar o Comitê de Gestão Estratégica na proposição de objetivos estratégicos sobre governança, gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

X - elaborar e propor ao Comitê de Gestão Estratégica políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de comunicação e monitoramento para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XI - auxiliar no funcionamento das estruturas da gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão nos processos de trabalho, observadas as estratégias aprovadas pelo Comitê de Gestão Estratégica;

XII - proporcionar condições à capacitação dos agentes públicos no exercício do cargo, função e emprego em gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XIII - promover a disseminação da cultura de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XIV - orientar e emitir recomendações sobre a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XV - propor método de priorização de processos para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XVI - propor quais categorias de riscos devem ser gerenciados;

XVII - propor limites de exposição a riscos e níveis de conformidade;

XVIII - propor os limites de alçada para exposição a riscos das unidades administrativas da AEB;

XIX - dar conhecimento, ao Comitê de Gestão Estratégica, dos riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos e a prestação de serviços de interesse público;

XX - avaliar e orientar sobre os resultados de medidas de aprimoramento destinadas à correção das deficiências identificadas na gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XXI - reportar informações sobre gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão para subsidiar a tomada de decisões e assegurar que estejam disponíveis em todos os níveis; e

XXII - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Art. 19 - Compete aos Grupos de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão das Unidades:

I - assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos, das políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e institucionalização da gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

II - propor aprimoramentos em políticas, diretrizes e normas complementares para a gestão de integridade, riscos e controles internos ao Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos e Controles internos;

III - assessorar no gerenciamento de riscos dos processos de trabalho priorizados, no âmbito da unidade;

IV - aprovar o Plano de Implementação de Controles, acompanhar a implementação das ações e avaliar os resultados;

V - monitorar os riscos ao longo do tempo, de modo a permitir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com esta Política;

VI - assegurar que as informações adequadas sobre gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão estejam disponíveis em todos os níveis, no âmbito da unidade;

VII - disseminar a cultura da gestão de integridade, riscos e de controles internos da gestão;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - estimular práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento no âmbito de sua atuação;

IX - estimular e promover condições à capacitação dos agentes públicos no exercício do cargo, função e emprego em gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

X - fomentar a inovação e a adoção de boas práticas de gestão;

XI - assegurar o cumprimento das recomendações e orientações emitidas pelas Instâncias de Supervisão de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão;

XII - assegurar aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

XIII - proporcionar o cumprimento de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

XIV - assegurar a integração dos agentes responsáveis pela gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XV - promover a implementação de metodologias e instrumentos na gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão; e

XVI - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Art. 20 - Compete ao Gestor de Processos de Gestão:

I - cumprir os objetivos estratégicos, as políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e institucionalização da gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

II - gerenciar os riscos dos processos de trabalho;

III - elaborar e submeter o Plano de Implementação de Controles à aprovação dos Grupos de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão;

IV - implementar e gerenciar as ações do Plano de Implementação de Controles e avaliar os resultados;

V - monitorar os riscos ao longo do tempo, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com o modelo de gestão de riscos aprovado e com esta Política;

VI - gerar e reportar informações adequadas sobre a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão às Instâncias de Supervisão de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão;

VII - disseminar preceitos de comportamento íntegro e de cultura de gestão de riscos e controles internos da gestão;

VIII - observar a inovação e a adoção de boas práticas na gestão de integridade, riscos e controles da gestão;

IX - cumprir as recomendações e observar as orientações emitidas pelas Instâncias de Supervisão de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão;

X - adotar princípios de conduta e padrões de comportamento;

XI - cumprir as regulamentações, leis e códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

XII - cumprir as práticas institucionalizadas na prestação de contas, transparência e efetividade das informações; e

XIII - praticar outros atos de natureza técnica e administrativas necessárias ao exercício de suas responsabilidades.

Art. 21 - A responsabilidade pelo estabelecimento da estratégia e da estrutura de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão, manutenção, monitoramento e aperfeiçoamento da gestão na AEB é do Comitê de Gestão Estratégica, sem prejuízo das responsabilidades do Presidente da AEB e das demais Instâncias de Supervisão de Gestão e de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão, nos seus respectivos âmbitos de atuação.

Parágrafo único - Cabe aos demais agentes públicos que exercem cargo, função ou emprego no âmbito da AEB a responsabilidade pela operacionalização da gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão e pela identificação e comunicação de deficiências às instâncias superiores.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 - Em função da complexidade e abrangência dos temas afetos à gestão pública sob responsabilidade da AEB, a implementação desta Política será realizada de forma gradual e continuada, com prazo de conclusão de sessenta meses a contar da publicação desta Portaria.

Art. 23 - Os casos omissos ou excepcionalidades serão solucionados pelo Comitê de Gestão Estratégica.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 8.370, DE 2 DE MAIO DE 2017

PROCESSO 53500. 010585/2016-77 - Não aprovar a transferência de controle efetuada por meio da 5ª Alteração do Contrato Social da DTH FAMILY TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 09.467.811/0001-71, empresa autorizada a prestar apenas o Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), por ter sido realizada em desacordo com o disposto no § 7º do art. 37 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Nº 137 - PROCESSO 53508.000288/2017-24 - Homologar o Contrato de Interconexão Classe I entre as redes de suporte à prestação Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Local, da A.P Oliveira e Cia Informática Ltda - CONECTCOR, CNPJ nº 05.462.382/0001-99, e a Intelig Telecomunicações Ltda - Intelig, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, na modalidade Local.

ABRAÃO BALBINO E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 8 DE MAIO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequências associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado de:

Nº 8.550 - IBQ - INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A, CNPJ nº 78.391.612/0001-40.

Nº 8.552 - TADEU SERAFIM, CPF nº 487.523.479-15.

Nº 8.554 - ORION ALARMES MONITORADOS LTDA., CNPJ nº 10.665.686/0001-93.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 8.490, DE 5 DE MAIO DE 2017

Autoriza a(o) Embaixada da República do Paraguai a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, durante visita do(a) Senhor Horacio Cartes, Presidente da República do Paraguai, na(s) cidade(s) de Guarulhos/SP e São Paulo/SP, no período de 07/05/2017 a 14/05/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 8 DE MAIO DE 2017

Nº 8.533 Autoriza GIGA LINKS SERVIÇO DE AUDIO E VIDEO LTDA-ME, CNPJ nº 08.243.048/0001-32, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Saquarema/RJ, no período de 08/05/2017 a 20/05/2017.

Nº 8.545 Autoriza CHIMENTAO & DUARTE SOLUTION PROVIDERS LTDA, CNPJ nº 02.595.218/0001-61, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 09/05/2017 a 21/05/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA

ATO Nº 2, DE 8 DE MAIO DE 2017

MEMORIAL DESCRITIVO DE ARMAZÉM GERAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora no ST SGCV LOTE 16/19 SETOR B - Brasília/DF, CEP 71.215-973. Nome Fantasia CLI Centro de Distribuição Oeste. NIRE 53900316806 JCDF. CNPJ: 34.028.316/7718-86. Capital social: R$ 2.070.231.254,11 (filial não possui capital social destacado). Capacidade 100 m². Comodidade atende as necessidades de armazenagem, carga e descarga. Apresenta todas as condições de atendimento ao trabalho e higiene. Segurança área devidamente segregada (cercada), monitorada e preparada para pátio e armazenagem, controlada e monitorada por meio de câmeras estrategicamente posicionadas. Natureza das Mercadorias que se Propõe Receber em Depósito: mercadorias gerais e secas, nacionais e/ou nacionalizadas, excluindo as mercadorias estrangeiras e as mercadorias de natureza agropecuária, perigosa, inflamável ou que necessite de precaução especial. Equipamentos: paleteira elétrica, empilhadeira retrátil elétrica, balança eletrônica, máquina paletizadora e paleteira mecânica. Operações de serviço: armazenagem de posição palete e armazenagem de carga blocada no piso.

REGULAMENTO INTERNO DE ARMAZÉM GERAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora no ST SGCV LOTE 16/19 SETOR B - Brasília/DF, CEP 71.215-973. Nome Fantasia CLI Centro de Distribuição Oeste. NIRE 53900316806 - JCDF. CNPJ: 34.028.316/7718-86. ESTABELECE as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: Art. 1º. Serão recebidas em depósito, mercadorias gerais e secas, nacionais e/ou nacionalizadas, excluindo as mercadorias estrangeiras e as mercadorias de natureza agropecuária, perigosa, inflamável ou que necessite de precaução especial. Art. 2º. Recusas de mercadoria: Por falta de espaço; mercadorias de fácil deterioração; se as mercadorias vierem a prejudicar outras já armazenadas e se não vierem acompanhadas da documentação fiscal exigida em lei. Art. 3º. O armazém responderá nos exatos termos do Art.11 do Decreto Federal 1102/1903. Condições Gerais: Os seguros e as emissões de títulos serão regidos pelo Decreto Federal 1102/1903; o pessoal auxiliar, obrigações, horário de funcionamento e casos omissos serão observados pelo uso, costumes e praxe comercial de acordo com a lei vigente.

TARIFA REMUNERATÓRIA DE ARMAZÉM GERAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora no ST SGCV LOTE 16/19 SETOR B - Brasília/DF, CEP 71.215-973. Nome Fantasia CLI Centro de Distribuição Oeste. NIRE 53900316806 JCDF. CNPJ: 34.028.316/7718-86. ESTABELECE as tarifas remuneratórias da atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: Armazenagem mensal de posição palete no valor de R$ 150 mínimo de 100 posições palete; Armazenagem de carga blocada no piso no valor de R$ 120 por m² mínimo de mínimo de 1000m².

ERCOLE DA FONSECA TRAMONTANO
Chefe

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DESPACHO DO DIRETOR

Processo: Contrato C-1066/CS-601 Objeto: Serviço de atualização e manutenção do sistema MIX(Atualização e Suporte técnico).Contratada: Cia. Brasileira de Software e Serviços Ltda. Valor: R$ 45.782,40 - Parecer Jurídico LOF-010/2017. Justificativas: A justificativa do Gerente Geral de Tecnologia de Informação , assim como a declaração emitida pela ABES-Associação Brasileira das Empresas de Software, atestam que a Cia Brasileira de Software e Serviços Ltda é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar, prestar serviços de customização, manutenção, sustentação e suporte técnico em todo o território nacional ao programa para computador "Apolo Gestão Empresarial", o que afigura inviável a competição. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no art. 30 da Lei 13303/2016, reconheço a inexigibilidade de licitação referente ao processo supracitado- Fernando de Jesus Coutinho- Gerente Geral de Compras e Serviços. Em face do parecer favorável da Consultoria Jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente Geral de Compras e Serviços - Carlos Henrique Silva Seixas - Diretor Administrativo.

CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS

DIRETORIA INDUSTRIAL

DESPACHO DO DIRETOR

Processo: Contrato C-1089/DV-611. Objeto: Fornecimento parcelado de gás para solda AWS A 5.32 SG-A(Arcal-1), 1000 m3.Contratada: Air Liquide Brasil Ltda. Valor: R$ 24.900,00 - Parecer Jurídico CT-009/2017. Justificativas: conforme justificativa constante no processo de contratação, no presente caso é inviável a competição, tendo em vista que a prestação do serviço por parte da NUCLEP para a construção dos submarinos SBR3 e SBR4 envolve em suas especificações técnicas a utilização do gás em tela fabricado pela empresa Air Liquide. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no art. 30 da Lei 13303/2016, reconheço a inexigibilidade de licitação referente ao processo supracitado- Fernando de Jesus Coutinho- Gerente Geral de Compras e Serviços. Em face do parecer favorável da Consultoria Jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente Geral de Compras e Serviços - Rogério Correa Borges - Diretor Industrial.

ROGÉRIO CORREA BORGES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 4 de maio de 2017

Nº 530 - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.008549/2017-10, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV LESTE LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de TEÓFILO OTONI, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 31 (trinta e um), classe A, nos termos da Nota Técnica nº 9123/2017/SEI-MCTIC.

FABIANO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 4 de abril de 2017

Nº 388 - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência disposta na Portaria n.° 522, de 1º de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.007597/2017-91, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO JORNAL DE SERGIPE LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Aracaju - SE, utilizando o canal n.º 217 (duzentos e dezessete), classe E3, nos termos da Nota Técnica n.º 7072/2017/SEI-MCTIC.

Em 17 de abril de 2017

Nº 464 - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.061403/2016-13, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO CULTURA DE TIMBO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Timbó - SC, utilizando o canal n.º 221 (duzentos e vinte e um), classe B1, nos termos da Nota Técnica n.º 8388/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 1.421, DE 20 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.015480/2013	Rede Sanmori de Rádio e Televisão Ltda	OM	Porto Velho	RO	Multa	23.029,34	Art. 62 da Lei nº 4.117/62, por duas vezes.	Portaria DECEF n° 1421, de 20/04/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

PORTARIAS DE 24 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.000317/2013	Associação Regional de Barueri Educacional, Cultural e Comunicação Social - ARB	RADCOM	Barueri	SP	Multa	571,16	Art. 40, inciso XXII do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 2055, de 24/04/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

Art. 2º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.004871/2014	Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM	RADCOM	Juazeiro	BA	Multa	799,63	Art. 40, inciso VI do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 2079, de 24/04/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

Art. 3º Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

PORTARIAS DE 25 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 26 da Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Conhecer e dar provimento ao recurso administrativo interposto pela SM COMUNICAÇÕES LTDA.

Art. 2º Revogar a Portaria que aplicou a penalidade de multa à entidade abaixo relacionada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria Revogada	Portaria de Revogação	Embasamento da Portaria de Revogação
53000.076959/2013	SM Comunicações Ltda	FM, OM, TV	Anchieta, Pedro Canário, Pinheiros, Baixo Guandu, Cachoeiro de Itapemirim, Vila Velha/ES e Mantena/MG	ES e MG	Portaria n° 494 de 28/04/2016, DOU de 27/05/2016	Portaria DECEF n° 2077, de 25/04/2017	Portaria MC n° 112/2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.028067/2013	Fundação Semeador	TVE	Macapá	AP	Multa	3.883,92	Art. 62 da Lei nº 4.117/62, por duas vezes.	Portaria DECEF n° 1584, de 25/04/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.060531/2013	Rádio Andradina Ltda	OM	Andradina	SP	Multa	5.597,41	Art. 62 da Lei n° 4.117/62	Portaria DECEF n° 2161, de 25/04/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.004877/2014	Associação Comunitária P/ o Progresso da Cidadania de São Francisco do Conde	RADCOM	São Francisco do Conde	BA	Multa	435,37	Art. 40, inciso VI do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 2082, de 25/04/2017	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.004847/2014	Associação Movimento Comunitário Rádio Colinas FM	RADCOM	Brejo da Madre de Deus	PE	Multa	799,63	Art. 40, inciso VI do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 2112, de 25/04/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.004845/2014	Rancho Verde Vida- RVV	RADCOM	Salgueiro	PE	Multa	799,63	Art. 40, inciso VI do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 2125, de 25/04/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

Art. 2º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa e/ou advertência, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53528.001023/2014	Associação de Desenvolvimento Comunitário	RADCOM	Nova Hartz	RS	Multa	1.142,33	Art. 40, inciso XXII do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 2059, de 25/04/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53528.001325/2014	Prefeitura Municipal de Viadutos	RTV	Viadutos	SP	Advertência	-	Art. 30 do Decreto nº 5.371/2005	Portaria DECEF n° 2080, de 25/04/2017	Portaria MC n° 112/2013
53528.001321/2014	Prefeitura Municipal de Viadutos	RTV	Viadutos	SP	Advertência	-	Art. 30 do Decreto nº 5.371/2005	Portaria DECEF n° 08, de 25/04/2017	Portaria MC n° 112/2013

Art. 3º Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIAS DE 26 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.056577/2013	Associação Comunitária Transamazônica FM	RADCOM	Porto Velho	RO	Multa	456,93	Art. 40, inciso XXIX do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 2157, de 26/04/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.015503/2013	Governo do Estado de Minas Gerais - Rádio Inconfidência Ltda	OC	Belo Horizonte	MG	Multa	3.198,52	Art. 62 da Lei n° 4.117/62	Portaria DECEF n° 2140, de 26/04/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

Art. 2º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53516.005720/2013	LK Radiodifusão Ltda	OM	Curitiba	PR	Multa	14.393,33	Art. 28, Item 12, alínea "h" do Decreto nº 52.795/63	Portaria DECEF n° 2059, de 26/04/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

Art. 3º Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

PORTARIA Nº 1.984, DE 2 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entram em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53520.000169/2014	Radio Cultura AM Ltda	OM	Florianópolis	SC	Multa	7.196,67	Art. 40, inciso XXII do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 1984, de 02/05/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 1.149, DE 12 DE ABRIL DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, § 6º, inciso VI do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 53900.053618/2015-80, resolve:

Art. 1º Autorizar a Fundacao de Estudos Economicos Culturais E Historicos do Rio Grande do Sul - Feechris, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua João Aloysio Algayer, N° 1255 - Lomba Grande para a Rua Camaquã, N° 332 - Primavera, na localidade de Novo Hamburgo/RS. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização nº 1038 de 08/11/2010, publicada no D.O.U. de 12/11/2010, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 24, publicado no Diário Oficial da União de 10 de março de 2016, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53790.000282/1999.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 29°40'54"S e longitude 51°08'56"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 82-E, DE 5 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto nº, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE nº 2 de 02 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1° - Divulgar a segunda relação dos selecionados regularmente inscritos, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "Marché du Film", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE nº 2 de 02 de janeiro de 2017, item 1.2.3. conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS - 2017
MARCHÉ DU FILM

RELAÇÃO DOS SELECIONADOS APTOS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO

1	Tania Cristina Cançado Anaya
2	Gustavo Soares Steinberg

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 9 de maio de 2017

Nº 37-E - O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0179 - SINDICATO DOS METALÚRGICOS: 100 ANOS DE LUTAS
Processo: 01580.021762/2015-13
Proponente: Ginja Filmes & Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.144.873/0001-21
Valor total aprovado: de R$ 524.690,00 para R$ 379.400,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 498.455,50 para R$ 360.430,00
Banco: 001- agência: 3114-3 conta corrente: 18.677-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 656, realizada em 02/05/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

16-0627 - IRMÃO DO JOREL - 3ª TEMPORADA
Processo: 01416.006930/2016-23
Proponente: Copa Studio Produtora Audiovisual Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.551.826/0001-13
Valor total aprovado: de R$ 6.652.856,87 para R$ 6.652.856,88
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da MP nº. 2.228-1/01: de R$ 6.320.214,02 para R$ 6.320.214,03
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 656, realizada em 02/05/2017.
Prazo de captação: 31/12/2019.

15-0254 - VENTO SUDOESTE
Processo: 01580.029029/2015-47
Proponente: Sobretudo Produção Audiovisual e Artística Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.441.993/0001-90
Valor total aprovado: de R$ 1.799.450,00 para R$ 2.885.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1191-6 conta corrente: 39.347-9
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 656, realizada em 02/05/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

16-0042 - JOÃO DE DEUS - O FILME
Processo: 01580.001940/2016-71
Proponente: Lynxfilm Produções Audio-Visuais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 61.383.022/0001-72
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 8.210.526,32 para R$ 8.212.168,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001- agência: 0722-6 conta corrente: 51.044-0
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 0,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 656, realizada em 02/05/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

16-0214 - JUACAS
Processo: 01580.008758/2016-41
Proponente: Cinefilm Produções Cinematográficas Ltda-ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.193.471/0001-38
Valor total aprovado: de R$ 16.222.151,51 para R$ 12.680.947,04
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 1.500.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da MP nº. 2.228-1/01: de R$ 2.466.151,66 para R$ 602.007,41
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 656, realizada em 02/05/2017.
Prazo de captação: 31/12/2019.

16-0821 - #MECHAMADEBRUNA - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.010621/2016-58
Proponente: TV Zero Cinema Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 03.360.320/0001-40
Valor total aprovado: de R$ 7.579.310,00 para R$ 7.019.790,23
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da MP nº. 2.228-1/01: R$ 6.200.000,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 656, realizada em 02/05/2017.
Prazo de captação: 31/12/2020.

13-0130 - O PAI DA RITA
Processo: 01580.008780/2013-48
Proponente: Casa de Criação Cinema e Artes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 66.669.599/0001-69
Valor total aprovado: de R$ 3.225.209,95 para R$ 3.393.815,00

Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.313.949,45 para R$ 1.468.815,00
Banco: 001- agência: 1199-1 conta corrente: 23.925-9
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Aprovado ad referendum em 20/04/2017 e ratificado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 656, realizada em 02/05/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.
Art. 2º Aprovar o remanejamento de fontes e alterar o prazo de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.
16-0067 - TUDO POR UM POP STAR
Processo: 01580.006906/2016-92
Proponente: Panorâmica Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 05.565.485/0001-84
Valor total aprovado: R$ 6.474.006,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.996.506,57 para R$ 1.003.493,43
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.003.493,43 para R$ 1.996.506,57
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 656, realizada em 02/05/2017.
Prazo de captação: 31/12/2019.
Art. 3º Aprovar a revisão da análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.
15-0555 - ELA É O CARA!
Processo: 01580.067216/2015-29
Proponente: Camisa Listrada Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 03.987.306/0001-71
Valor total aprovado: de R$ 6.209.344,40 para R$ 6.309.344,40
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 800.000,00 para R$ 831.040,59
Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 13.263-2
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.816.040,59 para R$ 2.880.000,00
Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 13.265-9
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 656, realizada em 02/05/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.
Art. 4º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

Nº 38-E - O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:
Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.
14-0017 - AOS NOSSOS FILHOS
Processo: 01580.042776/2013-17
Proponente: JLM Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.500.952/0001-98
Valor total aprovado: de R$ 4.000.000,00 para R$ 6.029.100,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.800.000,00 para R$ 350.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 995.145,00
Banco: 001- agência: 525-8 conta corrente: 34.088-X
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.200.000,00
Banco: 001- agência: 525-8 conta corrente: 34.091-X
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 649, realizada em 21/02/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.
16-0251 - MINHA ESTUPIDEZ
Processo: 01416.000891/2016-51
Proponente: Conspiração Filmes Entretenimento 3° Milênio Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: de R$ 2.158.000,00 para R$ 2.135.490,53
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.050.000,00 para R$ 2.028.716,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 651, realizada em 15/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2019.
Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, e suas análises complementares, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.
17-0174 - O TOM DO BRASIL - ANTÔNIO CARLOS JOBIM 90 ANOS - DESENVOLVIMENTO
Processo: 01416.001100/2017-91
Proponente: INDIANA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELI ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 07.060.648/0001-00
Valor total aprovado: R$ 127.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 120.000,00
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 45.188-6
Aprovado ad referendum em 31/03/2017 e ratificado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 654, realizada em 11/04/2017.
Prazo de captação: 31/12/2020.
17-0184 - OPERAÇÃO BANQUEIRO - DESENVOLVIMENTO
Processo: 01416.001394/2017-51
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total aprovado: R$ 252.900,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 240.000,00
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 20.544-3
Aprovado ad referendum em 31/03/2017 e ratificado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 654, realizada em 11/04/2017.
Prazo de captação: 31/12/2020.
17-0185 - A FÁBULA DOS 30 - DESENVOLVIMENTO
Processo: 01416.002492/2017-13
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total aprovado: R$ 260.500,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 247.475,00
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 20.542-7
Aprovado ad referendum em 31/03/2017 e ratificado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 654, realizada em 11/04/2017.
Prazo de captação: 31/12/2020.
Art. 3º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 9 de maio de 2017

Nº 47 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:
Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.
17-0116 - VARIG - AS ASAS DO BRASIL
Processo: 01416.007869/2017-12
Proponente: NA LUPA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.936.301/0001-33
Valor total aprovado: R$ 493.450,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 468.450,00
Banco: 001- agência: 0384-0 conta corrente: 30292-9
17-0163 - DIRETAS JÁ
Processo: 01416.011135/2017-38
Proponente: RODRIGO S. PIOVEZAN-ME.
Cidade/UF: Cuiabá/ MT
CNPJ: 04.272.715/0001-54
Valor total aprovado: R$ 6.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 4042-8 conta corrente: 50023-2
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 4042-8 conta corrente: 50025-9
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 4042-8 conta corrente: 50024-0
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 4042-8 conta corrente: 50026-7
17-0175 - INVULNERÁVEL
Processo: 01416.013285/2017-86
Proponente: CAOS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 56.486.590/0001-69
Valor total aprovado: R$ 599.580,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 70.000,00
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 20543-5
17-0176 - BUGS
Processo: 01416.013272/2017-15
Proponente: TABULEIRO FILMES LTDA ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 10.663.007/0001-47
Valor total aprovado: R$ 599.943,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 269.943,00
Banco: 001- agência: 0646-7 conta corrente: 40821-2
17-0177 - SELVAGEM
Processo: 01416.013237/2017-98
Proponente: PIETÀ FILMES E PRODUÇÕES LTDA EPP.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 14.341.183/0001-13
Valor total aprovado: R$ 600.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 10.000,00
Banco: 001- agência: 1815-5 conta corrente: 34734-5
17-0178 - BICHA MORTA
Processo: 01416.013290/2017-99
Proponente: PUNTA COLORADA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 13.193.095/0001-59
Valor total aprovado: R$ 599.885,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 50.000,00
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 23653-5
17-0179 - CAVENDISH - UM CORSÁRIO NO LITORAL PAULIST
Processo: 01416.011972/2017-67
Proponente: MOSAICO FILME LTDA -ME.
Cidade/UF: São Paulo/ SP
CNPJ: 14.592.038/0001-05
Valor total aprovado: R$ 610.380,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 579.861,00
Banco: 001- agência: 1189-4 conta corrente: 51371-7
17-0180 - A ESFERA DE PRATA
Processo: 01416.011940/2017-61
Proponente: SATIRICA FILMES PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Serra / ES
CNPJ: 11.136.684/0001-70
Valor total aprovado: R$ 4.400.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.960.000,00
Banco: 001- agência: 3167-4 conta corrente: 30803-x
17-0181 - MULHERES EM QUADRO - 1ª Temporada
Processo: 01416.012359/2017-67
Proponente: NA LATA FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. - ME.
Cidade/UF: Paulista / PE
CNPJ: 10.451.783/0001-83
Valor total aprovado: R$ 675.703,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 210.000,00
Banco: 001- agência: 0007-8 conta corrente: 53185-5
17-0182 - HETERÔNIMOS
Processo: 01416.012297/2017-93
Proponente: PARANOID FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.140.814/0001-48
Valor total aprovado: R$ 3.300.080,51
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 6806-3 conta corrente: 8956-7
17-0188 - PARAIBANAS
Processo: 01416.013222/2017-20
Proponente: COMPLO PRODUCOES E OFICINAS LTDA - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.035.861/0001-17
Valor total aprovado: R$ 595.154,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 10.000,00
Banco: 001- agência: 0300-x conta corrente: 75579-6
17-0189 - BIOMIMÉTICA - DESENHADO PELA NATUREZA
Processo: 01416.013270/2017-18
Proponente: AIUÊ PRODUTORA E EDITORA LTDA - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.225.539/0001-13
Valor total aprovado: R$ 888.425,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 144.003,75
Banco: 001- agência: 4306-0 conta corrente: 14926-8
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 350.000,000
Banco: 001- agência: 4306-0 conta corrente: 14927-6
17-0190 - DIÁRIOS DA VIDA MODERNA
Processo: 01416.013400/2017-12
Proponente: H. S. LIMA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 18.088.212/0001-38
Valor total aprovado: R$ 430.500,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 64.500,00
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 23654-3
17-0191 - ROSA
Processo: 01416.013294/2017-77
Proponente: SANCHO FILMES LTDA ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.000.556/0001-02
Valor total aprovado: R$ 1.970.737,45
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 271.737,45
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 23655-1
17-0195 - CINEMA INTRUSO
Processo: 01416.013685/2017-91
Proponente: CIGANO FILMES LTDA - ME.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cidade/UF: São Pedro / SP
CNPJ: 09.005.783/0001-70
Valor total aprovado: R$ 250.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 237.500,00
Banco: 001- agência: 1189-4 conta corrente: 51372-5
17-0196 - AFONSO E MARTIM
Processo: 01416.013507/2017-61
Proponente: FILMES MAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/ SP
CNPJ: 03.435.290/0001-94
Valor total aprovado: R$ 4.993.349,51
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.743.682,03
Banco: 001- agência: 3347-2 conta corrente: 6246-4
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3347-2 conta corrente:6245-6
17-0197 - PRISIONEIROS NO LIMBO
Processo: 01416.013628/2017-11
Proponente: BLACKBIRD PRODUÇÕES FILMES E VIDEO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 13.737.984/0001-30
Valor total aprovado: R$ 352.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 161.920,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 44858-3
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 172.480,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 44859-1
17-0198 - MAMBEMBE
Processo: 01416.013698/2017-61
Proponente: ROSEIRA FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 20.519.742/0001-35
Valor total aprovado: R$ 700.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 660.000,00
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 26306-0
17-0199 - QUERIDO MUNDO
Processo: 01416.013691/2017-49
Proponente: ANANÃ PRODUÇÕES, EVENTOS E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01.473.536/0001-97
Valor total aprovado: R$ 6.889.075,37
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 944.621,60
Banco: 001- agência: 3519-x conta corrente: 23148-7
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 3519-x conta corrente: 23150-9
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 3519-x conta corrente: 23149-5
17-0201 - 45 DIAS SEM VOCÊ
Processo: 01416.013633/2017-15
Proponente: SUBSTÂNCIA FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 10.825.824/0001-54
Valor total aprovado: R$ 408.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 387.600,00
Banco: 001- agência: 0712-9 conta corrente: 72835-7
Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2020.
17-0183 - RELATOS DO FRONT
Processo: 01416.009846/2017-42
Proponente: JACQUELINE FILMES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.064.138/0001-29
Valor total aprovado: R$ 420.805,00
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00
Banco: 001- agência: 525-8 conta corrente: 34089-8
17-0192 - CORPO E ALMA
Processo: 01416.013503/2017-82
Proponente: JÁ FILMES S/S LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.152.993/0001-78
Valor total aprovado: R$ 634.903,50
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 30.000,00
Banco: 001- agência: 2962-9 conta corrente: 23145-2
17-0194 - UM CONTRA TODOS - 3ª Temporada
Processo: 01416.010812/2017-09
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: R$ 9.158.000,00
Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 7.900.000,00
Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 19876-5
17-0200 - CARTA ABERTA
Processo: 01416.012223/2017-57
Proponente: TVA2 PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.514.942/0001-62
Valor total aprovado: R$ 400.000,00
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 3100-3 conta corrente: 10052-8
Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 285, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
165091 - A descoberta de Quim Labareda
Komedi Editora e Comércio Ltda - EPP
CNPJ/CPF: 71.743.611/0001-78
Processo: 01400225554201643
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 955.114,60
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa realizar a montagem, produção e circulação da peça teatral infantil "A descoberta de Quim Labareda", como também a edição de um livro de literatura infantil do mesmo tema da peça, garantindo o acesso irrestrito à cultura para o público geral, sendo realizadas e distribuídas totalmente gratuitas em escolas da rede pública e/ou entidades carentes e/ou centros culturais.

170720 - A Pequena Sereia - O musical
IMX LIVE LTDA
CNPJ/CPF: 15.464.374/0001-35
Processo: 01400005484201790
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 9.903.600,12
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e temporada da adaptação nacional do filme (1989) homônimo da Disney e também musical da Broadway. Retrata a história da princesa Ariel, uma jovem mulher lutando para entrar encontrar seu próprio caminho. Ficará em cartaz durante 4 meses (sessões de quinta a domingo) no teatro Santander, em São Paulo com previsão de realização de 106 sessões.

170724 - Arte para todos, Dançar faz parte.
YONARA CLAUDIA RISCAROLLI
CNPJ/CPF: 035.954.179-84
Processo: 01400005497201769
Cidade: Gaúcha do Norte - MT;
Valor Aprovado: R$ 317.625,00
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Arte para todos, Dançar faz parte" foi modelado para realizar oficinas de Dança para alunas carentes, com registro videográfico completo, que será incluído no site do projeto, permitindo o amplo acesso. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional ao proporcionar a arte da dança do balé Clássico, Moderno e Contemporâneo às crianças menos favorecidas do município de Gaúcha do Norte/MT, despertando o interesse pela cultura, a criatividade e os estudos para as crianças envolvidas e às atingidas indiretamente.

170097 - Badulaque
carrapeta produçoes artísticas ltda
CNPJ/CPF: 18.520.060/0001-09
Processo: 01400001201201731
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 438.680,00
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto apresenta a temporada e circulação de um espetáculo teatral e musical voltado ao público infantil, que interage com a plateia e faz uso de diversos objetos como instrumentos musicais tornando a música acessível à todos. O Duo Badulaque faz um espetáculo que une contação de histórias, teatro e música infantil usando voz, violão, piano, percussão corporal, sapateado e instrumentos inusitados como uma lata amassada, uma saia de vinil e um copo de plástico. Cada música traz um universo diferente criado pela diversidade musical e estética. Os recursos narrativos do show estimulam a criatividade e a imaginação, envolvendo toda a família numa experiência lúdica sensacional.

164712 - Brasitália: 3ª Edição Mostra de Artes de Produtos Ítalo-brasileiros
ASSOCIACAO DE INTERCAMBIO CULTURAL ITALO-BRASILEIRA ANITA E GUISEPPE GARIBALDI
CNPJ/CPF: 03.161.879/0001-41
Processo: 01400222474201636
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.893.900,00
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a terceira edição do projeto BRASITALIA, um festival de arte e produtos representativos das culturas brasileira e italiana. Como carro-chefe a mostra de teatro terá cias brasileiras e italianas, mas o festival ainda abrange a mostra de dança, apresentações musicais e uma feira de produtos artísticos e culturais dos dois países.

170071 - Circuito das Ruas-Carnaval Fora de Época dos Blocos Descentralizados de Porto Alegre
KAIPER SOM LUZ E IMAGEM LTDA
CNPJ/CPF: 08.343.613/0001-33
Processo: 01400001085201750
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 754.700,00
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente Projeto denominado Circuito das Ruas-Carnaval Fora de Época dos Blocos Descentralizados de Porto Alegre busca organizar e fomentar o Carnaval de Blocos que atuam em Regiões Descentralizadas da Capital Gaúcha, fora do período sazonal do Festejo tradicional, bem como ainda protagonizar o fortalecimento destes Blocos, que ao longo do ano buscam de apoios e patrocínios para a realização dos seus Eventos localizados em suas comunidades. Para isso preparamos um Circuito Fora de Época na Região Central da Cidade onde desfilarão os Blocos que atuam em Regiões espalhadas pela Cidade.

164573 - Dançando no Escuro
L.A. Fortes Junior Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 10.954.864/0001-04
Processo: 01400221927201615
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.231.700,00
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto contempla a produção de montagem e temporada do espetáculo "Dançando no Escuro". É a primeira montagem mundial da adaptação do roteiro original do filme homônimo de Lars Von Trier que conta a história deSelma, uma mãe que busca desesperadamente salvar o filho da cegueira.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
163407 - Campus Cult
INSTITUTO CAMPUS PARTY
CNPJ/CPF: 10.912.323/0001-05
Processo: 01400214695201631
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.015.480,01
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: ?Campus Cult? é um projeto de artes integradas de conteúdo cultural com a proposta de programações nas áreas de artes visuais, música e audiovisual, sendo: exposições de artes (arte modding e arte geek), apresentações musicais (orquestra de câmara), elementos de design e computação gráfica (apresentação de programas e ferramentas), jogos eletrônicos (experiência educacional, apresentação) e palestras, o projeto será acessível a todo o publico sem discriminação de raça, credo ou classe social.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
170027 - Congada de Dores do Indaiá
WILLIAM ALVES MONTEIRO
CNPJ/CPF: 311.118.406-44
Processo: 01400200202201766
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado: R$ 200.250,00
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização da edição anual da Congada de Dores de Indaiá, Minas Gerais. A Congada é uma festa folclórica centenária, com origens africanas, influências ibéricas e ressignificação brasileira. Acontece em diversos estados. Em Minas Gerais, a Congada acontece no mês de outubro, em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. A celebração consiste em encenações teatrais e danças. A Congada de Dores de Indaiá acontece desde 1832 e é também conhecida como Reinado ou Reisado.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
170983 - COLEÇÃO SÃO PAULO DE TODOS
DOMINIQUE PIERRE GIRARDIN
CNPJ/CPF: 023.732.736-83
Processo: 01400007186201734
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 274.415,90
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a edição de uma coleção de 05 livretos sobre a história de monumentos, bairros e pontos históricos da cidade de São Paulo. Para cada livreto, será convidado um escritor/historiador que desenvolverá o texto do livreto específico. Serão impressos 3.000 kits de livretos.

170744 - Coleção Turminha Brava 3ª edição
CEPAR CULTURAL ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.242.168/0001-88
Processo: 01400005591201718
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 345.177,27
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se da segunda edição da Coleção Turminha Brava, composta por 8 livros infantis com histórias pro-

tagonizadas por alguns mitos do folclore brasileiro, tais: Mula sem Cabeça, Curupira, Iara, Boitatá, Boto, Lobisomem, Caipora e Saci. São histórias de ficção curiosas e divertidas que buscam dar continuidade à transmissão de nossa cultura e saberes populares que são passados de geração à geração através de uma linguagem lúdica, contribuindo assim para sua preservação.

170784 - Contando Histórias
CENTRO DA INDUSTRIA DO ESPIRITO SANTO
CNPJ/CPF: 28.160.737/0001-90
Processo: 01400005767201731
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 152.589,47
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto viabiliza a produção do livro Contando Histórias, que traz memórias, contos e "causos" de grandes personalidades que marcaram a históriacultural, social, política e histórica do Estado do Espírito Santo. Serão produzidos livros, com distribuição gratuita, para fins de composição deacervos de bibliotecas e outros acervos públicos, difundindo a cultura do Espírito Santo.

ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
170654 - 3º Guriri Jazz & Blues Festival
FABRÍCIO BUZETTI
CNPJ/CPF: 073.329.537-14
Processo: 01400005196201735
Cidade: São Mateus - ES;
Valor Aprovado: R$ 295.650,00
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção da 3ª Edição do Guriri Jazz & Blues Festival, para consolidar e levar ao conhecimento do maior número de pessoas, esse evento que já entrou para o calendário de eventos do Estado do Espírito Santo e no Circuito Mundial de Festivais de Jazz & Blues.

170324 - CD, TURNÊ DOCUMENTADA E DVD CHAMA CHUVA
WAGNER CARLOS VASCONCELOS
CNPJ/CPF: 090.131.827-20
Processo: 01400002686201780
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 650.677,80
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Wagner Vasconcelos, ou Waguinho é cofundador, em 1999, da Banda CHAMA CHUVA. Em 2000 o grupo já era uma referencia do chamado"Forró Pé de Serra" , reconhecimento este em nível nacional. Este projeto propõe agora a gravação do novo CD autoral da banda, com 12 faixas e uma turnê documentada por sete cidades do Brasil. As imagens e som captados, darão origem ao DVD do Grupo.

170342 - Circulação do Novo CD de Flávio Renegado - Outono Selvagem
Flávio de Abreu Lourenço
CNPJ/CPF: 012.438.606-77
Processo: 01400002830201788
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 252.490,00
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/08/2017
Resumo do Projeto: Divulgação do novo CD do artista Flávio Renegado, gravação em 2016, com shows de divulgação em 04 capitais brasileiras

164367 - CORES DO BRASIL
MARCO AURELIO DIAS CAMPOS 55317774772
CNPJ/CPF: 19.818.450/0001-14
Processo: 01400220892201699
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.120.710,00
Prazo de Captação: 10/05/2017 à 31/10/2017
Resumo do Projeto: O projeto "CORES DO BRASIL" tem como objetivo revelar ao grande público todas as nuances da sonoridade brasileira. Para tanto, o talentoso Compositor e Violonista Marco Campos, com convidados nacionais e internacionais, irá ministrar workshops e vivências experimentais, gratuitamente, em comunidades carentes, ONGs, escolas, faculdades e demais entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, voltadas à Educação e Cultura. Ao final deste período será realizado uma temporada do espetáculo CORES DO BRASIL, em teatro municipal ou auditório cedido, onde o grupo se apresentará revelando tudo que aprendeu sobre a diversidade da nossa cultura, em especial, sobre os ritmos brasileiros. As performances serão gratuitas e incluirão apresentação de música, dança e artes performáticas em geral. Cabe ressaltar que desde o cenário até os figurinos, tudo será resultado de trabalhos e vivências realizadas pelos professores com os alunos.

PORTARIA N° 286, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (Artigo 18)
15 10091 - Orquestrarte
Denis Muhamad Souza Cruz
CNPJ/CPF: 331.225.088-93
SP - Bragança Paulista
Período de captação: 01/01/2017 a 31/12/2017
15 9681 - Oficina de Sopro e Cordas
Rodrigo Yukio Fujikama
CNPJ/CPF: 317.004.648-92
SP - Bragança Paulista
Período de captação: 01/01/2017 a 31/12/2017

PORTARIA Nº 287, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
164475 - Gente é pra Brilhar - Plano Anual 2017
Banda Musical Lyra Mogimirana - Mogi Mirim / SP
CNPJ/CPF: 58.380.940/0001-33
Cidade: Mogi Mirim - SP;
Valor Reduzido: R$ 255.750,06
Valor total atual: R$ 2.012.427,74
164663 - Orquestra Criança Cidadã - Plano Anual de Atividades 2017
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA CIDADÃ
CNPJ/CPF: 05.994.449/0001-36
Cidade: Recife - PE;
Valor Reduzido: R$ 151.383,16
Valor total atual: R$ 3.792.443,34
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
150791 - Livro Campos dos Goytacazes - Ontem, Hoje e Amanhã
Sagre Consultoria Empresarial Ltda
CNPJ/CPF: 07.902.231/0001-30
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 2.115,00
Valor total atual: R$ 98.700,00

PORTARIA Nº 288, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 163990 - EXPOSIÇÃO MAPAS, GUIAS & PORTULANOS, publicado na portaria nº 0811/16 de 21/12/2016, no D.O.U. de 22/12/2016, para A Vastidão dos Mapas.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 289, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 4º da Instrução Normativa nº 1, de 20 de março de 2017, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no Art. 108 da Instrução Normativa nº 1, de 20 de março de 2017, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e do inciso III do Art. 106, do Art. 109 e do Art. 110 da Instrução Normativa MinC nº 1/2017, conforme anexo II.

Art. 3º - Informar que, nos termos do inciso IX do Art. 15 da Instrução Normativa MinC nº 01/2017, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 4º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do Art. 116 da Instrução Normativa MinC nº 01/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 115 da referida Instrução Normativa.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO
12-0277	SÓBRIOS	ERIKA MADER PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	Peça teatral de gênero dramático. Inédita no Brasil, de autoria do jovem e premiado dramaturgo norte-americano Adam Rapp.No elenco, Malu Mader, Otávio Muller, Bernardo Mendes e Erika Mader. Direção geral de Erika Mader, Marco André Nunes na direção de atores, Paulo César Medeiros na iluminação, Flávio Graff na cenografia e no figurino, Pedro Carneiro na direção musical e Natasha Corbelino na produção geral. Estreia no Rio de Janeiro. 32 apresentações do espetáculo.	R$ 155.000,00
03-6313	Complementação da Restauração da Igreja Santo Antônio dos Anjos da Laguna (Etapa -02)	Mitra Diocesana Tubarão/Paróquia Santo Antônio Anjos Laguna	Trata-se da complementação de uma obra de grande importância no âmbito da preservação do patrimônio histórico nacional e, em especial, do Estado de Santa Catarina. Esta complementação da restauração da Igreja de Santo Antônio dos Anjos deverá ser executada e "portas abertas", para o acompanhamento diário da população local e público em geral. Resumidamente, serão três os grandes grupos de serviço a serem executados: 1. Obra de restauração, conservação, adequação arquitetônica e construção dos sanitários externos; 2. Instalação do Museu de Arte Sacra; 3. Restauração e Conservação dos Bens Integrados (inclusive da tela Nossa Senhora da Conceição, de autoria de Victor Meirelles - 1856).	R$ 556.132,99

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11-9374	Instalação Coreográfica: Parâmetros em Movimento	Thembi Rosa Leste	Parâmetros em Movimento é um projeto de instalação coreográfica que visa aglutinar um núcleo de criadores de segmentos artísticos distintos para confluírem suas pesquisas no campo das artes digitais. A instalação utilizará arquivos de sons e imagens pré-gravados e outros gerados e processados ao vivo. A proposta é estabelecer parâmetros de relacionamentos entre movimentos, sons e imagens por meio de um dispositivo tecnológico apto a ser utilizado por dançarinos, coreógrafos e público em geral.	R$ 80.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO	VALOR A SER RESTITUÍDO AO FNC
10-6847	Frei Caneca - Memórias do Cárcere, à sombra de Graciliano Ramos	Ateliê Carlos Vergara Ltda.	Foram filmadas as implosões da demolição e fotografadas as ruínas do complexo de presídios Frei Caneca, e sobre essas imagens pretendemos construir um conjunto de trabalhos que poderão ser fruídos pelo público em um projeto expositivo e em uma publicação.	R$ 342.025,00	R$ 16.327,62
.12-9147	Amazônia - A Natureza em Destaque	José Ney Modesto Nascimento-ME	Será realizado um livro de arte voltado para a plasticidade dos trabalhos de Jair Gabriel, pintor nascido e criado na floresta Amazônica, que apresenta em suas telas toda a beleza da região por meio da técnica do pontilhismo, abusando das cores que de fato estão presentes na fauna e flora local.	R$ 253.143,99	R$ 279.280,88
10-4924	BALLET FUNDAÇÃO CULTURAL MARIA DAS DORES CAMPOS	FUNDACAO CULTURAL MARIA DAS DORES CAMPOS	O projeto desenvolve o ensino sistematizado em ballet clássico com alto padrão de qualidade, gratuitamente, para crianças e jovens matriculados na rede pública de ensino da cidade de Catalão. Oferecer a dança como meio de inclusão social, melhoria da autoestima e oportunidade de profissionalização, agregando conhecimento e contribuindo para a formação integral.	R$ 366.000,00	R$ 494.459,30
12-0985	AS BELAS TARDES	Igart Produções e Comunicações Artísticas Ltda.	4 SHOWS GRATUITOS DE MUSICA POPULAR BRASILEIRA, NA RUA, EM SAO PAULO, EM 5 SABADOS AS 16h DA TARDE. CADA SHOW SERA DE UM ARTISTA DIFERENTE.	R$ 324.000,00	R$ 437.718,07
09-6293	A História do Queijo	CELSO LUIZ GARCIA - GITEC	Produção de um livro, de natureza artística, com aproximadamente 120 (cento e vinte) páginas e 32 (trinta e duas) fotografias que registram a História do Queijo, desde a arte de sua fabricação, mitos, lendas e suas tradições.	R$ 132.229,91	R$ 191.206,37
15-1637	ACIDUM PROJECT: ASSÍDUO	GIRANDOLA COMUNICACAO E ARTE LTDA - ME	A proposta aqui apresentada é um dos trabalhos mais criativos do Acidum: a exposição - Assíduo. Das tampas abertas das cabeças de Robézio e Tereza Dequinta surgem as formas abstratas e surreais. Serão expostas 40 pinturas produzidas em molduras de madeiras e ficarão à disposição do público para visitação durante 60 dias. As figuras serão desenhadas no próprio espaço cultural dos correios em um período de 10 dias, onde já ficará aberto ao público.	R$ 100.000,00	R$ 101.865,32
11-10105	Ballet de Londrina- montagem 2012	Fundação Cultura Artística de Londrina	Produção, estreia e circulação de um espetáculo de dança contemporânea a ser apresentado por integrantes da Cia Ballet de Londrina. Haverá um total 22 apresentações nas cidades de Londrina, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Joinville, Castro e Jaraguá do Sul. Juntamente com a nova montagem deverá ser apresentada mais uma coreografia do repertório da Cia	R$ 89.879,19	R$ 121.425,14
08-10045	Bola Preta	E.C. MARINS EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS	Montagem do espetáculo teatral "Bola Preta" onde é abordado o conflito entre o ator e o personagem. Estreia prevista para agosto de 2009	R$ 150.000,00	R$ 216.902,18

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 647/GC4, DE 8 DE MAIO DE 2017

Delega competência em atos administrativos para a prática de demolição de benfeitorias jurisdicionadas ao Comando da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o art. 1º da Lei nº 4.804, de 20 de outubro de 1965, os incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009; os art. 10, 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e considerando no que consta do Processo nº 67210.000096/2016-96, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor de Engenharia da Aeronáutica em atos administrativos para a prática de demolição de benfeitorias jurisdicionadas ao Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS
II COMANDO AÉREO REGIONAL
BASE AÉREA DE NATAL
GRUPAMENTO DE APOIO DE NATAL

PORTARIA GAP-NT Nº 60/GAP-NT_ARC, DE 2 DE MAIO DE 2017

Aprova sanção administrativa à empresa MEDICAL FARMA HOSPITALAR LTDA - ME, CNPJ 03.319.496/0001-59.

O ORDENADOR DE DESPESAS DO GRUPAMENTO DE APOIO DE NATAL tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 67222.026743/2016-41, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa a penalidade de ADVERTÊNCIA, após o PAAI em que foi propiciada a mais ampla defesa e observado o contraditório em todas as etapas, por não instalar em tempo hábil o equipamento novo objeto do Contrato nº 009/BANT/2016, conforme a Cláusula 4ª, da Forma de Prestação dos serviços, no item 4.1.1, sem justificativas que possam excluir sua culpabilidade, mediante o reconhecimento da ocorrência de falta leve, por se enquadrar na Cláusula 10, das Obrigações da Contratada, item 10.31 e, descumprir a Cláusula 14, das Sanções Administrativas, nos itens 14.1.1, 14.2 e 14.2.1, do Contrato de despesas nº 009/BANT/2016, PAG 67222.004655/2016-99, como também, o art. 87, inciso I, da lei nº 8.666/93, e Portaria nº 1527/GC6, item 8.1.17, de 12 de setembro de 2014, do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS JOSÉ RODRIGUES Ten Cel Int

COMANDO DO EXÉRCITO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

PORTARIA Nº 24-SEF, DE 3 DE MAIO DE 2017

Cassa a autonomia administrativa do Hospital de Guarnição de Santa Maria e concede autonomia administrativa ao Hospital Geral de Santa Maria.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pela letra h), do inciso X, do artigo 1º, da Portaria nº 102, de 10 de fevereiro de 2017, do Comandante do Exército, resolve:

Art. 1º Cassar, a contar de 30 de abril de 2017, a autonomia administrativa do Hospital de Guarnição de Santa Maria (H Gu Santa Maria), CODOM 06140-8, com sede na cidade de Santa Maria-RS, por motivo de mudança de denominação para Hospital Geral de Santa Maria (H Ge Santa Maria).

Art. 2º Conceder autonomia administrativa, a contar de 1º de maio de 2017, ao Hospital Geral de Santa Maria (H Ge Santa Maria), CODOM 06141-6, com sede na cidade de Santa Maria-RS.

Art. 3º Determinar às organizações militares diretamente subordinadas à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex ANTÔNIO HAMILTON MARTINS MOURÃO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 9 de maio de 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 142/2011, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso e, por falta de fundamento, no mérito, negou-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho nº 24/2010, da Secretaria de Educação Superior - SESu, com o fim de descredenciar a Clínica Integrada de Odontologia Sociedade Civil Ltda., com sede na Rua Itália Pontelo nº 30, Chácara Paiva, município de Sete Lagoas, estado de Minas Gerais, para a oferta de pós-graduação lato sensu; de vedar a Faculdade Sarandi, redenominada CIODONTO, de oferecer tais cursos em convênio com aquela clínica; e de manter o disposto no Parecer CNE/CES nº 262/2007, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, de somente reconhecer o direito à conclusão de tais cursos na área de Odontologia oferecidos pela Clínica no município de sua sede e fora dele, para os alunos ingressados até a data de aprovação do Parecer pela Câmara de Educação Superior, isto é, 6 de dezembro de 2007, conforme consta do processo nº 23000.030293/2007-30.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 850/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, desfavorável à convalidação de estudos e à validação nacional do título obtido pela estudante Priscilla Lopes Bruno, brasileira, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 17.819.327-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 168.766.508-71, no curso de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado em Turismo Ambiental e Cultural, ministrado pelo extinto Centro Universitário Ibero-Americano - Unibero, mantido pelo Centro Hispano-Brasileiro de Cultura Ltda., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, conforme consta do Processo nº 23001.000181/2014-73.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 880/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto por Benedito Albuquerque da Silva, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo as decisões da Universidade de Brasília - UnB e da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, que indeferiram o pedido de reconhecimento do diploma de doutorado em Contabilidade, expedido pela Universidad Nacional de Rosário, na Argentina, em favor do recorrente, conforme consta do Processo nº 23001.000551/2016-34.

MENDONÇA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COLÉGIO PEDRO II

PORTARIA Nº 1.309 DE 8 DE MAIO DE 2017

O REITOR DO COLÉGIO PEDRO II, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado, destinado ao Cadastramento de Professores, de acordo com a Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993, com redação dada pelas Leis nº 9.849 de 26 de outubro de 1999, e nº 10.667 de 14 de maio de 2003, nas disciplinas abaixo discriminadas, na forma do Edital nº 03 de 30 de janeiro de 2017.

DANÇA		
Classif.	Nome do Candidato	Total
1	TULANI PEREIRA DA SILVA	221,00
2	ÉRICA VIVIANE BIANNA DOS REIS	209,00
3	ALINE DE OLIVEIRA BERNARDI	193,00
4	SUELI CRISTINA FREIRE GUERRA MAIO	190,00
5	ANDREA JABOR HUGUENEY	188,00
6	RAFAELA FERNANDES REIS DE FREITAS	188,00
7	LUCIANA REGINA GUEDES DO AMARAL	185,00
8	CAROLINE ABREU DOS SANTOS DIAS	180,00
9	JULIANA CECILIO CERQUEIRA	180,00
10	THAIS VENTURA PEREIRA	177,00
11	ANA JULIETA LUSTOSA VITAL	176,00
12	FERNANDO NICOLINI	170,00
13	ANNA CECÍLIA DE OLIVEIRA SILVA	170,00
14	POEMA DE ABREU CORRÊA LEITE	167,00
15	MÉRCIA AGUIAR CAVALCANTE DE OLIVEIRA	166,00
16	MARILIA DA SILVA FERNANDES	163,00
17	LAURA VAINER DE ALBUQUERQUE	160,00
18	ANGÉLICA FREITAS DE OLIVEIRA	155,00
19	LUIZA NEVES VICTORIO	155,00
20	LAÍS CASTRO DOS SANTOS	155,00
21	NATALIA DE FRANCO TRIGO	153,00

TEATRO		
Classif.	Nome do Candidato	Total
1	MARCELA LEITE FERNANDES	223,00
2	JULIANA SOUZA DO REGO	220,00
3	SÉRGIO ROBERTO DOS PASSOS TELLES	206,00
4	DANIELLA D`ANDREA CORBO	205,00
5	RODRIGO BARBOSA MACHADO	201,00
6	CAROLINA ALMEIDA GOMES	192,00
7	CAMILA ROSA	189,00
8	LEONARDO DA SILVA AFFONSO BASTOS	186,00
9	HELENA BORSCHIVER DE MEDEIROS	186,00
10	CAROLINE FRANKLIN OLIVEIRA	180,00
11	RENATA MACEDO DOMINGOS FERREIRA	179,00
12	JANAINA MENESES DE MOURA	172,00
13	BÁRBARA JORDÃO	160,00
14	MARIA SILVA	155,00
15	CAMILA KOSCHDOSKI	145,00
16	NATALIA CANEDO CARVALHO	140,00

OSCAR HALAC

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA PARCIAL DE PARECERES
Reunião ordinária dos dias 3, 4, 5 e 6 de abril/2017

Processo: 23001.000977/2016-98 Parecer: CNE/CES 147/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Ministério da Defesa - Brasília/DF Assunto: Inserção da Defesa no rol das ciências estudadas no Brasil Voto do relator: Conheço da demanda para, no mérito, votar favoravelmente à inclusão da Defesa como área de conhecimento no rol das ciências estudadas no Brasil Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201415752 Parecer: CNE/CES 148/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Administradora Educacional Novo Ateneu S/S Ltda. - Curitiba/PR Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Curitiba, com sede no município de Curitiba, estado do Paraná, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba), para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade a distância, com sede na Rua Chile, nº 1.678, Prédio, bairro Rebouças, município de Curitiba, estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201405070 Parecer: CNE/CES 149/2017 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S.A. - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Bom Jesus da Lapa, a ser instalada no município de Bom Jesus da Lapa, estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras de Bom Jesus da Lapa, localizada na Primeira Travessa do Aeroporto, nº 28, bairro Consolação, município de Bom Jesus da Lapa, estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º , do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia Mecânica, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, todos bacharelados, com números de vagas totais anuais autorizadas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201415910 Parecer: CNE/CES 150/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessado: Instituto Superior em Ciências da Saúde Ltda. - Montes Claros/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade de Odontologia do Norte de Minas (Facionorte), a ser instalada no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Odontologia do Norte de Minas (Facionorte), a ser instalada na Rua Doutor Walter Ferreira Barreto, nº 144, Complemento 249 até 250, bairro Ibituruna, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da autorização para oferta do curso superior de Odontologia, bacharelado, com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201415683 Parecer: CNE/CES 151/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. - Boa Vista/RR Assunto: Credenciamento da Faculdade Estácio de Bauru, a ser instalada no município de Bauru, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Estácio de Bauru, a ser instalada na Rua Professor Alberto Brandão de Rezende 25, nº 1-126, quadra 1, lotes F, G e H, bairro Jardim Amália, município de Bauru, estado de São Paulo, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da autorização para oferta dos cursos superiores de graduação em Administração, bacharelado; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; Ciências Contábeis, bacharelado; Logística, tecnológico, e Marketing, tecnológico, com número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201355400 Parecer: CNE/CES 152/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Empreendimento Educacional Maracanaú Ltda. - Fortaleza/CE Assunto: Credenciamento da Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, com sede no município de Fortaleza, estado do Ceará, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Conselheiro Estelita, nº 500, Centro, no município de Fortaleza, no estado do Ceará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e nos seguintes polos de apoio presencial: a) Avenida Senador Almir Pinto, nº 8.885, bairro Jaçanaú, município de Maracanaú, estado do Ceará, b) BR 230, Km 14, bairro Cabedelo, município de Cabedelo, estado da Paraíba, a partir do funcionamento dos cursos superiores de Pedagogia, licenciatura; Ciências Biológicas, licenciatura; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; e Ciências Contábeis, bacharelado, com o número de vagas totais anuais fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201305417 Parecer: CNE/CES 153/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Associação Educacional Paschoal Dantas - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Paschoal Dantas (FPD), com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade Paschoal Dantas (FPD), com sede na Avenida Afonso de Sampaio e Sousa, nº 495, bairro Parque do Carmo, município de São Paulo, estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, bem como ao pedido de autorização dos cursos de Administração, Pedagogia e Teologia, por não atender ao disposto no artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 5.773/2006 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201403187 Parecer: CNE/CES 154/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Empresa Capixaba da Serra de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda. - Serra/ES Assunto: Credenciamento da Faculdade Capixaba da Serra - Multivix Serra, com sede no município de Serra, no estado do Espírito Santo, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Capixaba da Serra - Multivix Serra, com sede no município de Serra, no estado do Espírito Santo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, e nos seguintes polos de apoio presencial: Rua Professor Lobo, nº 626, lado par, bairro Centro, município de Aracruz, estado do Espírito Santo; Rua Moreira, nº 23, bairro Independência, município de Cachoeiro de Itapemirim, estado do Espírito Santo; Avenida Antônio Peixoto, s/n, 6º andar, bairro Vera Cruz, município de Cariacica, estado do Espírito Santo; Avenida Nicanor Marques, nº 245, bairro Centro, município de Castelo, estado do Espírito Santo; Rodovia BR 101, Km 719,5, bairro Centro, município de Eunápolis, estado da Bahia; Rua José Alves, nº 301, bairro Goiabeiras, município de Vitória, estado do Espírito Santo; Rua Barão do Rio Branco, nº 120, bairro Colina de Laranjeiras, município de Serra, estado do Espírito Santo; Rua Jacobina, nº 165, bairro São Francisco, município de Nova Venécia, estado do Espírito Santo; Rodovia Othovarino Duarte Santos, s/n, bairro Residencial Park Washington, município de São Mateus, estado do Espírito Santo; Rua Um, nº 150, bairro Sir, município de Governador Valadares, estado de Minas Gerais; Rua Santana do Lapó, nº 233, bairro Muquiçaba, município de Guarapari, estado do Espírito Santo; Avenida Aziz Maron, nº 1.017, bairro Jardim Vitória, município de Itabuna, estado da Bahia; Rua Paulino Viguini, nº 529, bairro Nossa Senhora da Conceição, município de Linhares, estado do Espírito Santo; Avenida Bahia, s/n, Arco com a Rua do Telégrafo, bairro Mundiá, município de Porto Seguro, estado da Bahia; Avenida das Nações, nº 41, bairro Monte Castelo, município de Teixeira de Freitas, estado da Bahia; Rua das Paineiras, nº 26, bairro Vila Betânea, município de Venda Nova do Imigrante, estado do Espírito Santo; Rua Cabo Aylson Simões, nº 1.170, 3º andar, bairro Centro, município de Vila Velha, estado do Espírito Santo, a partir da oferta dos cursos de Administração, bacharelado; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201502498 Parecer: CNE/CES 155/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Instituição Sinodal de Assistência Educação e Cultura - São Leopoldo/RS Assunto: Credenciamento das Faculdades EST, com sede no município de São Leopoldo, estado do Rio Grande do Sul, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdades EST, para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância, com sede na Rua Amadeo Rossi, nº 467, bairro Morro do Espelho, município de São Leopoldo, estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507747 Parecer: CNE/CES 156/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Fundação Educacional de Brusque - Brusque/SC Assunto: Credenciamento do Centro Universitário de Brusque, com sede no município de Brusque, estado de Santa Catarina, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário de Brusque (Unifebe), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Dorval Luz, nº 123, bairro Santa Terezinha, município de Brusque, estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, a partir da oferta do curso superior de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201210607 Parecer: CNE/CES 157/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Centro de Ensino Superior de Presidente Prudente (Cespp) - Presidente Prudente/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade de Dracena (FAD), a ser instalada no município de Dracena, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Dracena (FAD), a ser instalada na Avenida Expedicionário, nº 1.413, Centro, no município de Dracena, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso superior de Engenharia de Produção, bacharelado, com o número de vagas anuais a ser fixado pela SERES Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201603275 Parecer: CNE/CES 158/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Faculdade e Instituto Martins Ltda. - EPP - Itaúna/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade FAMART, a ser instalada no município de Itaúna, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade FAMART, para oferta do curso de pós-graduação lato sensu em Psicopedagogia Institucional, na modalidade a distância, com sede na Rua Osório Santos, nº 207, bairro Nogueira Machado, no município de Itaúna, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e-MEC: 201304590 Parecer: CNE/CES 159/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Fundação de Estudos Sociais do Paraná - Curitiba/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade de Educação Superior do Paraná (Fesppr), com sede no município de Curitiba, estado do Paraná, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Educação Superior do Paraná (Fesppr), com sede na Rua General Carneiro, nº 216, térreo, Centro, no município de Curitiba, estado do Paraná, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com atividades presencias realizadas, exclusivamente, no polo localizado em sua sede, localizada na Rua General Carneiro, nº 216, térreo, Centro, município de Curitiba, estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, para a oferta dos cursos de bacharelado em Administração e de tecnologia em Gestão Comercial, com 160 (cento e sessenta) vagas anuais cada Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201355928 Parecer: CNE/CES 160/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Associação de Educação Santa Rita de Cássia - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia (Faceas), com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia (Faceas), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Jaçanã, n° 648, bairro Jaçanã, no município de São Paulo, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, a partir da oferta dos cursos superiores de tecnologia em Processos Gerenciais e em Gestão da Qualidade, com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201414375 Parecer: CNE/CES 163/2017 Relator: Yugo Okida Interessada: SEI - Sociedade Educacional de Itapiranga Ltda. - Itapiranga/SC Assunto: Credenciamento do Centro Universitário FAI, por transformação da Faculdade de Itapiranga, com sede no município de Itapiranga, estado de Santa Catarina Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário FAI, por transformação da Faculdade de Itapiranga, com sede na Rua Carlos Kummer, nº 100, bairro Universitário, no município de Itapiranga, estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme ainda o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, aprovando também, por este ato, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Estatuto do Centro Universitário em tela Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201415667 Parecer: CNE/CES 164/2017 Relator: Yugo Okida Interessada: Organização Tecnológica de Ensino Ltda. - Salvador/BA Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciências Exatas da Cidade de São Paulo - FACESP, com sede no município de São Paulo, estado do São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Ciências Exatas da Cidade de São Paulo - FACESP, com sede na Avenida Rangel Pestana, nº 1.105, bairro Brás, município de São Paulo, no estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia Eletrônica, bacharelado; Engenharia Elétrica, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado; Engenharia Mecânica, bacharelado; e Engenharia de Controle e Automação, bacharelado, com o número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201302684 Parecer: CNE/CES 166/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Associação de Ensino Superior de São Roque - São Roque/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria SERES nº 217, de 23 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 24 de junho de 2016, indeferiu o pedido de autorização do curso de Enfermagem, bacharelado, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque, com sede no município de São Roque, estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, suspendendo os efeitos da decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação, exarada na Portaria SERES nº 217, de 23 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 24 de junho de 2016, para autorizar o funcionamento do curso de Enfermagem, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque, localizada na Rua Padre Marçal, nº 30, bairro Centro, município de São Roque, estado de São Paulo, com 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201418254 Parecer: CNE/CES 168/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Fundação Pinhalense de Ensino - Espírito Santo do Pinhal/SP Assunto: Recurso contra decisão da Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho SERES nº 283, de 18 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 19 de dezembro de 2014, aplicou medida cautelar de suspensão de prerrogativas de autonomia em relação ao curso superior de bacharelado em Biomedicina, ofertado pelo Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal, com sede no município de Espírito Santo do Pinhal, estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, expressa no Despacho SERES nº 283, de 18 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2014, para determinar a cassação das medidas cautelares de suspensão das prerrogativas de autonomia universitária em relação ao curso superior de Biomedicina, bacharelado, do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal (UniPinhal), com sede na Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/n, bairro Jardim Universitário, no município de Espírito Santo do Pinhal, estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201418286 Parecer: CNE/CES 169/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Fundação Universidade Federal do Maranhão - São Luís/MA Assunto: Recurso contra decisão da Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho SERES nº 283, de 18 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 19 de dezembro de 2014, aplicou medida cautelar de suspensão de prerrogativas de autonomia em relação ao curso superior de Serviço Social, bacharelado, ofertado pela Universidade Federal do Maranhão, com sede no município de São Luiz, no estado do Maranhão Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho SERES nº 283, de 18 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2014, para determinar a cassação das medidas cautelares de suspensão das prerrogativas de autonomia universitária, em relação ao curso superior de Serviço Social, bacharelado, da Universidade Federal do Maranhão, situada na Avenida dos Portugueses, nº 1966, bairro Vila Bacanga, no município de São Luiz, no estado do Maranhão Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201502176 Parecer: CNE/CES 170/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Fundação Educacional de Goiás - Goiânia/GO Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria SERES nº 217, de 23 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 24 de junho de 2016, indeferiu o pedido de autorização do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética da Faculdade Lions, com sede no município de Goiânia, estado de Goiás Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação, expressa na Portaria SERES nº 217, de 23 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 24 de junho de 2016, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética, que seria ministrado pela Faculdade Lions, com sede na Alameda dos Bambus, s/n, quadra CL 1, lotes 2 a 7, Sítio de Recreio Mansões Bernardo Sayão, no município de Goiânia, estado de Goiás Decisão da Câmara: APROVADO por uninimidade.

e-MEC: 201501542 Parecer: CNE/CES 171/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Fundação Presidente Antonio Carlos - Belo Horizonte/MG Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria SERES nº 772, de 1º de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 2 de dezembro de 2016, indeferiu o pedido de autorização do curso de Fisioterapia, bacharelado, da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia, com sede no município de Uberlândia, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 772, de 1º de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 2 de dezembro de 2016, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Fisioterapia, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia, localizada na Rua Barão de Camargos, nº 695, bairro Fundinho, no município de Uberlândia, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por uninimidade.

e-MEC: 201406856 Parecer: CNE/CES 174/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Unisepe - União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa Ltda. - Amparo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade de São Lourenço, com sede no município de São Lourenço, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de São Lourenço, com sede na Rua Madame Schimidt, nº 90, bairro Federal, no município de São Lourenço, estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201406935 Parecer: CNE/CES 175/2017 Relator: Antonio de Araújo Freitas Junior Interessada: Sociedade de Educação, Cultura e Tecnologia São Fidélis Ltda. - EPP - São Fidélis/RJ Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão (CENSUPEG), com sede no município de São Fidélis, estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão, localizada na Avenida Emygdio de Maia Santos, nº 1.035, bairro Vila dos Coroados, município de São Fidélis, estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201416709 Parecer: CNE/CES 176/2017 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessada: Organização Educacional Artur Fernandes Ltda. - Tupã/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade FACCAT, com sede no município de Tupã, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade FACCAT, com sede na Rua Cherentes, nº 36, bairro Centro, no município de Tupã, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201100446 Parecer: CNE/CES 178/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Sociedade Mestra de Educação e Cultura de Goiás S.A. - Aparecida de Goiânia/GO Assunto: Recredenciamento da Faculdade Padrão, com sede no município de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Padrão, com sede na Rua Uberlândia, Quadra 63, Lotes I a V, setor Jardim Luz, no município de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201417957 Parecer: 179/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Uniserra - Unidade de Ensino Superior de Tangará da Serra Ltda. - ME - Tangará da Serra/MT Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Educação de Tangará da Serra (Faceduts), com sede no município de Tangará da Serra, estado de Mato Grosso Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Educação de Tangará da Serra (Faceduts), situada na Rua José Corsino, nº 1.037, bairro Parque das Mansões, município Tangará da Serra, estado do Mato Grosso, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201510266 Parecer: CNE/CES 180/2017 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Sociedade Porvir Científico - Porto Alegre/RS Assunto: Credenciamento da Universidade La Salle (Unilasalle), por transformação do Centro Universitário La Salle, com sede no município de Canoas, no estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Nos termos do artigo 52 da Lei nº 9.394/1996, voto favoravelmente ao credenciamento da Universidade La Salle (Unilasalle), por transformação do Centro Universitário La Salle, com sede na Avenida Victor Barreto, nº 2288, bairro Centro, no município de Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 8 (oito) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, aprovando também, por este ato, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Estatuto da Universidade, devendo a instituição cumprir, durante seu primeiro prazo de credenciamento, as seguintes metas: (a) manter e fortalecer os programas e cursos de pós-graduação stricto sensu atualmente em funcionamento; (b) ampliar a atual oferta da pós-graduação stricto sensu por meio de mais cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e de doutorado; (c) fortalecer os grupos de pesquisa já existentes e implementar política de absorção de docentes pesquisadores; (d) expandir o número de programas de extensão universitária, vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação. Fica determinada à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação a verificação do cumprimento destas metas na realização de avaliação externa, para fins de recredenciamento da Universidade em tela Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201609374 Parecer: CNE/CES 187/2017 Relator: Yugo Okida Interessado: IBGM - Instituto Brasileiro de Gestão & Marketing Ltda. - EPP - Recife/PE Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Brasileiro (Unibra), por transformação da Faculdade de Tecnologia, Gestão & Marketing, com sede no município de Recife, no estado de Pernambuco Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Brasileiro (Unibra), por transformação da Faculdade de Tecnologia, Gestão & Marketing, com sede na Rua Joaquim Felipe, nº 250, bairro Boa Vista, município de Recife, estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, aprovando também, por este ato, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Estatuto do Centro Universitário em tela Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e-MEC: 201406420 Parecer: CNE/CES 190/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Instituto Esperança e Profissional Escola Técnica Ltda. - ME - Abaetetuba/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade Monte Negro, a ser instalada no município de Manaus, no estado do Amazonas Voto da relatora: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade Monte Negro, que seria instalada na Avenida Timbiras, nº 1.228, QD 332 - até 72/73, bairro Cidade Nova, no município de Manaus, estado do Amazonas, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 5.773/2006 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12984).

Brasília, 9 de maio de 2017.
THAÍS NINÔMIA PASSOS
Secretária Executiva
Substituta

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 388, DE 9 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre as transferências de recursos para Estados e Distrito Federal para apoio às atividades de execução do Censo da Educação Básica nos anos letivos de 2017 e 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso de suas atribuições definidas no art. 16, inc. VI e VIII, do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e considerando os termos do Decreto nº 6.425 de 04 de abril de 2008, da Portaria MEC nº 316, de 4 de abril de 2007, e da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos o limite máximo de valores para a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, por meio de convênios, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo da Educação Básica, em todos os levantamentos, referentes aos anos letivos de 2017 e 2018, constante no Anexo, e as regras para a execução das referidas atividades.

Parágrafo Único: Os valores a serem repassados deverão ser definidos entre os proponentes e o concedente, respeitando-se o limite mínimo de R$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º A transferência de recursos para despesas de capital será equitativa, cabendo a cada Unidade Federada o montante máximo de R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) para os exercícios de 2017 e 2018.

Art. 3º A metodologia utilizada para a definição dos valores a serem repassados atende aos seguintes critérios de distribuição:

I - oferta educacional (número de estabelecimentos e de matrículas na educação básica no Censo Escolar 2016);

II - geopolíticas (extensão territorial e número de municípios em 2015);

III - econômico-financeiras (PIB per capita (2014) e investimento por aluno da educação básica (2014);

IV - qualidade da coleta (proporção de novos duplos em relação ao número de novos alunos no Censo Escolar 2015 e 2016).

Art. 4º As despesas no âmbito dos convênios do Censo da Educação Básica, quando vigentes, poderão ser empenhadas até o dia 31 de dezembro do exercício corrente.

Art. 5º O proponente, na ocasião da elaboração da proposta e plano de trabalho, deverá apresentar projeto visando apoiar a execução do Censo da Educação Básica de 2017 e 2018 bem como buscar a melhoria contínua das suas informações.

Art. 6º A concessão de diárias para as atividades de execução do Censo da Educação Básica observará o disposto do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, ficando as Secretarias de Educação, no âmbito dos convênios do Censo Escolar, autorizadas a solicitar e a pagar os valores de diárias constantes do Anexo I do referido Decreto.

Parágrafo único: o deslocamento dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas não ensejará o pagamento de diárias, salvo se houver pernoite fora da sede.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

ANEXO

Censo Escolar 2017 e 2018 - Valor máximo estimado do repasse de recursos para a realização dos Censos de 2017 e 2018 segundo critérios de distribuição de recursos dos convênios estabelecidos pela DEED/Inep com base nos dados do Censo Escolar 2016

Unidade Geográfica	VALOR máximo estimado do repasse de DESPESA CORRENTE para o Censo Escolar 2017 (R$) (A)	VALOR máximo estimado do repasse de DESPESA CORRENTE para o Censo Escolar 2018 (R$) (A)	VALOR máximo estimado do repasse de DESPESA DE CAPITAL para o Censo Escolar 2017 e 2018 (R$) (B)	VALOR TOTAL máximo estimado do repasse para o Censo Escolar 2017 e 2018 (R$) -> DESPESA DE CORRENTE + DESPESA DE CAPITAL (A) + (B)
mínimo	R$ 142.266,38	R$ 184.946,29	R$ 96.000,00	423.212,67
máximo	R$ 322.768,24	R$ 419.598,72	R$ 96.000,00	838.366,96
total	R$ 5.184.000,00	R$ 6.739.200,00	R$ 2.592.000,00	R$ 14.515.200,00
Norte				
RO	142.266,38	184.946,29	96.000,00	423.212,68
AC	149.549,57	194.414,44	96.000,00	439.964,01
AM	226.279,59	294.163,46	96.000,00	616.443,05
RR	161.970,71	210.561,92	96.000,00	468.532,63
PA	289.369,42	376.180,25	96.000,00	761.549,67
AP	144.915,34	188.389,95	96.000,00	429.305,29
TO	158.175,97	205.628,76	96.000,00	459.804,74
Nordeste				
MA	322.768,24	419.598,72	96.000,00	838.366,96
PI	164.180,88	213.435,15	96.000,00	473.616,03
CE	188.119,86	244.555,81	96.000,00	528.675,67
RN	151.361,89	196.770,45	96.000,00	444.132,34
PB	164.606,66	213.988,66	96.000,00	474.595,32
PE	204.259,07	265.536,79	96.000,00	565.795,86
AL	151.876,95	197.440,04	96.000,00	445.317,00
SE	145.777,94	189.511,32	96.000,00	431.289,25
BA	316.410,66	411.333,86	96.000,00	823.744,53
Sudeste				
MG	264.339,83	343.641,77	96.000,00	703.981,60
ES	149.918,40	194.893,92	96.000,00	440.812,32
RJ	169.991,82	220.989,37	96.000,00	486.981,19
SP	281.019,54	365.325,40	96.000,00	742.344,93
Sul				
PR	194.292,89	252.580,76	96.000,00	542.873,66
SC	169.268,06	220.048,48	96.000,00	485.316,54
RS	215.474,56	280.116,93	96.000,00	591.591,49
Centro-oeste				
MS	169.175,31	219.927,90	96.000,00	485.103,21
MT	168.250,72	218.725,94	96.000,00	482.976,66
GO	167.614,12	217.898,36	96.000,00	481.512,48
DF	152.765,60	198.595,28	96.000,00	447.360,89

Nota: (1) os pesos atribuídos por componente foram definidos a partir do critério de dificuldade para realização do Censo Escolar, estabelecido pela DEED e varia de 0 a 5.

(2) o índice de Qualidade da Coleta do Censo Escolar foi estabelecido como a proporção de duplicidades no cadastro de alunos NOVOS identificada no Censo Escolar 2015 e 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 37, DE 24 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, conforme Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, em plena atividade e com matrículas que ainda não tenham sido contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata a Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011, e conforme informações declaradas pelos municípios e o Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Unidades do Proinfância.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

ANEXO

UF	Municípios	CNPJ	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas, declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais e que estão em plena atividade				Valor do Repasse
				Creche Parcial	Creche Integral	Pré-Escola Parcial	Pré-Escola Integral	
AC	Rio Branco	04.034.583/0001-22	1200401	155	360	110	0	765.015,57
AL	Boca da Mata	12.264.396/0001-63	2701001	0	106	0	40	565.696,08
BA	Filadélfia	13.232.996/0001-02	2910859	15	0	32	0	185.701,72
BA	Itamaraju	13.761.697/0001-65	2915601	70	31	56	0	158.912,42

CE	Itapipoca	07.623.077/0001-67	2306405	0	91	0	11	411.386,53
ES	Colatina	27.165.729/0001-74	3201506	47	31	0	0	236.587,07
GO	Anápolis	01.067.479/0001-46	5201108	4	151	87	0	917.903,78
MA	Presidente Dutra	06.138.366/0001-08	2109106	214	0	26	0	193.571,20
MA	Timon	06.115.307/0001-14	2112209	0	115	57	0	394.205,49
MG	Belo Horizonte	18.715.383/0001-40	3106200	275	179	438	0	2.146.080,71
MG	Brasilândia de Minas	01.602.009/0001-35	3108552	0	88	121	0	449.374,94
MG	Juiz de Fora	18.338.178/0001-02	3136702	0	88	0	0	266.918,74
MG	Prados	18.557.538/0001-67	3152709	14	0	211	0	777.846,87
MG	Sem-Peixe	01.625.189/0001-70	3165560	28	0	26	0	52.942,51
MT	Brasnorte	01.375.138/0001-38	5101902	20	57	40	0	237.732,31
MT	Campo Novo do Parecis	24.772.287/0001-36	5102637	186	0	8	0	370.894,85
MT	Cuiabá	03.533.064/0001-46	5103403	0	817	157	0	4.220.004,50
PA	Ulianópolis	83.334.672/0001-60	1508126	138	0	0	0	152.209,86
PB	Pombal	08.948.697/0001-39	2512101	0	118	0	0	195.225,69
PE	Serra Talhada	10.282.945/0001-05	2613909	0	142	127	0	428.630,73
PR	Almirante Tamandaré	76.105.659/0001-74	4100400	0	307	48	122	965.692,05
PR	Arapoti	75.658.377/0001-31	4101606	0	102	57	0	201.079,79
PR	Jaguariaíva	76.910.900/0001-38	4112009	0	68	0	0	318.758,33
PR	Pinhais	95.423.000/0001-00	4119152	0	182	0	0	150.555,41
PR	Rolândia	76.288.760/0001-08	4122404	0	32	16	19	129.980,65
PR	São José dos Pinhais	76.105.543/0001-35	4125506	0	55	55	0	134.159,21
PR	Umuarama	76.247.378/0001-56	4128104	0	23	0	0	107.815,32
RN	Natal	08.241.747/0001-43	2408102	0	58	50	0	106.394,09
RO	Alto Alegre dos Parecis	84.744.994/0001-40	1100379	25	0	78	0	140.628,47
RO	Governador Jorge Teixeira	63.761.944/0001-00	1101005	0	36	46	0	98.418,76
RS	Caxias do Sul	88.830.609/0001-39	4305108	0	40	0	23	127.265,69
RS	Charqueadas	88.743.604/0001-79	4305355	0	51	32	0	104.251,80
RS	Coxilha	92.411.933/0001-90	4305975	24	11	20	0	55.572,68
RS	Estância Velha	88.254.883/0001-07	4307609	0	23	0	1	6.554,19
RS	Estrela	87.246.120/0001-51	4307807	0	96	0	18	514.917,17
RS	Marcelino Ramos	87.613.287/0001-03	4311908	27	33	0	0	198.534,60
RS	Novo Hamburgo	88.254.875/0001-60	4313409	0	87	0	0	95.958,39
RS	Porto Alegre	92.963.560/0001-60	4314902	0	262	0	133	502.275,27
RS	Redentora	87.613.113/0001-40	4315404	0	38	0	0	10.478,22
RS	São Borja	88.489.786/0001-01	4318002	0	65	0	22	22.589,66
RS	Vacaria	87.866.745/0001-16	4322509	0	24	0	40	75.510,93
SC	Biguaçu	82.892.308/0001-53	4202305	35	25	66	15	134.901,57
SC	Chapecó	83.021.808/0001-82	4204202	110	21	40	0	540.308,72
SP	Conchal	45.331.188/0001-99	3512209	0	60	0	0	248.168,25
SP	Jaú	46.195.079/0001-54	3525300	0	32	0	0	141.180,16
SP	Piquerobi	54.279.674/0001-04	3538303	0	18	11	0	7.296,57
TO	Araguaína	01.830.793/0001-39	1702109	106	0	31	0	286.432,71

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 38, DE 24 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recurso financeiro para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil aos municípios e ao Distrito Federal que pleitearam e estão aptos para pagamento, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público que tenham cadastradas novas matrículas em novas turmas e que ainda não foram contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata a Lei nº 12.722 de 3 de outubro de 2012, e conforme informações declaradas pelos municípios e o Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Novas Turmas de Educação Infantil.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar transferência de recursos financeiros aos municípios e Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

ANEXO

UF	Municípios	CNPJ	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em estabelecimentos públicos e /ou conveniados com o poder público				Valor do Repasse
				Creche Púb/Conv Parcial	Creche Púb/Conv Integral	Pré-Escola Púb/Conv Parcial	Pré-Escola Púb/Conv Integral	
CE	Fortaleza	07.954.605/0001-60	2304400	0	24	47	0	71.419,27
GO	Itumbiara	02.204.196/0001-61	5211503	20	54	0	0	102.973,43
GO	Mineiros	02.316.537/0001-90	5213103	0	0	74	0	16.895,86
MG	Tocantins	18.128.223/0001-02	3169000	0	0	60	0	95.895,44
MT	Lucas do Rio Verde	24.772.246/0001-40	5105259	19	0	0	0	4.338,13
PR	Londrina	75.771.477/0001-70	4113700	0	0	56	0	12.786,07
PR	Palmeira	76.179.829/0001-65	4117701	0	30	0	0	35.618,30
PR	Ubiratã	76.950.096/0001-10	4128005	0	20	0	0	94.982,13
RS	Farroupilha	89.848.949/0001-50	4307906	0	0	51	0	81.511,14
RS	Garibaldi	88.594.999/0001-95	4308607	0	20	68	0	64.386,94
RS	Nova Petrópolis	88.572.748/0001-00	4313201	0	11	0	0	45.710,15
SP	Piratininga	46.137.451/0001-76	3539400	0	0	0	25	14.840,96

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 419, DE 8 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201209793	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul	FUNDACAO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE	RUA DOS IMIGRANTES, 500, , VILA RAU, JARAGUÁ DO SUL/SC
2.	200913402	COMUNICAÇÃO DAS ARTES DO CORPO (Bacharelado)	30 (trinta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	FUNDACAO SAO PAULO	RUA MONTE ALEGRE, 984, PERDIZES, SÃO PAULO/SP
3.	201407590	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADES SPEI	SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI	RUA CRUZ MACHADO, 525, , CENTRO, CURITIBA/PR
4.	200712777	ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	LICEU CORACAO DE JESUS	RUA DOM BOSCO, 100, , SANTA CATARINA, AMERICANA/SP
5.	201301572	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	ESCOLA SUPERIOR SÃO FRANCISCO DE ASSIS	SERVICO SOCIAL EDUCACIONAL BENEFICENTE SESEBE	RUA BERNARDINO MONTEIRO, 700, , DOIS PINHEIROS, SANTA TERESA/ES
6.	201201428	FONOAUDIOLOGIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS S.A. - SODECAM	AVENIDA JOAQUIM NABUCO, 1232, , CENTRO, MANAUS/AM
7.	201410476	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	70 (setenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, 300, , VILA MATHIAS, SANTOS/SP
8.	201349685	GEOGRAFIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1440, CAIXA POSTAL 86, SETOR UNIVERSITÁRIO, GOIÂNIA/GO
9.	201301620	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, 300, , VILA MATHIAS, SANTOS/SP
10.	201402792	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	Escola de Direito de São Paulo - FGV DIREITO SP	FUNDACAO GETULIO VARGAS	AVENIDA NOVE DE JULHO, 2029, RUA ROCHA 220 E 233, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
11.	201417445	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA AMAZÔNIA	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZONIA LTDA	RUA JORNALISTA HUMBERTO SILVA, 308, UNIÃO, BOA VISTA/RR
12.	201410424	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO JUIZ DE FORA - ESTÁCIO JUIZ DE FORA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA PRESIDENTE JOÃO GOULART, 600, , CRUZEIRO DO SUL, JUIZ DE FORA/MG
13.	201301763	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	ESCOLA SUPERIOR MADRE CELESTE	SOCIEDADE CIVIL INTEGRADA MADRE CELESTE LTDA	ESTRADA DA PROVIDÊNCIA, 10, CIDADE NOVA VIII, COQUEIRO, ANANINDEUA/PA
14.	201402634	DIREITO (Bacharelado)	400 (quatrocentas)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	UNIAO BRASILIENSE DE EDUCACAO E CULTURA	QS 07, EPCT, LOTE 01, UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, AREAL (ÁGUAS CLARAS), BRASÍLIA/DF
15.	201402473	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	ESCOLA SUPERIOR MADRE CELESTE	SOCIEDADE CIVIL INTEGRADA MADRE CELESTE LTDA	ESTRADA DA PROVIDÊNCIA, 10, CIDADE NOVA VIII, COQUEIRO, ANANINDEUA/PA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

16.	201402412	DIREITO (Bacharelado)	480 (quatrocentas e oitenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	MISSAO SALESIANA DE MATO GROSSO	AVENIDA TAMANDARÉ, 6000, , JARDIM SEMINÁRIO, CAMPO GRANDE/MS
17.	201402498	DIREITO (Bacharelado)	1840 (uma mil, oitocentas e quarenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1440, CAIXA POSTAL 86, SETOR UNIVERSITÁRIO, GOIÂNIA/GO
18.	201408068	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA AFONSO CELSO, 235, , VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
19.	201402657	DIREITO (Bacharelado)	1350 (uma mil, trezentas e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA.	RUA TAGUÁ, 150, PRÉDIO 1 - CAMPUS LIBERDADE I, LIBERDADE, SÃO PAULO/SP
20.	201417496	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA AMAZÔNIA	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZONIA LTDA	RUA JORNALISTA HUMBERTO SILVA, 308, UNIÃO, BOA VISTA/RR
21.	201408529	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	90 (noventa)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS	FUNDACAO EDUCACIONAL DE BARRETOS	AVENIDA PROFESSOR ROBERTO FRADE MONTE, 389, AEROPORTO, BARRETOS/SP
22.	201402769	DIREITO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	UNISEB UNIAO DOS CURSOS SUPERIORES SEB LTDA	RUA ABRAHÃO ISSA HALACK, 980, RIBEIRÂNIA., 980, , RIBEIRÂNIA, RIBEIRÃO PRETO/SP
23.	201102113	DIREITO (Bacharelado)	260 (duzentas e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA	SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO	RUA VEREADOR PINHO DE CARVALHO, 267, CENTRO, BARRA MANSA/RJ
24.	201300145	HISTÓRIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	FUNDACAO SAO PAULO	RUA MONTE ALEGRE, 984, PERDIZES, SÃO PAULO/SP
25.	201407815	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade CNEC Itajaí	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	AVENIDA ADOLFO KONDER, 2000, SÃO VICENTE, ITAJAÍ/SC
26.	201408077	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, 1325, , VILA CAMPESINA, OSASCO/SP
27.	201402456	DIREITO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS	LAEL VARELLA EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA CRISTIANO FERREIRA VARELLA, 655, RODOVIA BR 116 KM 701, UNIVERSITÁRIO, MURIAÉ/MG
28.	201204778	PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES (Licenciatura)	65 (sessenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA	SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO	RUA VEREADOR PINHO DE CARVALHO, 267, CENTRO, BARRA MANSA/RJ
29.	201406765	BIOMEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DO ESPÍRITO SANTO	ASS. DE ENSINO INTEGRADO E ORGANIZADO UNIVERSITARIO	RUA BOLÍVAR DE ABREU, 48, , CAMPO GRANDE, CARIACICA/ES
30.	201411651	TEOLOGIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	FACULDADES CATOLICAS	RUA MARQUES SÃO VICENTE, 225, GÁVEA, RIO DE JANEIRO/RJ
31.	201402540	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO JUIZ DE FORA - ESTÁCIO JUIZ DE FORA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA PRESIDENTE JOÃO GOULART, 600, , CRUZEIRO DO SUL, JUIZ DE FORA/MG
32.	201411037	GASTRONOMIA (Tecnológico)	80 (oitenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1440, CAIXA POSTAL 86, SETOR UNIVERSITÁRIO, GOIÂNIA/GO
33.	201407979	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	ESCOLA SUPERIOR DE ENGENHARIA E GESTÃO DE SÃO PAULO	ETAPA EDUCACIONAL LTDA	RUA VERGUEIRO, 1951, , VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
34.	201402675	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CAPIXABA DE NOVA VENÉCIA	EMPRESA CAPIXABA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO S/A	RUA JACOBINA, 165, SÃO FRANCISCO, NOVA VENÉCIA/ES
35.	200814902	DIREITO (Bacharelado)	600 (seiscentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA	INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA	AVENIDA CARLOS LUZ, 800, , CAIÇARA, BELO HORIZONTE/MG
36.	200804483	LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS S.A. - SODECAM	AVENIDA JOAQUIM NABUCO, 1365, , CENTRO, MANAUS/AM
37.	201116802	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	MISSAO SALESIANA DE MATO GROSSO	RUA DOM BOSCO, 265, CENTRO, LINS/SP
38.	200900769	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAJUBÁ	FUNDACAO DE ENSINO E PESQUISA DE ITAJUBA	AVENIDA DR. ANTONIO BRAGA FILHO, 687, VARGINHA, ITAJUBÁ/MG
39.	201402651	DIREITO (Bacharelado)	112 (cento e doze)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA BRIGADEIRO LUIS ANTÔNIO, 871, , BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
40.	201417427	COMUNICAÇÃO SOCIAL - CINEMA (Bacharelado)	100 (cem)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	FACULDADES CATOLICAS	RUA MARQUES SÃO VICENTE, 225, GÁVEA, RIO DE JANEIRO/RJ
41.	201409989	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	ANTARES EDUCACIONAL S.A.	AV. GEN. FELICÍSSIMO CARDOSO, 500, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ
42.	201408079	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS	E. DE L. E LIMA & CIA LTDA - ME	RUA LEONOR TELES, 153, CONJUNTO ABILIO NERY, ADRIANOPOLIS, MANAUS/AM
43.	201352008	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FABRA	RUA POUSO ALEGRE, 49, , BARCELONA, SERRA/ES
44.	201402494	DIREITO (Bacharelado)	315 (trezentas e quinze)	ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA	FUNDACAO MOVIMENTO DIREITO E CIDADANIA - FUNDACAO MDC	RUA ALVARES MACIEL, 628, SANTA EFIGÊNIA, BELO HORIZONTE/MG
45.	201406778	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA	INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO CELSO LISBOA	RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, 797, , SAMPAIO, RIO DE JANEIRO/RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

46.	201402596	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA AMAZÔNIA	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZONIA LTDA	RUA JORNALISTA HUMBERTO SILVA, 308, UNIÃO, BOA VISTA/RR
47.	201402624	DIREITO (Bacharelado)	670 (seiscentas e setenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	FUNDACAO SAO PAULO	RUA MONTE ALEGRE, 984, PERDIZES, SÃO PAULO/SP
48.	200801994	MATEMÁTICA (Bacharelado)	20 (vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	FACULDADES CATOLICAS	RUA MARQUES SÃO VICENTE, 225, GÁVEA, RIO DE JANEIRO/RJ
49.	201402774	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO	FUNDACAO GETULIO VARGAS	PRAIA DE BOTAFOGO, 190, 13º ANDAR, BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO/RJ
50.	201411058	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	MINAS GERAIS EDUCACAO SA	RUA DOS GOITACAZES, 1.159, , BARRO PRETO, BELO HORIZONTE/MG

PORTARIA Nº 420, DE 8 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201402791	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICENTRO AGES	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 23, PARQUE DAS PALMEIRAS, CENTRO, PARIPIRANGA/BA
2.	201402703	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS IESGO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR FENIX LTDA - ME	AVENIDA BRASÍLIA, 2001, FORMOSINHA, FORMOSA/GO
3.	201402750	DIREITO (Bacharelado)	525 (quinhentas e vinte e cinco)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	AV. CONSELHEIRO NÉBIAS,, 589, , BOQUEIRÃO, SANTOS/SP
4.	201402546	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESPÍRITO SANTO	UNIAO DE EDUCACAO E CULTURA GILDASIO AMADO	RUA FIORAVANTE ROSSI, 2930, , MARTINELLI, COLATINA/ES
5.	201113124	PEDAGOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	ESCOLA SUPERIOR MADRE CELESTE	SOCIEDADE CIVIL INTEGRADA MADRE CELESTE LTDA	ESTRADA DA PROVIDÊNCIA, 10, CIDADE NOVA VIII, COQUEIRO, ANANINDEUA/PA
6.	201402394	DIREITO (Bacharelado)	163 (cento e sessenta e três)	INSTITUTO CENECISTA DE ENSINO SUPERIOR DE SANTO ÂNGELO	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	RUA PROFESSOR DOUTOR JOÃO AUGUSTO RODRIGUES, 471, HARMONIA, SANTO ÂNGELO/RS
7.	201407564	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA LUIZ FAGUNDES, 1.680, , PICADAS DO SUL, SÃO JOSÉ/SC
8.	201349452	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	FUNDACAO SAO PAULO	RUA MARQUÊS DE PARANAGUÁ, 111, CONSOLAÇÃO, SÃO PAULO/SP
9.	201410368	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO JUIZ DE FORA - ESTÁCIO JUIZ DE FORA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA PRESIDENTE JOÃO GOULART, 600, , CRUZEIRO DO SUL, JUIZ DE FORA/MG
10.	201352238	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE NITERÓI	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 701, , CENTRO, NITERÓI/RJ
11.	201102803	DIREITO (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA	SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO	RUA LUIS GUILHERME DE ATAÍDE CRUZ, 714, , FAZENDA SANTA CECILIA (FLORESTA CICUTA), BARRA MANSA/RJ
12.	201412252	GASTRONOMIA (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, 300, , VILA MATHIAS, SANTOS/SP
13.	201419025	BIOMEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE ANÁPOLIS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 683, , CENTRO, ANÁPOLIS/GO
14.	201412865	TEATRO (Bacharelado)	90 (noventa)	ESCOLA SUPERIOR DE ARTES CÉLIA HELENA	ASSOCIACAO DE ARTE E ENSINO SUPERIOR	AVENIDA SÃO GABRIEL, 462, , ITAIM BIBI, SÃO PAULO/SP
15.	20074629	ENFERMAGEM (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS	CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA	RUA ALEXANDRE GUIMARÃES, 1927, , AREAL, PORTO VELHO/RO
16.	201402731	DIREITO (Bacharelado)	330 (trezentas e trinta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	FACULDADES CATOLICAS	RUA MARQUES SÃO VICENTE, 225, GÁVEA, RIO DE JANEIRO/RJ
17.	201410843	HOTELARIA (Bacharelado)	100 (cem)	CASTELLI ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA	CETH CENTRO DE ESTUDOS TURISTICOS E HOTELEIROS LTDA	AVENIDA OSVALDO ARANHA, 994, CENTRO, CANELA/RS
18.	201301562	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	ESCOLA SUPERIOR MADRE CELESTE	SOCIEDADE CIVIL INTEGRADA MADRE CELESTE LTDA	ESTRADA DA PROVIDÊNCIA, 10, CIDADE NOVA VIII, COQUEIRO, ANANINDEUA/PA
19.	201407797	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MÚLTIPLO	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR MULTIPLO S/C LTDA - EPP	AVENIDA BOA VISTA, 700, PARQUE SÃO FRANCISCO, TIMON/MA
20.	201402413	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ILHÉUS	CESUPI CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ILHEUS LTDA - ME	RODOVIA ILHEUS-OLIVENCA, S/N, KM 2,5, JARDIM ATLANTICO II, ILHÉUS/BA
21.	200812722	DIREITO (Bacharelado)	1100 (uma mil e cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA	AVENIDA PARIS, 72, , BONSUCESSO, RIO DE JANEIRO/RJ
22.	201408013	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA AMAZÔNIA	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZONIA LTDA	RUA JORNALISTA HUMBERTO SILVA, 308, UNIÃO, BOA VISTA/RR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 421, DE 8 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201505692	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE FEIRA DE SANTANA	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	RUA ARTEMIA PIRES FREITAS, S/N, SIM, FEIRA DE SANTANA/BA
2.	201506100	GASTRONOMIA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	MINAS GERAIS EDUCACAO SA	RUA GUAJAJARAS, 175, CENTRO , BELO HORIZONTE/MG
3.	201506129	PROCESSOS METALÚRGICOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE SENAI RIO	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI	RUA SÃO FRANCISCO XAVIER, 601, - DE 469 A 689 - LADO ÍMPAR, MARACANÃ, RIO DE JANEIRO/RJ
4.	201507005	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	Faculdade UNA de Betim	MINAS GERAIS EDUCACAO SA	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, , CENTRO, BETIM/MG
5.	201508114	CIÊNCIAS SOCIAIS (Licenciatura)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS	RUA 64 ESQUINA C/ RUA 11, , , EXPANSÃO PARQUE LAGO, FORMOSA/GO
6.	201508454	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	RS 527 ESTRADA DE ACESSO SECUNDÁRIO PARA TUPANCIRETÃ, S/N, SÃO JOÃO DO BARRO PRETO, ZONA RURAL, JÚLIO DE CASTILHOS/RS
7.	201502838	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE INHUMAS - FAC-MAIS	CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE INHUMAS - EPP	AVENIDA MONTE ALEGRE, 100, QUADRA 3, LOTES 11 A 37, MONTE ALEGRE, INHUMAS/GO
8.	201506951	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE CENECISTA DE VARGINHA	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	RUA PROFESSOR FELIPE TIAGO GOMES, 173, VILA BUENO, VARGINHA/MG
9.	201505806	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE RECIFE	UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JABOATAO-UNESJ	AVENIDA BARRETO DE MENEZES, 809, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
10.	201501920	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA RANGEL PESTANA, 147, , VILA MATHIAS, SANTOS/SP
11.	201506990	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	80 (oitenta)	Faculdade UNA de Betim	MINAS GERAIS EDUCACAO SA	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, , CENTRO, BETIM/MG
12.	201507511	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade Estácio de Alagoas - Estácio FAL	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA PIO XII, 70, , JATIÚCA, MACEIÓ/AL
13.	201507971	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE NOVO MILÊNIO	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPO GRANDE LTDA - ME	AVENIDA SANTA LEOPOLDINA, 840, COQUEIRAL DE ITAPARICA, VILA VELHA/ES
14.	201507724	PETRÓLEO E GÁS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE PAULÍNIA	INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR SAO PAULO LTDA - EPP	RUA NÉLSON PRÓDOCIMO, 495, BELA VISTA, PAULÍNIA/SP
15.	201506644	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	840 (oitocentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	INSTITUTOS PARAIBANOS DE EDUCACAO	BR 230 - KM 22, S/N, CAMPUS DO UNIPÊ, ÁGUA FRIA, JOÃO PESSOA/PB
16.	201306836	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE FORTALEZA	EMPREENDIMENTO EDUCACIONAL MARACANAU LTDA.	RUA CONSELHEIRO ESTELITA, 264, , CENTRO, FORTALEZA/CE
17.	201501228	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL S.A.	RUA DR. ALMEIDA LIMA, 1124 E 1134, CENTRO, BRÁS, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 422, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa SERES nº 02, de 14 de janeiro de 2013, publicada em 15 de janeiro de 2013, e considerando o disposto na Nota Técnica nº 17/2014/CGARCES/DIREG/SERES, Processo SEI nº 23000.016783/2017-03, e nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, em caráter excepcional, os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior citadas no Anexo desta Portaria ficam convocadas a celebrar Protocolo de Compromisso com a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, com a finalidade de sanear as fragilidades identificadas por ocasião da avaliação in loco.

Parágrafo único. O Protocolo de Compromisso citado no caput tramitará via sistema e-MEC, no âmbito de processo de Renovação de Reconhecimento a ser aberto de ofício em até 60 dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º A renovação de reconhecimento dos cursos constantes do Anexo ficará condicionada ao cumprimento, por parte das Instituições de Educação Superior, das obrigações acordadas no Protocolo de Compromisso citado no artigo anterior.

Parágrafo único. A não celebração do Protocolo de Compromisso, bem como o cumprimento insatisfatório das obrigações nele assumidas, implicará a instauração de Processo Administrativo objetivando a cassação do ato autorizativo de funcionamento do curso, nos termos do Art. 39, parágrafo único, combinado com o inciso II do art. 63 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201009574	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	RUA AMÉRICO AMBRÓSIO 269, JARDIM CANAÃ, SERTÃOZINHO/SP
2	201007046	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGUERA DE RIO CLARO	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA 22 BE 669, CHÁCARA LUZA - RIO CLARO/SP
3	201100956	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	CENTRO DE EDUCACAO TECNICA E CULTURAL	RUA DO PRÍNCIPE 526, BOA VISTA - RECIFE/PE
4	200815506	DIREITO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE CALDAS NOVAS	SOCIEDADE DE ENSINO DE CALDAS NOVAS LTDA - ME	LOTEAMENTO PORTAL DO LAGO, AVENIDA PORTAL DO LAGO, QUADRA 09 01 A 28, LOTEAMENTO PORTAL DO LAGO, CALDAS NOVAS/GO
5	200902238	ENFERMAGEM (Bacharelado)	50 (cinquenta)	LIBERTAS - FACULDADES INTEGRADAS	FUNDACAO EDUCACIONAL COMUNITARIA DE S S PARAISO MG	AVENIDA WENCESLAU BRAS 1018, LAGOINHA, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG
6	201111579	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	FANEESP - FACULDADE NACIONAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	INESUL INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA S/S LTDA	RUA DAS ARAUCÁRIAS 5.129, THOMAZ COELHO - ARAUCÁRIA/PR
7	201014068	ENFERMAGEM (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DO VALE ELVIRA DAYRELL - FAVED	SOCIEDADE DE ENSINO ELVIRA DAYRELL - SOED - EPP	RODOVIA DE LIGAÇÃO DA BR 259 À BR 120, S/N, CENTRO, VIRGINÓPOLIS/MG

PORTARIA Nº 423, DE 9 DE MAIO 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201603033, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria SERES nº 188, de 22 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 57, de 23 de março de 2017, Seção 1, páginas 18 e 19, referente ao pedido de autorização do curso de Serviço Social, bacharelado, da Faculdade AIEC (AIEC/FAAB).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA N° 424, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7/08/2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e considerando o disposto na Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo nº 00732.000997/2017-90 e do Despacho Ministerial de 4 de abril de 2017, que homologa o Parecer CES/CNE nº. 70/2017, referente ao processo eMEC 201207805, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade José Augusto Vieira, com sede no município de Lagarto, no estado de Sergipe, mantida pela Fundação José Augusto Vieira, com sede no mesmo município e estado.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 425, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo I, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade, contendo informações sobre as bolsas de estudo e respectivos demonstrativos contábeis e financeiros.

Art. 3º A fim de assegurar a tempestividade do próximo processo de renovação do certificado, as entidades elencadas no Anexo II deverão protocolar novo requerimento no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta decisão, nos termos do art. 59 do Decreto nº 8.242, de 2014.

Art. 4º Serão arquivados os processos relacionados no Anexo III, nas hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 2014, e/ou no art. 24, § 3º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	07.223.217/0001-00	COLÉGIO JUVENAL DE CARVALHO	Fortaleza/CE	23000.009843/2012-19	344/2017	Concessão	3 (três) anos
2	17.217.720/0001-06	CONG DAS IRMÃS AUXILIARES DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE	Belo Horizonte/MG	23000.011102/2012-06	245/2017	Concessão	3 (três) anos
3	71.488.928/0001-05	ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA	Sorocaba/SP	23123.001777/2011-61	283/2017	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2017
4	03.205.769/0001-34	INSTITUTO CRIANÇA CIDADÃ	São Paulo/SP	23123.002857/2010-53	391/2017	Renovação	26/07/2010 a 25/07/2015
5	31.458.714/0001-71	ASSOCIACAO DO COLEGIO SANTA ANGELA DE RESENDE	Resende/RJ	23123.003648/2010-27	449/2017	Renovação	11/05/2011 a 10/05/2016
6	33.543.356/0001-20	ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA	Rio de Janeiro/RJ	23123.001714/2010-24	430/2017	Renovação	05/04/2010 a 04/04/2015
7	46.115.952/0001-51	LAR ESCOLA JESUS DE NAZARÉ	Campinas/SP	23000.010570/2012-55	438/2017	Renovação	29/11/2012 a 28/11/2017
8	62.925.508/0001-58	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRÁS MOOCA	São Paulo/SP	23123.002631/2010-52	455/2017	Concessão	3 (três) anos
9	60.875.218/0001-11	FUNDAÇÃO ANTÔNIO ANTONIETA CINTRA GORDINHO	São Paulo/SP	23000.009829/2012-15	482/2017	Renovação	09/07/2012 a 08/07/2015
10	75.955.971/0001-94	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE TOLEDO FUNET	Toledo/PR	23123.001830/2010-43	464/2017	Renovação	16/05/2010 a 15/05/2015

ANEXO II

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	03.205.769/0001-34	INSTITUTO CRIANÇA CIDADÃ	São Paulo/SP	23123.002857/2010-53	391/2017
2	31.458.714/0001-71	ASSOCIACAO DO COLEGIO SANTA ANGELA DE RESENDE	Resende/RJ	23123.003648/2010-27	449/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do(s) Processo(s) Arquivado(s)	Nota Técnica
1	07.223.217/0001-00	COLÉGIO JUVENAL DE CARVALHO	Fortaleza/CE	23000.011270/2015-36	344/2017
2	17.217.720/0001-06	CONG DAS IRMÃS AUXILIARES DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE	Belo Horizonte/MG	23000.025759/2015-95	245/2017
3	71.488.928/0001-05	ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA	Sorocaba/SP	23000.017596/2012-24 e 23000.008148/2015-82	283/2017
4	31.458.714/0001-71	ASSOCIACAO DO COLEGIO SANTA ANGELA DE RESENDE	Resende/RJ	23000.009297/2017-21 e 23000.005064/2015-97	449/2017
5	33.543.356/0001-20	ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA	Rio de Janeiro/RJ	23000.015127/2012-71	430/2017
6	46.115.952/0001-51	LAR ESCOLA JESUS DE NAZARÉ	Campinas/SP	23000.012167/2015-11	438/2017
7	62.925.508/0001-58	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRÁS MOOCA	São Paulo/SP	23000.007661/2013-94, 23000.015731/2017-10, 23000.012112/2015-01 e 23000.016140/2016-71	455/2017
8	75.955.971/0001-94	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE TOLEDO FUNET	Toledo/PR	23000.003919/2013-83	464/2017

PORTARIA Nº 426, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º A instituição poderá apresentar proposta de celebração de Termo de Ajuste de Gratuidade - TAG, no prazo improrrogável de 30 dias a contar da data da presente publicação, conforme disposto no art. 17 da Lei nº 12.101, de 2009, e na Instrução Normativa MEC nº 02, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2013.

Art. 3º Alternativamente, caso discorde das motivações da decisão de indeferimento e não tenha interesse na firmatura do TAG, a entidade terá o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	60.450.418/0001-22	CASA PADRE MOYE	São Paulo/SP	23000.011100/2012-17	363/2017
2	03.144.367/0001-77	INSTITUTO MADRE MARTA CERUTTI	Barra do Garças/MT	23000.010296/2012-14	396/2017
3	82.798.828/0001-00	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FUNIARP	Caçador/SC	71000.115973/2009-37	37/2017

PORTARIA Nº 427, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Caso discorde da decisão de indeferimento, a entidade terá o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	17.096.629/0001-80	EDUCANDÁRIO DOS SAGRADOS CORAÇÕES DE JESUS E MARIA	Barbacena/MG	23000.011146/2012-28	339/2017
2	44.699.593/0001-00	INSTITUTO NOSSA SENHORA AUXILIADORA	Araras/SP	23000.011010/2012-18	353/2017
3	57.060.204/0001-35	AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO LAGEADO JOILSON DE JESUS	São Paulo/SP	71000.103299/2011-62	361/2017
4	21.241.377/0001-02	CENTRAL DE AÇÃO SOCIAL AVANÇADA - CASA	Uberlândia/MG	71000.114564/2012-19	362/2017
5	01.209.247/0001-85	CENTRO BATISTA DE ASS. SOCIO-CULTURAL DE CRISTALINA	Cristalina/GO	71000.050041/2012-37	394/2017
6	00.056.567/0001-80	CENTRO SÓCIO EDUCACIONAL SANITÁRIO MADONNINA DEL GRAPPA	Caucaia/CE	71000.105061/2010-91	436/2017
7	07.472.632/0001-05	ESCOLA SÃO RAFAEL 1 E 2 GRAUS	Fortaleza/CE	23000.010620/2012-02	437/2017
8	04.510.053/0001-03	SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE CRUZEIRO DO SUL	Cruzeiro do Sul/AC	71000.059683/2012-00	406/2017
9	06.885.601/0001-05	ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	Salvador/BA	23000.041704/2016-11	428/2017
10	54.409.461/0001-41	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	Piracicaba/SP	23000.008971/2012-45	319/2017

PORTARIA N° 428, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, considerando o disposto na Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta dos processos listados na planilha anexa, resolve:

Art.1° Ficam indeferidos os pedidos de autorização dos cursos superiores de graduação, presencial, conforme planilha anexa, nos termos do disposto no art. 32, III, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201504910	Educação Física (Bacharelado)	60 (sessenta)	Escola Superior de Tecnologia e Educação de Porto Ferreira	Associação de Escolas Reunidas Ltdá.	Avenida Padre Nestor Cavalcante Maranhão, 40, Jardim Aeroporto, Porto Ferreira/SP
2	201500438	Engenharia Civil (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade do Vale do Araranguá	FVA - Faculdade do Vale do Araranguá Ltda. - ME	Avenida Getúlio Vargas, 415, Centro, Araranguá/SC

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 78, de 25 de abril de 2017, Seção 1, página 16, no texto da Portaria SERES nº 377, de 24 de abril de 2017, onde se lê: "conforme consta do Processo nº 00732.000790/2017-15", leia-se: "conforme consta do Processo nº 00732.000890/2017-41".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 384, DE 4 DE MAIO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando o constante do Art. 19, inciso XX do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Prorrogar por 02 (dois) anos, a partir de 11 de maio de 2017, o prazo de validade do Concurso Público para Técnico-Administrativo, objeto do Edital Nº 01, de 12 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2014, Nº 242, Seção 3, páginas 80-88, homologado pela Portaria Nº 444, de 07 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2015, Nº 87, Seção 1, página 21.

SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA SOGLIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 368, DE 9 DE MAIO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.020995/2017-34 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ciências Naturais e Sociais - Centro de Curitibanos, instituído pelo Edital nº 24/DDP/PRODEGESP/2017, de 12 de abril de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 72, Seção 3, de 13/04/2017.

Área/Subárea de conhecimento: Administração rural

Áreas afins: Desenvolvimento rural/ Economia rural/ Sociologia rural

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Paula Bianchet	8,99
2º	José Antônio Louzada	8,56
3º	Tanise Pedron da Silva	8,34
4º	Caio César Faedo de Almeida	7,37

PATRICIA CRISTIANA BELLI

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PORTARIA Nº 1.312, DE 9 DE MAIO DE 2017

O VICE-REITOR NO EXERCICIO DO CARGO DE REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuicoes regimentais, resolve:

Prorrogar por 01(um) ano, a partir de 11 de maio de 2017, a validade do Concurso Publico, Edital 261/2015 destinado ao provimento de cargo de Professor de Magisterio Superior para a area de Introducao a Pedologia, Genese, Morfologia e Classificacao dos Solos, Campus de Unai, homologado atraves do Edital n 75, de 10 de maio de 2016, publicado no DOU de 11 de maio de 2016.

CLAUDIO EDUARDO RODRIGUES

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 9 de maio de 2017

Considerando o exposto na Nota Técnica nº 57/2017/SURIN/STN/MF-DF, constante no Processo administrativo nº 17944.000222/2017-21, que em face de nova metodologia de cálculo da capacidade de pagamento - CAPAG elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional, com contribuições do Banco Mundial, sugere colocar em consulta pública o projeto de portaria que estabelece a nova metodologia de análise da CAPAG.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA torna público, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto nos arts. 31 a 35 da Lei nº 9.784, de 2009, projeto de Portaria que analisa a capacidade de pagamento e de contragarantia para a concessão de aval e garantia a Estado, ao Distrito Federal e a Município, no âmbito do Ministério da Fazenda.

O texto em apreço encontra-se disponível no seguinte sítio eletrônico: www.tesouro.fazenda.gov.br.

A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento. Neste sentido, sugestões poderão ser encaminhadas, em até 30 dias a partir da data desta publicação, por meio de formulário eletrônico disponível em conjunto com o texto em apreço, no sítio eletrônico acima citado.

Para análise e resposta das contribuições recebidas, fica estabelecida Comissão formada pela Secretaria do Tesouro Nacional, representada pelos servidores Leonardo Lobo Pires, Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, Itanielson Dantas Silveira Cruz, Gabriela Guerra de Queiroz e Paulo Ernesto Monteiro Gomes, e pelo Banco Mundial, representado pelo Fernando Blanco.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 3/CGRCI, DE 8 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Ministério da Fazenda.

O Presidente do COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS, CONTROLE E INTEGRIDADE/CGRCI, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Resolução nº 02/CGRCI, de 04 de maio de 2017 e na Instrução Normativa Conjunta nº 01 MP/CGU, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Política de Gestão de Riscos do Ministério da Fazenda, que tem por finalidade estabelecer os princípios, as diretrizes, os objetivos, as responsabilidades e as competências para a gestão de riscos.

Art. 2º As políticas, normas e metodologias para gestão de riscos dos órgãos e entidades representados no CGRCI, conforme Resolução CEG nº 8/2016, doravante denominados Órgãos e Entidades para efeitos desta Resolução, observarão o disposto nesta norma.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º A gestão de riscos deverá alinhar-se:

I - ao planejamento estratégico e à cadeia de valor institucionalizados no âmbito do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF) e dos Órgãos e Entidades;

II - às competências e às atribuições regimentais dos Órgãos e Entidades; e

III - aos modelos de governança corporativa e de gestão institucionalizados no âmbito do PMIMF e dos Órgãos e Entidades.

Art. 4º Para os efeitos da Política de Gestão de Riscos, entende-se por:

I - risco: efeito da incerteza sobre os objetivos;

II - gestão de riscos: conjunto de princípios, estruturas, processos e atividades coordenados para dirigir e controlar uma organização no que se refere aos riscos;

III - processo de gerenciamento de riscos: aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas de gestão para as atividades de comunicação, consulta, estabelecimento do contexto, identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento;

IV - estrutura de gestão de riscos: conjunto de componentes que fornecem os fundamentos, metodologias e arranjos organizacionais para a gestão de riscos; e

V - gestor do risco: agente que tem a responsabilidade e a autoridade para gerenciar determinado risco.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º A Gestão de Riscos observará os seguintes princípios:

I - agregação e proteção de valor;

II - integração a todos os processos organizacionais;

III - subsídio e auxílio aos tomadores de decisão;

IV - abordagem explícita da incerteza, como prática de gestão sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;

V - uso das melhores informações disponíveis;

VI - alinhamento com o contexto interno e externo da organização;

VII - consideração dos fatores humanos e culturais;

VIII - transparência e participação;

IX - dinamismo, iteração e capacidade de reagir a mudanças; e

X - melhoria contínua da organização.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES E OBJETIVOS

Art. 6º São diretrizes e objetivos da gestão de riscos:

I - subsidiar de forma integrada a elaboração do planejamento estratégico institucional, seus desdobramentos e a cadeia de valor;

II - contribuir para o desempenho dos processos e das políticas da organização;

III - executar periodicamente as etapas que compõem o processo de gerenciamento de riscos;

IV - estabelecer instrumentos de medição de desempenho da gestão de riscos, mediante atividades contínuas ou de avaliações independentes ou a combinação de ambas;

V - utilizar-se de metodologia, ferramentas e conhecimento para o apoio à gestão de riscos convergentes com as melhores práticas, como aquelas desenvolvidas no âmbito do PMIMF;

VI - promover o desenvolvimento contínuo dos agentes em gestão de riscos, no âmbito do Ministério;

VII - prover soluções tecnológicas de forma integrada e eficiente para sustentar os processos de gerenciamento de riscos;

VIII - estabelecer responsabilidades e competências para os agentes envolvidos no processo de gerenciamento de riscos;

IX - assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis organizacionais, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização;

X - estabelecer níveis adequados de exposição a riscos;

XI - proteger o ambiente corporativo para a realização demonstrável dos objetivos estratégicos e a melhoria do desempenho institucional;

XII - aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis;

XIII - estabelecer controles proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício; e

XIV - promover a cultura de gestão de riscos nos Órgãos e Entidades.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 7º A responsabilidade e a competência para a estruturação e efetivação da gestão de riscos são do dirigente máximo de cada Órgão e Entidade.

Art. 8º Cada risco deve estar associado a um gestor de risco com alçada suficiente para o seu gerenciamento.

Art. 9º São responsabilidades do gestor de risco:

I - assegurar que o risco seja gerenciado de acordo com a política de gestão de riscos estabelecida na organização;

II - monitorar e documentar o risco ao longo do tempo, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na exposição ao risco em níveis adequados; e

III - garantir que as informações relevantes e suficientes sobre o risco estejam disponíveis para subsidiar o processo de tomada de decisão.

Art. 10. No caso de existir unidade responsável pelo suporte à gestão de riscos nos Órgãos e Entidades, serão suas responsabilidades:

I - propor política setorial, normas e metodologias de gestão de riscos;

II - facilitar e monitorar a implementação do processo de gerenciamento de riscos;

III - acompanhar o desempenho institucional referente à gestão de riscos do órgão ou entidade; e

IV - promover a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Art. 11. Nos Órgãos e Entidades, instâncias colegiadas formadas pelo dirigente máximo e dirigentes a ele diretamente subordinados, terão a responsabilidade de:

I - aprovar, quando necessária, política setorial de gestão de riscos do Órgão ou Entidade;

II - promover o desenvolvimento contínuo dos agentes e incentivar a adoção de boas práticas de governança e de gestão de riscos;

III - promover a integração dos agentes responsáveis pela gestão de riscos;

IV - aprovar normas e metodologias para a institucionalização da gestão de riscos;

V - estabelecer limites de exposição a riscos e de alçada para tratamento dos riscos;

VI - aprovar e supervisionar método de priorização de macroprocessos para gerenciamento de riscos; e

VII - avaliar a eficácia e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os Órgãos e Entidades executarão suas políticas setoriais, normas e metodologias de gestão de riscos buscando gradual convergência com os princípios, diretrizes e objetivos desta Resolução.

Parágrafo único. Compete ao Comitê de Gestão de Riscos, Controle e Integridade do Ministério da Fazenda acompanhar o disposto no caput.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA GOVERNO

CIRCULAR Nº 764, DE 9 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, para o exercício de 2017, e dá outras providências.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II, da Lei nº 8.036, de 11/05/90, e o artigo 67, inciso II, do Anexo ao Decreto nº 99.684, de 08/11/90, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13/06/95, em cumprimento às disposições estabelecidas nas Resoluções nº 702, de 04/10/12, nº 825, de 25/10/16, e nº 840, de 21/03/17, todas do Conselho Curador do FGTS, e nas Instruções Normativas nº 32, de

28/12/16, nº 33, de 29/12/16, nº 05, de 12/01/17, nº 13, de 15/03/17, nº 15, de 24/03/17, nº 16, de 28/03/17, e nº 17, de 13/04/17, todas do Ministério das Cidades, resolve: 1 Divulgar nova distribuição do Orçamento Operacional do FGTS para 2017, por Programa e Unidade da Federação, bem como estabelecer diretrizes e procedimentos gerais com vistas ao cumprimento das determinações emanadas do Conselho Curador do FGTS e do Gestor da Aplicação, no que se refere à distribuição, aplicação e ao controle dos recursos do FGTS, no exercício de 2017. 2 Os empregos e as metas físicas, expressos em número de unidades habitacionais nos programas da Área de Habitação Popular, e em número de habitantes beneficiados nos programas das Áreas de Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana, constituem o Anexo I desta Circular. 2.1 A distribuição dos recursos das Áreas de Habitação Popular e Saneamento Básico, segregados por Programa e Unidade da Federação, no montante de R$ 57.500.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões e quinhentos milhões de reais), constitui os Anexos II e III desta Circular. 2.2 Ficam destinados, no máximo, R$ 32.600.000.000,00 (trinta e dois bilhões e seiscentos milhões de reais) para a concessão de financiamentos, a pessoas físicas ou jurídicas, que beneficiem famílias com renda mensal bruta limitada à R$ 4.000,00 (quatro mil reais). 3 A aplicação dos recursos destinados à concessão de descontos nos financiamentos a pessoas físicas observará os dispositivos a seguir relacionados: a) R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso II, e pelo art. 30, inciso II, ambos da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS; b) R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso I, e pelo art. 30, inciso I, ambos da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS; c) R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, exclusivamente, em áreas urbanas, destinados à aquisição de unidades habitacionais usadas ou produção de lotes urbanizados. 4 Na aplicação dos recursos alocados à área orçamentária de Saneamento Básico serão observados os seguintes dispositivos, sem prejuízo da distribuição entre Unidades da Federação constante do Anexo III desta Circular CAIXA: a) destinar até R$ 3.300.000.000,00 (três bilhões e trezentos milhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos Setor Público; e b) destinar até R$ 2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos Setor Privado; b.1) do valor estabelecido para operações de crédito com mutuários do setor privado poderá ser disponibilizado no máximo 20% (vinte por cento) para contratação de operações de crédito na Modalidade Tratamento Industrial de Água e Efluentes Líquidos e Reuso de Água. 5 Na aplicação dos recursos alocados à área orçamentária de Infraestrutura Urbana serão observados os seguintes dispositivos: a) destinar até R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) para operações de crédito vinculadas à área de Infraestrutura Urbana, setor público; b) destinar até R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) alocados em nível nacional, setor privado. 6 Nas aplicações dos recursos constantes do Orçamento Operacional, especificamente destinados às demais operações habitacionais, na forma definida pelo art. 13, 2º, da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, será observada a seguinte distribuição: a) R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) para execução do Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço Pró-Cotista, alocados entre as 5 (cinco) regiões do território nacional, de acordo com a demanda que vier a ser apresentada pelos Agentes Financeiros, observados os seguintes dispositivos: a.1) no mínimo, 60% (sessenta por cento) devem ser destinados ao financiamento de imóveis novos; a.2) no mínimo, R$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais) destinados ao financiamento de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e a.3) até R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) destinados ao financiamento de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse os limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional para as operações de crédito celebradas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH; b) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para operações urbanas consorciadas. c) R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) para aplicação em operações habitacionais, previstas pelo art. 13, 2º, da Resolução nº 702, de 04/10/12, do Conselho Curador do FGTS, na forma a seguir especificada: c.1) R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), alocados em nível nacional, destinados à contratação de operações de crédito para produção de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse os limites definidos pelo art. 20, 4º, da Resolução nº 702, de 04/10/12, com a redação dada pela Resolução nº 836, de 06/02/17, ambas do Conselho Curador do FGTS, em que figurem, como mutuários, pessoas jurídicas do ramos da construção civil; e c.2) R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), alocados em nível nacional, destinados à contratação de operações de crédito para aquisição de imóveis novos cujo valor de venda não ultrapasse os limites definidos pelo art. 20, 4º, da Resolução nº 702, de 04/10/12, com a redação dada pela Resolução nº 836, de 06/02/17, ambas do Conselho Curador do FGTS, em que figurem, como mutuários, pessoas físicas. 6.1 No exercício de 2017, os saldos remanescentes, de que trata o art. 1º, 2º, da Instrução Normativa nº 7, de 01/03/2012, o subitem 2.1.1 do Anexo I da Instrução Normativa nº 11, de 28/05/2012 e subitem 2.1.1 do Anexo da Instrução Normativa nº 40, de 24/10/12, todas do Ministério das Cidades, para aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário FII, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios FIDC, debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, obedecerão aos seguintes limites: a) R$ 970.000.000,00 (novecentos e setenta milhões de reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI, que possuam lastro em operações de habitação lançadas por incorporadoras, empresas da construção civil, Sociedades de Propósito Específico SPE, cooperativas habitacionais ou entidades afins, nas condições estabelecidas na Circular CAIXA nº 671 de 16/01/15. b) R$ 867.519.000,00 (oitocentos e sessenta e sete milhões e quinhentos e dezenove mil reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI, que possuam lastro em operações do setor de saneamento, lançados por empresas públicas ou privadas, Sociedades de Propósito Específico SPE ou entidades afins, nas condições previstas na Circular CAIXA nº 666, de 31/12/14. c) R$ 1.680.417.200,00 (um bilhão, seiscentos e oitenta milhões, quatrocentos e dezessete mil e duzentos reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI, que possuam lastro em operações do setor de infraestrutura urbana, nas condições previstas na Circular CAIXA nº. 604, de 01/11/12. 7 Nas aplicações dos recursos constantes do Orçamento Operacional, especificamente destinados para aplicação no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FI-FGTS será observado o seguinte limite: a) R$ 11.416.209.000,00 (onze bilhões, quatrocentos e dezesseis milhões e duzentos e nove mil reais) para aplicação no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FI-FGTS, na forma e condições estabelecidas pela Lei no 11.491, de 20/06/07, e pela Resolução nº 699, de 28/08/12, do Conselho Curador do FGTS; a.1) esse valor adicionado ao montante aplicado em 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 R$ 22.883.791.012,83, totaliza R$ 34.300.000.000,00, autorizados pelo Conselho Curador do FGTS. a.2) considerando o disposto no art. 2º da Resolução no 840 do Conselho Curador do FGTS, fica suspenso até 1º de janeiro de 2018, a autorização para subscrição e integralização de cotas do FI-FGTS correspondentes à sexta e à sétima parcelas, que foram objeto, respectivamente, das Resoluções nº 699, de 28 de agosto de 2012, e nº 775, de 26 de maio de 2015, restando para aplicação o saldo de R$ 1.416.209.000,00. 8 O volume total de recursos para aplicação pelo FGTS em 2017 está demonstrado no Anexo V. 9 Esta Circular e os respectivos anexos estão disponíveis ao público interessado por intermédio do site da CAIXA, no endereço http://www.caixa.gov.br, escolher a opção download, item Circulares CAIXA e FGTS. 10 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber. 11 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Circular CAIXA nº 751, de 05/02/17.

DEUSDINA DOS REIS PEREIRA
Vice-Presidente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHOS DO DIRETOR RELATOR

Em 26 de abril de 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2014/6517
Reg. Col. nº 9468/2014

Acusado	Advogado
Eike Fuhrken Batista	Paulo Cezar Pinheiro Carneiro - OAB/RJ nº 20.200
José Roberto P. C. Faveret Cavalcanti	Hermano de Villemor Amaral - OAB/RJ nº 3.009
Luiz Eduardo Guimarães Carneiro	Nelson Laks Eizirik - OAB/RJ nº 38.730
Marcelo Faber Torres	Julian Fonseca Peña Chediak - OAB/RJ nº 78.241
Paulo de Tarso Martins Guimarães	Nelson Laks Eizirik - OAB/RJ nº 38.730
Paulo Manuel Mendes de Mendonça	Maria Isabel do Prado Bocater - OAB/RJ nº 28.559
Reinaldo José Belotti Vargas	Nelson Laks Eizirik - OAB/RJ nº 38.730
Roberto Bernardes Monteiro	Nelson Laks Eizirik - OAB/RJ nº 38.730

Interessado: Eike Fuhrken Batista
Assunto: Intimação para manifestação escrita de testemunhas
Diretor Relator: Henrique Balduino Machado Moreira

1. Em 14.03.2017, o Colegiado da CVM negou, por unanimidade, provimento ao recurso interposto pelo acusado Eike Fuhrken Batista em face da decisão da Diretora Luciana Dias, que determinou a substituição da produção de prova testemunhal por manifestação escrita das pessoas por ele arroladas, e facultou ao acusado apresentar lista de pessoas e de questões a serem esclarecidas no prazo de 10 (dez) dias contados de sua intimação.

2. Em 30.03.2017, Eike Batista apresentou, tempestivamente, lista atualizada das testemunhas e rol de perguntas que pretende ver esclarecidas, bem como requereu juntada de documento, qual seja, laudo pericial elaborado pela Tendências Consultoria Integrada anexo à petição (fls. 3.645 a 3.700).

3. Diante disso, decido pela juntada aos autos do documento apresentado pelo acusado e pela intimação das pessoas por ele arroladas, remetendo os autos do presente processo à CCP para a realização da intimação de André Pastura, Ernesto Moreira Guedes Filho, João Borges Ferreira Neto, Juliano Magalhães Macedo e Raul Silva, conforme endereços descritos às fls. 3.645 e 3.646, com a formulação das perguntas apresentadas às fls. 3.646 a 3.649, e da publicação do presente despacho no Diário Oficial da União, conforme o art. 40 da Deliberação CVM nº 538, de 2008, e na rede mundial de computadores.

HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

ATO COTEPE/ICMS Nº 23, DE 9 DE MAIO DE 2017

Altera o Anexo I do Ato COTEPE/ICMS 26/16, que divulga a relação dos contribuintes credenciados para fins do disposto no § 1º da cláusula segunda-A do Protocolo ICMS 55/13.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula segunda-A do Protocolo ICMS 55/13, de 22 de maio de 2013, torna público:

Art. 1º O anexo I do Ato COTEPE/ICMS 26/16, de 27 de outubro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I

MINAS GERAIS

ITEM	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
1	Bourbon Specialty Coffees S/A	03.586.538/0001-18
2	Bourbon Specialty Coffees S/A	03.586.538/0007-03
3	Cooperativa Agrícola do Sudeste do Brasil Ltda.	10.594.754/0001-70
4	Cooperativa Agropecuária da Região Sudoeste Mineira e Alta Mogiana Ltda.	06.878.792/0004-20
5	Cooperativa dos Cafeicultores da Zona De Varginha Ltda.	25.863.341/0001-11
6	Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda.	25.266.685/0008-10
7	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0001-00
8	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0004-52
9	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0005-33
10	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0012-62
11	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0014-24
12	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0016-96
13	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0033-97
14	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0043-69
15	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0044-40
16	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0049-54
17	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0050-98
18	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0051-79
19	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0065-74
20	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0086-07
21	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0088-60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0092-47
23	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.- COOXUPE	20.770.566/0093-28
24	EISA- Empresa Interagrícola S/A	62.356.878/0012-74
25	EISA- Empresa Interagrícola S/A	62.356.878/0039-94
26	Exportadora de Café Guaxupé Ltda.	20.775.003/0001-04
27	Exportadora de Cafés Carmo de Minas Ltda.	09.243.971/0001-37
28	Olam Agrícola Ltda.	07.028.528/0008-94
29	Pratapereira Comércio Importação e Exportação de Café Ltda.	00.544.628/0001-58
30	Stockler Comercial e Exportadora Ltda.	61.620.753/0012-47
31	Terra Forte Exportação e Importação de Café Limitada	07.805.743/0004-20
32	Unicafé Companhia de Comércio Exterior	28.154.680/0011-99
33	Valorização Empresa de Café Ltda.	01.316.790/0002-62
34	Volcafé Ltda.	61.100.772/0002-70
35	Bueno Café Comércio e Exportação Ltda.	14.730.298/0001-08
36	.....	.....
37	Comexim Ltda.	58.150.087/0005-97
38	Cooperativa Mista Agro Pecuária de Paraguaçu Ltda.	23.176.936/0002-54
39	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0153-85
40	Eurobrasil Ltda.	01.453.839/0002-29
41	Royal Coffee -Comercial e Exportadora de Café Ltda.	12.809.730/0003-89
42	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0152-02
43	EISA - Empresa Interagrícola S/A	62.356.878/0027-50
44	Interbrasil Coffee Ltda.	04.565.932/0001-32
45	LJM Comércio, Exportação e Importação de Café Ltda.	42.863.126/0001-30
46	MC Coffee do Brasil Ltda.	00.844.405/0002-97
47	Nicchio Sobrinho Café S/A	27.487.131/0004-44
48	Nicchio Sobrinho Café S/A	27.487.131/0010-92
49	Olam Agrícola Ltda.	07.028.528/0009-75
50	Unicafé Companhia de Comércio Exterior	28.154.680/0014-31
51	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0164-38
52	Sendas Comércio Exterior e Armazéns Ltda.	02.452.569/0106-90
53	Comercial Industrial Branco Peres de Café Ltda.	43.008.036/0010-15
54	.....	.....
55	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0109-01
56	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0111-26
57	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0115-50
58	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0128-74
59	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0129-55
60	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0130-99
61	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0136-84
62	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0137-65
63	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0138-46
64	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0139-27
65	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0142-22
66	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0148-18
67	Cooperativa Agropecuária da Região Sudoeste Mineira e Alta Mogiana Ltda.	06.878.792/0001-88
68	Cooperativa Agropecuária da Região Sudoeste Mineira e Alta Mogiana Ltda.	06.878.792/0002-69
69	Cooperativa Agropecuária da Região Sudoeste Mineira e Alta Mogiana Ltda.	06.878.792/0003-40
70	Cooperativa Agropecuária da Região Sudoeste Mineira e Alta Mogiana Ltda.	06.878.792/0006-92
71	Atlântica Exportação e Importação Ltda.	03.936.815/0001-75
72	COOCASSE- Cooperativa dos Cafeicultores de São Sebastião da Estrela Ltda.	12.789.414/0001-20
73	COOCEM- Cooperativa Central de Muzambinho Ltda	12.384.500/0001-53
74	Cooperativa Agropecuária Santa Maria - COOPSAM	12.839.727/0001-46
75	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0087-61
76	Louis Dreyfus Company Brasil S.A	47.067.525/0075-44
77	Coop. dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio Ltda.	16.832.651/0001-88
78	Cooperativa Agrícola dos Cafeicultores da Região de Campo Belo Ltda.	18.862.382/0001-28
79	Cooperativa de Pequenos Agricultores de Santana da Vargem	15.072.916/0001-24
80	Nicchio Café S/A Exportação e Importação	28.127.579/0007-62
81	Sagrados Corações Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	65.123.804/0001-23
82	Cooperativa Regional Agro-Pecuária de Santa Rita do Sapucaí Ltda.	24.490.401/0010-26
83	Costa Café Comércio Exportação e Importação Ltda.	54.122.775/0004-01
84	Cooperativa das Famílias Aliadas à Cafeicultura Sustentável Ltda.	09.620.467/0001-09
85	Gardingo Trade Importação e Exportação Ltda.	00.681.184/0001-00
86	Veloso Trading New Coffee Comercial Exportadora S/A	10.900.779/0001-55
87	Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Lajinha Ltda.	21.025.069/0001-40
88	Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde Ltda.	19.424.159/0001-61
89	SMC - Comercial e Exportadora de Café S/A	10.966.025/0001-06
90	Cooperativa do Vale do São Francisco Ltda.	09.613.047/0001-03
91	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	45.236.791/0091-48
92	Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Monte Carmelo Ltda.	00.650.386/0001-87
93	EISA - Empresa Interagrícola S/A	62.356.878/0011-93
94	Sucafina Brasil Indústria, Comércio e Exportação Ltda.	07.146.352/0003-60
95	Cafebras Comércio de Cafés do Brasil S/A	17.611.589/0001-67
96	Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Poços de Caldas	23.641.822/0001-57
97	Union trading Comércio importação e Exportação ltda.	11.881.236/0003-62
*98	Expocaccer - cOOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA.	71.352.553/0001-51
*99	GRAM CERRI COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CAFÉ LTDA. - EPP	07.416.694/0002-72
*100	COOPERCAF - COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS SANTO ANTÔNIO LTDA.	19.558.666/0001-98
*101	SANCOFFEE - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CAFÉS ESPECIAIS SANTO ANTÔNIO ESTATE COFFEE LTDA.	05.067.427/0001-20
*102	COOPERATIVA REGIONAL DOS CAFeICULTORES DE ITAMOGI LTDA	06.277.535/0001-90
*103	BUENO CAFÉ COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.	14.730.298/0003-61
*104	ENGELHART CTP (BRASIL) S/A	14.796.754/0006-19
*105	COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE MINAS GERAIS LTDA. - COCAMINAS	04.948.765/0001-09
*106	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE CONCEIÇÃO DA APARECIDA LIMITADA - COOPERCAP	16.730.997/0001-75

* Itens incluídos pelo presente ATO COTEPE

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO DECLARATÓRIO Nº 9, DE 9 DE MAIO DE 2017

Ratifica os Convênios ICMS 45/17 ao 47/17.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 279ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 17 de abril de 2017:

Convênio ICMS 45/17 - Altera o Convênio ICMS 102/13 que autoriza as unidades federadas que menciona a concederem crédito presumido na aquisição de energia elétrica e de serviço de comunicação;

Convênio ICMS 46/17 - Autoriza o Estado do Amazonas a conceder dispensa de créditos tributários do ICMS, na forma e nas condições que especifica;

Convênio ICMS 47/17 - Dispõe sobre a exclusão do Estado do Acre de disposições do Convênio ICMS 93/09, que altera o Convênio ICMS 135/06, que dispõe sobre substituição tributária nas operações com aparelhos celulares.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Em 8 de maio de 2017

Termo Descritivo Funcional nº 1/17 - BEMATECH

Nº 064 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no parágrafo único da cláusula décima segunda do Convênio ICMS 137, de 15 de dezembro de 2006, torna público o seguinte

Termo Descritivo Funcional Nº 001/2017

BEMATECH S.A.

Termo Descritivo Funcional

Os representantes das unidades federadas signatárias do Protocolo ICMS 37/13 mediante realização de análise funcional do equipamento ECF abaixo identificado emitem o presente Termo Descritivo Funcional para os efeitos previstos no mencionado Protocolo e no Convênio ICMS 137/06:

1. Termo Descritivo Funcional:

Número	Data da emissão	Finalidade (análise inicial ou de revisão)	Legislação aplicável/ data do protocolo	Laudo da análise estrutural
001/2017	27/04/2017	Análise revisão	Conv. ICMS 09/09	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - 020/2011 e CCH nº 028/2014

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. Identificação do equipamento e do Software Básico:

Equipamento			Software básico		
Tipo	Marca	Modelo	Versão	Checksum	Dispositivo
ECF-IF	Bematech	MP-4200 TH FI	01.00.03	7DCF	ATMEL DATAFLASH AT45DB642
Autenticação do arquivo binário do Software Básico:					
MD5: 080AD54FEF9DB3ECE75D690966DB27E2					
SHA1: 52B3723A393CB2AC70C2B2168722595F198E9195					
O código nacional de identificação de equipamento ecf (cniee) para este modelo e versão de software básico é: 03.22.04					

2.1. Identificação e codificação do número de fabricação do equipamento:

FORMATAÇAO GERAL: FFMMAALLLLLLLLLLLLL	
FF (COD. FABRICANTE):	BE
MM (MODELO):	10
AA	Ano de fabricação do equipamento
LLLLLLLLLLLLL	Caracteres seqüenciais livres atribuídos pelo fabricante

3. Identificação do fabricante:

Razão Social	CNPJ	Inscrição Estadual (no estado de localização)
Bematech S/A	82.373.077/0001-71	101.814.65-30

4. Operações de cancelamentos:

Cancelamentos													
Item		Cupom emitido		Cupom em emissão		Operação acresc. item		Operação desconto item		Operação acresc. subtotal		Operação desconto subtotal	
ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ICMS	ISSQN
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

5. Operações de acréscimos e descontos:

Acréscimos				Descontos			
Item		Subtotal		Item		Subtotal	
ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

6. Totalizadores:

Os totalizadores atendem as especificações de sigla, nome, descrição, local de gravação, formato, capacidade, funções, reinício e evento descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 30/12.

7. Contadores:

Os contadores atendem as especificações de sigla, descrição, local de gravação, formato, capacidade, funções, reinicio e evento descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 30/12.

8. Indicadores:

Os indicadores atendem as especificações de sigla, nome, descrição, formato, capacidade e obrigatoriedade descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 12/12.

9. Símbolo indicador de acumulação de valor no Totalizador Geral (GT):

Símbolo		Local de impressão no cupom fiscal: à direita do valor do item

10. Características do equipamento conferidas pelo hardware:

10.1. Sistema de lacração: Lógica com detecção automática de abertura.

10.2. Plaqueta de identificação:

Material	Fixação	Localização
Alumínio	Rebitada no "Módulo fiscal blindado"(MFB)	Lateral direita

10.3. Mecanismo Impressor:

Marca	Modelo	Tipo	Colunas
Bematech	Atenas	Térmica	48
Observações: 1 - Sensor de Papel: Ótico 2 - Guilhotina: Opcional			

10.4. Memória Fiscal:

Tipo de dispositivo	Identificação	Capacidade	Receptáculo adicional
ATMEL DATAFLASH	AT45DB642	64Mb(8MB)	Não possui

10.5. Memória de Fita Detalhe:

Tipo de dispositivo	Identificação	Capacidade
SD WORM	SANDISK SDSDWRM-001G	1GB

10.6. Portas:

10.6.1. Placa Controladora Fiscal (de acordo com Certificado de Conformidade de Hardware emitido pela UDESC):

Conector	Tipo	Função
Porta Ethernet	Conector RJ-45	Porta para comunicação remota com o ECF
Porta USB Device	USB Tipo B	Porta para comunicação com o microcomputador
Porta USB Host	USB Tipo A	Porta para comunicação com dispositivo de armazenamento externo
Gaveta	Conector RJ-11	Conector para acionamento de gaveta
Wi-Fi	Conector fêmea 1x5 Conector fêmea 1x4	Previsão para conectar a placa Base com o módulo Wi-Fi versão de 4 ou 5 pinos
GPRS	Conector fêmea 1x9	Previsão para conectar a placa Base com o módulo GPRS
Entrada DC	Conector circular de alimentação 3 pinos	Entrada DC para conectar a fonte de alimentação

Conectores e jumpers da PCF (de acordo com Certificado de Conformidade de Hardware emitido pela UDESC):

Identificação	Local	Tipo	Função
CN1	Interno	Barra de pinos 2x8 1,27mm	Interface JTAG do Software Básico
CN3	Interno	Barra de pinos 2x4	Não montado. Contém os sinais da interface SPI do Software Básico
CN4	Interno	Barra de pinos 2x8 1,27mm	Interface JTAG do BootLoader.
CN5	Interno	Barra de pinos 2x8 1,27mm	Interface JTAG da MF
CN6	Interno	Conector 50x2 0,8mm	Conecta a MFB com a placa Base
CN7	Interno	Soquete	Soquete para conexão da MFD
CN8 e CN9	Interno	Conector 1x3	Suporte mecânico da MFB. Pinos conectados ao GND
CN10	Interno	Conector flat-cable 6 vias	Não utilizado.
JP1	Interno	Jumper (não montado)	Não montado.
JP3	Interno	Barra de pinos 1x2	Liga a alimentação da Bateria
JP4	Interno	Barra pinos 2x2 Não montado.	Não montado.
JP5	Interno	Barra pinos 2x2 Não montado.	Não montado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11. Disposições Gerais:
11.1 - Permite acesso a informações remotamente, por meio de conexão Banda larga;
11.2 - Não permite a impressão de cheque;
11.3 - Não permite a autenticação de documentos;
11.4 - O fabricante disponibiliza os seguintes programas aplicativos e suas funções específicas:
11.4.1. WINMFD3.EXE, decodificador da AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO emitido pelo ECF;
11.4.2. Instalador do aplicativo RTFISCO.EXE, para envio de comandos utilizando o protocolo ESC-ECF;
11.5 - O ECF permite autenticação digital dos arquivos gerados por meio de padrões de chaves de mercado;
11.6 - Sempre que ocorrer alteração no software básico ou no hardware do equipamento, deverá ser solicitada revisão de homologação para o equipamento, nos termos do Protocolo ICMS 37/13.
11.7 - Identificação eletrônica por meio do código MD-5 (Message Digest-5) dos arquivos DLL (Dynamic Link Library) e demais arquivos auxiliares necessários ao funcionamento do programa eECFc:

Nome arquivo	Autenticação eletrônica (código MD-5)
Bematech.dll	22CD90F323CED2FB59815548B95C67D7
Bemafi32.dll	8CB4EFE7BBAABC33B5A79B326205A85C
BemaMFD3.dll	3B08A638B686EC957E6F11DDB33B9383

11.8 - Na emissão de um Comprovante Não-Fiscal de SAÍDA, inclusive o totalizador de SANGRIA, o Software Básico incrementa o totalizador de Sangria, mas não reduz nenhum totalizador de Meios de Pagamento (por não identificar qual deles sofreu a sangria);
11.9 - Na extração do arquivo binário do software básico, para validação pelos algoritmos MD-5 e SHA-1 é necessário a eliminação dos registros concernentes à assinatura digital do equipamento;
11.10 - O equipamento permite apenas o cancelamento do cupom fiscal em emissão ou logo após a sua emissão;
11.11 - O equipamento permite a parametrização para não impressão dos documentos.
12. Representantes das unidades federadas signatárias do Protocolo ICMS 37/13
Integrantes da equipe de análise funcional:

Coordenador Operacional	
Reinaldo Prado de Albuquerque Mello	SEFAZ/MS
Analisadores	
Nome	UF
Pedro Henrique Siqueira	SEFAZ/MS
Felipe Letsch	SEF/SC
Sérgio Dias Pinetti	SEF/SC

13. Representantes do fabricante na análise funcional:

Nome: Alexandre da Silva Rios
CPF: 718.802.759-53
Cargo ou Função: Engenheiro Especialista Técnico
Nome: Rafael Moreira Miggiorin
CPF: 029.353.049-18
Cargo ou Função: Engenheiro Especialista Técnico
Nome: Edilson José Freshi
CPF: 041.870.119-94
Cargo ou Função: Analista de TI
Local e data da análise: Campo Grande, 27 de abril de 2017
Assinatura do coordenador operacional:

Em 8 de maio de 2017

Termo Descritivo Funcional nº 2/17 - BEMATECH

Nº 065 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no parágrafo único da cláusula décima segunda do Convênio ICMS 137, de 15 de dezembro de 2006, torna público o seguinte
Termo Descritivo Funcional Nº 002/2017
BEMATECH S.A.
Termo Descritivo Funcional
Os representantes das unidades federadas signatárias do Protocolo ICMS 37/13 mediante realização de análise funcional do equipamento ECF abaixo identificado emitem o presente Termo Descritivo Funcional para os efeitos previstos no mencionado Protocolo e no Convênio ICMS 137/06:
1. Termo Descritivo Funcional:

Número	Data da emissão	Finalidade (análise inicial ou de revisão)	Legislação aplicável/ data do protocolo	Laudo da análise estrutural
002/2017	27/04/2017	Análise revisão	Conv. ICMS 09/09	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - 024/2013 e CCH nº 031/2016

2. Identificação do equipamento e do Software Básico:

Equipamento			Software básico		
Tipo	Marca	Modelo	Versão	Checksum	Dispositivo
ECF-IF	Bematech	MP-4200 TH FI II	01.00.03	9676	ATMEL DATAFLASH AT45DB642
Autenticação do arquivo binário do Software Básico:					
MD5: 472DF8FE54809B10DE5ECB60EB79421E					
SHA1: C876ACB0D9AEB592B653D1A6EA53B4A8AFDC5CAC					
O código nacional de identificação de equipamento ecf (cniee) para este modelo e versão de software básico é: 03.23.04					

2.1. Identificação e codificação do número de fabricação do equipamento:

FORMATAÇAO GERAL: FFMMAALLLLLLLLLLLLL	
FF (COD. FABRICANTE):	BE
MM (MODELO):	11
AA	Ano de fabricação do equipamento
LLLLLLLLLLLLL	Caracteres seqüenciais livres atribuídos pelo fabricante

3. Identificação do fabricante:

Razão Social	CNPJ	Inscrição Estadual (no estado de localização)
Bematech S/A	82.373.077/0001-71	101.814.65-30

4. Operações de cancelamentos:

Cancelamentos													
Item		Cupom emitido		Cupom em emissão		Operação acresc. item		Operação desconto item		Operação acresc. subtotal		Operação desconto subtotal	
ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ICMS	ISSQN
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

5. Operações de acréscimos e descontos:

Acréscimos				Descontos			
Item		Subtotal		Item		Subtotal	
ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

6. Totalizadores:
Os totalizadores atendem as especificações de sigla, nome, descrição, local de gravação, formato, capacidade, funções, reinício e evento descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 30/12.
7. Contadores:
Os contadores atendem as especificações de sigla, descrição, local de gravação, formato, capacidade, funções, reinicio e evento descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 30/12.
8. Indicadores:
Os indicadores atendem as especificações de sigla, nome, descrição, formato, capacidade e obrigatoriedade descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 30/12.
9. Símbolo indicador de acumulação de valor no Totalizador Geral (GT):

Símbolo		Local de impressão no cupom fiscal: à direita do valor do item

10. Características do equipamento conferidas pelo hardware:
10.1. Sistema de lacração: Lógica com detecção automática de abertura.
10.2. Plaqueta de identificação:

Material	Fixação	Localização
Alumínio	Rebitada no "Módulo fiscal blindado"(MFB)	Lateral direita

10.3. Mecanismo Impressor:

Marca	Modelo	Tipo	Colunas
Bematech	Atenas	Térmica	48
Observações: 1 - Sensor de Papel: Ótico 2 - Guilhotina: Opcional			

10.4. Memória Fiscal:

Tipo de dispositivo	Identificação	Capacidade	Receptáculo adicional
NANDFLASH	MT29F16G08XXXXXXXXX MT29F64G08XXXXXXXXX MT29F128G08XXXXXXXXX	2GB	Não possui

10.5. Memória de Fita Detalhe:

Tipo de dispositivo	Identificação	Capacidade
NANDFLASH	MT29F16G08XXXXXXXXX MT29F64G08XXXXXXXXX MT29F128G08XXXXXXXXX	2GB

10.6. Portas:
10.6.1. Placa Controladora Fiscal (de acordo com Certificado de Conformidade de Hardware emitido pela UDESC):

Conector	Tipo	Função
Porta Ethernet	Conector RJ-45	Porta para comunicação remota com o ECF.
Porta USB Device	USB Tipo B	Porta para comunicação com o microcomputador.
Porta USB Host	USB Tipo A	Porta para comunicação com dispositivo de armazenamento externo.
Gaveta	Conector RJ-11	Conector para acionamento de gaveta
Wi-Fi	Conector fêmea 1x7 Conector fêmea 1x5 Conector fêmea 1x4	Previsão para conectar a placa Base com o módulo Wi-Fi versão de 4, 5 ou 7 pinos.
GPRS	Dois conectores fêmea 1x9	Previsão para conectar a placa Base com o módulo GPRS.
Entrada DC	Conector circular de alimentação 3 pinos	Entrada DC para conectar a fonte de alimentação.

11. Disposições Gerais:
11.1 - Permite acesso a informações remotamente, por meio de conexão Banda larga;
11.2 - Não permite a impressão de cheque;
11.3 - Não permite a autenticação de documentos;
11.4 - O fabricante disponibiliza os seguintes programas aplicativos e suas funções específicas:
11.4.1. WINMFD3.EXE, decodificador da AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO emitido pelo ECF;
11.4.2. Instalador do aplicativo RTFISCO.EXE, para envio de comandos utilizando o protocolo ESC-ECF;
11.5 - O ECF permite autenticação digital dos arquivos gerados por meio de padrões de chaves de mercado;
11.6 - Sempre que ocorrer alteração no software básico ou no hardware do equipamento, deverá ser solicitada revisão de homologação para o equipamento, nos termos do Protocolo ICMS 37/13.
11.7 - Identificação eletrônica por meio do código MD-5 (Message Digest-5) dos arquivos DLL (Dynamic Link Library) e demais arquivos auxiliares necessários ao funcionamento do programa eECFc:

Nome arquivo	Autenticação eletrônica (código MD-5)
Bematech.dll	22CD90F323CED2FB59815548B95C67D7
Bemafi32.dll	8CB4EFE7BBAABC33B5A79B326205A85C
BemaMFD3.dll	3B08A638B686EC957E6F11DDB33B9383

11.8 - Na emissão de um Comprovante Não-Fiscal de SAÍDA, inclusive o totalizador de SANGRIA, o Software Básico incrementa o totalizador de Sangria, mas não reduz nenhum totalizador de Meios de Pagamento (por não identificar qual deles sofreu a sangria);
11.9 - Na extração do arquivo binário do software básico, para validação pelos algoritmos MD-5 e SHA-1 é necessário a eliminação dos registros concernentes à assinatura digital do equipamento;
11.10 - O equipamento permite apenas o cancelamento do cupom fiscal em emissão ou logo após a sua emissão;
11.11 - O equipamento permite a parametrização para não impressão dos documentos.
12. Representantes das unidades federadas signatárias do Protocolo ICMS 37/13
Integrantes da equipe de análise funcional:

Coordenador Operacional	
Reinaldo Prado de Albuquerque Mello	SEFAZ/MS
Analisadores	
Nome	UF
Pedro Henrique Siqueira	SEFAZ/MS
Felipe Letsch	SEF/SC
Sérgio Dias Pinetti	SEF/SC

13. Representantes do fabricante na análise funcional:

Nome: Alexandre da Silva Rios
CPF: 718.802.759-53
Cargo ou Função: Engenheiro Especialista Técnico
Nome: Rafael Moreira Miggiorin
CPF: 029.353.049-18
Cargo ou Função: Engenheiro Especialista Técnico
Nome: Edilson José Freshi
CPF: 041.870.119-94
Cargo ou Função: Analista de TI
Local e data da análise: Campo Grande, 27 de abril de 2017
Assinatura do coordenador operacional:

Em 9 maio de 2017

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 66 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Criadores de Software Ltda EPP	24.555.311/0001-85	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL0352017, nome: CDS Sistemas e Gestão, versão: 10.0.0, código MD5: 9C257BD44B0DB6A8D7A1E0AE0316A92D *PLJECF

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 1.997, DE 8 DE MAIO DE 2017

Divulga o resultado das metas a partir dos indicadores de que trata a Portaria RFB nº 31, de 18 de janeiro de 2017, para o período de fevereiro a março de 2017.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 765, de 29 de dezembro de 2016 e nos termos da Portaria RFB nº 31, de 18 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado das metas estabelecidas para o período de fevereiro a março de 2017, a partir dos indicadores definidos na Portaria RFB nº 31, de 18 de janeiro de 2017.

Indicador	Resultado
1	18,12%
2	5,32%
3	27,77%
4	91,50%
5	161,07 dias
6	539,32 dias
7	24,91%
8	92,85%
9	R$ 445.735 milhões

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 8 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre o Manual para Compactação e Criptografia de dados da e-Financeira.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Fica aprovada a versão 1 do Manual para Compactação e Criptografia de dados da e-Financeira, constante do anexo único deste Ato, disponível para download na página do Sistema Público de Escrituração Digital na internet, no endereço < http://sped.rfb.gov.br/pasta/show/1766 >.

Art. 2º A utilização do modelo de criptografia de dados da e-Financeira passa a ser obrigatória para quaisquer arquivos transmitidos a partir do primeiro dia útil de março de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

ANEXO ÚNICO

MANUAL PARA COMPACTAÇÃO E CRIPTOGRAFIA DE DADOS DA E-FINANCEIRA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.013, DE 4 DE MAIO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF09/Diana nº 27, de 29 de maio de 2014.

Código NCM: 8451.30.99 Mercadoria: Máquina de operação manual e de aquecimento elétrico, de peso líquido de 53 kg, própria para transferir, por meio de pressão e calor, imagem contida em papel "transfer" para um artigo de vestuário (camiseta, por exemplo) (forma de prensagem plana) ou um boné (forma de prensagem curva), mesmo apresentada sem a forma de prensagem, comercialmente denominada "Prensa térmica manual".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.51), RGI 2 a), RGI 6 (texto da subposição 8451.30) e RGC 1 (textos do item 8451.30.9 e do subitem 8451.30.99) da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 98.014, DE 4 DE MAIO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF09/Diana nº 28, de 29 de maio de 2014.

Código NCM: 8451.30.99 Mercadoria: Máquina de operação manual e de aquecimento elétrico, provida de duas bandejas de apoio dispostas lado a lado, própria para transferir, por meio de pressão e calor, imagem contida em papel "transfer" para artigos de vestuário (camiseta, por exemplo), comercialmente denominada "Prensa térmica automática".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.51), RGI 6 (texto da subposição 8451.30) e RGC 1 (textos do item 8451.30.9 e do subitem 8451.30.99) da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.101, DE 25 DE ABRIL DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8523.59.10 Mercadoria: Transponder (tag) de acionamento por aproximação (RFID), apresentado incompleto, utilizado para armazenamento do número de identificação do animal e modulação de campo magnético, constituído por microchip transponder (com memória ROM) e antena (bobina) com diâmetro externo de 27,6 mm e espessura de 1,4 mm - não combinados em corpo único -, que serão encapsulados, porém não embebidos, em material plástico na forma de brinco.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 c/c RGI 2 a) (texto da posição 85.23) e RGI 6 (textos das subposições de primeiro nível 8523.5 e de segundo nível 8523.59) e RGC-1 (texto do item 8523.59.10) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.117, DE 2 DE MAIO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3304.99.90 Código Tipi 3304.99.90 - EX 02 Mercadoria: Protetor solar, sem propriedades bronzeadoras, na forma de loção emulsionada para uso externo para proteção solar contra os raios UVA e UVB, apresentada em frasco plástico com válvula em spray, com capacidade de 125 ml e de 237 ml.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 33.04), RGI 6 (texto da subposição 3304.99) e RGC 1 (texto do item 3304.99.90) da NCM/SH constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, com alterações posteriores, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

ÁLVARO AUGUSTO DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.119, DE 3 DE MAIO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8523.59.10 Mercadoria: Transponder (TAG) de identificação veicular através de leitura de radiofrequência (chip de RFID), composto de uma placa de circuito impresso com antena, alimentado por uma bateria de lítio de 3 Volts, operando em uma frequência de 915 Mhz, com capacidade de armazenamento de 1024 bits; encapsulado em uma caixa de plástico medindo 87,4 mm X 48,0 mm X 19,1 mm, utilizado em atividades como identificação de frota, gestão de trânsito, fiscalização, controle de acesso e pedágio eletrônico, também denominado de PIVE - Placa de Identificação Veicular Eletrônica.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.23, RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8523.5 e texto da subposição de 2º nível 8523.59) e RGC 1 (texto do item 8523.59.10) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.123, DE 3 DE MAIO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8523.59.10 Mercadoria: Transponder (tag) de acionamento por aproximação (RFID), apresentado incompleto, utilizado para armazenamento do número de identificação do animal e modulação de campo magnético, constituído por microchip transponder (com memória ROM de 256 bits ou de 2048 bits) e antena (bobina) com diâmetro externo de 27,6mm e espessura de 1,1 mm - não combinados em corpo único -, que serão encapsulados, porém não embebidos, em material plástico na forma de brinco.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 c/c RGI 2 a) (texto da posição 85.23), RGI 6 (textos das subposições de primeiro nível 8523.5 e de segundo nível 8523.59) e da RGC-1 (texto do item 8523.59.10) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.124, DE 3 DE MAIO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9102.12.20 Mercadoria: Relógio de pulso para prática desportiva, com mostrador digital e caixa de plástico, com receptor GPS (Sistema de Posicionamento Global) e bússola. O dispositivo é resistente à água (50 m) e, além de mostrar a data e a hora, pode vir acompanhado de monitor cardíaco torácico e sensores de cadência de movimentos e velocidade.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 91.02), RGI 3 b), RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 9102.1 e da subposição de segundo nível 9102.12) e RGC-1 (texto do item 9102.12.20) constantes da TEC aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.125, DE 3 DE MAIO DE 2017

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9102.12.20 Mercadoria: Relógio de pulso para prática desportiva, com mostrador digital e caixa de plástico, com receptor de GPS (Sistema de Posicionamento Global) e sensor de freqüência cardíaca (cinta torácica).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 91.02), RGI 3 b), RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 9102.1 e da subposição de segundo nível 9102.12) e RGC-1 (texto do item 9102.12.20) constantes da TEC aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 214, DE 3 DE MAIO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: CRÉDITOS NÃO CUMULATIVIDADE. ESTABELECIMENTO DE DEMONSTRAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE PRODUTO ACABADO. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS. INSUMOS. IMPOSSIBILIDADE.

É vedada a apuração de créditos da Cofins na forma do inciso II do caput do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, em relação a equipamentos adquiridos pela pessoa jurídica para utilização em estabelecimento destinado a facilitar a comercialização mediante a demonstração do funcionamento de produto acabado, pois tais bens não são utilizados "na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda", como exige o citado dispositivo.

CRÉDITOS NÃO CUMULATIVIDADE. ESTABELECIMENTO DE DEMONSTRAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE PRODUTO ACABADO. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS. ATIVO IMOBILIZADO. IMPOSSIBILIDADE.

É vedada a apuração de créditos da Cofins na forma do inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, em relação a equipamentos adquiridos pela pessoa jurídica e incorporados a seu ativo imobilizado para utilização em estabelecimento destinado a facilitar a comercialização mediante a demonstração do funcionamento de produto acabado, pois tais bens não são utilizados "na produção de bens destinados à venda", como exige o citado dispositivo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, artigo 3º, incisos II e VI, § 1º, inciso III; IN SRF nº 404, de 12 de março de 2004, artigo 8º, inciso I, alínea "b" e § 4º.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: CRÉDITOS NÃO CUMULATIVIDADE. ESTABELECIMENTO DE DEMONSTRAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE PRODUTO ACABADO. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS. INSUMOS. IMPOSSIBILIDADE.

É vedada a apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep na forma do inciso II do caput do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, em relação a equipamentos adquiridos pela pessoa jurídica para utilização em estabelecimento destinado a facilitar a comercialização mediante a demonstração do funcionamento de produto acabado, pois tais bens não são utilizados "na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda", como exige o citado dispositivo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CRÉDITOS NÃO CUMULATIVIDADE. ESTABELECIMENTO DE DEMONSTRAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE PRODUTO ACABADO. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS. ATIVO IMOBILIZADO. IMPOSSIBILIDADE.

É vedada a apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep na forma do inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, em relação a equipamentos adquiridos pela pessoa jurídica e incorporados a seu ativo imobilizado para utilização em estabelecimento destinado a facilitar a comercialização mediante a demonstração do funcionamento de produto acabado, pois tais bens não são utilizados "na produção de bens destinados à venda", como exige o citado dispositivo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, artigo 3º, incisos II e VI; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, artigo 15, inciso II; IN SRF n.º 247, de 21 de novembro de 2002, artigo 66, inciso I, alínea "b", § 5º; IN SRF nº 404, de 12 de março de 2004, artigos 8º, § 9º, e 15.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral da COSIT

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 215, DE 3 DE MAIO DE 2017

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA. AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. DESCONTO IMEDIATO DE CRÉDITO. VEÍCULOS. IMPOSSIBILIDADE.

A possibilidade de desconto imediato de crédito da Cofins estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 11.774, de 2008, aplica-se em relação às máquinas e aos equipamentos adquiridos no mercado interno ou importados a partir de julho de 2012, não alcançando os reboques e semirreboques, por serem bens de natureza diversa (veículos), não incluídos no escopo do dispositivo legal que estabeleceu as regras de aproveitamento do crédito em questão.

A pessoa jurídica que utilize os reboques e semireboques na prestação de serviços que constituam seu objeto social pode descontar créditos da Cofins em relação à aquisição desses bens com base nos encargos de depreciação incorridos a cada mês.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.774, de 2008, art. 1º, inciso XII e § 1º; Lei nº 12.546, art. 4º; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, VI e § 1º, III; Decreto nº 435, de 1992; Instrução Normativa RFB nº 807, de 2008; PNs. CST nº 7, de 1992 e nº 19, de 1983.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA. AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. DESCONTO IMEDIATO DE CRÉDITO. VEÍCULOS. IMPOSSIBILIDADE.

A possibilidade de desconto imediato de crédito da Contribuição para o PIS/Pasep estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 11.774, de 2008, aplica-se em relação às máquinas e equipamentos adquiridos no mercado interno ou importados a partir de julho de 2012, não alcançando os reboques e semirreboques, por serem bens de natureza diversa (veículos), não incluídos no escopo do dispositivo legal que estabeleceu as regras de aproveitamento do crédito em questão.

A pessoa jurídica que utilize os reboques e semireboques na prestação de serviços que constituam seu objeto social pode descontar créditos em relação à aquisição desses bens com base nos encargos de depreciação incorridos a cada mês.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.774, de 2008, art. 1º, XII e § 1º, com a redação dada pela Lei nº 12.546, de 2011, art. 4º; Lei 10.637, de 2002, art. 3º, VI e § 1º, III; Decreto nº 435, de 1992; Instrução Normativa RFB nº 807, de 2008. PNs. CST nº 7, de 1992 e nº 19, de 1983.

ASSUNTO: Normas Gerais de Direito Tributário

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL. ASSESSORIA CONTÁBIL-FISCAL. IMPOSSIBILIDADE

É ineficaz a consulta na parte em que objetive a prestação de assessoria contábil-fiscal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inciso XIV.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral da COSIT

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e considerando o que consta do e-processo nº 10183.720486/2017-13, declara:

Art. 1°. Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: VENCEDOR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LACTEOS LTDA
CNPJ: 03.689.311/0001-06
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 240, de 15 de dezembro de 2016, seção 3, pág. 7.
Período de vigência do Projeto: 01/07/2016 a 30/06/2019.

Art. 2°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 5 DE MAIO DE 2017

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, declara:

Art. 1°. Fica reconhecido o direito da empresa AGROINDUSTRIAL CAMPO REAL LTDA, CNPJ: 11.636.261/0001-19, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração dos resultados adicionais criados pelo projeto de implantação da empresa na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano-calendário de 2016, com base no LAUDO CONSTITUTIVO N° 115/2016 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo n° 13154.720093/2017-37:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 11.636.261/0001-19;

II - Localização: Avenida A, 100, Zona Rural, Primavera do Leste/MT, CEP: 78850-000;

III - Enquadramento do empreendimento: Alínea 'h', Inciso VI, do art. 2° do Decreto n° 4.212/2002 - "alimentos e bebidas";

IV - Produto Incentivado: Feijão beneficiado diversos e seus subprodutos;

V - Capacidade instalada anual: 6.825.000 kg.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto (art. 545 do Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda - RIR):

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3°. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

Art. 5°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 5 DE MAIO DE 2017

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, declara:

Art. 1°. Fica reconhecido o direito da empresa AGROINDUSTRIAL CAMPO REAL LTDA, CNPJ: 11.636.261/0001-19, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração dos resultados adicionais criados pelo projeto de implantação da empresa na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano-calendário de 2016, com base no LAUDO CONSTITUTIVO N° 116/2016 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo n° 13154.720093/2017-37:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 11.636.261/0001-19;

II - Localização: Avenida A, 100, Zona Rural, Primavera do Leste/MT, CEP: 78850-000;

III - Enquadramento do empreendimento: Alínea 'h', Inciso VI, do art. 2° do Decreto n° 4.212/2002 - "alimentos e bebidas";

IV - Produto Incentivado: Milho pipoca beneficiado;

V - Capacidade instalada anual: 6.825.000 kg.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto (art. 545 do Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda - RIR):

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3°. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

Art. 5°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DELARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 9 DE MAIO DE 2017

Cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, por erro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA DELEGACIA EM TERESINA, no uso de suas atribuições, com base nos arts. 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e o art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, publicada no DOU de 03/10/2014, declara:

Art. 1º - Cancelada a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, do CNPJ 08.578.865/0001-41, HAVAI VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - ME, dossiê cadastrado: 10010.016543/0517-46, código de controle: 1D96.3D37.ED6D.20CA, liberada e emitida em 11.04.2017, às 13:17:32hs, e cancelada a sua liberação em 09.05.2017.

Art. 2º - O cancelamento surtirá efeitos a partir da data de sua publicação.

EUDIMAR ALVES FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 9 DE MAIO DE 2017

Exclusão de integrante do Quadro de Sócios e Administradores (QSA) de entidade inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), por vício no ato cadastral.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 305-VIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17/05/2012, tendo em vista o disposto no artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, e com base no que consta do Processo nº 13411.000809/2008-15, resolve:

Art. 1º Excluir, com efeitos a partir de 02/09/1999, a pessoa física GRACILDA BARBOSA DE LIMA, CPF nº 464.854.225-87, do Quadro de Sócios e Administradores (QSA) da pessoa jurídica RONCOLATO AQUACULTURA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 03.419.705/0001-36, por vício no ato cadastral.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 9 DE MAIO DE 2017

Declara a baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 305-VIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17/05/2012, tendo em vista o disposto nos artigos 29-IV e 33-caput e § 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, e com base no que consta do Processo nº 13411.000809/2008-15, resolve:

Art. 1º Declarar a baixa de ofício, com data de evento em 11/05/2014, da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 03.419.705/0001-36, de razão social RONCOLATO AQUACULTURA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME, tendo em vista a ocorrência de cancelamento no órgão de registro competente.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 9 DE MAIO 2017

Reconhecimento de benefício de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 553 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto n.º 3.000, de 26/03/1999, e pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta no processo nº 13.433.720.388/2017-77, resolve:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica NORTE SALINEIRA SA IND E COM NORSAL, CNPJ nº 08.249.021/0001-29, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0013/2017, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, através - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: CNPJ nº 08.249.021/0001-29;

II - Endereço da Unidade Produtora: Rodovia BR 110, km 01, S/N, Zona Suburbana, Areia Branca (RN), CEP: 59.655-000;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais;

IV - Condição Onerosa Atendida: Modernização de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Setor Prioritário Considerado: Indústria de transformação - Alimentos, Decreto 4.213, art. 2°, inciso VI, alínea i;

VI - Descrição da Atividade: Atividade de apoio à extração de minerais não metálicos (Beneficiamento de Sal Marinho);

VII - Capacidade Instalada do Atual: 367.200 tonelada/ano;

VIII - Capacidade Incentivada: 100% da capacidade instalada;

XIX - Prazo de Vigência do benefício: 10 (dez) anos;

X - Período de fruição do benefício: 01/01/2017 a 31/12/2026.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0013/2017, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 4 DE MAIO DE 2017

Declara nula a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica 15.305.078/0001-91, em razão de vício na inscrição.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 maio de 2012, e com fundamento no disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º Nula, nos termos do inciso II do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica 15.305.078/0001-91, em razão de vício no ato cadastral, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 10219.720146/2016-49.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e produz efeitos a partir de 02 de abril de 2012, termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, conforme o disposto no §2º do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 54, DE 9 DE MAIO 2017

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB n° 1.634, de 06 de maio de 2016 (publicada no DOU de 09.05.2016).

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6°, inciso V, da Portaria DRF Recife n° 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido no art. 40, Inciso I e II da Instrução Normativa RFB n° 1.634, de 06 de maio de 2016 e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n° 10480720.939/2017-49, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA, perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o CNPJ n° 08.328.612/0001-10 da empresa MTA SERVIÇOS DE MEDICINA OCUPACIONAL E CLINICA MÉDICA LTDA - ME, por não ter sido localizada em seu endereço cadastral, conforme Termo de Diligência e Constatação Fiscal anexo ao processo.

Art. 2°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes do art. 45 da supracitada Instrução Normativa.

CRISTIANE SANGREMAN LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 5 DE MAIO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM DIVINÓPOLIS/MG, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 20, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003; no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica EMPRESAS PESSIM LTDA, CNPJ 19.605.112/0001-02, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado Da Receita Federal em Divinópolis/MG, na rua São Paulo, 267 - Centro - CEP 35500-006, em Divinópolis(MG).

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GARÍGLIO JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 9 DE MAIO DE 2017

Declara a concessão de habilitação para a empresa exercer procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo em área marítima situada em aguas jurisdicionais brasileiras.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, pelo artigo 6º da Portaria nº 231, de 5 de abril de 2016, da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal, e em conformidade com o que consta nos autos do Dossiê Digital nº 10010.028681/0217-80, tendo em vista o disposto no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, e em complementação ao Ato Declaratório Executivo nº 10, de 15 de dezembro de 2016, declara:

Art. 1º. - Fica a empresa BG E&P BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 02.681.185/0001-72, situada na Avenida República do Chile, no. 330, 25o. Andar, Torre 2, Centro, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, habilitada a utilizar os procedimentos simplificados relacionados com o despacho aduaneiro de exportação de petróleo em área alfandegada localizada no Terminal T-OIL do Porto do Açu, na modalidade de embarque prevista no inciso II do art. 7o. da Instrução Normativa RFB no. 1.381, de 31 de julho de 2013, discriminada pelas seguintes coordenadas:

Latitude: - 21, 810323° S

Longitude: - 40, 983090° W

Art. 2º. - Está autorizado por este Ato como estabelecimento comercial que realizará as referidas exportações de petróleo, nos termos do artigo 3.º, § 2.º, inciso II da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013, o estabelecimento descrito abaixo:

- BG E&P BRASIL LTDA. CNPJ 02.681.185/0012-25, Avenida República do Chile, nº 330, 25º andar, sala 2513, Oeste, Centro no Município do Rio de Janeiro, Estado do rio de Janeiro.

Art. 3º - O petróleo destinado à exportação será extraído da unidade de produção/estocagem descrita abaixo:

- Unidade Flutuante de Produção (FPSO) P-66 - BM-S-11, Campo de LULA, latitude 25º36'10,147" S e longitude 42º49'14,367" W

Art. 4º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme disposto no art. 5º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 5º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o referido procedimento simplificados tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 6º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RENATO DA SILVA BRAGA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 9 DE MAIO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 13588.720132/2016-15, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º - DECLARAR NULO o CPF Nº061.570.467-81 da pessoa física denominada JUANA DA COSTA , por ocorrência de fraude no ato de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, apurada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, 6ª Núcleo Regional da Corregedoria Geral da Justiça, no Processo Judicial nº 2016.0128936, nos termos dos artigos 17,18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 9 DE MAIO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos do processo administrativo nº 13588.720120/2016-91, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CPF Nº061.838,967-99 da pessoa física denominada RONALDO GUSMÃO , por ocorrência de fraude no ato de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, apurada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, 6ª Núcleo Regional da Corregedoria Geral da Justiça, no Processo Judicial nº 2016.0128936, nos termos dos artigos 17,18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 4 DE MAIO DE 2017

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10074.720061/2017-33, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade dos bens constantes da DI nº 17/0098461-8, com isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da Fiotec - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde, CNPJ 02.385.669/0001-74, para a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, CNPJ 33.781.055/0001-35.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

NILO VEIGA ROLIM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 4 DE MAIO DE 2017

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, e art. 257, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10074.720066/2017-66, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade dos bens constantes da DI nº 17/0184658-8, com isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990 e na Lei nº 10.865/2004, art. 9º, inciso II, alínea "h", da Fiotec - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde, CNPJ 02.385.669/0001-74, para a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, CNPJ 33.781.055/0001-35.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

NILO VEIGA ROLIM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 4 DE MAIO DE 2017

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, e art. 257, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10074.720097/2017-17, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade dos bens constantes da DI nº 17/0260667-0, com isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990 e na Lei nº 10.865/2004, art. 9º, inciso II, alínea "h", da Fiotec - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde, CNPJ 02.385.669/0001-74, para a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, CNPJ 33.781.055/0001-35.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

NILO VEIGA ROLIM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 5 DE MAIO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720105/2017-25, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado para venda ao Sr. CARLOS GOMES DE OLIVEIRA, CPF 510.913.997-00, o veículo tipo CAMIONETA marca/modelo I/BMW X1 XDRIVE2 0 I VM91, ano de fabricação 2013, modelo: 2014 cor: BRANCA, combustível: GASOLINA, chassis nº: WBAVM9101EVT72709 Placa RJ LRJ5701, Renavam nº 01000439167 , de propriedade do Sra. DOROTHEE ADELHEID TOSKA SEEMANN , CPF nº 732.668.251-87, importado por meio da DI nº 13/2066447-6, desembaraçada em 22/10/2013, pela Alfândega do Porto de Santos.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

NILO VEIGA ROLIM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 5 DE MAIO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720106/2017-70, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado para venda ao Sra. VIRGINIA MALAIKA GAVILANES HAWLE DE MOURA, CPF 060.656.247-80, o veículo marca/modelo I/FORD FIESTA 1.3, ano de fabricação/modelo: 2005 cor: PRATA, combustível: GASOLINA, chassis nº: WF0HXXGAJ54530018, Placa RJ LRJ5393, Renavam nº 00551559128 , de propriedade do Sr. FABIAN GUNTER GUDE , CPF nº 062.153.957-06, importado por meio da DI nº 13/0760584-4, desembaraçada em 26/04/2013, pela Alfândega do Porto Do Rio de Janeiro.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

NILO VEIGA ROLIM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 5 DE MAIO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720107/2017-14, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado para venda ao Sr. ARTHUR SASS, CPF 875.092.537-72, o veículo marca/modelo I/TOYOTA, ano de fabricação/modelo: 1997 cor: BRANCA, combustível: GASOLINA, chassis nº: JT172SC11VO112460, Placa RJ LRJ5293, Renavam nº 00452101808 , de propriedade do Sr. MATTHIAS GLASCHKE , CPF nº 061.862.437-61, importado por meio da DI nº 11/1781144-3, desembaraçada em 22/09/2011, pela Alfândega do Porto Do Rio de Janeiro.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

NILO VEIGA ROLIM

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 9 DE MAIO DE 2017

Declara a empresa que menciona excluída, a partir de 01/01/2012, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, LOTADA E EM EXERCÍCIO NO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO - SEFIS, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM CAMPINAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 3º da Portaria nº 23 de 21/02/2011 e da delegação de competência contida no inciso IV do artigo 6º da Portaria nº 22 de 21/02/2011, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, tendo em vista a Representação para Exclusão do SIMPLES que consta do processo administrativo fiscal nº 10830.722682/2017-42, declara:

Art. 1º- Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL - (Lei Complementar 123/2006), a partir de 01/01/2012, a empresa abaixo identificada, pela ocorrência da situação excludente conforme segue:

Razão Social:	A.N.R. INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
CNPJ:	03.244.048/0001-33
Endereço:	AVENIDA ARTHI, 655 - CAXINDUVA - BOM JESUS DOS PERDOES - SP
Descrição da situação excludente:	Constatado que durante o ano calendário 2012 o valor das despesas pagas pela fiscalizada superá em 20% (vinte por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período, conforme estabelecido no artigo 29 caput e inciso IX da Lei Complementar nº 123/2006
Período Excluído:	A partir de 01/01/2012, produzindo seus efeitos, também, para os anos calendários de 2013 a 2015, conforme determina o parágrafo 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006

Art. 2º - Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias deste Ato Declaratório Executivo, manifestar sua inconformidade, por escrito, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Artigo 196, parágrafo único do RIR/99, relativamente ao procedimento acima, à Delegacia da Receita Federal de Julgamento.

Art. 3º- Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES NACIONAL tornar-se-á definitiva.

MARIA REIKO AOKI SHIMABUKURO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 28 DE ABRIL DE 2017

Inscreve contribuinte no registro especial para estabelecimento que realize operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE EM EXERCÍCIO, DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DEFIS/SPO nº091 de 24/05/16, publicada no Diário Oficial da União de 30/05/16, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Inscrito no Registro Especial de GRÁFICA - GP-08190/00618 de PAPEL IMUNE destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento da empresa WITTMAACK CENTRAL GRÁFICA E EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.476.887/0001-60, com endereço à Av. dos Lagos, nº 20, esquina com Rua Canes, - CEP 04774-000 por meio do processo nº 13811.722000/2017-18.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO SHIOTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 8 DE MAIO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica diretamente contratada por titular de projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, co-habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas Leis nº 11.727/2008, 11.933/2009, 12.249/2010, 12.995/2014 e 13.043/2014.

A CHEFE DA EQUIPE DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E BENEFÍCIOS FISCAIS (EQESB) DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e, em observância à delegação de competência prevista no inciso II do artigo 2º da Portaria nº 148, de 07 de outubro de 2016, publicada no DOU de 11 de outubro de 2016 e, tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no artigo 16 do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 19985.720928/2017-52 resolve:

Art.1°- Co-habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U de 27 de julho de 2007, com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 245, de 29 de julho de 2015, publicada no D.O.U nº 144, de 30 de julho de 2015, nos termos do contrato, de 27 de janeiro de 2017 firmado entre a solicitante e a ENEL GREEN POWER DELFINA A EÓLICA S.A., CNPJ 21.552.886/0001-56, titular do projeto EOL DELFINA V.

EMPRESA: STK SISTEMAS DO BRASIL LTDA
CNPJ : 10.842.207/0001-67

CEI: 51.23176924/74 EOL Delfina V
ENQUADRAMENTO AO REIDI: Portaria SPDE/MME nº 245, de 29 de julho de 2015, publicada no DOU nº 144 de 30 de julho de 2015, de titularidade da empresa ENEL GREEN POWER DELFINA A EÓLICA S.A., CNPJ 21.552.886/0001-56, habilitada ao REIDI pelo ADE da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói-RJ nº 80, de 05 de outubro de 2015, publicado no DOU de 15 de outubro de 2015. Projeto EOL DELFINA V (Autorizada pela Portaria MME nº 165, de 07 de maio de 2015 - Leilão nº 08/2014 ANEEL - DOU nº 144, de 30/07/2015, pg.95)).
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: é de 10(dez) meses a contar da data de emissão das ordens de execução, e conforme consta do Contrato de Fornecimento e Prestação de Serviços, com término previsto para 27/11/2017.
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia

Art.2° - Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a co-habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e, conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art.3° - O cancelamento da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto implica no cancelamento automático da presente co-habilitação.

Art. 4º - Concluída a participação da co-habilitada no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da presente co-habilitação no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, conforme art. 9º do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 5° - A presente co-habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ROSICLER BÁRBARA NASCIMENTO NODARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 8 DE MAIO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica diretamente contratada por titular de projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, co-habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas Leis nº 11.727/2008, 11.933/2009, 12.249/2010, 12.995/2014 e 13.043/2014.

A CHEFE DA EQUIPE DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E BENEFÍCIOS FISCAIS (EQESB) DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e, em observância à delegação de competência prevista no inciso II do artigo 2º da Portaria nº 148, de 07 de outubro de 2016, publicada no DOU de 11 de outubro de 2016 e, tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no artigo 16 do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 19985.720929/2017-05 resolve:

Art.1°- Co-habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U de 27 de julho de 2007, com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 243, de 29 de julho de 2015, publicada no D.O.U nº 144, de 30 de julho de 2015, nos termos do contrato, de 27 de janeiro de 2017 firmado entre a solicitante e a ENEL GREEN POWER DELFINA A EÓLICA S.A., CNPJ 21.552.886/0001-56, titular do projeto EOL DELFINA I.

EMPRESA: STK SISTEMAS DO BRASIL LTDA
CNPJ : 10.842.207/0001-67

CEI: 51.23176716/75 EOL Delfina I
ENQUADRAMENTO AO REIDI: Portaria SPDE/MME nº 243, de 29 de julho de 2015, publicada no DOU nº 144 de 30 de julho de 2015, de titularidade da empresa ENEL GREEN POWER DELFINA A EÓLICA S.A., CNPJ 21.552.886/0001-56, habilitada ao REIDI pelo ADE da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói-RJ nº 73, de 22 de setembro de 2015, publicado no DOU de 24 de setembro de 2015. Projeto EOL DELFINA I (Autorizada pela Portaria MME nº 163, de 07 de maio de 2015 - Leilão nº 08/2014 ANEEL - DOU nº 144, de 30/07/2015, pg.94)).
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: é de 10(dez) meses a contar da data de emissão das ordens de execução, e conforme consta do Contrato de Fornecimento e Prestação de Serviços, com término previsto para 27/11/2017.
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia

Art.2° - Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a co-habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e, conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art.3° - O cancelamento da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto implica no cancelamento automático da presente co-habilitação.

Art. 4º - Concluída a participação da co-habilitada no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da presente co-habilitação no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, conforme art. 9º do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 5° - A presente co-habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 6o Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ROSICLER BÁRBARA NASCIMENTO NODARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 8 DE MAIO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica diretamente contratada por titular de projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, co-habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas Leis nº 11.727/2008, 11.933/2009, 12.249/2010, 12.995/2014 e 13.043/2014.

A CHEFE DA EQUIPE DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E BENEFÍCIOS FISCAIS (EQESB) DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e, em observância à delegação de competência prevista no inciso II do artigo 2º da Portaria nº 148, de 07 de outubro de 2016, publicada no DOU de 11 de outubro de 2016 e, tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no artigo 16 do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 19985.720930/2017-21 resolve:

Art.1°- Co-habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U de 27 de julho de 2007, com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 242, de 29 de julho de 2015, publicada no D.O.U nº 144, de 30 de julho de 2015, nos termos do contrato, de 27 de janeiro de 2017 firmado entre a solicitante e a ENEL GREEN POWER DELFINA A EÓLICA S.A., CNPJ 21.552.886/0001-56, titular do projeto EOL DELFINA II.

EMPRESA: STK SISTEMAS DO BRASIL LTDA
CNPJ : 10.842.207/0001-67

CEI: 51.23176747/77 EOL Delfina II
ENQUADRAMENTO AO REIDI: Portaria SPDE/MME nº 242, de 29 de julho de 2015, publicada no DOU nº 144 de 30 de julho de 2015, de titularidade da empresa ENEL GREEN POWER DELFINA A EÓLICA S.A., CNPJ 21.552.886/0001-56, habilitada ao REIDI pelo ADE da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói-RJ nº 74, de 22 de setembro de 2015, publicado no DOU de 24 de setembro de 2015. Projeto EOL DELFINA II (Autorizada pela Portaria MME nº 164, de 07 de maio de 2015 - Leilão nº 08/2014 ANEEL - DOU nº 144, de 30/07/2015, pg.94)).
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: é de 10(dez) meses a contar da data de emissão das ordens de execução, e conforme consta do Contrato de Fornecimento e Prestação de Serviços, com término previsto para 27/11/2017.
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia

Art.2° - Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a co-habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e, conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art.3° - O cancelamento da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto implica no cancelamento automático da presente co-habilitação.

Art. 4º - Concluída a participação da co-habilitada no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da presente co-habilitação no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, conforme art. 9º do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 5° - A presente co-habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ROSICLER BÁRBARA NASCIMENTO NODARI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 86, DE 10 DE MAIO DE 2017

Declara a baixa de ofício o perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224, inciso III, e 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, com fundamento no art. 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/16, declara:

I - BAIXADA DE OFÍCIO, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição nº 00.460.590/0001-35, da empresa ANILSON BRAZILIANO DAS CHAGAS ME, considerando o teor do processo nº 10983.720420/2017-08, em que foi constatado o cancelamento de seu registro perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 8 DE MAIO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302, inciso IX, combinado com o art. 224, inciso VII e o art. 314, inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido da empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920-721.615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 74.100 (setenta e quatro mil e cem) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
74.100	6.175	Johnnie Walker Wine Cask	Uísque escocês em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 8 DE MAIO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle para importação de uísque com selagem no Exterior.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no art. 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e alterações posteriores, bem como os documentos apresentados pelo contribuinte interessado, declara:

Art. 1º Fica autorizado o fornecimento de 576 (quinhentos e setenta e seis) selos de controle de Uísque Amarelo ao estabelecimento importador MÖET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 43.993.591/0004-09 e Registro Especial de Importador nº 10106/067, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos e engarrafados por The Glenmorangie Company Ltd., localizado em MacDonald House, The Alba Campus, Livingston, West Lothian EH547LW, Scotland, UK:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Capacidade	Graduação Alcoólica	Unidades Importadas
Glenmorangie uísque puro malte The Original estojo com 2 copos	Glenmorangie	750 ml	40º	576

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 8 DE MAIO DE 2017

Declara a nulidade do ato cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL- RS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, considerando o disposto no art. 35, II, da IN RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo11020.720683/2017-50, resolve:

Declarar a nulidade do ato de cadastramento como sócio de Diandra Brugalli Lahm no CNPJ nº 09.239.531/0001-06.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 4 DE MAIO 2017

Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável" instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO (RS), no uso das atribuições conferidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012; tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015 e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, e considerando o que consta no processo administrativo nº 11070.720475/2016-84, resolve:

Art. 1º - Conceder a Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável", instituído pelo Decreto nº 8.533, de 2015, em favor da Cooperativa Central Gaúcha Ltda - CCGL, sediada à Rodovia RS 342, Km 149, em Cruz Alta - RS, inscrita no CNPJ sob nº 88.933.114/0001-35.

Art. 2º - Este Ato Declaratório tem seus efeitos vinculados à execução do projeto de investimentos denominado "Certificação de Propriedades Livres de Brucelose e Tuberculose - Programa Sanidade Total CCGL", aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com vigência no período de 01/10/2015 a 31/12/2016, conforme edital de aprovação publicado no DOU de 17/05/2016, seção 3, página 4.

LAURI ANTONIO WILCHEN

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA DICON Nº 3, DE 4 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a delegação de competências para o Coordenador-Geral de Monitoramento de Conduta.

A DIRETORA DE SUPERVISÃO DE CONDUTA DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 48 do Regimento Interno aprovado pela Resolução CNSP Nº 346, 02 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2017, e o art. 17 do Anexo I do Decreto Nº 8.722, de 27 de abril de 2016; considerando o disposto nos arts. 11 e 12, do Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º Delegar ao Coordenador-Geral de Monitoramento de Conduta a competência para suspender, temporariamente ou definitivamente, produtos comercializados pelos mercados supervisionados.

Parágrafo único. A subdelegação de que trata o caput restringe-se aos casos em que a motivação para a suspensão decorra de inconformidades relacionadas às Condições Contratuais/Regulamento e/ou Notas Técnicas Atuariais dos produtos verificadas quando da análise técnica dos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELENA MULIM VENCESLAU

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP/DIORG Nº 318, DE 2 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.609179/2017-27, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A., CNPJ n. 17.909.518/0001-45, com sede na cidade de Brasília - DF, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 23 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 245, DE 9 DE MAIO DE 2017

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no município de São Mateus/ES.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar a o empenho e repasse de recursos ao Município de de São Mateus - ES, no valor de R$ 735.150,00 (setecentos e trinta e cinco mil e cento e cinquenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme Processo n. 59050.000428/2017-46.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 5 DE MAIO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24 do Decreto Presidencial nº 8.980, de 1º de fevereiro de 2017, e nos termos do inciso VII, do art. 10, da Seção III, do Capítulo III, do Anexo VIII, da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014, c/c alínea "d", do inciso VI, do art. 2º da Portaria nº 452, de 21 e dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional, Considerando que a Empresa CCB - COMPANHIA CRIADORA DE BÚFALOS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.836.218/0001-02, teve projeto aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam n° 3.714, de 29 de 29 de janeiro de 1979 (pgs. 132 e 133, Volume Processual 1, SEI - 0001185), no âmbito da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, com o objetivo de implantar Empreendimento voltado à cria, recria e engorda de bubalinos, e posteriormente, através da Resolução Condel/Sudam n° 4.594, de 28 de janeiro de 1982 (pg. 102, Volume 1), sua atividade foi diversificada, acrescida de uma unidade fabril de laticínios. Em 3 de novembro de 1997, mediante a Resolução Condel/Sudam nº 8.653 (pg. 78, Volume 1), o foi projeto enquadrado na Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, na forma dos arts. 5º e 9º, e, mais uma vez sua atividade foi modificada, passando a ser bovinocultura de novilhas e tourinhos para reprodução, com emprego de inseminação artificial e criação por meio de sistema de pastejo rotacionado intensivo e flexível, desenvolvido pela Embrapa, no Município de Ponta das Pedras, Ilha de Marajó, no Estado do Pará, ao ser acompanhado pelo Ministério da Integração Nacional, com vistas a verificar a regularidade do Empreendimento, foi verificado pela equipe que o projeto encontrava-se com suas atividades praticamente paralisadas, com aspecto de abandono, onde as inversões da rubrica Veiculas, Máquinas e Equipamentos não foram encontrados na área do projeto e as de infraestrutura, Instalações Pecuárias e Construções Civis, estavam em precário estado de manutenção, bem como, a quantidade de animais bubalinos era bastante reduzida, bem como, não apresentou a totalidade da documentação necessária para a emissão de Relatório de Fiscalização Físico-Contábil; Considerando que a conduta da Empresa configura inadimplência administrativa que se enquadra em hipótese legal autorizadora de cancelamento dos incentivos, conforme os incisos I e II, do §4º do art. 12 da Lei nº 8.167/1991, verbis: "Art. 12. A aplicação dos recursos dos fundos será realizada em estrita consonância com os objetivos do projeto e em conformidade com todas as cláusulas condicionantes quando da sua aprovação pelo Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento Regional. (...) § 4º Poderão, igualmente, ser cancelados pelo Conselho Deliberativo os incentivos concedidos a empresas: (Incluído pela Lei nº 9.808, de 1999)(...) II - que, em função de inadimplências para com a Superintendência de Desenvolvimento Regional, tenham tido suspensas as liberações dos recursos por período superior a seis meses consecutivos; (Incluído pela Lei nº 9.808, de 20.7.1999) III - cujos projetos se tenham tornado inviáveis, em função de fatores supervenientes de natureza técnica, econômica, financeira, mercadológica ou legal; (Incluído pela Lei nº 9.808, de 20.7.1999)" Considerando que a paralisação, abandono e perda das

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

inversões do Empreendimento descumpri o que preconiza no inciso I do art. 16 da Lei nº 8.167/1991, que tal situação se equipara à aplicação de recursos em desconformidade com o projeto aprovado: Art 16. Para efeito do disposto no art. 12, equipara-se à aplicação de recursos em desacordo com o projeto aprovado: I - a paralisação ou suspensão das obras ou serviços de implantação do empreendimento, sem prévia autorização da autoridade competente". Considerando que a peça de defesa apresentada pela Empresa não foi capaz de afastar as acusações que deram ensejo à abertura deste processo; Considerando a manifestação da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI/SFRI, por meio do Termo de Manifestação nº 19, de 05 de maio de 2017. Resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, SEM desvio na aplicação de recursos, os incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa CCB - COMPANHIA CRIADORA DE BÚFALOS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.836.218/0001-02., encaminhando cópia dessa decisão à Comissão de Valores Mobiliários e ao Banco Operador do FINAM, para providências que couberem no âmbito de suas competências.

CILENE DE JESUS JARDIM DÓREA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 59, DE 9 DE MAIO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Atalaia do Norte	Inundações - 1.2.1.0.0	011	24/4/17	59051.003575/2017-88
AM	Benjamin Constant	Inundações - 1.2.1.0.0	160	20/4/17	59051.003544/2017-27
CE	Tamboril	Seca - 1.4.1.2.0	03	5/4/17	59051.003548/2017-13
MG	Itaobim	Estiagem - 1.4.1.1.0	077	18/4/17	59051.003583/2017-24
MG	José Gonçalves de Minas	Estiagem - 1.4.1.1.0	009	23/3/17	59051.003560/2017-10
MG	Juramento	Estiagem - 1.4.1.1.0	199	12/4/17	59051.003582/2017-80
MG	Pintópolis	Estiagem - 1.4.1.1.0	016	12/4/17	59051.003576/2017-22
MG	São João do Paraíso	Estiagem - 1.4.1.1.0	567	10/4/17	59051.003562/2017-17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

PORTARIA Nº 106, DE 19 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 04 de outubro de 2016, publicado no DOU de 05 de outubro de 2016, Seção 2, página 1, pelo Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014 e, ainda, o que consta do Processo nº 59100.000165/2008-61, resolve:

Art. 1º Prorrogar o Termo de Compromisso nº 015/2008-MI, que trata dos Estudos de Viabilidade Técnica, Socioeconômica e Ambiental da 3ª etapa do Projeto de Irrigação Flores de Goiás, no Estado de Goiás, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do prazo de vigência de 16 de junho de 2017 para 16 de junho de 2018, conforme Parecer Técnico N° 07/2017/DPPE/CGAP-PE/DPA/SUDECO

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos, não alterados por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 372, DE 8 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira da pessoa abaixo relacionada, nos termos do art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do art. 23, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949:

ANDREA DA SILVA MONTEIRO, que passou a assinar ANDREA BRIGNANI, nascido em 23 de agosto de 1988, filho de Ivan Brignani e Elena Bellini, adquirindo a nacionalidade italiana (Processo nº 08000.056576/2016-17);

BARBARA DOS SANTOS NUNES, nascida em 27 de fevereiro de 1991, filha de Claudemir Domingos Nunes e de Edinalva Modesta dos Santos, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002880/2017-17);

DAVIDSON ORDONHO VENANCIO, nascido em 18 de outubro de 1991, filho de Moacir Venancio da Silva e de Silvia Fernanda de Moraes Ordonho Venâncio, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.000030/2017-84);

GILMARA CELESTINO DOS SANTOS, nascida em 3 de julho de 1981, filha de Gilmar Mariano dos Santos e de Maria Luiza Celestino dos Santos, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002894/2017-31);

GLEIDYSON GOMES RODRIGUES, nascido em 28 de junho de 1995, filho de Gilberto Pereira Rodrigues e de Elisângela Gomes Valentim, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002890/2017-52);

GLEILSON GOMES RODRIGUES, nascido em 29 de junho de 1997, filho de Gilberto Pereira Rodrigues e de Elizangela Gomes Valentim, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002885/2017-40);

INÊS SUNG YEOUN CHO, nascida em 20 de abril de 1982, filha de Eun Sook Cho Chung e de Nam Taik Cho, adquirindo a nacionalidade coreana (Processo nº 08000.000114/2017-18);

JESSICA BRUNA ALMEIDA DOS SANTOS, nascida em 2 de fevereiro de 1996, filha de Carlos Henrique dos Santos e de Cristina Moura de Almeida, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002870/2017-81);

JOSÉLIA PEREIRA DA SILVA, nascida em 28 de abril de 1985, filha de João Francisco Sobrinho e de Benvinda Pereira, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.002897/2017-74);

KENNETH KUANDA TEIXEIRA BORGES JÚNIOR, nascido em 17 de abril de 1998, filho de Kenneth Kuanda Teixeira Borges e de Delma Christina Costa Mello, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.002865/2017-79) e

LINCOLN RAFAEL PEREIRA DE OLIVEIRA CAMPOS, nascido em 09 de março de 1988, filho de Claudio de Oliveira Campos e de Vilma Aparecida Pereira Campos, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.000036/2017-51).

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

PORTARIA Nº 373, DE 8 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira da pessoa abaixo relacionada, nos termos do art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do art. 23, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949:

ANDRÉ FRANCISCO CAVALCANTE DO NASCIMENTO, nascido em 25 de janeiro de 1978, filho de José Alves do Nascimento e de Fatima Maria Cavalcante do Nascimento, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.010501/2017-62);

ANGELA MARIA GERMANA, que passou a assinar ANGELA MARIA SCHWANDNER, nascida em 5 de junho de 1965 , filha de Maria de Lourdes Germana, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.010516/2017-21);

BRUNO RIBEIRO TAKAHASHI, nascido em 1º de novembro de 1978, filho de Takajiro Takahashi e de Isete Teresinha Ribeiro Takahashi, adquirindo a nacionalidade eslovena (Processo nº 08000.010506/2017-95);

CAROLINA JI YOUNG LEE, que passou a assinar JI YOUNG LEE, nascido em 10 de maio de 1989, filho de Hwa Jin Kim Lee e de Tai Sun Lee, adquirindo a nacionalidade coreana (Processo nº 08000.010504/2017-04);

CHUNG HEE KIM OH, brasileira naturalizada, nascida em 20 de janeiro de 1953, filha de Hyo Kun Oh e de Ok Nan Yun, adquirindo a nacionalidade coreana (Processo nº 08000.011255/2017-66);

DAVID SOUSA RIBEIRO, nascido em 29 de agosto de 1977, filho de Bolívar de Figueiredo Ribeiro e de Áurea de Sousa Ribeiro, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.008836/2017-11);

MARCELO OTÁVIO DUTRA GALLEGO LORENTE DAS CHAGAS, nascido em 21 de agosto de 1972, filho de Rossi das Chagas e de Zilda Dutra Rodrigues, adquirindo a nacionalidade espanhola (Processo nº 08000.011206/2017-23);

MARCIA RAQUEL DA SILVA LIMA, que passou a assinar MARCIA RAQUEL LIMA PLANK, nascida em 10 de setembro de 1973, filha de Helio Schwartz Lima e de Eunir Silva Lima, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.010496/2017-98);

MARCOS ROBERTO NASCIMENTO FILHO, que passou a assinar MARCOS ROBERTO NASCIMENTO, nascido em 7 de outubro de 1981, filho de Marcos Roberto Nascimento e de Sandra Helena Moreira, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08000.010498/2017-87);

RÔMULO SANTANA MILERIS, nascido em 22 de agosto de 1985, filho de Artur Bruno Mileris e de Marluce Damiana Ferreira de Santana, adquirindo a nacionalidade lituana (Processo nº 08018.009726/2015-15) e

TIAGO DE SOUZA ANDRADE, nascido em 19 de novembro de 1982, filho de Erly Andrade Soares e de Zulmira de Souza Andrade, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08018.003051/2017-62).

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

PORTARIA Nº 374, DE 8 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima de tráfico de pessoas.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e o art. 18-B, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980;

CONSIDERANDO a vigência da Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;

CONSIDERANDO a necessidade de edição de Ato Normativo do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para disciplinar a concessão da residência permanente às vítimas de tráfico de pessoas, conforme previsto no art. 18-B, da Lei nº 6.815, de 1980, acrescido pela Lei nº 13.344, de 2016; e

CONSIDERANDO a necessidade de desburocratização e simplificação dos procedimentos de regularização migratória de estrangeiros no Brasil, resolve:

Art. 1º Conceder-se-á residência permanente às vítimas do delito de tráfico de pessoas previsto no art. 149-A do Código Penal, com o consequente registro e expedição da carteira de identidade a ser emitida pelo Departamento de Polícia Federal - DPF, desde que o estrangeiro compareça pessoalmente ao referido órgão e sejam apresentados os seguintes documentos:

I- ofício e/ou parecer técnico proveniente do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Auditoria Fiscal do Trabalho com atuação em casos que envolvam vítimas estrangeiras, ou do presidente do inquérito policial destinado à apuração do delito de tráfico de pessoas previsto no art. 149-A do Código Penal, informando a ocorrência do crime e a necessidade de regularização migratórias da(s) vítima(s);

II- passaporte ou documento de viagem apto à identificação do solicitante;

III - declaração, sob as penas da lei, de que não responde a processo nem possui condenação penal no Brasil nem no exterior;

IV - duas fotos 3x4, com fundo branco;

V - certidão Consular em que conste os dados de identificação e filiação do requerente;

§ 1º Ao requerer o direito de permanência e o recebimento de carteira de identidade, o estrangeiro receberá protocolo da solicitação correspondente, com validade migratória até a decisão final sobre o pedido.

§ 2º Caso a documentação apresentada esteja em conformidade ao disposto nesta Portaria, o DPF efetuará o registro e confeccionará a carteira de identidade do estrangeiro.

§ 3º O DPF notificará o estrangeiro no prazo de trinta dias, a contar da data do protocolo de solicitação, informando sobre a necessidade de:

I - retificação ou complementação dos documentos apresentados; e/ou

II - realização de outras diligências pelo DPF, se for o caso.

§ 4º A retificação ou complementação dos documentos apresentados pelo estrangeiro, previstas no inciso I, do parágrafo anterior, deverão ocorrer no prazo de dez dias a contar do recebimento da notificação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§5º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior sem que o estrangeiro se manifeste ou complemente adequadamente a documentação, o DPF remeterá o processo para decisão sobre a permanência do estrangeiro ao Departamento de Migrações - DEMIG.

Art. 2º Caso o pedido de permanência seja encaminhado por autoridades judiciais, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pela Auditoria Fiscal do Trabalho, o DPF, caso o órgão demandante ainda não o tenha feito, notificará o interessado para comparecer em uma de suas unidades para proceder o respectivo registro e emissão da Cédula de Identidade de Estrangeiros apresentando os documentos mencionados no art. 1º, com exceção daquele previsto no inciso I, observada as demais regras desta portaria.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos casos em que unidade do DPF, responsável pela repressão ao crime de tráfico de pessoas, representar à unidade de Polícia de Imigração pela regularização migratória de vítima do referido delito.

Art. 3º Conceder-se-á a residência permanente, a título de reunião familiar, a cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou outros membros do grupo familiar que comprovem dependência econômica ou convivência habitual com a vítima, com o consequente registro e expedição da carteira de identidade a ser emitida pelo DPF, desde que haja comparecimento pessoal ao referido órgão e sejam apresentados os seguintes documentos:

I - passaporte ou documento de viagem apto à identificação do solicitante;

II - declaração, sob as penas da lei, de que não responde a processo nem possui condenação penal no Brasil nem no exterior;

III - duas fotos 3x4, com fundo branco;

IV - certidão Consular em que conste os dados de identificação e filiação do requerente;

V - prova do grau de parentesco com a vítima;

VI - prova da dependência econômica ou convivência habitual com a vítima, quando exigível.

Art. 4º Os beneficiários do visto ou da residência permanente de que trata esta Portaria são isentos do pagamento das taxas previstas nos arts. 33 e 131, bem como da multa prevista no inciso II do art. 125, todos da Lei nº 6.815, de 1980.

Art. 5º Os pedidos encaminhados com base nesta Portaria terão prioridade no trâmite em razão das necessidades próprias das vítimas de tráfico de pessoas e das circunstancias em que se encontram.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 8 de maio de 2017

Nº 246 - PROCESSO Nº 08295.011449/2016-12. INTERESSADO: JEINER DUVAN VITERY CAICEDO. ASSUNTO: Recurso contra indeferimento de solicitação do refúgio. Acolho as razões exaradas no Parecer nº 2/2017/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ, de 20/04/2017, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio JEINER DUVAN VITERY CAICEDO, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1° da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 768, DE 9 DE MAIO DE 2017

Aprova o Plano Institucional de Dados Abertos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o biênio 2017/2018.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10 da Portaria nº 600, de 12 de abril de 2012, o inciso II do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016 e o §4º do art. 5º do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016; tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº6.666, de 27 de novembro de 2008, no Decreto de 15 de setembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, na Instrução Normativa nº 4, de 12 de abril de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nos incisos V e VI do art. 24 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e, considerando ainda, a Parceria para Governo Aberto, celebrada em setembro de 2011 entre o Brasil e outros sete países, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Institucional de Dados Abertos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - PDA/MJ, contendo objetivos, diretrizes, estratégia de abertura, modelo de governança e plano de ação, para o biênio 2017/2018.

Parágrafo único. O Plano Institucional de Dados Abertos ficará disponível no portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PHELIPPE TOLEDO PIRES DE OLIVEIRA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHO DO CONSELHEIRO
Em 9 de maio de 2017

Nº 19. Processo Administrativo 08012.002921/2007-64. Representante: Luis Fernando Cardoso Rezende. Representado:Associação Brasileira da Indústria Química Advogados:Maurício Santana de Oliveira Torres, Leonardo. Relator: Paulo Burnier da Silveira Em razão da juntada da Nota Técnica nº 18/2017/DEE/CADE (SEI nº 0332763), concede-se prazo até 19.05.2017 para que as Representadas, se assim desejarem, apresentem manifestação.

ALEXANDRE CORDEIRO

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 9 de maio de 2017

576. Ato de Concentração nº 08700.002536/2017-31. Requerentes: Terminal Químico de Aratu S/A, Cargill Agrícola S/A e Louis Dreyfus Company Brasil S/A. Advogados: Barbara Rosenberg e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.881, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16698 - DPF/STS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0147-57 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 829/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.886, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/19782 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TV OMEGA LTDA, CNPJ nº 02.131.538/0001-60 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.891, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/100722 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO ALPHAVILLE RESIDENCIAL 11, CNPJ nº 59.053.751/0001-19 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 47/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.041, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/13496 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO JACAREI SHOPPING CENTER, CNPJ nº 05.890.618/0001-98 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.043, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/18017 - DPF/PCA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USJ ACUCAR E ALCOOL S.A., CNPJ nº 44.209.336/0035-83 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 904/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.065, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20859 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PADRÃO CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 09.244.174/0001-74, sediada no Amapá, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
408 (quatrocentas e oito) Munições calibre .380
240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.071, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/23486 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0005-56, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.081, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/24699 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0102-42, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 2.088, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/17754 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa S.V.N. SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.826.414/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 799/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.099, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/7043 - DPF/JFA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO PROPAGADORA ESDEVA -COLEGIO CRISTO REDENTO/ ACADEMIA DE COMERCIO, CNPJ nº 21.562.368/0006-28 para atuar em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.115, DE 28 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/17823 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RODOBAN SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 23.245.012/0014-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 901/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 2.116, DE 28 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/17949 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PENTAGONO SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 61.599.072/0001-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 845/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 2.144, DE 2 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/24982 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PARGEL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 14.719.905/0001-20, sediada no Amapá, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
12 (doze) Revólveres calibre 38
80 (oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.159, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/23229 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ERS CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.185.093/0001-00, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Munições calibre 38
28000 (vinte e oito mil) Espoletas calibre 38
4000 (quatro mil) Estojos calibre 38
8772 (oito mil e setecentos e setenta e dois) Gramas de pólvora
28000 (vinte e oito mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.160, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/23911 - DPF/FIG/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIVISA VEICULOS LTDA, CNPJ nº 03.866.211/0001-08 para atuar no Paraná.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.164, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/24519 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EFV ESCOLA FEIRENSE DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 00.217.136/0001-58, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
1000 (uma mil) Munições calibre 38
62000 (sessenta e duas mil) Espoletas calibre 38
23700 (vinte e três mil e setecentos) Gramas de pólvora
62000 (sessenta e dois mil) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
3500 (três mil e quinhentas) Buchas calibre 12
50 (cinquenta) Quilos de chumbo calibre 12
4000 (quatro mil) Espoletas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.170, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/22289 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MALKA VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 17.933.075/0001-28, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
120 (cento e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.171, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/24055 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CONDOMINIO DO CONJUNTO COMERCIAL SHOPPING VIA CATARINA, CNPJ nº 12.202.724/0001-05, para atuar em Santa Catarina.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.174, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/7457 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRONTTO CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 09.586.537/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 882/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.179, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11673 - DPF/RPO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CRB SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.942.942/0001-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 877/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.180, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12425 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COLLERS SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 22.352.204/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 966/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.182, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/17663 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MALKA VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 17.933.075/0001-28, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 821/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.184, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/21128 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa MAXXIM NORTE LTDA., CNPJ nº 22.542.855/0001-87, para atuar no Pará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.188, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/25741 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MINERAÇÃO AURORA LTDA, CNPJ nº 10.509.915/0001-80, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
18 (dezoito) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.200, DE 4 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/22766 - DPF/BGE/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DEFEND VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 13.314.400/0001-13, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Revólveres calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.202, DE 4 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/25236 - DPF/VDC/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA GIDEÃO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.698.638/0001-00, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2500 (duas mil e quinhentas) Munições calibre .380
2500 (duas mil e quinhentas) Munições calibre 12
30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
5000 (cinco mil) Gramas de pólvora
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.223, DE 4 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/13116 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ÁGUIA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.516.861/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 942/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.224, DE 4 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/13184 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PORANSEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ nº 21.347.147/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 963/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.229, DE 5 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/15382 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALIANSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 23.049.460/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 970/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.231, DE 5 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/19551 - DPF/CCM/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANÇIA LTDA ME, CNPJ nº 10.392.048/0001-46, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 951/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.233, DE 5 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20838 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHELTER EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.924.285/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 892/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.239, DE 5 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/24727 - DPF/MGA/PR, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ nº 21.925.809/0001-02, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Paraná.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.243, DE 5 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/26437 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RANGERS INSTITUTO DE ENSINO EM SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 17.756.759/0001-00, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
19580 (dezenove mil e quinhentas e oitenta) Munições calibre 38
27536 (vinte e sete mil e quinhentas e trinta e seis) Espoletas calibre 38
5000 (cinco mil) Gramas de pólvora
27536 (vinte e sete mil e quinhentos e trinta e seis) Projéteis calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.251, DE 5 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12948 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MODENA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 14.849.820/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 981/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.253, DE 5 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/13476 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa APORT SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 14.483.111/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 653/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.255, DE 5 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/15687 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAFORT FORMACAO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 03.070.543/0001-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 804/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.258, DE 5 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/26842 - DPF/JZO/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LIMAVERDE ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTES EIRELI-ME, CNPJ nº 10.761.870/0001-37, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
1 (uma) Pistola calibre .380
500 (quinhentas) Munições calibre .380
1500 (uma mil e quinhentas) Munições calibre 12
40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38
8000 (oito mil) Gramas de pólvora
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38
2000 (duas mil) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.269, DE 5 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20952 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO EDIFICIO FLATS CONGONHAS, CNPJ nº 05.391.188/0001-60 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.825, DE 25 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08410.000872/2017-12-SEI/PF, resolve:

Autorizar a empresa SERGESEG VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 05.522.602/0001-22, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser SERGESEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.830, DE 3 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08310.301801/2016-73 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Autorizar a empresa TIME SEGURANCA PRIVADA LTDA CNPJ: 21.578.673/0001-01, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser TIME SEGURANCA PRIVADA EIRELI.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.346, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13646/2017, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a VISAO INTELIGENTE PARA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.374.059/0001-51, sediada em Santa Catarina, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso IV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/88354.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.353, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13665/2017, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a STTATUS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.045.326/0001-14, sediada em Tocantins, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso IV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/60359.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.364, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13719/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a MAG SEGUR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 10.452.314/0001-89, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso V PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/56707.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.369, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13724/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a STTATUS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.045.326/0001-14, sediada em Tocantins, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/60440.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.370, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13725/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a STTATUS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.045.326/0001-14, sediada em Tocantins, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso III PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 173, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/60526.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.382, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13737/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a DIAGONAL SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.154.566/0001-66, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 173, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/73357.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.385, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13740/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a STS SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 08.736.430/0001-88, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 173, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/76329.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.389, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13862/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a SANT SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 11.770.785/0001-06, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/5761.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.391, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13869/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a CERPA - CERVEJARIA PARAENSE S/A, CNPJ nº 04.894.085/0001-50, sediada no Pará, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/69455.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.392, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13870/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a USINA ALTA MOGIANA S/A ACUCAR E ALCOOL , CNPJ nº 53.009.825/0001-33, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/70329.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.401, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13879/2017, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a PROTATICA SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 24.413.557/0001-12, sediada no Pará, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso IV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/72222.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.419, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 13997/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a GUARD ANGEL VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 00.809.803/0001-91, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso III PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/31789.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.420, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 14003/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a DIGITAL SEGURANÇA LTDA ME , CNPJ nº 12.283.174/0003-50, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/3718.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.425, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 14009/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a PORTAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.598.502/0001-78, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/3715.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.426, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 14010/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a BRAÇO FORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 10.884.588/0001-47, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/3717.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.429, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 14032/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a PIRAMIDE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 17.355.205/0001-92, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/85649.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.430, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 14033/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a PIRAMIDE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 17.355.205/0001-92, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso III PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/85656.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.435, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 14038/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a TONI SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.291.326/0001-64, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/259.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.436, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 14039/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a TONI SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.291.326/0001-64, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/260.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.437, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 14040/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a TONI SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.291.326/0001-64, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/263.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.438, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 14041/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a TONI SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.291.326/0001-64, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/264.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 3.439, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 14042/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a TONI SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.291.326/0001-64, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/266.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 33.828, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.004489/2017-17 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Cancelar a Autorização concedida para exercer atividade em ESCOLTA ARMADA, à empresa SUPREMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ Nº 71.755.201/0004-90, localizada no Estado do RIO DE JANEIRO.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES

PORTARIA Nº 42, DE 5 DE MAIO DE 2017

Descredencia a empresa ANSGUIN SERVIÇOS DE GUINDASTES E MÁQUINAS PESADAS LTDA da execução dos serviços de escolta "Própria e de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08 - DG, de 2 de maio de 2012, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08 - CGO, de 5 de fevereiro de 2016, e;

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08.665.002.833/2017-50, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa ANSGUIN SERVIÇOS DE GUINDASTES E MÁQUINAS PESADAS LTDA, inscrita no CNPJ n° 10.510.979/0001-00, com sede na Avenida Cinco Quadra 16 número 6B, Conjunto Habitacional Turu - CEP: 65065-770 - São Luís / MA, da execução dos serviços especializados de escolta "própria e de terceiros" aos veículos transportadores de cargas especiais, credencial nº 315, conforme artigo 61, inciso VI, do Manual de Procedimentos Operacionais nº 17 da Polícia Rodoviária Federal.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 26/2013 - CGO, de 09 de setembro de 2013, que credenciou a referida empresa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO VITAL DE MORAES JÚNIOR

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 9 de maio de 2017

Nº 495. Processo: 08012.000644/2017-27. Adoto a Nota Técnica nº 79/2017 como motivação. Ante aparente violação ao disposto nos artigos 4º, caput, incisos I e III; 6º, incisos III e IV, que asseguram os direitos básicos do consumidor; artigo 18, caput; artigo 31, parágrafo único; artigo 39, inciso VIII; bem como artigo 66, todos do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 50 da Lei n. 9.784/99, acolho a Nota Técnica elaborada pela Coordenação de Consumo Seguro e Saúde, da Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (4226015), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão e determino, assim, a instauração de processo administrativo no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, intimando-se a BRF S.A. para apresentar defesa, na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto n. 7.738, de 28 de maio de 2012. Adicionalmente, determino o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Federal, considerando as competências legais daquela instituição. Intime-se. Oficie-se. Publique-se.

Nº 503. Processo: 08012.000646/2017-16. Adoto a Nota Técnica nº 81/2017 como motivação. Ante aparente violação ao disposto nos artigos 4º, caput, incisos I e III; 6º, incisos III e IV, que asseguram os direitos básicos do consumidor; artigo 18, caput; artigo 31, parágrafo único; artigo 39, inciso VIII; bem como artigo 66, todos do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 50 da Lei n. 9.784/99, acolho a Nota Técnica elaborada pela Coordenação de Consumo Seguro e Saúde, da Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (4233807), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão e determino, assim, a instauração de processo administrativo no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, intimando-se Frigorífico Souza Ramos Ltda. para apresentar defesa, na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto n. 7.738, de 28 de maio de 2012. Adicionalmente, determino o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Federal, considerando as competências legais daquela instituição. Intime-se. Oficie-se. Publique-se.

Nº 509. Processo: 08012.000647/2017-61 Adoto a Nota Técnica nº 80/2017 como motivação. Ante aparente violação ao disposto nos artigos 4º, caput, incisos I e III; 6º, incisos III e IV, que asseguram os direitos básicos do consumidor; artigo 18, caput; artigo 31, parágrafo único; artigo 39, inciso VIII; bem como artigo 66, todos do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 50 da Lei n. 9.784/99, acolho a Nota Técnica elaborada pela Coordenação de Consumo Seguro e Saúde, da Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (4226568), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão e determino, assim, a instauração de processo administrativo no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, intimando-se Peccin Agro Industrial Ltda. para apresentar defesa, na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto n. 7.738, de 28 de maio de 2012. Adicionalmente, determino o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Federal, considerando as competências legais daquela instituição. Intime-se. Oficie-se. Publique-se.

Nº 517 Processo: 08012.000712/2017-58. Adoto a Nota Técnica nº 82/2017 como motivação. Ante aparente violação ao disposto nos artigos 4º, caput, incisos I e III; 6º, incisos III e IV, que asseguram os direitos básicos do consumidor; artigo 18, caput; artigo 31, parágrafo único; artigo 39, inciso VIII; bem como artigo 66, todos do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 50 da Lei n. 9.784/99, acolho a Nota Técnica elaborada pela Coordenação de Consumo Seguro e Saúde, da Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (4235219), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão e determino, assim, a instauração de processo administrativo no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, intimando-se a Peccin Agro Industrial Ltda. - EPP para apresentar defesa, na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto n. 7.738, de 28 de maio de 2012. Adicionalmente, determino o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Federal, considerando as competências legais daquela instituição. Intime-se. Oficie-se. Publique-se.

KLEBER JOSÉ TRINTA MOREIRA E LOPES
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIAS DE 5 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 100 TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria SNJ nº 64, de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial de 31 de março de 2017 que, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a" da Constituição Federal, concedeu naturalização em duplicidade a ANGEL DIAZ GARCIA, natural de Cuba, nascido em 30 de outubro de 1976, filho de Angel Diaz e de Maria Herminia Garcia, residente no Estado do Ceará, tendo em vista já ter sido incluído na Portaria SNJ nº 56, publicada no Diário Oficial da União em 23 de março de 2017.

Nº 101 TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria SNJ nº 64, de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial de 31 de março de 2017 que, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a" da Constituição Federal, concedeu naturalização em duplicidade a DONALD VILLAVICENCIO BECERRA, natural da Bolívia, nascido em 18 de fevereiro de 1969, filho de Ciro Villavicencio Ruiz e de Mirna Becerra Iriarte, residente no Estado do Acre, tendo em vista já ter sido incluído na Portaria SNJ nº 56, publicada no Diário Oficial da União em 23 de março de 2017. Processo nº 08221.002212/2016-12

Nº 102 TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria SNJ nº 64, de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial de 31 de março de 2017 que, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a" da Constituição Federal, concedeu naturalização em duplicidade a JOHN RAYMOND POLLARD, natural dos Estados Unidos da América, nascido em 28 de setembro de 1947, filho de Jonh H Pollard e de May Sheocraft Pollard, residente no Estado da Bahia, tendo em vista já ter sido incluído na Portaria SNJ nº 56, publicada no Diário Oficial da União em 23 de março de 2017.

Nº 103 TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria SNJ nº 64, de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial de 31 de março de 2017 que, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a" da Constituição Federal, concedeu naturalização em duplicidade a ANTONIO ROBUSTE, natural da República do Haiti, nascido em 14 de julho de 1974, filho de Anthony Robuste e de Cacilda Alexis, residente no Estado do Amazonas, tendo em vista já ter sido incluído na Portaria SNJ nº 56, publicada no Diário Oficial da União em 23 de março de 2017.

Nº 104 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALICIA DEL PILAR RIVERA FERNANDEZ - V903624-6, natural do Peru, nascida em 16 de dezembro de 1987, filha de Romulo Mario Rivera Ugarte e de Alicia Jesus Fernandez Zea, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.002282/2016-42);

DANIEL GALVÃO LOPES - V548119-Z, natural de Portugal, nascido em 15 de novembro de 1979, filho de Viriato Pacoal Lopes Alves e de Maria Manuela Palma Correia Galvão Alves, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08492.006722/2016-61);

DIEGO FESTA - V535253-F, natural da Itália, nascido em 31 de agosto de 1973, filho de Franco Festa e de Anna Maria De Francisci, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.008471/2014-31);

EIVIS MARTINEZ LIMA - V993666-A, natural de Cuba, nascida em 30 de novembro de 1982, filha de Evelio Martinez Castillo e de Marianela Alejandrina Lima Perez, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 08110.000303/2017-43);

ERMITHE ESTIMPHIL - V918431-N, natural da República do Haiti,

nascida em 05 de maio de 1989, filha de Perinord Estimphil e de Eronne Exantus, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08452.001604/2017-13);
FABIO NATALI - V623253-O, natural da Itália, nascido em 19 de janeiro de 1975, filho de Alberto Natali e de Mariarosaria Aversano, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.023095/2014-38);
GEORGES HALLAK - V496905-1, natural do Líbano, nascido em 21 de setembro de 1950, filho de Nicolas Hallak e de Filomina Abi Haila, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.038680/2015-50);
JORGE CABALLERO FIEL - G096767-O, natural da Espanha, nascido em 12 de março de 1980, filho de Prudencio Caballero Corral e de Paulina Fiel Sevilla, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 08320.001625/2017-34);
JULIANA SAID - G052237-N, natural do Líbano, nascida em 02 de outubro de 1992, filha de Salah e de Samia Said, residente no Estado do Pará (Processo nº 08360.301515/2016-12);
JUMAH AHMAD ALI KARAJA - G090800-8, natural da Jordânia, nascido em 30 de agosto de 1979, filho de Ahmad Ali Karaja e de Hind Hilal Mustafa, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.019069/2016-95);
LUIS ANTONIO PENA VILLARROEL - V759741-U, natural da Venezuela, nascido em 12 de julho de 2001, filho de Luis Alfredo Pena Guerra e de Romelia Rosa Villarroel Morales, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08000.010490/2016-30);
MARCEL AKPOHE - V717003-Q, natural da Costa do Marfim, nascido em 10 de junho de 1989, filho de Wome Goukpanian Akpohe e de Felicienne Abogo, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 08320.001257/2017-24);
PYTERSON SANON - V868477-D, natural da República do Haiti, nascido em 03 de fevereiro de 1987, filho de Gesner Sanon e de Elange Germain, residente no Estado do Goiás (Processo nº 08295.000277/2017-32);
REYNALDO RAUL SALCEDO RIMARI - V641762-1, natural do Peru, nascido em 12 de agosto de 1985, filho de Aquilio Salcedo Romero e de Victorina Rimari Chinchay, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.302479/2016-02);
ROMAN TSEPLIK que, ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se ROMANO TSEPLIK - V537887-1, natural da Rússia, nascido em 18 de abril de 1978, filho de Anatoliy Reshetov e de Alexandra Reshetova, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.011026/2014-21);
SAMUEL JORGE GODA ASEBEY - G054040-W, natural da Bolívia, nascido em 26 de novembro de 1981, filho de Jorge Goda e de Maria Lourdes Asebey, residente no Estado da Paraíba (Processo nº 08377.300351/2016-27);
SANDLEY PIERRE - V750686-K, natural da República do Haiti, nascido em 03 de outubro de 1984, filho de Renet Pierre e de Mariane Dorvilier, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 08240.021009/2015-28);
SOPHIE CHEA OLIVEIRA - V739095-A, natural da Tailândia, nascida em 19 de janeiro de 1982, filha de Patrick Chea e de San Heng, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 08310.302745/2016-94);
SYEDA FARIHA SHAMSI - G108028-P, natural do Paquistão, nascida em 03 de agosto de 1985, filha de Syed Tanveer Hussain Shamsi e de Shaheen Akhtar, residente no Distrito Federal (Processo nº 08200.304808/2016-94);
TATIANA ANTONOVA - V503220-L, natural da Rússia, nascida em 25 de junho de 1981, filha de Vitaly Antonov e de Nina Antonova, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.001423/2017-98);
VICTOR REGINO QUINTANA HERNANDEZ - G150544-H, natural de Cuba, nascido em 07 de setembro de 1973, filho de Victorino Quintana Alonso e de Dialina Hernandez Corso, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.305552/2016-90);
ZAYED MOHAMED ATTIA EID - G215687-O, natural da República Árabe do Egito, nascido em 10 de janeiro de 1988, filho de Mohamed Attia Eid e de Hamida Hussein Eid, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.000718/2017-18) e
ZEINAB ABOU HAMDAN - G088969-8, natural do Líbano, nascida em 07 de junho de 1995, filha de Mohamad Abou Hamdan e de Najat Daher, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.007087/2017-13).

Nº 106 AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:
IWALEWA MORADEKE AKINRULI - G197215-E, natural dos Estados Unidos da América, nascida em 20 de setembro de 2015, filha de Michael Olusegun Akinruli e de Temitope Folashade Ogunlade, residente no Estado de Minas Gerais (Processo: 08354.002346/2017-09);
MAREIA ABO ALZAHB - G113629-I , natural da Síria, nascida em 21 de março de 2010, filha de Mohamad Abu Alzahab e de Rasha Almobayed, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08000.021436/2017-09) e
SOULIMAN HOUBBI - G202290-Z, natural da Síria, nascido em 15 de fevereiro de 2011, filho de Khaled Houbbi e de Manal Albacha, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08000.044861/2016-87).

Nº 107 TORNAR DEFINITIVA a nacionalidade brasileira concedida, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:
ADOLFO RAUL TOLEDO PULIDO, natural da Venezuela, nascido em 30 de maio de 1997, filho de José Manuel Toledo Herrera e de Maria Carolina Pulido Mendez, residente no Distrito Federal (Processo: 08280.006778/2017-91) e
PAULA ANDREA TRILLOS MILANES, natural de Cuba, nascida em 05 de fevereiro de 1999, filha de Roberto Alex Trillos Sanchez e de Anolan Yamile Milanes Barrientos, residente no Estado de Minas Gerais (Processo: 08354.002002/2017-91).

ASTÉRIO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 108, DE 5 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, resolve:
RECONHECER E CERTIFICAR aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:
ANDREIA CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA - G137813-U, natural de Portugal, nascida em 08 de julho de 1977, filha de Antonio Dias Pereira e de Laurinda dos Santos Sousa, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08000.019150/2017-55);
ANTONIO DA PIEDADE MANJUA GOMES - G101243-J, natural de Portugal, nascido em 20 de junho de 1973, filho de Joao Cabrita Gomes e de Maria Fernanda Manjua do Rosario Cabrita Gomes, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 08000.026402/2017-01);
ESTELA VAZ DE DEUS - V091476-E, natural de Portugal, nascida em 10 de outubro de 1956, filha de Joaquim Serra de Deus e de Estela do Rosario Vaz, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08000.026432/2017-17) e
PEDRO HENRIQUE MEDEIROS MONIZ - V884919-F, natural de Portugal, nascido em 20 de junho de 1988, filho de Henrique Nunes da Costa Moniz e de Maria Margarida Martins Franco de Medeiros, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.081605/2015-17).

ASTÉRIO PEREIRA DOS SANTOS

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHOS DA DIRETORA

Considerando o exaurimento das instâncias administrativas, conforme art. 1°, § 3° da Portaria SNJ n° 3, de 5 de fevereiro de 2009, não conheço o novo pedido de reconsideração e, portanto, nego seguimento ao recurso. Cabe destacar que a ausência do recolhimento da taxa referente ao pedido de reconsideração, utilizada como um dos fundamentos para o indeferimento do recurso, refere-se ao não pagamento da competente GRU de cada dependente.

Processo Nº 08240.015473/2016-66 - REINEL BELTRANS AGUEDO, ANIA LUSSON CERVANTES, DANIEL BELTRAN LUSSON, DAVID BELTRAN LUSSON

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE

Despacho nº 3/2017/DPM_Alteracao_de_Assent/DPM/DEMIG/SNJ
Assunto: Deferimento
Processo: 08505047591201502
Interessado: LIVINOS OGUEJIOFOR
Despacho do Analista:

Cuida-se de pedido de Retificação de Assentamento formulado em favor do nacional nigeriano LIVINOS OGUEJIOFOR, por meio da qual pretende seja retificado o seu nome e os nomes de seus genitores constantes no seu registro.

O processo foi arquivado, face o não cumprimento da documentação prevista na Portaria MJ nº 1.949/2015. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2016. Em 05 de maio de 2016 foi interposto recurso administrativo contra a decisão publicada, conforme Ofício de Reiteração - Cartório DPU/SP nº 062/2017(PAJ DPU/SP nº 2016/020-07793).

Considerando o recurso interposto, foi feita nova análise dos autos, constatando que o pleito foi devidamente comprovado pela Inscrição Consular de fls. 09, estando a retificação pretendida fundamentada no artigo 43 da Lei 6.815/80, por isso submeto os autos à consideração de Vossa Senhoria, sugerindo, salvo melhor juízo, o deferimento do pleito, a fim de que seja alterado o nome constante no registro do requerente, passando de LIVINOS OGUEJIOFOR para LIVINUS OGUEJIOFOR, bem como seja alterado os nomes dos seus genitores, passando de EMEKA OGUEJIOFOR para MICHEL OGUEJIOFOR e de VERO OGUEJIOFOR para VERONICA OGUEJIOFOR.

Despacho da Chefe da Divisão de Processos Migratórios:

Considerando que o feito encontra-se devidamente instruído, bem assim restar comprovada a necessidade da pretendida retificação, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, defiro o presente pedido, a fim de que seja alterado o nome do interessado e dos seus genitores constantes do respectivo Registro, na forma requerida.

Publique-se.

Processo nº 08505047591201502

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link: formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo nº 08280.309402/2016-55, ABDUMAL EHAB ELAYADI ALI SALEM, tendo em vista a falta de amparo legal, por contrariar o disposto no art. 116 da Lei supra mencionada.

Processo nº 08390.004739/2016-21, ABBAS MOHAMAD EL ZEIN, tendo em vista o lapso temporal da carta de exigência formulada ao interessado e a ausência de manifestação até a presente data, por falta de interesse e de cumprimento de exigências, com fulcro no art. 12, II, b da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Processo nº 08505004872201643, GLADYS SILVIA CONDORI, tendo em vista a falta de cumprimento de exigência, nos termos da Portaria MJ nº 1949, de 25 de novembro de 2015.

Processo nº 08460005644201573, VANESSA ALEJANDRA IGLESIAS ECHEGARAY, tendo em vista a requerente não ter mais interesse na naturalização brasileira, conforme as informações trazidas aos autos pela autoridade policial, no relatório de sindicância.

CERTIFICO que, HWANG CHIE CHIUNG, incluída na Portaria nº 00640, de 01 de novembro de 1985, publicada no Diário Oficial da União de 06 de novembro de 1985, passou a assinar HWANG CHIE CHIUNG YAI, por haver contraído matrimônio com Edson Massao Yai, em 18 de abril de 1991, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 29º Subdistrito - Santo Amaro, Sao Paulo/SP, Matrícula 117549 01 55 1991 2 00102 265 0030335-63. Processo nº 08000.013737/2017-51.

CERTIFICO que, a grafia correta do nome de QAISR ISLAM, incluído na PORTARIA DA SNJ Nº 18, DE 27 DE JANEIRO DE 2017, publicada no Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 2017, é QAISAR ISLAM, e não como constou. Processo nº 08000.012986/2017-29.

DECLARA que EDVIGE DE ROSSO, incluída no Decreto Coletivo de Naturalização nº 414, de 07 de março de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 09 de março de 1966, passou a assinar EDVIGE DE ROSSO MARTINS, por haver contraído matrimônio com Milton Martins Ribeiro, em 03 de maio de 1980, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos, do Distrito, Município e Comarca de Monte Aprazível, Estado de São Paulo, registrada no Livro B-23, às fls. 205, sob o nº 5.570. Processo nº 08502006147201630

CERTIFICO que, a exata grafia do nome do genitor de GINO RANIERO MANNUCCI LOZADA, incluído na Portaria n.º 00068, de 22 de fevereiro de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 1991, é JULIO ALBERTO MANNUCCI DEL RIO, e não como constou. Processo nº 08000.053333/2016-19

DECLARA que o exato nome de VALERY NATHALIE PÉREZ COHAUD, publicado no Diário Oficial da União, de 10 de março de 2017, Seção I, pág. nº 32, é VALERY NATHALIE PÉREZ COCHAUD, e não conforme constou. Processo nº 08018.009517/2016-52

DECLARA que o correto nome do naturalizado, a quem se refere o presente Certificado de Naturalização é GIOVANNI GUGLIELMO ALBERTO MARIA PANGELLA, que os nomes de seus genitores são GUGLIELMO e ELISABETTA CASSIANI INGONI, e que a correta data de seu nascimento é 27 de abril de 1879, conforme certidão de casamento datada em 27 julho de 2003, traduzida por tradutora Pública e Interprete Comercial do idioma Italiano, inscrita sob nº 1355 na Junta Comercial do Estado de São Paulo, extraída do livro nº 16, tradução nº 4896. Processo nº 08000.040168/2016-35

CERTIFICO que, a grafia correta do nome de MARIA DA LOURDES CORREIA BONIFÁCIO, publicada no Diário Oficial da União, de 30 de dezembro de 2016, Seção 1, pág. 232, em Despachos da Chefe, do Departamento de Migrações, da Divisão de Processos Migratórios, processo nº 08354.002451/2016-59, é MARIA DE LOURDES CORREIA BONIFÁCIO, e não como constou. Processo nº 08354.002451/2016-59

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação da residência provisória em permanente, com base no art. 7º da Lei 11.961/ 2009. Processo Nº 08460.037883/2011-69 - GABI DA CONCEICAO ARMANDO

DEFIRO o presente pedido de permanência definitiva com base em união estável nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem. Processo Nº 08240.000849/2017-19 - LAURA CHRISTINA GUTTADORO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.025350/2017-47 - FREDRIK JOHNNIE HILLBOM, GABRIELA BEJARANO SIFUENTES, JOSE EMANUEL HILLBOM, JUAN DAVID HILLBOM

Processo Nº 08000.019311/2017-19 - MELANEY PATRICIA TINKESS

Processo Nº 08000.010347/2017-29 - MARC DONAHUE MOUSER

Processo Nº 08000.004799/2017-71 - DANIEL GRANT STOYLE, ZERINA LOUISE HEXTER, POPPY SASKIA JOAN STOYLE, RHYS MAURICE LEIGHTON STOYLE

Processo Nº 08000.004205/2017-22 - ADARSH KUMAR, VIBHA RAI, AVIRAL RAI, NIRAL RAI

Processo Nº 08000.004104/2017-51 - YA LI

Processo Nº 08000.004080/2017-31 - TADASHI UEKI

Processo Nº 08000.003944/2017-05 - ANTHONY FRANÇOIS LEON CHEVRIER

Processo Nº 08000.003688/2017-48 - HITOSHI MANO

Processo Nº 08000.003522/2017-21 - STEFAN GARY FELSTEIN

Processo Nº 08000.003221/2017-06 - RYO AIKAWA, SATOKO AIKAWA

Processo Nº 08000.003217/2017-30 - TOSHIYUKI TAKEDA, CHIEKO TAKEDA, HIYO TAKEDA

Processo Nº 08000.003196/2017-52 - HISATOMI MATSUDA

Processo Nº 08000.003194/2017-63 - JOSEPH ALAIN HENRY

Processo Nº 08000.002600/2017-71 - YOSHIMASA ITAKA, MIKI ITAKA, MIYU ITAKA, MIREI ITAKA, HARUYOSHI ITAKA

Processo Nº 08000.002526/2017-92 - ANDRE CARLOS ALVES VICENTE

Processo Nº 08000.002150/2017-16 - PEDRO SENA FRAGATEIRO

Processo Nº 08000.000927/2017-16 - PAWEL DAWID PAROBCZY

Processo Nº 08000.057167/2016-20 - SERGIO DUARTE PEREIRA

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente. Outrossim, informo que os estrangeiros deverão ser autuados considerando o disposto no Art. 125, XVI da Lei nº 6.815/80 c/c Art. 70, § 1º, do Decreto nº 86.715/81, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.006667/2017-84 - STEFANO LUIGI BAGGIO

Processo Nº 08000.004014/2017-61 - CRISTINA DOMIN GASPAR

Processo Nº 08000.003866/2017-31 - ZLATKO BOGDAN STOJKOVIC, GABRIELLE ROSE STOJKOVIC, MELINA ANN STOJKOVIC, NICHOLAS ZLATKO STOJKOVIC

Processo Nº 08000.003433/2017-85 - MATTHIEU PIERRE BOUTREUX, CAROLINE OLIVIA FRITSCH,

Processo Nº 08000.003365/2017-54 - JOÃO DOS MARTIRES LOPES TEODORO DE MATOS

Processo Nº 08000.002033/2017-52 - BARTOSZ JAKUB HOPPE

Processo Nº 08000.002022/2017-72 - ERNESTO PINTO MOTA, ELIZABETE EMILIA BICHO FREITAS

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 18/04/2017, Seção 1, pág. 50, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80. Processo Nº 08364.000934/2014-38 - JESSIFER ALICE BATES

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 03/10/2016, Seção 1, pág. 29, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80. Processo Nº 08280.025501/2014-15 - SILVIA TOSO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na instituição de ensino, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País. Processo Nº 08310.302833/2016-96 - SURENDER KUMAR SHARMA, AADIT SHARMA, até 07/02/2019.

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas pelo Departamento de Polícia Federal. Processo Nº 08505.002019/2017-78 - ALVARO JESUS TORRES CONSTANTE

Determino o arquivamento do presente processo, diante da solicitação do(a) interessado(a).

Processo Nº 08280.003303/2012-39 - MOHAMMAD MEHDI GHORBANI

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) interessado(a) não cumpriu integralmente a exigência formulada por esta Divisão. Processo Nº 08505.058400/2015-20 - IOSSE GONZALEZ ALONSO

Determino o arquivamento do presente processo, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, considerando a perda do objeto tendo em vista que o estrangeiro já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 08000.042158/2016-34. Processo Nº 08000.042160/2016-11 - SCOTT ANDREW SHEPHERD

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 14/03/2016, Seção 1, pág. 48, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.010830/2015-41 - ALVIN LLENO ADRIANO

Determino o arquivamento dos processos, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08018.000452/2015-07 - TIJMEN KOELEWIJN, CORNELIA GEERTRUIDA ALIJDA VAN SHERPENZEEL, GERRALDINE JOHANNA CORNELIA KOELEWIJN

Processo Nº 08000.006461/2017-54 - HAIOU CHEN

Processo Nº 08000.001968/2017-11 - GONÇALO RODRIGO GARCEZ VENTURA

Processo Nº 08505.036656/2014-03 - PU LIANG

Processo Nº 08505.075258/2015-85 - CLAUDIA SCHWEIZER

INDEFIRO o pedido de Reunião Familiar com base na Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, considerando o disposto no art. 38, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que não restou comprovada a estada legal do interessado quando da autuação do pedido. Processo Nº 08505.006880/2017-13 - YONG ZHANG

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

DEFIRO o presente pedido de prorrogação do prazo de estada no País. Processo nº 08354.001293/2017-09 - MARCIO ANTONIO MUTUNDA, até 28/02/2018.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 78, DE 9 DE MAIO DE 2017

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: AVEN COLONY (Inglaterra - 2017)
Produtor(es): SOLDOUT
Distribuidor(es): SONY MUSIC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.000491/2017-78
Requerente: RODRIGO GUIMARÃES ALTIERI

Título: STATE OF EMERGENCY (Estados Unidos da América - 2002)
Produtor(es): TAKE-TWO
Distribuidor(es): TAKE-TWO
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Estratégia
Plataforma: Computador PC/PlayStation 2/Xbox
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.000536/2017-12
Requerente: IDG CONSULTING

Título: SMUGGLER`S RUN (Estados Unidos da América - 2000)
Produtor(es): TAKE-TWO
Distribuidor(es): TAKE-TWO
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Estratégia
Plataforma: Computador PC/PlayStation 2
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Atos criminosos e Violência
Processo: 08017.000537/2017-59
Requerente: IDG CONSULTING

Título: GRAND THEFT AUTO: VICE CITY STORIES (Reino Unido - 2006)
Produtor(es): TAKE-TWO
Distribuidor(es): TAKE-TWO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos
Categoria: Ação
Plataforma: Computador PC/PlayStation 2/PlayStation Portátil
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas e Violência
Processo: 08017.000539/2017-48
Requerente: IDG CONSULTING

Título: GRAND THEFT AUTO: LONDON (Reino Unido - 1995)
Produtor(es): TAKE-TWO
Distribuidor(es): TAKE-TWO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Categoria: Ação
Plataforma: Computador PC/PlayStation
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas Ilícitas, Atos criminosos e Violência
Processo: 08017.000540/2017-72
Requerente: IDG CONSULTING

Título: FARMING SIMULATOR 18 (Suíça - 2017)
Produtor(es): FOCUS HOME INTERACTIVE
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo 3DS/PlayStation Vita
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000544/2017-51
Requerente: MAXIME BÉJAT

Título: YONDER: THE CLOUD CATCHER CHRONICLES (Austrália - 2017)
Produtor(es): PRIDEFUL SLOTH PTY LTD
Distribuidor(es): PRIDEFUL SLOTH / PLAYSTATION STORE
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/RPG
Plataforma: Computador PC/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000548/2017-39
Requerente: PRIDEFUL SLOTH PTY LTD

Título: GRAND THEFT AUTO 2 (Estados Unidos da América - 1999)
Produtor(es): TAKE-TWO
Distribuidor(es): TAKE-TWO
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Ação
Plataforma: Computador PC/PlayStation
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.000554/2017-96
Requerente: IDG CONSULTING

ALESSANDRA XAVIER NUNES

PORTARIA Nº 79, DE 9 DE MAIO DE 2017

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Processo nº: 08017.000503/2017-64
Título RPG: "VERIDIANA"
Requerente: ALAN SILVA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 anos
Tipo de Classificação: Livro
Classificação atribuída: "não recomendado para menores de dez anos"
Contém: conteúdo impactante

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Conseqüências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 80, DE 9 DE MAIO DE 2017

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: RAYMOND DEVOS - THÉATRE MONTPARNASSE 1982 (França - 2008)
Produtor(es): Universal Music International Ltda.
Diretor(es): Christian Chevreuse
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.021833/2017-72
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: RAYMOND DEVOS - THÉATRE ROMAIN ROLLAND 1992 (França - 2016)
Produtor(es): Universal Music International Ltda.
Diretor(es): Christian Chevreuse
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.021836/2017-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ATÔMICA - TRAILER 2 (ATOMIC BLONDE, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): David Leitch
Distribuidor(es): Universal Pictures International Brazil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação/Suspense
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.024653/2017-42
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: THE ROLLING STONES - OLÉ OLÉ OLÉ! - A TRIP ACROSS LATIN AMERICA (Inglaterra - 2016)
Produtor(es): Universal Music International Ltda.
Diretor(es): Paul Dugdale
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.025173/2017-07
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: COMEBACK (Brasil - 2016)
Produtor(es): Cristiane Mioto
Diretor(es): Erico Rassi
Distribuidor(es): O2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama/Ficção
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.026617/2017-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ALIEN - COVENANT (Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): David Giler
Diretor(es): Ridley Scott
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Ação/Terror
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência Extrema e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.027320/2017-75
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O CIDADÃO ILUSTRE (EL CIUDADANO ILUSTRE, Argentina / Espanha - 2015)
Produtor(es): Arco Libre
Diretor(es): Mariano Cohn/Gastón Duprat
Distribuidor(es): CINEART FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Nudez e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000508/2017-97
Requerente: CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

Filme: AMOR.COM (Brasil - 2016)
Produtor(es): Total Filmes/Buena Vista International Inc.
Diretor(es): Anita Beatriz Barbosa de Souza
Distribuidor(es): H2O
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Romance
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000541/2017-17
Requerente: TOTAL ENTRETENIMENTO LTDA.

ALESSANDRA XAVIER NUNES

DESPACHO DO DIRETOR
Em 4 de maio de 2017

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016, e considerando o que consta no respectivo Processo Administrativo, CANCELO, a pedido, a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade FACHISA APOIO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, com sede na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, CNPJ: 04.986.150/0001-77 (Processo Administrativo MJ 08000.025907/2017-40).

JORGE DA SILVA

DESPACHOS DA DIRETORA ADJUNTA
Em 8 de maio de 2017

Nº 125 - A DIRETORA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de julho de 1999, usando da competência que lhe foi conferida pela Portaria nº 521, de 22 de abril de 2016, resolve:
Declarar o cancelamento da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público do INSTITUTO INTERSET, registrado no CNPJ sob o nº 06.191.178/0001-43, pelos fundamentos presentes no Processo Administrativo MJ nº 08071.000027/2017-27.
Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784/99 e art. 5º, inciso LV, da CF/88, assegura-se à entidade o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias.
Quanto ao acervo patrimonial disponível, a entidade deverá cumprir o disposto no art. 4º, V da Lei nº 9.790/99.

Nº 126 - A DIRETORA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de julho de 1999, usando da competência que lhe foi conferida pela Portaria nº 521, de 22 de abril de 2016, resolve:
Declarar o cancelamento da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da OSCIP DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO LUIZ DOS MONTES BELOS, registrada no CNPJ sob o nº 05.489.305/0001-22, pelos fundamentos presentes no Processo Administrativo MJ nº 08071.000022/2017-02.
Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784/99 e art. 5º, inciso LV, da CF/88, assegura-se à entidade o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias.
Quanto ao acervo patrimonial disponível, a entidade deverá cumprir o disposto no art. 4º, V da Lei nº 9.790/99.

ALESSANDRA XAVIER NUNES

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

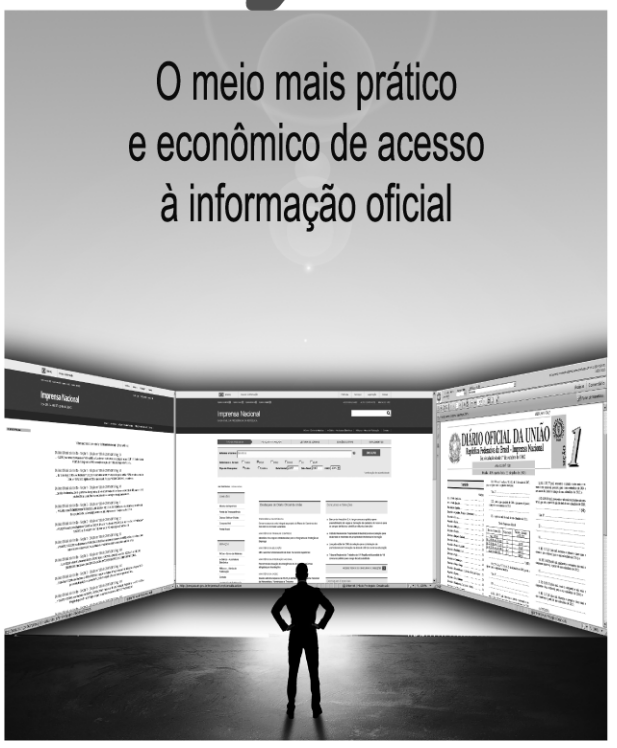
DESPACHO DA CHEFE
Em 9 de maio 2017

Nº 115 - Considerando o disposto no parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, e no inciso I do art. 35, da Portaria 351, de 22 de abril de 2016, CONCEDO o registro para exercer a atividade de microfilmagem de documentos físicos à empresa:

I - ARQUIVAR TECNOLOGIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 15.312.870/0001-73, sediada à Avenida Presidente Tancredo Neves nº 3904, Belo Horizonte, MG, CEP: 31.330-472 (Processo MJ nº 08000.027331/2017-55).

CAROLINA CHAGAS DEMETRIO MACIEL

Diário Oficial da União Digital



O portal da Imprensa Nacional oferece:

- Acesso à versão eletrônica do **DOU** de forma livre e gratuita
- Edições digitalizadas desde 1990, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital
- Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas
- Serviço **IN-Busca**, que realiza pesquisas programadas ao **DOU** e envia os resultados por mensagem eletrônica ao usuário na primeira hora da manhã
- Edições completas em PDF pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir das 6h, ou gratuitamente, das 14h às 23h59

Diário Oficial da União *Digital*
Cada vez mais acessível e conectado ao cidadão
www.in.gov.br



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.122, DE 9 DE MAIO DE 2017

Suspende a transferência de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde dos municípios irregulares na alimentação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 1.955/GM/MS, de 2 de dezembro de 2015, que altera e acresce dispositivos à Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 47/SVS/MS, de 3 de maio de 2016, que define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde; e

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos do Bloco de Vigilância em Saúde transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios, resolve:

Art.1º Fica suspensa a transferência dos recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde, a partir da competência financeira de maio de 2017, dos municípios irregulares na alimentação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) de acordo com monitoramento realizado no mês de abril de 2017, relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO
AL	270670	Penedo
AL	270800	Santana do Ipanema
AM	130050	Barreirinha
AM	130060	Benjamin Constant
AM	130070	Boca do Acre
AM	130080	Borba
AM	130170	Humaitá
AM	130190	Itacoatiara
AM	130240	Lábrea
AM	130310	Nova Olinda do Norte
AM	130340	Parintins
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira
AM	130390	São Paulo de Olivença
BA	290930	Correntina
BA	291980	Macaúbas
BA	292370	Paratinga
BA	292660	Ribeira Do Pombal
BA	292860	Santo Amaro
BA	292920	São Francisco Do Conde
BA	293360	Xique-Xique
CE	230580	Ipu
CE	230700	Jaguaruana
CE	231070	Pentecoste
CE	231220	Santa Quitéria
ES	320010	Afonso Cláudio
GO	520025	Águas Lindas de Goiás
GO	521560	Padre Bernardo
MA	210047	Alto Alegre do Pindaré
MA	210210	Brejo
MA	210370	Cururupu
MA	210690	Monção
MA	210980	Santa Helena
MA	211050	São Bento
MA	211070	São Domingos do Maranhão
MG	311230	Capelinha
MG	311330	Carangola
MG	313440	Iturama
MG	314590	Ouro Branco
MG	315960	Santa Rita do Sapucaí
MT	510325	Colniza
MT	510622	Nova Mutum
MT	510650	Poconé
PA	150090	Augusto Corrêa
PA	150120	Baião
PA	150195	Cachoeira do Piriá
PA	150309	Goianésia do Pará
PA	150375	Jacareacanga
PA	150490	Muaná
PA	150510	Óbidos
PA	150543	Ourilândia do Norte
PA	150590	Porto de Moz
PA	150620	Salinópolis
PE	260510	Custódia
PE	261360	São José do Egito
PR	411750	Paiçandu
RJ	330260	Mangaratiba
RN	240720	Macau
RN	240800	Mossoró
RO	110013	Machadinho D'Oeste
SC	420300	Caçador
SC	420540	Florianópolis
SC	421130	Navegantes
SC	421190	Palhoça
SC	421630	São João Batista
SC	421660	São José
SC	421820	Timbó

PORTARIA Nº 1.123, DE 9 DE MAIO DE 2017

Revoga a Portaria nº 1.783/GM/MS, de 28 de julho de 2011, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) do Município de Três Corações (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 10/GM/MS, de 3 de janeiro de 2017, que redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como proponente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Ofício SEMS/Três Corações nº 014/2017, no qual o proponente da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), solicita o cancelamento da Proposta nº 17955.535000/1090-03; e

Considerando a Nota Técnica nº 121, de abril de 2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 1.783/GM/MS, de 28 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 146, de 1º de agosto de 2011, Seção 1, página 55, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) do Município de Três Corações (MG), por solicitação do proponente, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Cabe à Secretaria de Atenção à Saúde, adotar os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Três Corações (MG), para a imediata devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	Programa da UPA 24h	Categoria	Porte	Proposta	SIPAR	Portaria de Habilitação	Valor da Proposta	Valor Repassado
MG	Três Corações	2011/PAC 2	NOVA	II	17955.535000/ 1090-03	25000.063769/ 2011-21	PT 1.783/GM/MS DOU 28/7/2011	R$ 2.000.000,00	R$ 1.500.000,00

PORTARIA Nº 1.124, DE 9 DE MAIO DE 2017

Renova a Qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Rio Claro (SP) e bases descentralizadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que redefine as diretrizes para a implantação do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 766/GM/MS, de 17 de junho de 2015, que renova a Qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) e bases descentralizadas do (SAMU 192), Regional de Rio Claro (SP), e Unidades de Suporte Básico e Avançado, com competência janeiro de 2015; e

Considerando o Parecer Técnico nº 0281/2017, Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Rio Claro (SP), e bases descentralizadas, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 30, da Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, devendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Esta Portaria tem efeito de renovação de qualificação a partir da competência novembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta
SP	Rio Claro	354390	6941214	01 CRU	25000.016394/2015-33	Municipal	82.51	13801
			6948960	01 USA				
			6948944	01 USB				
	Ipeúna	352110	7003110	01 USB				
	Corumbataí	351270	6836186	01 USB				
	Santa Gertrudes	354670	6913768	01 USB				
	Itirapina	352360	6814417	01 USB				

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 656, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS do Ministério da Saúde, no uso de suas atribuições, em especial as que lhe são conferidas pelo Art. 2º da Portaria GM/MS nº 133/2011, publicada no DOU de 27/01/2011, resolve:

Art. 1º - Subdelegar competência ao Coordenador-Geral de Material e Patrimônio, para atuar como Ordenador de Despesa, no que se refere aos atos de gestão orçamentária e financeira dos recursos provisionados à Coordenação-Geral de Material e Patrimônio - CGMAP/SAA/SE/MS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO ROSÁRIO DE ALCÂNTARA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 9 DE MAIO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 462ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de março de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33902.201887/2005-60	AMA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.265530/2006-91	AMA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.779194/2014-79	FUNDAÇÃO COMPESA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA - COMPESAPREV	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.489316/2013-57	PLANO DE SAÚDE UNIFENAS	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.481226/2016-61	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-CAARJ	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAÃO
Diretor - Presidente

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 27 de abril de 2017, publicada no DOU nº 81, em 28 de abril de 2017, Seção 1, página 77: onde se lê: "33902.977715/2011-27 ...". leia-se: "33902.797715/2011-27".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 859, DE 9 DE MAIO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP 009/2017, realizada em 18 de abril de 2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: CAMARGOS DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA.-ME
CNPJ: 24.919.347/0001-09
Processo: 25351.536492/2016-07
Expediente do Recurso: 0009397/17-1
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, FAZENDO RETORNAR À ÁREA TÉCNICA PARA REFORMA DA DECISÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - RELATÓRIO E VOTO 019/2017 - DIREG/ANVISA.
Empresa: D A S LIMA DE ARATACA
CNPJ: 07.530.533/0001-24
Processo: 25351.034554/2017-16
Expediente do Recurso: 0223313/17-4
Parecer: 140/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: DROGARIA E PERFUMARIA ALVES & SILVA LTDA.-ME
CNPJ: 20.659.406/0001-98
Processo: 25351.063654/2017-41
Expediente do Recurso: 0308269/17-5
Parecer: 146/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: NOVO TEMPO DROGARIA EIRELI-ME
CNPJ: 25.423.524/0001-16
Processo: 25351.026664/2017-04
Expediente do Recurso: 0239676/17-9
Parecer: 143/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: DISDROG COMERCIAL LTDA.
CNPJ: 21.024.365/0001-26
Processo: 25351.537705/2016-01
Expediente do Recurso: 0026965/17-8
Parecer: 090/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: DROGARIA GRUPO FORTE LTDA.-ME
CNPJ: 20.391.205/0001-52
Processo: 25351.460792/2014-22
Expediente do Recurso: 0776303/14-4
Parecer: 065/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: DROGARIA SALES E OLIVEIRA LTDA.-ME
CNPJ: 24.990.032/0001-40
Processo: 25351.336026/2016-18
Expediente do Recurso: 2363571/16-1
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, E CONCEDER A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE) À EMPRESA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO Nº 006/2017/DSNVS/ANVISA.
Empresa: FERNANDA DE ALMEIDA EIRELI-ME
CNPJ: 20.438.329/0001-46
Processo: 25351.789937/2016-36
Expediente do Recurso: 2601413/16-1
Parecer: 072/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: C M M ARAÚJO DE ALMEIDA E CIA. EIRELI-ME
CNPJ: 13.372.487/0001-85
Processo: 25351.540075/2016-45
Expediente do Recurso: 2618853/16-8
Parecer: 075/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: DROGARIAS MEDVALE LTDA.-EPP
CNPJ: 26.263.674/0001-72
Processo: 25351.525724/2016-88
Expediente do Recurso: 2637585/16-1
Parecer: 066/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: PROAUTO INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.-EPP
CNPJ: 38.777.918/0001-14
Processo: 25351.500802/2016-06
Expediente do Recurso: 2659463/16-9
Parecer: 119/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: LUCIANO T. TONETTO COLNAGO-EPP
CNPJ: 66.911.355/0001-40
Processo: 25351.520313/2015-49
Expediente do Recurso: 2669142/16-5
Parecer: 091/2017 - COARE/DIMON

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S. A.
CNPJ: 56.992.951/0021-92
Processo: 25767.546340/2016-17
Expediente do Recurso: 0079710/17-3
Parecer: 052/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

ARESTO N° 860, DE 9 DE MAIO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP 007/2017, realizada em 28 de março de 2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: GOMES & DUTRA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
CNPJ: 08.864.490/0001-86
Processo: 25351.231307/2009-84
Expediente do Recurso: 0488596/12-1
Parecer: 036/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DO RELATOR QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: DROGARIA FENIX DE OLARIA LTDA
CNPJ: 06.141.019/0001-34
Processo: 25351.310090/2006-99
Expediente do Recurso: 065380/10-2
Parecer: 033/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DO RELATOR QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: MARIA DE JESUS MOURA CARVALHO ME
CNPJ: 12.115.511/0001-38
Processo: 25351.438464/2014-40
Expediente do Recurso: 0699616/14-7
Parecer: 028/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DO RELATOR QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: QUINTA DROGARIA PAGUE FACIL LTDA - ME
CNPJ: 11.298.565/0001-13
Processo: 25351.715957/2013-28
Expediente do Recurso: 1142272/14-6
Parecer: 042/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DO RELATOR QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: OFFICE CENTRO FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA
CNPJ: 01.095.417/0001-48
Processo: 25000.053016/99-31
Expediente do Recurso: 1064196/13-3
Parecer: 027/2017 - COARE/DIMON
Decisão: DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO POR PERDA DO OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DO RELATOR QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: DROGARIA ALVORADA LTDA
CNPJ: 03.903.871/0001-03
Processo: 25351.253732/2013-74
Expediente do Recurso: 1112099/14-1
Parecer: 040/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DO RELATOR QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: RAFAEL LUDY DAS DORES RIBEIRAO BRANCO-ME
CNPJ: 14.623.135/0001-18
Processo: 25351.102547/2016-65
Expediente do Recurso: 1960369/16-0
Parecer: 058/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DO RELATOR QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: FARMASISTE FARMÁCIA E DROGARIA EIRELI - ME
CNPJ: 16.647.292/0001-99
Processo: 25351.574207/2012-17
Expediente do Recurso: 2115793/16-6
Parecer: 014/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATOR QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: MARCELA JULIANA DE OLIVEIRA DROGARIA - ME
CNPJ: 10.409.210/0001-91
Processo: 25351.311146/2016-02
Expediente do Recurso: 2293494/16-4
Parecer: 061/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DO RELATOR QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: DANONE LTDA
CNPJ: 23.643.315/0067-89
Processo: 25351.380331/2016-77
Expediente do Recurso: 2656817/16-9
Parecer: 020/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DO RELATOR QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: LIFETECH COMERCIAL LTDA
CNPJ: 07.682.133/0001-34
Processo: 25351.207792/2016-33
Expediente do Recurso: 2170065/16-6
Parecer: 332/2016 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DO RELATOR QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: DROGARIAS FRATELLO LTDA - ME
CNPJ: 26.127.847/0001-25
Processo: 25351.379652/2016-91
Expediente do Recurso: 2379209/16-4
Parecer: 011/2016 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO Nº 004/2017 - DSNVS.
Empresa: FARMACIA ALVIM & SIMÃO LTDA ME
CNPJ: 24.624.196/0001-53
Processo: 25351.144688/2016-55
Expediente do Recurso: 2040582/16-1
Parecer: 011/2016 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO Nº 004/2017 - DSNVS.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

PORTARIA N° 755, DE 9 DE MAIO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 54, III, § 3º, aliado ao art. 52, IV, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho no âmbito da Anvisa com o objetivo de elaborar a proposta de regulamento sobre a Revisão da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 50, de 21 de fevereiro de 2002.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - Analisar as contribuições oriundas de entidades do governo, estabelecimentos públicos e privados ao longo dos últimos anos, recebidas por e-mails, sistema de atendimento telefônico - SAT ou Ofícios.

II - Analisar as contribuições dos Grupos Temáticos de revisão da norma.

III - Consolidar as informações e colaborar na preparação do documento para envio à Consulta Pública.

Art. 3º O Grupo de Trabalho de que trata esta portaria terá a seguinte composição:

I - Gerência de Regulamentação e Controle Sanitário em Serviços de Saúde (GRECS/GGTES/ANVISA);

II - Ministério da Saúde;

III - Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);

IV - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS);

V - Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Edifício Hospitalar (ABDEH).

§1° A Coordenação do Grupo de Trabalho será exercida por representante da Gerência de Regulamentação e Controle Sanitário em Serviços de Saúde da Anvisa.

§2º A Coordenação do Grupo de Trabalho poderá solicitar a participação de outros consultores em assuntos técnicos e científicos necessários ao fortalecimento das estratégias e alcance dos objetivos do Grupo, bem como de outros entes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária -SNVS.

§3º A participação no Grupo de Trabalho será considerada atividade de relevância pública e não será remunerada.

Art. 4º A conclusão dos trabalhos deverá ocorrer no prazo de 12 meses contado a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO - RE N° 1.233, DE 9 DE MAIO DE 2017

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 2.996, de 04 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 213, de 07 de novembro de 2016, Suplemento, página 63, em sede de juízo de retratação, após análise do recurso administrativo apresentado pela empresa CIA SULAMERICANA DE TABACOS S/A., CNPJ: 01.301.517/0001-83, expediente nº 2489540/16-7.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 855, DE 9 DE MAIO DE 2017

Defere, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao PROSUS, da Santa Casa de Misericórdia de Tietê, com sede em Tietê (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando a Nota Técnica nº 03/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.112947/2014-05, que concluiu, na fase recursal, que foram atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao PROSUS, da Santa Casa de Misericórdia de Tietê, CNPJ nº 72.457.716/0001-23, com sede em Tietê (SP).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 18/SAS/MS, de 04 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 2, de 5 de janeiro de 2016, seção 1, página 98.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 116, DE 9 DE MAIO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 37/SGTES/MS, de 19 de novembro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 37/SGTES/MS, de 19 de novembro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.197484/2013	VICTORINO ALMENARES PEREZ	1500074	PA	SÃO FELIX DO XINGU

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria n° 26 /SGTES/MS, de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23, de 01 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 85.

Onde se lê

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.014545/2017-81	DAYISEL MOREJON SUAREZ	1200243	TO	GUARAI

Leia-se

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.014545/2017-81	DAYISEL MOREJON SUAREZ	1700223	TO	GUARAI

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 64, DE 4 MAIO DE 2017

DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.109442/2016-25, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, licença de funcionamento à pessoa jurídica VILAR INSPEÇÕES LTDA, CNPJ nº 23.443.834/0001-77, situada no Município de São João de Meriti - RJ, Avenida Automóvel Clube, nº 3437, CEP: 25.561-170 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 65, DE 4 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.119311/2016-82, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica PIABETÁ INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - ME, CNPJ nº 11.265.432/0001-40, situada no Município de Magé - RJ, Rua Elizabeth, nº 194, Fundos, Piabetá, CEP: 25.915-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 67, DE 8 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.002274/2017-29. Resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CITEC - CENTRO DE INSPEÇÕES TÉCNICAS VEICULARES LTDA - ME, CNPJ nº 09.196.824/0001-53, situada no Município de Passo Fundo - RS, Rua Florianópolis, Lote Cidade Universitária, nº 58, Petrópolis, CEP: 99.051.195 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 25 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 6.309 Processo nº 48500.004917/2006-56. Interessado: Usina Rio Vermelho de Energia Ltda. Objeto: Revogar a outorga de autorização da Pequena Central Hidrelétrica Rio Vermelho, localizada no município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina.

Nº 6.310 Processo nº 48500.002480/2011-08. Interessado: Usina Rio Vermelho de Energia Ltda. Objeto: Revogar a outorga de autorização da Pequena Central Hidrelétrica Escola do Rio Natal, localizada no município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.312, DE 25 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002575/2016-28. Interessada: Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. Objeto: Altera o anexo da Resolução Autorizativa nº 5.863, de 31 de maio de 2016, que trata da declaração de utilidade pública, em favor da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A., para instituição de servidão administrativa, de área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão ±800 kV Xingu - Rio, em corrente contínua. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.313, DE 25 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001590/2017-30. Interessada: Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. Objeto: declara de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, as áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Transmissão 345 kV Sete Lagoas 4 - Presidente Juscelino C2, localizada no estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.324, DE 2 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003554/2009-09. Interessado: Nardini Agroindustrial Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da Usina Termelétrica (UTE) Nardini Aporé, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.GO.030105-1.01, localizada no município de Aporé, no estado de Goiás, outorgada à empresa Nardini Agroindustrial Ltda. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.330, DE 2 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001941/2017-11. Interessada: Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 345 kV Itabirito 2 - Jeceaba, circuito 2. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.235, DE 9 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005143/2016-79. Interessados: Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Prorroga a vigência das Tarifas de Energia - TE e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO, constantes da Resolução Homologatória nº 2.095, de 21 de junho de 2016, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.236, DE 9 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005144/2016-13. Interessados: Empresa Elétrica Bragantina S/A. - EEB, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Prorroga a vigência das Tarifas de Energia - TE e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da Empresa Elétrica Bragantina S/A. - EEB, constantes da Resolução Homologatória nº 2.074, de 3 de maio de 2016, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.237, DE 9 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005145/2016-68. Interessados: Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Prorroga a vigência das Tarifas de Energia - TE e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP, constantes da Resolução Homologatória nº 2.072, de 3 de maio de 2016, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.238, DE 9 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005146/2016-11. Interessados: Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Prorroga a vigência das Tarifas de Energia - TE e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE, constantes da Resolução Homologatória nº 2.073, de 3 de maio de 2016, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.239, DE 9 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005148/2016-00. Interessados: Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Prorroga a vigência das Tarifas de Energia - TE e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da Caiuá Distribuição de Energia S.A, constantes da Resolução Homologatória n.º 2.071, de 3 de maio de 2016, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 25 de abril de 2017

N° 1.130 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processos nº 48500.000320/2017-10, 48500.000319/2017-87, 48500.000318/2017-32 e 48500.000317/2017-98, decide sobrestar a decisão sobre os Termos de Intimação nº 1.002, 1.003, 1.004 e nº 1.005/2017-SFG, de 14 de fevereiro de 2017, lavrados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, em desfavor das empresas Centrais Eólicas Itapuã IV e V Ltda., com proposta de aplicação da pena de revogação das autorizações para implantação e exploração das UFVs Caetité I, II, IV e V, até realização do Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva conforme estabelece o Decreto nº 9.019, de 30 de março de 2017 e a Portaria nº 151, de 18 de abril de 2017; e devolver os autos dos processos à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG para o acompanhamento do assunto e, oportunamente, complementação de informações que servirão de subsídios para a decisão final por parte da Diretoria Colegiada.

Em 25 de abril de 2017

N° 1.136 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nºs 48500.000301/2017-85, 48500.000300/2017-31, 48500.000467/2017-00, 48500.000466/2017-57 e 48500.000465/2017-11, decide sobrestar a decisão sobre os Termos de Intimação nºs 1.042/2017-SFG, 1.043/2017-SFG, 1.044/2017-SFG, 1.045/2017-SFG e nº 1.046/2017-SFG, de 20 de fevereiro de 2017, lavrados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, em desfavor das empresas Fotowatio do Brasil Projetos de Energias Renováveis III S.A., Fotowatio do Brasil Projetos de Energias Renováveis Ltda., Solar Caetité 1 S.A., Solar Caetité 2 S.A. e Solar Caetité 3 S.A., com proposta de aplicação da pena de revogação das autorizações para implantação e exploração das UFV FRV Banabuiú, UFV FRV Massapê, UFV Solar Caetité 1, UFV Solar Caetité 2 e UFV Solar Caetité 3, até realização do Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva conforme estabelece o Decreto nº 9.019, de 30 de março de 2017 e a Portaria nº 151, de 18 de abril de 2017; e devolver os autos dos processos à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG para o acompanhamento do assunto e, oportunamente, complementação de informações que servirão de subsídios para a decisão final por parte da Diretoria Colegiada.

Em 2 de maio de 2017

Nº 1.196 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.005291/2015-11, decide: (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, em face do Auto de Infração 78/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento; e (ii) reduzir a penalidade de multa para R$ 352.702,79 (trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois reais e setenta e nove centavos), valor esse que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

N° 1.199 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004451/2015-04 decide conhecer do pedido de reconsideração interposto pela Caiuá Distribuição de Energia S.A - Caiuá em face da Resolução Homologatória nº 2.071/2016, que homologou o resultado da revisão tarifária periódica de 2016 da concessionária, para, no mérito, dar-lhe provimento para considerar a importância mensal de R$ 84.348,19 (oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais e dezenove centavos), a preços de maio de 2016, a ser atualizada pela variação do IGP-M e incorporada no valor do "Ajuste" que vier a ser apurado no processo tarifário de 2017 da distribuidora.

Nº 1.203 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n° 48500.002378/2010-13, decide conhecer do pedido da Capão Alto Geração de Energia para a suspensão por tempo indeterminado: (i) do cronograma de implantação; e (ii) da exigibilidade de aporte da Garantia de Fiel Cumprimento referente à PCH Capão Alto; cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SC.032187-7.01, com 10.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Capão Alto e Campo Belo do Sul, no estado de Santa Catarina, outorgada à PCH Capão Alto Geração de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 10.233.994/0001-40, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 1.205 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004197/2007-26, decide: (i) conhecer dos Recursos Administrativos interpostos pela Itiquira Energética S.A., em face do Despacho 1.230, de 11/5/2016, e do Ofício 254/2016-SFG/ANEEL, de 22/6/2016, emitidos pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, para, no mérito, (ii) reconhecer que a suspensão da operação comercial das unidades geradoras UG1 e UG2, da Casa de Força 1, da UHE Itiquira, de que trata o Despacho 1.230/2016, deve ser retroativa a 25/2/2016; e (iii) ratificar a decisão constante do Ofício 254/2016-SFG/ANEEL de indeferir o pleito de suspensão da operação comercial das unidades geradoras UG3 e UG4, da Casa de Força 2, da referida usina.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 9 de maio de 2016

Nº 1.277 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no disposto no art. 52 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 14 da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada pela Resolução Normativa 273, de 10 de julho de 2007, decide declarar extinto e determinar o arquivamento dos autos do Processo 48500.004981/2016-25.

JOSÉ JURHOSA JÚNIOR

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa nº 765, de 25 de abril de 2017, constante do Processo nº 48500.004031/2016-09, publicado no DOU, de 02 de maio de 2017, Seção 1, página 74, n°. 82, onde se lê "Art. 27. A Resolução Normativa nº 673, de 4 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º ....."

leia-se "Art. 27. A Resolução Normativa nº 673, de 4 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º .....".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de abril de 2017

Nº 1.161. Processos nº 48500.001426/2013-07, 48500.001423/2013-65, 48500.001425/2013-54, 48500.001366/2013-14, 48500.001427/2013-43 e 48500.000722/2015-44. Interessado: Rialma Energia Eólica S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga das EOL Harmonia I, EOL Harmonia II, EOL Harmonia III, EOL Harmonia IV, EOL Harmonia V e EOL Harmonia VI, cadastradas sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.CE.032179-6.01, EOL.CV.CE.032180-0.01, EOL.CV.CE.032213-0.01, EOL.CV.CE.032181-8.01, EOL.CV.CE.032560-0.01, EOL.CV.CE.032562-7.01, respectivamente, e de seus sistemas de transmissão de interesse restrito, localizadas nos municípios de Tianguá, Ubajara e Ibiapina, estado do Ceará. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 27 de abril de 2017

Nº 1.165 Processo nº: 48500.001742/2011-17. Decisão: (i) aprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Canamã, afluente do rio Aripuanã, integrante da sub-bacia 15, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no estado do Mato Grosso, de titularidade da empresa Novo Norte Energia e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.613.277/0001-64; (ii) informar que o interessado titular, citado no item (i) poderá exercer o direito de preferência preconizado na Resolução ANEEL nº 672, de 4 de agosto de 2015, referente ao aproveitamento PCH Canamã, observado o prazo de 60 dias da publicação desse Despacho para solicitação do registro e demais condições especificadas na resolução mencionada. A íntegra deste despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 4 de maio de 2017

Nº 1.225 Processo nº 48500.001143/2007-74. Interessado: Quanta Geração S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Tombos, com 9.200 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.002856-8.01, localizada no rio Carangola, integrante da sub-bacia 58, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no município de Tombos, no estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 5 de maio de 2017

Nº 1.242. Processo nº 48500.004666/2008-98. Interessado: Novo Norte Energia e Consultoria Ltda. Decisão: (i) indeferir a solicitação da Novo Norte Energia e Consultoria Ltda. para a emissão de DRS-PCH para a PCH Lagoa Alta, revogando o Despachos nº 3.153, de 26 de agosto de 2008, e nº 3.505, de 19 de novembro de 2010, c/c Despacho nº 2.403, de 19 de agosto de 2010, que conferiram, respectivamente, Registro Ativo e Aceite para o desenvolvimento do Projeto Básico para a implantação desse empreendimento; e (ii) disponibilizar o eixo da PCH Lagoa Alta para novos interessados. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.245 Processo nº 48500.000236/2003-94. Interessado: Mantiqueira Eletricidade Ltda. Decisão: (i) tornar sem efeito o Ofício nº 124/2003-SPH/ANEEL, de 4 de fevereiro de 2003, que concedeu registro ativo bem como aceite ao Projeto Básico da PCH São Pedro, tendo em vista a não apresentação do Sumário Executivo no prazo estabelecido na REN 673/2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.246 Processo nº: 48500.002367/2017-18. Interessada: Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. Decisão: Autorizar a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.772.867/0001-19, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.247 Processo nº: 48500.002368/2017-54. Interessada: Stima Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Stima Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 25.099.255/0001-84, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 8 de maio de 2017

Nº 1.248. Processo nº 48500.004454/2011-14. Interessado: Usina de Energia Eólica Cutia S.A. Decisão: Alterar as características técnicas da EOL Dreen Cutia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.030701-7.01, localizada no município de Pedra Grande, estado do Rio Grande do Norte, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 3.258, de 13 de dezembro de 2011 c/c a Resolução Autorizativa nº 5.259, de 9 de junho de 2015.

Nº 1.249. Processo nº 48500.004421/2011-66. Interessado: Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. Decisão: Alterar as características técnicas da EOL Dreen Guajiru, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.030699-1.01, localizada nos municípios de Pedra Grande e São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 3.256, de 13 de dezembro de 2011 c/c a Resolução Autorizativa nº 5.257, de 9 de junho de 2015.

Nº 1.250. Processo nº 48500.004422/2011-19. Interessado: Usina de Energia Eólica Jangada S.A. Decisão: Alterar as características técnicas da EOL GE Jangada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.030700-9.01, localizada no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 3.257, de 13 de dezembro de 2011 c/c a Resolução Autorizativa nº 5.258, de 9 de junho de 2015.

Nº 1.251. Processo nº 48500.001677/2014-64. Interessado: Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. Decisão: Alterar as características técnicas da EOL Potiguar, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.032356-0.01, localizada nos municípios de Pedra Grande e São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, outorgada por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 179, de 8 de maio de 2015.

Nº 1.252. Processo nº 48500.006702/2011-53. Interessado: Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A. Decisão: Alterar as características técnicas da EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.032355-1.01, localizada no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, outorgada por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 182, de 8 de maio de 2015.

Nº 1.253. Processo nº 48500.006703/2011-06. Interessado: Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A. Decisão: Alterar as características técnicas da EOL Esperança do Nordeste, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.032354-3.01, localizada no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, outorgada por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 183, de 8 de maio de 2015.

Nº 1.254. Processo nº 48500.006544/2014-84. Interessado: Central Geradora Eólica São Miguel I S.A. Decisão: Alterar as características técnicas da EOL São Miguel I, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.033644-0.01, localizada no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, outorgada por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 352, de 3 de agosto de 2015.

Nº 1.255. Processo nº 48500.006560/2014-77. Interessado: Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. Decisão: Alterar as características técnicas da EOL São Miguel II, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.033645-9.01, localizada no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, outorgada por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 351, de 3 de agosto de 2015.

Nº 1.256. Processo nº 48500.006540/2014-04. Interessado: Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. Decisão: Alterar as características técnicas da EOL São Miguel III, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.033647-5.01, localizada no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, outorgada por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 350, de 3 de agosto de 2015.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.257. Processo nº 48500.006547/2014-18. Interessado: Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. Decisão: Alterar as características técnicas da EOL São Bento do Norte I, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.033640-8.01, localizada no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, outorgada por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 349, de 3 de agosto de 2015.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.259 Processo nº 48500.005150/2010-85. Interessado: RBO Energia S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Salto Vermelho I, com 13.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MT.037534-9.01, localizada no rio Vermelho, integrante da sub-bacia 66, na bacia hidrográfica do rio Paraná, no município de Salto do Céu, estado de Mato Grosso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.262 Processo nº 48500.002650/2007-60. Interessado: Rima Industrial S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Cantagalo, com 30.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.037436-9.01, localizada no rio Piranga, integrante da sub-bacia 56, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no município de Guaraciaba, estado de Minas Gerais.

Nº 1.263 Processo nº 48500.002651/2007-12. Interessado: Rima Industrial S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Guaraciaba, com 19.500 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.037536-5.01, localizada no rio Piranga, integrante da sub-bacia 56, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, nos municípios de Guaraciaba e Porto Firme, estado de Minas Gerais.

Nº 1.264 Processo nº 48500.002649/2007-35. Interessado: Rima Industrial S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Porto Firme, com 16.500 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.037535-7.01, localizada no rio Piranga, integrante da sub-bacia 56, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no município de Porto Firme, estado de Minas Gerais.

Nº 1.265. Processo nº 48500.001943/2004-98. Interessado: Desenvix Energias Renováveis S.A., atualmente denominada como Statkraft Energias Renováveis S.A. Decisão: (i) tornar sem efeito o Ofício n° 575, de 24 de junho de 2004; e (ii) transferir para a condição de inativo o registro conferido ao referido interessado no desenvolvimento dos Estudos de Viabilidade da UHE Itapiranga, com potência de 724.600 kW, localizada no rio Uruguai, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, motivado pela desistência formal em prosseguir no processo, conforme o disposto no art. 9º da Resolução ANEEL nº 395/1998.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 9 de maio de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 10 de maio de 2017.

Nº 1.278. Processo nº 48500.000202/2017-01. Interessados: Delta 3 VII Energia S.A. Usina: EOL Delta 3 VII. Unidades Geradoras: UG7 à UG12, de 2.300 kW cada, totalizando 13.800 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Paulino Neves, Estado do Maranhão.

Nº 1.279. Processo nº 48500.000212/2017-39. Interessado: Usina de Energia Eólica Vila Acre I S.A. Usina: EOL Vila Acre I. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 2.100 kW cada, totalizando 4.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de maio de 2017

Nº 1.226 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000946/2015-56 e na Resolução Normativa nº 739, de 4 de outubro 2016, decide aprovar os valores de Potência Disponibilizada, Custo Variável Unitário - CVU e Custo Fixo da usina termelétrica - UTE São José, objeto da Portaria nº 179, de 11 de maio de 2016, conforme tabela abaixo.

Usina Termelétrica	Potência Disponibilizada (MW)	CVU (R$/MWh)	Custo Fixo (R$/mês)	Início de vigência	Fim de vigência
São José	50,0	828,01	3.362.780,94	A partir da data de entrada em operação comercial	Assim que atingida a primeira das condições abaixo: a) Seis meses após a data de entrada em operação comercial da usina; ou b) cumprimento dos eventos definidos no art. 2º da Portaria MME nº 179/2016.

Nº 1.266 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.258.983/0001-59, para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Norte Fluminense (Código CEG: UTE.GN.RJ.001544-0.01), nos valores a seguir descritos, relativos ao mês de abril de 2017, a serem aplicados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização dos valores de CVU constantes da tabela abaixo para fins de contabilização da geração verificada na citada usina no mês de abril de 2017.

CVU [R$/MWh]

	Abril/17
Norte Fluminense 1	50,49
Norte Fluminense 2	59,49
Norte Fluminense 3	113,08

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de maio de 2017

Nº 1.260 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000691/2017-93, decide indeferir o pleito da Sistema de Transmissão Nordeste - STN, com vistas a manter o desconto da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI apurado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS referente ao evento ocorrido no dia 27 de março de 2015 que resultou na indisponibilidade da linha de transmissão, em 500 kV, Sobral III / Pecém II C2.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 70.354, DE 5 DE MAIO DE 2017

Suspensão de Atividade

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, no uso da competência que lhe conferem o art. 17 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 7.092, de 02 de fevereiro de 2010, e o Regimento Interno, aprovado pela Portaria do Ministro de Minas e Energia nº 247, de 08 de abril de 2011;

CONSIDERANDO a suspensão dos serviços prestados na Superintendência do DNPM no Estado do Pará, no dia 24 de março de 2017, no horário de 08:00hs às 12:00hs, em decorrência da interrupção do fornecimento de energia elétrica;

CONSIDERANDO a necessidade de dar ciência aos usuários da prorrogação dos prazos para protocolização, com observância das formalidades essenciais à garantia dos seus direitos. Resolve:

Art. 1º Declarar os prazos previstos na legislação minerária, vencidos no dia 24 de março de 2017 prorrogados até o dia 27 de março 2017, ressalvando-se o disposto no art. 3º.

Art. 2º Os documentos enviados ao DNPM via postal, no dia da suspensão, serão considerados como recebidos.

Art. 3º Não se aplica a suspensão de prazo às obrigações relativas aos pagamentos da Taxa Anual por Hectare TAH, Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais CFEM, Taxa de Vistoria e Fiscalização e multas decorrentes do descumprimento de obrigações.

Art. 4º Os casos omissos e dúvidas a respeito da aplicação desta portaria serão dirimidos pelo Diretor Geral.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

PORTARIA Nº 70.357, DE 8 DE MAIO DE 2017

Reinício de contagem de prazos e reabertura de protocolo para a SUP/DNPM/ES

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, no uso da competência que lhe conferem o art. 17 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 7.092, de 02 de fevereiro de 2010, e o Regimento Interno, aprovado pela Portaria do Ministro de Minas e Energia nº 247, de 08 de abril de 2011,

Considerando o disposto na Portaria DNPM nº 70.220, de 15 de março de 2017, publicada no D.O.U. de 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Determinar o reinício da contagem dos prazos para a SUP/DNPM/ES, previstos na legislação minerária, suspensos a partir de 06 de fevereiro de 2017 pela Portaria DNPM nº 70.220, de 15 de março de 2017, publicada no D.O.U. de 17 de março de 2017.

Art. 2º O reinício da contagem dos prazos a que se refere o artigo anterior dar-se-á a partir do 5º dia útil após a publicação desta Portaria, excluindo-se da contagem o dia da sua publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHOS DO DIRETOR GERAL
RELAÇÃO Nº 99/2017-SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Retificação que entram em vigor na data de sua publicação:(276)

830.232/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°3495/2017-3 anos - Retifica o ALVARÁ N°11830, DOU de 6/10/2010

RELAÇÃO Nº 108/2017-SEDE - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

866.691/2016-SAMARA MOURA MATTEI-ALVARÁ N°3496/2017-Destacado do DNPM 866.337/2012-ALVARÁ N°5193/2014-Vencimento em 9/6/2017

RELAÇÃO Nº 110/2017-SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
890.269/1993-STONEGRAN MINERAÇÃO LTDA
890.825/2011-EXTRATORA DE AREIA LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)

810.279/1994-PATZLAFF MINERAÇÃO LTDA- Prazo:a contar de 23/9/2014 e com termino em 23/9/2018

810.268/2002-MADRUGADA ALIMENTOS LTDA- Prazo:a contar de 29/9/2016 e com termino em 29/4/2018

810.209/2004-JL MINERACAO LTDA- Prazo:a contar de 10/9/2012 e com termino em 10/5/2018

810.264/2007-UGHINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.- Prazo:a contar de 19/1/2015 e com termino em 19/5/2018

810.551/2007-FONTE CARVALHO LTDA EPP- Prazo:a contar de 26/9/2012 e com termino em 26/5/2018

810.617/2007-GOLD MINERADORA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AGUA MINERAL LTDA- Prazo:a contar de 3/7/2015 e com termino em 3/7/2018

810.317/2008-ACQUACEL BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA- Prazo:a contar de 17/11/2015 e com termino em 17/5/2018

810.560/2009-BIDESE PARTICIPAÇÕES LTDA- Prazo:a contar de 6/1/2017 e com termino em 6/1/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fase de Disponibilidade
Nega provimento ao recurso apresentado(1806)
866.295/2003- Recurso interposto por ELECTRUM CAPITAL DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.

RELAÇÃO Nº 111/2017SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
890.269/1993-STONEGRAN MINERAÇÃO LTDA- DOU de 7/7/2016
890.825/2011-EXTRATORA DE AREIA LTDA- DOU de 7/7/2016
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
815.401/2014-HILTON FISCHER-ALVARÁ N° 10.340 Publicado DOU de 11/11/2014- Onde se lê: "... numa área de 160,07 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 151,63 ha,..."
820.733/2015-JOMANE PORTO DE AREIA LTDA. - EPP-ALVARÁ N° 14.371 Publicado DOU de 19/11/2015- Onde se lê: "... numa área de 49,94 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 50,00 ha,..."
Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
831.670/2002-VALE FERTILIZANTES SA - Publicado DOU de 13/12/2002 e 16/8/2011, Relação n° 509/2002 e 497/2011, Seção 1, pág. 227 e 53- Onde se lê:"... no município de Guimarânia/MG, Leia-se:'.. no município de Cruzeiro da Fortaleza/MG..."
864.175/2004-ITAFÓS MINERAÇÃO S.A. - Publicado DOU de 9/12/2015, Relação n° 172, Seção 1, pág. 110- Onde se lê: "... área de 2000ha para1010,65ha ...", Leia-se: "... área de 2000ha para 982,82ha...".

RELAÇÃO Nº 112/2017-SEDE - DF

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
820.811/1972-EMPRESA DE AGUAS MINERAIS SÃO PEDRO S A IND. COM. EXPORT.
820.424/2006-MINERADORA SÃO SIMÃO LTDA.
826.355/2009-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
812.546/1975-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-QUARTZITO
861.241/1980-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-MINÉRIO DE OURO
862.000/1984-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-MINÉRIO DE OURO
Autorizo o aditamento de substância mineral(427)
820.424/2006-MINERADORA SÃO SIMÃO LTDA.-AREIA-Portaria de Lavra Nº 72/2012, DOU de 4/4/2012
826.355/2009-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-DIABÁSIO-Portaria de Lavra Nº 162/2014, DOU de 20/10/2014
Autoriza constituição de Grupamento Mineiro(482)
GM N°267- Processo:809.959/1969 - 930.857/2016
GM N°267- Processo:812.723/1970 - 930.857/2016
GM N°267- Processo:830.607/1985 - 930.857/2016
GM N°267- Processo:833.139/1993 - 930.857/2016
GM N°267- Processo:930.857/2016 - 930.857/2016
Despacho publicado(508)
007.337/1951-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-Nos termos do Parecer Nº 25/2017/DIFIS/CFAM/DCAL-MLP, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO PROVIMENTO aos recursos contra as imposições de multas relativas aos AI nº 1866/11, AI nº 1867/11, AI nº 1868/11, AI nº 1870/11, publicadas no DOU de 21/2/13, e contra as imposições de multas relativas aos AI nº 952/15 e AI nº 953/15, publicadas no DOU de 13/10/16
826.355/2009-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-Acolhendo proposta da Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária-DIFIS, CONVALIDO a aprovação do relatório de pesquisa, datado de 16/12/16, de fls. 896, publicada no Diário Oficial da União de 29/12/16.
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
820.424/2006-MINERADORA SÃO SIMÃO LTDA.-AREIA

RELAÇÃO Nº 114/2017SEDE - DF

Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
809.568/1976-ROSARIO MINERAÇÃO LTDA- Portaria de Lavra nº 49/2008- Cessionário:UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA- CNPJ 07.912.650/0001-52

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
800.609/2016-SAVIO COELHO MAGALHÃES M.E.
800.641/2016-JOÃO DANTAS DE OLIVEIRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.608/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°322/2017
800.654/2016-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-OF. N°464/2017
800.714/2016-JOSIVAN DOS SANTOS COSTA-OF. N°480/2017
800.718/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°481/2017
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.630/2016-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA
800.631/2016-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA
800.632/2016-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA
800.633/2016-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA
Homologa desistência do requerimento de Mudança de regime(1977)
800.664/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA - Processo Original 800.664/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.207/2016-ARISTON ARAÚJO CAJATY- Cessionário:CIB CONSTRUTORA INCORPORADORA BRASILEIRA LTDA ME- CPF ou CNPJ 63.401.616/0001-94- Alvará n°9.654/2016
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.635/2013-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA
800.008/2015-IMARF INDUSTRIA DE GRANITOS DO CEARA LTDA
800.009/2015-IMARF INDUSTRIA DE GRANITOS DO CEARA LTDA
800.032/2015-CERÂMICA ITAREMA LTDA.
800.040/2015-J. MOREIRA DE SOUZA NETO ME
800.059/2015-CORCOVADO GRANITOS LTDA
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
800.157/2014-BUXTON MINERADORA S A-ALVARÁ N°4.507/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
800.686/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.797/2011-P H C ESTANISLAU DE OLIVEIRA CERAMICA ME-OF. N°386/2017
800.704/2016-ALF CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°469/2017
Homologa desistência do requerimento de Mudança de regime(1981)
800.686/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA - Processo Original 800.664/2016
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
800.376/2009-L X PEREIRA ME
800.864/2011-PARAJURU EMPREEENDIMENTOS TURISTICOS HOTELEIROS E CONTRUÇÃO CIVIL LTDA ME
800.914/2012-CERAMPEDRAS CERAMICA PASSAGEM DE PEDRAS LTDA
800.014/2014-L & M MINERADORA E CONSTRUÇÕES LTDA ME
800.665/2016-FRANCISCO JOSÉ CAULA BARROS
800.672/2016-IND. DE CERAMICA MONDUBIM E SERVIÇOS LTDA.
800.705/2016-FCG PARTICIPAÇÕES LTDA
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
800.615/2016-GLAYCIANE FARIAS MUNIZ
800.619/2016-CERAMICA BARBALHENSE LTDA
800.694/2016-ARISTEU SOUSA BARROSO 21072000334
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cassação do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias.(1287)
800.252/2015-O. M. DE FREITAS LIMA ME- NOT Nº001/2017
Fase de Disponibilidade
Nega provimento a defesa apresentada.(1847)
800.155/2015-DANIEL LINHARES RIBEIRO
800.163/2015-PATRICIA PEREIRA LIMA GOMES
800.164/2015-PATRICIA PEREIRA LIMA GOMES
800.166/2015-PATRICIA PEREIRA LIMA GOMES
800.184/2015-PATRICIA PEREIRA LIMA GOMES

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 95/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
860.210/2012-IVANEI GOMES DE SANTANA- Alvará n°3.155/2015 - Cessionario:860.222/2017, 860.223/2017-Mineração Sant'ana Eireli ME- CPF ou CNPJ 20.929.582/0001-00
861.640/2012-EDIELITON GONZAGA DE OLIVEIRA-Alvará n°1.731/2016 - Cessionario:860.211/2017-Alberto José Fernandes- CPF ou CNPJ 360.342.311-91
861.278/2014-JULIANO GOMES DA SILVA- Alvará n°11.787/2015 - Cessionario:860.221/2017-Transportadora Arruda Ltda- CPF ou CNPJ 02.816.569/0001-55
860.052/2015-CÉLIO REZENDE- Alvará n°6.598/2015 - Cessionario:860.277/2017-Célio Rezende ME- CPF ou CNPJ 14.684.843/0001-69
861.018/2015-NJC MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME- Alvará n°15.102/2015 - Cessionario:860.116/2017-Norton Jesus Costa- CPF ou CNPJ 009.959.861-26
861.021/2015-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO-Alvará n°15.103/2015 - Cessionario:860.320/2017-Leandro Martins de Assunção- CPF ou CNPJ 035.058.741-83
861.506/2015-MINERAÇÃO RAVAZE LTDA ME- Alvará n°3.872/2016 - Cessionario:860.314/2017, 860.315/2017-Ravaze Mineração Ltda ME- CPF ou CNPJ 24.143.457/0001-13
861.037/2016-JOSÉ ROBERTO FILHO- Alvará n°13.440/2016 - Cessionario:860.268/2017-Antonio Carlos Moreira-CPF ou CNPJ 102.145.691-87

RELAÇÃO Nº 101/2017

FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (5.49)
Notificado: Belo Valle Indústria e Comércio Ltda. Processo de Cobrança n.º 961.061/2016
CNPJ/CPF: 04.591.846/0001-02 NFLDP nº 1174/2016
Valor: R$ 3.127,85 Decisão n.º 033/2017

RELAÇÃO Nº 100/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Água Bonita Empresa de Mineração LTDA. - 862622/80 - Not.351/2017 - R$ 761,14, 862622/80 - Not.352/2017 - R$ 742,72, 862622/80 - Not.353/2017 - R$ 757,94, 862622/80 - Not.354/2017 - R$ 719,15
Brasam Extração Mineral Ltda - 860316/06 - Not.369/2017 - R$ 750,52
Brasil Kirin Industria de Bebidas LTDA. - 860831/01 - Not.358/2017 - R$ 4.474,24
Carita David Gomes - 861592/10 - Not.373/2017 - R$ 750,52
Draga Irmãos Garcia Ltda - 860755/09 - Not.370/2017 - R$ 684,83
Industria de Água Mineral Ibia Ltda - 860386/01 - Not.359/2017 - R$ 668,76, 860386/01 - Not.360/2017 - R$ 725,53
Jalim Mineração Ltda - 860841/81 - Not.355/2017 - R$ 719,15
Marcos Roberto Crispim Pereira - 860114/07 - Not.372/2017 - R$ 757,98
Mineração Agua Quente Ltda - 860161/87 - Not.365/2017 - R$ 684,83, 860161/87 - Not.366/2017 - R$ 757,94
Mineração Gnb Ltda - 807540/73 - Not.361/2017 - R$ 701,45
Mineração Rio Thermal Ltda - 860201/87 - Not.356/2017 - R$ 761,14, 860201/87 - Not.357/2017 - R$ 757,94
Pedreira Goiás Ltda Epp - 861090/87 - Not.367/2017 - R$ 453,16
Pilar de Goias Desenvolvimento Mineral S.A. - 860406/04 - Not.364/2017 - R$ 732,08
Wilson de Souza Lopes - 861402/13 - Not.371/2017 - R$ 695,91

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 223/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Antônio Dias Neto - 833671/13
Bmix Participações LTDA. - 832059/14
Comercial Gonzaga e França Ltda me - 833519/13, 834002/13
Daniel Lopes Lima Simão me - 833328/13
Dayane Teixeira Santos Rodrigues - 831858/14

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dilza Duarte Silva - 830051/13, 830052/13
Geraldo Magela Esteves Ferreira da Silva - 831807/06
Hlm Empreendimentos Construcoes e Participacoes Ltda - 831994/13
j. Simonassi S.a - 830769/15
Laércio Batista Cintra - 830292/11
Mineração Zézinho Maggi Ltda - 834333/12
Rogério Carvalho Guimarães - 833311/14, 833312/14
Rst Recursos Minerais LTDA. - 830898/13

RELAÇÃO Nº 224/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
André Luís Duarte Freitas - 831071/10, 831072/10, 831073/10, 831074/10, 831075/10, 831077/10, 831078/10, 831079/10, 831080/10, 831081/10, 831082/10, 832626/10

PAULO SÉRGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Cerâmica Santa Cândida Ltda - 846287/15
Dbm Minerais Ltda Epp - 846174/15, 846175/15
Emilko Abrantes Mariz - 846150/16
Empresa de Extração Mineral Ltda me - 846298/15, 846022/16
Felipe Marsicano Franca - 846276/12
Francisco Ferreira de Souza - 846337/14, 846338/14
Sérgio Murilo Maciel Franca - 846501/11

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 23/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interpostas**;** restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/PI relativo ao débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 903.078/2016 Notificado: Cerâmica Boa Vista Ltda.
CNPJ/CPF 11.106.116/0001-26 NFLDP nº 20/2016
Valor: R$ 158.456,71 Fase: Licenciamento

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 8/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
884.014/2017-JMDE FREITAS MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE
884.018/2017-EZEQUIEL SAMPAIO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
884.065/2016-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-OF. N°077/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
884.072/2011-HELVIO DEEKE- AI N°19/2017
884.052/2013-VALMIR PEREIRA DE MELO- AI N°13/2017
884.002/2014-FRANCISCO DE ASSIS FIGUEREDO- AI N°18/2017
884.029/2014-JOSE MAURICIO DE SOUZA- AI N°16/2017
884.032/2014-FRANCISCO DE ASSIS FIGUEREDO- AI N°15/2017
884.072/2014-ELIS ANDRÉIA PALUDO- AI N°14/2017
884.149/2014-MIGUEL DA SILVA NOLETO CARVALHO- AI N°27/2017
884.158/2014-IAGO SIEMS MARCONDES- AI N°26/2017
884.162/2014-F. A .SANTOS BONFIM ME- AI N°25/2017
884.006/2015-BRUNO VERAS KOTINSKI- AI N°24/2017
884.007/2015-BRUNO VERAS KOTINSKI- AI N°23/2017
884.009/2015-BRUNO VERAS KOTINSKI- AI N°22/2017
884.051/2015-LEONARDO MASSAO FERREIRA ITIKAWA- AI N°21/2017
884.052/2015-LEONARDO MASSAO FERREIRA ITIKAWA- AI N°20/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
884.017/2017-TRANSMACON MATERIAS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME-Registro de Licença N°181/2017 de 17/01/2017-Vencimento em 17/01/2019
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
884.022/2017-IAGO SIEMS MARCONDES

EUGÊNIO PACELLI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 81/2017

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
815.341/1999-ITÁ HIDROMINERAL S A- AI Nº 544/2014, 545/2014 e 546/2014
815.526/2001-MARIA MARLI NICOLAU ME- AI Nº 13/2017 e 14/2017

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 55/2017

Através de seu agente público competente, cujas atribuições foram definidas na Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 247/2011, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), comunica que nos processos:
Nº 964.477/2016 e 964.478/2016 em titularidade de CERÂMICA CERMAR LTDA, CNPJ/CPF Nº 03.894.214/0001-47, que as solicitações de prorrogação de prazo foram deferidas, observando o prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência desta publicação para a apresentação de defesa.

RELAÇÃO Nº 56 /2017

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA (Código 1.79) OU CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49) OU LICENCIAMENTO (Código 7.72)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) da não apresentação de recurso administrativo; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 964.748/2009 Notificado: Draga Escamosa Extração de Areia Ltda
CNPJ/CPF 26.635.474/0001-01 NFLDP nº 754/2009
Valor: R$ 31.851,48

RELAÇÃO Nº 58/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
a r Neto Nonato me - 864067/14 - A.I. 117/17
Ananias Ponce Lacerda Neto - 864071/13 - A.I. 141/17
Antonio Aier Lopes Pereira - 864070/14 - A.I. 158/17
Antonio de Brito Filho - 864397/13 - A.I. 157/17
Arc Mineração & Participações LTDA. - 864376/13 - A.I. 112/17
Areias Tocantins Ltda - 864039/13 - A.I. 107/17
b & r Metais - 864383/13 - A.I. 113/17, 864408/13 - A.I. 103/17
Braz Nelton Montezano - 864343/12 - A.I. 153/17
Celmo Geraldo Amorim - 864094/14 - A.I. 120/17
Centro Mineração Ltda - 864120/14 - A.I. 121/17
Euvaldo Leão da Costa - 864266/12 - A.I. 105/17
Goyaz Minérios Ltda me - 864267/13 - A.I. 109/17
Helio Aranha da Silva - 864336/15 - A.I. 133/17
J.J. Mulinari Ltda me - 864368/13 - A.I. 155/17
João Teles de Menezes - 864076/15 - A.I. 132/17
Jose Cicero de Assis Costa - 864001/13 - A.I. 156/17
José Eduardo Castello de Teves me - 864033/15 - A.I. 129/17
José Lima Cardoso - 864082/14 - A.I. 118/17
Kelluz Engenharia Industria e Comercio Ltda - 864096/13 - A.I. 102/17
Laurivaldo Dias - 864199/14 - A.I. 125/17, 864408/12 - A.I. 61/17
Mabraz Demolições e Construções Ltda - 864299/14 - A.I. 92/17
Marcos Correia da Silva - 864104/16 - A.I. 161/17
Mauro Heleno Sobreira - 864098/11 - A.I. 104/17, 864003/15 - A.I. 128/17
Mineração Lirio Branco - 864373/13 - A.I. 110/17, 864374/13 - A.I. 111/17, 864390/13 - A.I. 114/17, 864391/13 - A.I. 115/17
Mineração Mata Azul s a - 864038/13 - A.I. 106/17
Mineralbrax Exploração de Minerios LTDA. - 864067/15 - A.I. 130/17, 864068/15 - A.I. 131/17
Muniz Araujo Pereira - 864173/16 - A.I. 134/17
Paulette Aparecido de Carvalho - 864166/14 - A.I. 124/17
Poti Construtora, Incorporadora e Mineradora Ltda - 864172/16 - A.I. 160/17
Quantum Fertilizantes do Tocantins Ltda - 864166/13 - A.I. 108/17
Rafael Figueiredo Curcio - 864151/14 - A.I. 122/17
Reginaldo Gonçalves Aragão - 864511/11 - A.I. 31/17
Ricardo Lima Dias - 864373/12 - A.I. 154/17
Rio Dos Mangues Mineração Ltda - 864030/14 - A.I. 116/17
Tercom Construtora e Mineração LTDA. - 864341/12 - A.I. 74/17
Vivaldo Gaudêncio - 864141/14 - A.I. 127/17

RELAÇÃO N º 59/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
a r Neto Nonato me - 864078/15
Adauto Carvalho Silva - 864719/11
Adriana Márcia Lima da Silva - 864060/12, 864063/12, 864245/12, 864243/12, 864241/12
Agua Azul Mineradora,incorporradora,extração e Frotagem de Minerios LTDA. - 864135/12, 864132/12
Ana Leussidone Benedetti Ottoni - 864005/12, 864843/11, 864842/11
Ananias Ponce Lacerda Neto - 864357/09, 864606/10
Antonio de Brito Filho - 864151/12
Aquiles Pereira de Sousa - 864453/12
Arnaldo Pereira - 864572/11
Barnabé Miranda de Oliveira Rodrigues - 864354/13
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 864539/11, 864538/11
Carlos Luiz Zorzi - 864799/11
César Augusto de Sousa Sena - 864551/11
Concretos Araguaia - 864394/12
Cristiano Campos Souza - 864329/13
Fábio Borges Soares - 864154/12
Francisco Caninde Gomes de Araujo - 864335/11
Francisco de Paula da Silva - 864717/11
Goiaz Mineradora Importadora e Exportadora LTDA. - 864104/12
Goyaz Minérios Ltda me - 864238/13
Guilherme César de Melo Sena - 864054/12, 864066/13
Itamar Luiz Meireles Sachetto - 864433/13
Izidório Correia de Oliveira - 864224/11
Jamil Morue - 864141/12, 864849/11
Jayme Rodrigues - 864208/12
Jorge Michel Iabrudi - 864716/11
José Alírio Lenzi - 864816/11
José Pedro Koeche - 864094/12
José Weliton da Silva - 864416/14
Jose Wilson Siqueira Campos Junior - 864215/11
Kelluz Engenharia Industria e Comercio Ltda - 864097/13
Laurentino Dias Filho - 864140/12, 864139/12, 864138/12
Laurivaldo Dias - 864796/11, 864066/12, 864736/11, 864102/13, 864212/13
Leonardo de Deus Ferreira - 864167/10
Leones Ferreira de Oliveira - 864516/11
Marcelo Cavalcante Bazan - 864711/11, 864713/11
Marco César Ceballos Bonatto - 864076/14
Marcone Vieira Visconde - 864734/11
Maria de Lurdes Pinheiro Fonseca - 864600/11
Marilucio Tiago Dos Santos - 864411/14
Minergeo . Mineração , Pesquisas Geológicas e Engenharia - 864292/13
Mito Mineração Tocantins LTDA. me - 864805/11, 864808/11, 864806/11, 864513/11, 864804/11, 864807/11, 864803/11, 864512/11
Nova Aurora Mineraçao Ltda - 864071/12
Rafael Figueiredo Curcio - 864122/12
Rodrigo Meireles Mattos Rodrigues - 864045/13, 864011/13
Salomão Rodrigues Lima - 864200/14
Santa Tereza Distribuidora de Materiais Básicos p Construção e Transporte Ltda - 864041/11
Tales Travencolo Vieira - 864077/12
Tatianna Nunes Macedo Arcanjo me - 864459/12, 864458/12
Vicente de Paulo Osmarini - 864802/08
Waldson Alves Pereira Junior - 864136/12, 864061/12

RELAÇÃO Nº 62/2017

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA (Código 1.79) OU CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49) OU LICENCIAMENTO (Código 7.72)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não houve apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 964.495/2016 Notificado: Mineradora Roncador S. A

CNPJ/CPF 51.727.345/0001-82 NFLDP nº 109/2016

Valor: R$ 92.042,97

Processo de Cobrança nº 964.229/2016 Notificado: Physical Extração Indústria e Comércio de Minérios Ltda

CNPJ/CPF 05.089.475/0001-10 NFLDP nº 37/2016

Valor: R$ 19.163,49

Processo de Cobrança nº 964.462/2016 Notificado: Physical Extração Indústria e Comércio de Minérios Ltda

CNPJ/CPF 05.089.475/0001-10 NFLDP nº 86/2016

Valor: R$ 188.385,51

Processo de Cobrança nº 964.461/2016 Notificado: Physical Extração Indústria e Comércio de Minérios Ltda

CNPJ/CPF 05.089.475/0001-10 NFLDP nº 87/2016

Valor: R$ 159.041,90

Processo de Cobrança nº 964.219/2016 Notificado: Nilo Cavalcante Monteiro Me

CNPJ/CPF 01.901.210/0001-13 NFLDP nº 35/2016

Valor: R$ 9.214,46

Processo de Cobrança nº 964.218/2016 Notificado: Nilo Cavalcante Monteiro Me

CNPJ/CPF 01.901.210/0001-13 NFLDP nº 34/2016

Valor: R$ 4.809,92

Processo de Cobrança nº 964.216/2016 Notificado: Nilo Cavalcante Monteiro Me

CNPJ/CPF 01.901.210/0001-13 NFLDP nº 33/2016

Valor: R$ 16.798,78

Processo de Cobrança nº 964.493/2016 Notificado: Nilo Cavalcante Monteiro Me

CNPJ/CPF 01.901.210/0001-13 NFLDP nº 111/2016

Valor: R$ 10.348,76

Processo de Cobrança nº 964.492/2016 Notificado: Nilo Cavalcante Monteiro Me

CNPJ/CPF 01.901.210/0001-13 NFLDP nº 112/2016

Valor: R$ 10.280,55

Processo de Cobrança nº 964.494/2016 Notificado: Nilo Cavalcante Monteiro Me

CNPJ/CPF 01.901.210/0001-13 NFLDP nº 110/2016

Valor: R$ 2.819,93

Processo de Cobrança nº 964.122/2016 Notificado: Pedreira Anhanguera S. A. Empresa de Mineração

CNPJ/CPF 50.170.281/0001-07 NFLDP nº 15/2016

Valor: R$ 121.579,75

Processo de Cobrança nº 964.123/2016 Notificado: Pedreira Anhanguera S. A. Empresa de Mineração

CNPJ/CPF 50.170.281/0001-07 NFLDP nº 16/2016

Valor: R$ 61.356,15

RELAÇÃO Nº 66/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

André Luiz Pereira - 864247/14 - A.I. 147/17

Averaldo Ribeiro de Carvalho - 864150/14 - A.I. 144/17

Benedito Vicente Ferreira Junior - 864137/15 - A.I. 352/16

Braulio Cesar Bandeira Aleixo - 864281/12 - A.I. 300/15

Dyogo Candido de Oliveira - 864296/12 - A.I. 341/16

Ednilton Ferreira Gonçalves - 864273/14 - A.I. 162/17

Gilmar Francisco de Oliveira - 864310/14 - A.I. 149/17

Joao de Carvalho - 864285/13 - A.I. 142/17, 864288/13 - A.I. 143/17

Luiz Cassimiro Pereira me - 864193/15 - A.I. 159/17

Marcos Correia da Silva - 864282/14 - A.I. 148/17, 864233/14 - A.I. 146/17

Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 864156/12 - A.I. 429/16

Mineradora e Exportadora Santa Inês Ltda me - 864154/14 - A.I. 145/17

Pisofort Construções Ltda - 864093/12 - A.I. 412/16

Tecil Tocantins Ceramica Comercio Industria Ltda - 864031/13 - A.I. 140/17

Terraplenagem 2000 Ltda Epp - 864099/14 - A.I. 151/17

Thiago de Cesaro - 864624/11 - A.I. 376/16

RELAÇÃO Nº 67/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)

Agenor Costa e Silva - 864773/11

Agua Azul Mineradora,incorporradora,extração e Frotagem de Minerios LTDA. - 864131/12, 864127/12

Ana Leussidone Benedetti Ottoni - 864383/14

Armando Corrêa de Siqueira Filho - 864016/12

Barnabé Miranda de Oliveira Rodrigues - 864325/14

Claudemy Pereira da Silva - 864348/12, 864349/12

Conor Moreira do Vale Junior - 864167/12

Construtora Penaforte Ltda - 864310/12

D.C. s. Barros me - 864174/13

Gedeon Silva Dos Santos Filho - 864769/11

Gilberto Fernandes Rocha - 864370/14

Gilmar Francisco de Oliveira - 864481/13

Izaias Berni - 864242/10

Jose Ney de Araujo Lucena - 864169/10, 864168/10

Laurivaldo Dias - 864139/13, 864138/13

Leonardo de Deus Ferreira - 864166/10

Mauricio Vieira Diniz - 864841/11

Moisés Ferreira Cavalcante - 864309/13

Phyladelfia Extração IND. e Comercio de Minerios Ltda - 864077/14

Tercom Construtora e Mineração LTDA. - 864504/11

FABIANO PIÑEIRO MIRANDA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 118, DE 8 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.000462/2017-79, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote M do Leilão nº 013/2015-ANEEL, de titularidade da empresa IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.870.962/0001-60, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, objeto do Contrato de Concessão nº 15/2016-ANEEL, celebrado em 1º de dezembro de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso II, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Parágrafo único. O Período de Execução constante no Anexo à presente Portaria foi informado pela IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A. e deve ser considerado unicamente para fins do enquadramento do projeto no REIDI, não eximindo o concessionário do compromisso com o prazo de conclusão da obra estipulado no Contrato de Concessão nº 15/2016-ANEEL.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial		02 - CNPJ
IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A.		24.870.962/0001-60
03 - Logradouro		04 - Número
Rua Franz Schubert		111
05 - Complemento	06 - Bairro/Distrito	07 - CEP
12º andar - sala 02	Jardim Paulistano	01454-020
08 - Município	09 - UF	10 - Telefone
São Paulo	SP	(11) 3759-3036
11 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	Lote M do Leilão nº 013/2015-ANEEL (Contrato de Concessão nº 15/2016-ANEEL, celebrado em 1º de dezembro de 2016).	
Descrição do Projeto	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote M do Leilão nº 013/2015-ANEEL, compreendendo:	
	I - Linha de Transmissão 500 kV Ibicoara - Poções III, circuito simples, com extensão aproximada de 165 km, com origem na Subestação Ibicoara e término na Subestação Poções III;	
	II - Linha de Transmissão Poções III - Poções II, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 2,5 km, com origem na Subestação Poções III e término na Subestação Poções II;	
	III - Subestação 500/230 kV Poções III, 600 MVA; e	
	IV - conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.	
Período de Execução	De 1/12/2016 a 1/6/2020.	
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Municípios de Ibicoara, Barra da Estiva, Contendas do Sincorá, Manoel Vitorino, Mirante, Boa Nova, Bom Jesus da Serra e Poções, Estado da Bahia.	
12 - REPRESENTANTES LEGAIS, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA		
Nome: Roberto Bocchino Ferrari.		CPF: 177.831.188-10.
Nome: Nilton Bertuchi.		CPF: 195.514.838-47.
Nome: José Lázaro Alves Rodrigues.		CPF: 707.751.098-00.
Nome: Bruna Ceolin.		CPF: 008.748.628-84.
13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens		221.860.148,28.
Serviços		124.789.816,29.
Outros		17.227.090,07.
Total (1)		363.877.054,64.
14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens		201.338.084,56.
Serviços		120.234.988,00.
Outros		17.227.090,07.
Total (2)		338.800.162,63.

PORTARIA Nº 119, DE 8 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.000742/2017-87, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.058, de 27 de setembro de 2016, de titularidade da empresa Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.715.812/0001-31, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput é alcançado pelo art. 4º, inciso III, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de dezembro de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial		02 - CNPJ
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT		92.715.812/0001-31
03 - Logradouro		04 - Número
Avenida Joaquim Porto Villanova		201
05 - Complemento	06 - Bairro/Distrito	07 - CEP
Prédio A1, 7º andar	Jardim Carvalho	91410-400
08 - Município	09 - UF	10 - Telefone
Porto Alegre	Rio Grande do Sul	(51) 3382-2798
11 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	Reforços na Subestação Garibaldi (Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.058, de 27 de setembro de 2016).	
Descrição do Projeto	Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Garibaldi, compreendendo:	
	I - substituição do transformador TR1 de 83 MVA por transformador com 165 MVA;	
	II - substituição do transformador TR2 de 83 MVA por transformador com 165 MVA;	
	III - substituição de todo o módulo de conexão 230 kV do transformador TR1;	
	IV - substituição de todo o módulo de conexão 69 kV do transformador TR1;	
	V - substituição de parte do módulo de conexão 230 kV do transformador TR2;	
	VI - substituição de parte do módulo de conexão 69 kV do transformador TR2;	
	VII - adequação do Módulo de Infraestrutura Geral em 230 kV associado aos novos transformadores 230/69 kV, 165 MVA, arranjo BPT;	
	VIII - adequação do Módulo de Infraestrutura Geral em 69 kV associado aos transformadores trifásicos TR5 e TR6 230/69 kV, 165 MVA, arranjo BPT, e instalação de proteção diferencial;	
	IX - adequação da entrada de linha para Carlos Barbosa C1, 69 kV, com a substituição de transformador de corrente e instalação de proteção diferencial;	
	X - adequação da entrada de linha para Bento Gonçalves 2, 69 kV, com a substituição de transformador de corrente e instalação de proteção diferencial;	
	XI - substituição da interligação de barra, arranjo BPT, 69 kV. A antiga será desativada; e	
	XII - adequação da entrada de linha para Carlos Barbosa C2, 69 kV, com a substituição de transformador de corrente e instalação de proteção diferencial.	
Período de Execução	De 3/10/2016 a 3/2/2019.	
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Município de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.	
12 - PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA		
Nome: Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado.	CPF: 199.297.300-87.	
Nome: Leandro Inácio Rippel.	CPF: 936.409.510-34.	
Nome: Elisângela Moura Rodrigues.	CPF: 621.242.770-49.	
13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	28.271.137,10	
Serviços	2.514.320,52	
Outros	3.501.816,13	
Total (1)	34.287.273,75	
14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	25.656.056,92	
Serviços	2.374.563,41	
Outros	3.501.816,13	
Total (2)	31.532.436,46	

PORTARIA Nº 120, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48340.000284/2017-66, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de São Vicente 14, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PI.033138-4.01, de titularidade da empresa Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.869.347/0001-45, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da EOL Ventos de São Vicente 14, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO			
01 Razão Social			02 CNPJ
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.			21.869.347/0001-45.
03 Logradouro			04 Número
Rua Sem Denominação Oficial, Parte VII.			s/nº.
05 Complemento	06 Bairro/Distrito		07 CEP
Serra do Inácio.	Zona Rural.		64595-000.
08 Município	09 UF		10 Telefone
Curral Novo do Piauí.	PI.		(11) 2874-2596.
11 Outorga de Autorização			
Portaria MME nº 81, de 8 de março de 2016 e Despacho SCG/ANEEL nº 66, de 11 de janeiro de 2017.			
12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO			
Diretor: Cesar Augusto Conservani.			**CPF:** 889.775.368-04.
Diretor: Raul Almeida Cadena.			**CPF**: 007.544.507-75.
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)			
Razão Social ou Nome de Pessoa Física		CNPJ ou CPF	Participação (%)
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A.		15.674.478/0001-74.	100%.
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)			
Razão Social			CNPJ
Não se aplica.			Não se aplica.
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO			
15 Denominação			
EOL Ventos de São Vicente 14.			
16 Descrição			
Central Geradora Eólica com 29.400 kW de capacidade instalada, constituída por quatorze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.			
17 Localização [Município(s)/UF(s)]			
Município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí.			
18 Data Prevista para Entrada em Operação			
31 de maio de 2017.			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 121, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48340.000287/2017-08, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de São Vicente 12, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PI.033140-6.01, de titularidade da empresa Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.877.685/0001-29, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da EOL Ventos de São Vicente 12, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO		
01 Razão Social Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.		02 CNPJ 21.877.685/0001-29.
03 Logradouro Rua Sem Denominação Oficial, Parte V.		04 Número s/nº.
05 Complemento Serra do Inácio.	06 Bairro/Distrito Zona Rural.	07 CEP 64595-000.
08 Município Curral Novo do Piauí.	09 UF PI.	10 Telefone (11) 2874-2596.
11 Outorga de Autorização Portaria MME nº 79, de 8 de março de 2016 e Despacho SCG/ANEEL nº 64, de 11 de janeiro de 2017.		
12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO		
Diretor: Cesar Augusto Conservani.		CPF: 889.775.368-04.
Diretor: Fabio Rogério Zanfelice.		CPF: 175.671.758-35.
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)		
Razão Social ou Nome de Pessoa Física	CNPJ ou CPF	Participação (%)
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A.	15.674.478/0001-74.	100%.
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)		
Razão Social Não se aplica.		CNPJ Não se aplica.
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO		
15 Denominação EOL Ventos de São Vicente 12.		
16 Descrição Central Geradora Eólica com 29.400 kW de capacidade instalada, constituída por quatorze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.		
17 Localização [Município(s)/UF(s)] Município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí.		
18 Data Prevista para Entrada em Operação 30 de agosto de 2017.		

PORTARIA Nº 122, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48340.000283/2017-11, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de São Vicente 13, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PI.033139-2.01, de titularidade da empresa Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.877.676/0001-38, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da EOL Ventos de São Vicente 13, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO		
01 Razão Social Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.		02 CNPJ 21.877.676/0001-38.
03 Logradouro Rua Sem Denominação Oficial, Parte VI.		04 Número s/nº.
05 Complemento Serra do Inácio.	06 Bairro/Distrito Zona Rural.	07 CEP 64595-000.
08 Município Curral Novo do Piauí.	09 UF PI.	10 Telefone (11) 2874-2596.
11 Outorga de Autorização Portaria MME nº 80, de 8 de março de 2016 e Despacho SCG/ANEEL nº 65, de 11 de janeiro de 2017.		
12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO		
Diretor: Fábio Rogerio Zanfelice.		CPF: 175.671.758-35.
Diretor: Raul Almeida Cadena.		CPF: 007.544.507-75.
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)		
Razão Social ou Nome de Pessoa Física	CNPJ ou CPF	Participação (%)
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A.	15.674.478/0001-74.	100%.
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)		
Razão Social Não se aplica.		CNPJ Não se aplica.
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO		
15 Denominação EOL Ventos de São Vicente 13.		
16 Descrição Central Geradora Eólica com 29.400 kW de capacidade instalada, constituída por quatorze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.		
17 Localização [Município(s)/UF(s)] Município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí.		
18 Data Prevista para Entrada em Operação 30 de setembro de 2017.		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 123, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 5º da Portaria MME nº 505, de 24 de outubro de 2016, resolve:

Processo nº 48360.006515/2016-00. Interessado: Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Aprovar, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, como prioritários os Projetos de Distribuição de Energia Elétrica de titularidade da empresa Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.017.462/0001-63, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descritos no Anexo à presente Portaria. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/portaria/2017.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA Nº 124, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48340.000282/2017-77, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de São Vicente 10, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PI.033136-8.01, de titularidade da empresa Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.840.567/0001-46, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da EOL Ventos de São Vicente 10, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO			
01 Razão Social Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.			02 CNPJ 21.840.567/0001-46.
03 Logradouro Rua Sem Denominação Oficial, Parte III.			04 Número s/nº.
05 Complemento Serra do Inácio.	06 Bairro/Distrito Zona Rural.		07 CEP 64595-000.
08 Município Curral Novo do Piauí.	09 UF PI.		10 Telefone (11) 2874-2596.
11 Outorga de Autorização Portaria MME nº 77, de 8 de março de 2016 e Despacho SCG/ANEEL nº 62, de 11 de janeiro de 2017.			
12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO			
Diretor: Cesar Augusto Conservani.			CPF: 889.775.368-04.
Diretor: Raul Almeida Cadena.			CPF: 007.544.507-75.
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)			
Razão Social ou Nome de Pessoa Física		CNPJ ou CPF	Participação (%)
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A.		15.674.478/0001-74.	100%.
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)			
Razão Social Não se aplica.			CNPJ Não se aplica.
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO			
15 Denominação EOL Ventos de São Vicente 10.			
16 Descrição Central Geradora Eólica com 29.400 kW de capacidade instalada, constituída por quatorze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.			
17 Localização [Município(s)/UF(s)] Município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí.			
18 Data Prevista para Entrada em Operação 30 de novembro de 2017.			

PORTARIA Nº 125, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48340.000288/2017-44, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de São Vicente 11, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PI.033141-4.01, de titularidade da empresa Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.037.357/0001-40, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da EOL Ventos de São Vicente 11, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO			
01 Razão Social Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.			02 CNPJ 23.037.357/0001-40.
03 Logradouro Rua Sem Denominação Oficial, Parte IV.			04 Número s/nº.
05 Complemento Serra do Inácio.	06 Bairro/Distrito Zona Rural.		07 CEP 64595-000.
08 Município Curral Novo do Piauí.	09 UF PI.		10 Telefone (11) 2874-2596.
11 Outorga de Autorização Portaria MME nº 78, de 8 de março de 2016 e Despacho SCG/ANEEL nº 63, de 11 de janeiro de 2017.			
12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO			
Diretor: Cesar Augusto Conservani.			CPF: 889.775.368-04.
Diretor: Fabio Rogério Zanfelice.			CPF: 175.671.758-35.
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)			
Razão Social ou Nome de Pessoa Física		CNPJ ou CPF	Participação (%)
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A.		15.674.478/0001-74.	100%.
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)			
Razão Social Não se aplica.			CNPJ Não se aplica.
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO			
15 Denominação EOL Ventos de São Vicente 11.			
16 Descrição Central Geradora Eólica com 29.400 kW de capacidade instalada, constituída por quatorze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.			
17 Localização [Município(s)/UF(s)] Município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí.			
18 Data Prevista para Entrada em Operação 31 de outubro de 2017.			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 126, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 5º da Portaria MME nº 505, de 24 de outubro de 2016, resolve:

Processo nº 48360.006514/2016-00. Interessado: Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Aprovar, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, como prioritários os Projetos de Distribuição de Energia Elétrica de titularidade da empresa Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.095.183/0001-40, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descritos no Anexo à presente Portaria. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/portaria/2017.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA Nº 127, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º, da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.004150/2016-53, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica correspondente à ampliação da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Santa Luzia Alto, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PHS.SC.029652-0, de titularidade da empresa Santa Luzia Energética S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.377.974/0001-09, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 352, de 20 de dezembro de 2007, e ampliado por meio do Despacho ANEEL nº 934, de 15 de abril de 2016, é alcançado pelo art. 1º da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de junho de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Santa Luzia Energética S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Art. 3º A Santa Luzia Energética S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Santa Luzia Energética S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 310, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial Santa Luzia Energética S.A.		02 - CNPJ 08.377.974/0001-09
03 - Logradouro Avenida Doutor Cardoso de Melo		04 - Número 1.184
05 - Complemento 7º andar, sala AO	06 - Bairro/Distrito Vila Olímpia	07 - CEP 04548-004
08 - Município São Paulo	09 - UF SP	10 - Telefone (11) 3157-9396
11 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	Ampliação da PCH Santa Luzia Alto (Autorizada pela Portaria MME nº 352, de 20 de dezembro de 2007, e sua ampliação pelo Despacho ANEEL nº 934, de 15 de abril de 2016).	
Descrição do Projeto	Ampliação da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Santa Luzia Alto, compreendendo:	
	I - Uma Unidade Geradora, totalizando 750 kW de capacidade instalada; e	
	II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Linha de Transmissão em 13,8 kV, com cerca de novecentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a casa de força secundária à Subestação PCH Santa Luzia Alto.	
Período de Execução	De 01/08/2016 a 30/09/2017.	
Localidade do Projeto	Município de Ipuaçu e São Domingos, Estado de Santa Catarina.	
12 - REPRESENTANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA		
Nome: Gustavo Henrique Santos de Sousa		CPF: 018.831.394-06
Nome: Talvani Hipolito Nolasco Filho		CPF: 947.793.335-04
Nome: Daniela Ribeiro Mendes		CPF: 189.024.198-94
13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	2.742.000,00	
Serviços	1.970.000,00	
Outros	1.103.000,00	
Total (1)	5.815.000,00	
14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	2.488.365,00	
Serviços	1.787.775,00	
Outros	1.000.972,50	
Total (2)	5.277.112,50	

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 584, DE 8 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre localização de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria MPS nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Fica localizada a Agência da Previdência Social Jacundá - APSJCD, tipo D, código 12.021.11.0, vinculada à Gerência-Executiva Marabá, Estado do Pará.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO ANDRIGO VESELY

RESOLUÇÃO Nº 585, DE 8 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre localização de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria MPS nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Fica localizada a Agência da Previdência Social Manaus - Digital - APSMDI, tipo D, código 03.001.33.0, vinculada à Gerência-Executiva Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO ANDRIGO VESELY

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II EM BELO HORIZONTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO nº 35.663.000137/2016-11 - Alienação do imóvel sito Rua Tereza, nº 1598 (loja 04) - Alto da Serra- Petrópolis/RJ - PROCESSO nº 35.663.000130/2016-07 - Alienação de imóveis sitos Rua Tereza, nº 1610 (loja 02) e nº 1618 (loja 01) - Alto da Serra- Petrópolis/RJ- PROCESSO nº 35.663.000129/2016-74 - Alienação do imóvel sito Rua Tereza, nº 1604 (loja 03) Alto da Serra- Petrópolis/RJ, todos de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social- INSS, considerados desnecessários e não vinculados às suas atividades operacionais. INTERESSADA: Gerência Executiva de Petrópolis/RJ - MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Leilão Público INSS/SRII nº 02/2017 - FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 11.481 de 30/06/2007 - DECISÃO: 1. De acordo com a competência delegada no inciso IV, letra "e" do artigo 153 do Regimento Interno do INSS aprovado pela Portaria/MPS nº 296, de 9/11/2009, publicada no DOU de 10/11/2009, combinada com a Portaria nº 117, publicada no DOU nº 20, Seção 2, pg 36 do dia 27.01.2017, HOMOLOGO os procedimentos licitatórios do leilão em epígrafe e ADJUDICO os imóveis acima citados em favor de OTONIEL ARAÚJO FULY, CPF nº 651.189.797-49, pelos valores de R$ 233.100,00 (duzentos e trinta e três mil e cem reais), R$ 277.100,00 (duzentos e setenta e sete mil e cem reais), e R$ 158.100,00 (cento e cinquenta e oito mil e cem reais), respectivamente, todos À VISTA. 2. Publique-se. 3. À 11.150 que dará prosseguimento ao processo.

VALÉRIO JOSÉ DE ALMEIDA FILHO
Substituto

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 584-SEI, DE 4 DE MAIO DE 2017

Altera a Portaria MDIC Nº 128, de 30 de maio de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pelas Leis nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, e nº 8.544, de 21 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º O caput do art. 1º da Portaria MDCI nº 128, de 30 de maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 2013, nº 8.294 de 2014, e nº 8.544, de 2015, a empresa CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA., CNPJ/MF: 01.844.555/0001-82, conforme processo nº 52000.025976/2012-31, de 18 de outubro de 2012." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 17, DE 9 DE MAIO DE 2017

Elenca o rol de entidades habilitadas a emitir Certificados de Origem Digital (COD) no comércio com a Argentina, no âmbito dos Acordos de Complementação Econômica (ACE) Nºs 14 e 18.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º A partir de 10 de maio de 2017, as seguintes entidades ficam habilitadas a emitir CODs nas exportações preferenciais à Argentina realizadas ao amparo dos Acordos de Complementação Econômica Nºs 14 e 18:

Entidade	Código da Entidade para emissão do Certificado de Origem Digital (COD)
Associação Comercial de Santos (ACS)	002
Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)	007
Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP)	012
Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL)	015
Federação da Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP)	019
Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC)	028
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)	036
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)	041
Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)	051
Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)	055
Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (FECOMÉRCIO-RS)	057
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (FECOMÉRCIO-PR)	082

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 176, DE 9 DE MAIO DE 2017

Aprova, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Plano de Dados Abertos-PDA.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988, e o Decreto nº 8.975, de 24 de janeiro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, no Decreto de 15 de setembro de 2011, e no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e o que consta do Processo nº 02000.000537/2017-51, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Dados Abertos-PDA do Ministério do Meio Ambiente.

§ 1º O Plano de Dados Abertos conterá cenário institucional, objetivos, diretrizes, estratégia de abertura de dados, modelo de governança, assim como o Plano de Ação, que serão periodicamente atualizados.

§ 2º O Plano de Dados Abertos será publicado no sítio institucional do Ministério do Meio Ambiente e no Portal de Dados Abertos do Governo Federal.

Art. 2º Compete ao Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, em conformidade com o art. 40 e incisos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o § 4º do art. 5º, o art. 10 do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e o art. 12 do Decreto nº 8.975, de 24 de janeiro de 2017, a responsabilidade por acompanhar a implementação do Plano de Dados Abertos, cabendo-lhe ainda:

I - orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;

II - assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;

III - monitorar a implementação do Plano de Dados Abertos; e

IV - apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento do Plano de Dados Abertos, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à sua implementação e aperfeiçoamento.

Art. 3º Compete à Coordenação-Geral de Gestão de Informações sobre Meio Ambiente do Departamento de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva a gestão do Plano de Dados Abertos do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 4º Compete à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva a disponibilização dos recursos tecnológicos para abertura e sustentação dos dados produzidos pelas Secretarias do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 5º Compete à Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro a divulgação, interna e externa, do Plano de Dados Abertos do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 6º Compete às Secretarias responsáveis pela guarda das informações:

I - assegurar a qualidade, autenticidade, integridade e atualidade dos dados publicados, observando a aderência às diretrizes expressas no Plano de Dados Abertos, assim como as normas da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos-INDA e da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais-INDE, quando couber;

II - manter atualizadas as bases de dados catalogadas, de acordo com a periodicidade estabelecida na Matriz de Responsabilidades;

III - elaborar e divulgar os metadados das bases a serem abertas; e

IV - disseminar o Plano de Dados Abertos no âmbito de suas unidades.

Parágrafo único. As Secretarias responsáveis pela guarda das informações publicadas em formato aberto deverão indicar servidor titular e suplente responsáveis por gerir os processos de abertura de dados e assegurar a atualização dos dados, na forma e na periodicidade estabelecidas.

Art. 7º Os dados abertos devem ser catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Art. 8º O Plano de Dados Abertos terá vigência de dois anos, podendo ser revisto a qualquer tempo a critério do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

PORTARIA Nº 177, DE 9 DE MAIO DE 2017

Estabelece as regras e o calendário para a eleição dos representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil organizada que comporão a Comissão Nacional para Recuperaçãoda Vegetação Nativa - Conaveg.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II,da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 7º, § 1º, inc. III, do Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Estabelecer as regras eo calendário para a seleção de 4 (quatro) representantes da sociedade civil organizada, sendo 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes, para compor a Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa - Conaveg.

CAPÍTULO I

DA SELEÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Art. 2º Para o preenchimento das vagas da sociedade civil, serão selecionadas somente organizações da sociedade civil - OSC brasileiras, formalmente constituídas:

I - cuja finalidade ou objetivos sejam aderentes a pelo menos uma das diretrizes da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Proveg ou das diretrizes mínimas do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Planaveg, expressas, respectivamente, no art. 4º e no art. 6º do Decreto nº 8.972, de 2017, e

II - cuja natureza jurídica seja:

a) cooperativa;

b) fundação privada;

c) entidade sindical; ou

d) associação privada.

Parágrafo único. A finalidade e os objetivos a que se refere o inciso I do caput devem estar explicitados no estatuto da OSC.

Art. 3º Será selecionada uma OSC de cada uma das seguintes regiões:

I- região 1: Amazônia;

II- região 2: Mata Atlântica e Pampa;

III- região 3: Caatinga; e

IV- região 4: Cerrado e Pantanal.

Parágrafo único. A OSC poderá se candidatar somente para uma das regiões indicadas nos incisos I a IV do caput.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 4º O processo de seleção dos representantes da sociedade civil será coordenado por um Comitê de Seleção formado por servidores do Ministério do Meio Ambiente - MMA, com a seguinte composição:

I - um representante da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas - SMCF, que o presidirá;

II - um representante do Serviço Florestal Brasileiro;

III - um representante da Secretaria de Biodiversidade; e

III - um representante da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

Art. 5º Compete ao Comitê de Seleção:

I - homologar as candidaturas;

II - avaliar e classificar as candidaturas homologadas; e

III - avaliar e deliberar sobre os recursos interpostos.

Art. 6º O processo de seleção compreenderá as seguintes etapas:

I- inscrição e envio de documentação;

II- etapa eliminatória;

III- etapa classificatória; e

IV- divulgação do resultado final.

Seção I

Da etapa de inscrição e envio de documentação

Art. 7º As inscrições serão realizadas exclusivamente por meio eletrônico.

§ 1º Para inscrever-se, o dirigente ou representante legal da OSC deverá preencher o modelo do Formulário de Candidatura e da Ficha de Pontuação, anexos a esta Portaria e disponíveis no sítio eletrônico http://www.mma.gov.br/, providenciar a documentação de que trata o art. 8º e enviar o Formulário de Candidatura preenchido, a documentação anexada, em formato de arquivo PDF, e a Ficha de Pontuação preenchida para o endereço eletrônico sociedadecivil-conaveg@mma.gov.br.

§ 2º A inscrição é gratuita e poderá ser realizada no período de 15/05/2017 até às 23h59 do dia 30/05/2017.

Art. 8º A OSC, por meio do seu dirigente ou representante legal, deverá anexar ao Formulário de Candidatura preenchido de que trata o art. 7º os seguintes documentos:

I - cópia do estatuto atualizado;

II - cópia do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido nos últimos 30 dias, contados a partir da publicação desta Portaria; e

III - cópia do Quadro de Sócios e Administradores - QSA atualizado, constante da base de dados do CNPJ, ou cópia ata da última eleição ou nomeação do(s) dirigente(s) da OSC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. O preenchimento do Formulário de Candidatura e da Ficha de Pontuação implica naconcordância com os termos desta Portaria e é de inteira responsabilidade da OSC candidata.

Seção II

Da etapa eliminatória

Art. 9ºSomente serão consideradas as candidaturas que enviarem, dentro do prazo determinado no § 2º do art. 7º desta Portaria, o Formulário de Candidatura e a Ficha de Pontuação preenchidos e a documentação completa a que se referem os arts. 7º e 8º desta Portaria.

Art. 10 Somente serão homologadas as candidaturas que cumpriremtodos os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º desta Portaria.

Parágrafo único. Caso não haja candidatura homologada em alguma das regiões referidas no art. 3º desta Portaria, a respectiva vaga na Conaveg será preenchida pela região que tiver omaior número de candidaturas aceitas.

Seção III

Da etapa classificatória

Subseção I

Da avaliação da candidatura

Art. 11. A etapa classificatória tem por objetivo avaliar o histórico de atuaçãoda OSC em uma ou mais diretrizes da Proveg ou das diretrizes mínimas do Planaveg, expressas, respectivamente, no art. 4º e no art. 6º do Decreto nº 8.972, de 2017.

Art. 12. A candidatura homologada será avaliada de acordo com as informações declaradas pela OSC na Ficha de Pontuação em relaçãoaos requisitos descritosno Quadro 1.

Quadro 1. Critério de Avaliação

Requisito	Pontuação	Pontuação máxima
Tempo de atuação da OSC candidata, contado desde sua criação até a publicação desta Portaria, na região para a qual está se candidatando, em temas aderentes a pelo menos uma das diretrizes da Proveg ou das diretrizes mínimas do Planaveg, expressas, respectivamente, no art. 4º e no art. 6º do Decreto nº 8972, de 2017.	1 ponto por ano de atuação	10
Projetosexecutados pela OSC candidata nos últimos 10 (dez) anos contados a partir da publicação desta Portaria, na região para a qual está se candidatando,cujo escopo seja aderente a pelo menos uma das diretrizes da Proveg ou das diretrizes mínimas do Planaveg, expressas, respectivamente, no art. 4º e no art. 6º do Decreto nº 8.972, de 2017	1 ponto por projeto executado com duração entre 6 (seis) meses e 1 (um) ano 2 pontos por projeto executado com duração entre 1 (um) ano e 2 (dois) anos 3 pontos por projeto executado com duração de mais de 2 (dois) anos	60
Eventos (oficinas, seminários, simpósios ou congressos) organizados pela OSC candidata nos últimos 5 (cinco) anos contados a partir da publicação desta Portaria, na região para a qual está se candidatando,cujo tema seja aderente a pelo menos uma das diretrizes da Proveg ou das diretrizes mínimas do Planaveg, expressas, respectivamente, no art. 4º e no art. 6º do Decreto nº 8.972, de 2017	2 pontos por evento	20
Publicações técnicas ou científicas realizadas pela OSC candidata ou por seu pessoal nos últimos 5 (cinco) anos contados a partir da publicação desta Portaria,cujo tema seja aderente a pelo menos uma das diretrizes da Proveg ou das diretrizes mínimas do Planaveg, expressas, respectivamente, no art. 4º e no art. 6º do Decreto nº 8.972, de 2017	1 ponto por publicação	10

Subseção II

Da classificação

Art. 13. As candidaturas serão classificadas em ordem decrescente, porregião a que se refere o art. 3º desta Portaria, considerando a pontuação final alcançada.

Art. 14. A pontuação final corresponde à soma das pontuações obtidas nos quatro requisitos de que tratam o Quadro 1 desta Portaria.

§ 1º O Comitê de Seleção poderá solicitar à OSC a documentação comprobatória das informações declaradas na Ficha de Pontuação para a conferência da pontuação a que se refere o Quadro 1 desta Portaria.

§ 2º A OSC que receber a solicitação referida no § 1º deverá enviar, por meio do seu dirigente ou representante legal, a documentação comprobatória em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da solicitação.

Art. 15. Em caso de empate será considerado o seguinte critério de desempate: maior tempo de atuação na região para a qual está se candidatando, em temas aderentes a pelo menos uma das diretrizes da Proveg ou das diretrizes mínimas do Planaveg, expressas, respectivamente, no art. 4º e no art. 6º do Decreto nº 8.972, de 2017.

Parágrafo único. Persistindo o empate, será utilizado como critério de desempateo maior tempo de constituição da OSC, conforme estatuto.

Art. 16. A relação preliminar das candidaturas classificadas por região será divulgada no sítio eletrônico http://www.mma.gov.br/ em até 20 (vinte) dias corridos após o encerramentodas inscrições.

Subseção III

Da interposição de recurso

Art. 17. O recurso em relação ao resultado preliminar de que trata o art. 16 desta Portaria deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico sociedadecivil-conaveg@mma.gov.br e será apreciado pelo Comitê Seleção com base nos requisitos desta Portaria.

Art. 18. O recurso deverá ser encaminhado no prazo de cinco (5) diasúteis contados a partir da data da publicação do resultado preliminar.

Art. 19. O Comitê de Seleção terá o prazo de até cinco (5) dias úteis para deliberarsobre os recursos recebidos.

Seção IV

Do resultado final

Art. 20. Serão selecionadas para compor a Conaveg as OSCs classificadas em primeiro lugar nas respectivasregiões, totalizando quatro entidades.

§ 1º Entre as quatro OSCs classificadas a que se refere o caput, as duas com maior pontuação indicarão os representantes titulares da Conaveg e as outras duas indicarão os suplentes.

§ 2º Em caso de empate, será considerado o seguinte critério dedesempate: maior tempo de constituição da OSC, conforme estatuto.

Art. 21. O resultado final será homologado pelo Secretário de Mudança do Clima e Florestas do MMA, publicado no Diário Oficial da União e divulgado no sítio http://www.mma.gov.br/.

Art. 22. No prazo de até cinco (5) dias úteis após a publicação do resultado final, as OSCs selecionadas para integrar a Conaveg deverão encaminhar ao MMA o nome do seu representante legal, por meio de ofício, endereçado à:

Secretaria de Mudança do Clima e Florestas

SEPN 505, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, 2º andar, sala 202, Brasília/DF, CEP 70.730-542.

Art. 23. Os representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil organizada na Conaveg serão designados em portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente, que será publicada no Diário Oficial da União.

Seção V

Do cronograma do processo de seleção

Art. 24. O processo de seleção obedecerá ao cronograma descrito no Quadro 2.

Quadro 2. Cronograma do processo de seleção

Atividade	Data/Período
Abertura das inscrições	15/05/2017
Encerramento das inscrições	30/05/2017
Divulgação do resultado preliminar das candidaturas classificadas	19/06/2017
Período de interposição de recurso	19/06/2017 a 23/06/2017
Deliberação sobre os recursos	26/06/2017 a 30/06/2017
Divulgação do resultado final	03/07/2017

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Os casos omissos, relativos ao processo de seleção, serão dirimidos pelo Secretário de Mudança do Clima e Florestas do MMA.

Art. 26. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

PORTARIA Nº 30, DE 8 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 27 do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.002233/2017-41, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de RUTH LEMOS DE OLIVEIRA, CPF: 474.182.907-30, viúva do anistiado político AÍLTON DE OLIVEIRA, CPF: 048.562.447-87, Matrícula SIAPE 1531283, em caráter vitalício, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e 217 da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 18 de março de 2017, data do falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 10, DE 3 DE MAIO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL, ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, inciso VI e §2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 30 de junho de 2010, e tendo em vista o que prevê o inciso I do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, combinado com o art. 21 da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, e art. 6º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, e os elementos que integram o Processo nº 04902.201445/2015-97, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, em Caráter Provisório, ao Município de Santo Ângelo do imóvel não-operacional, constituído de área de posse da extinta Rede Ferroviária Federal S.A., parte de um todo maior, com 2.164,07m², parte do NBP 6003767-0, transferido para a SPU/RS pelo Termo de Transferência nº 100/2008, localizado na cidade de Santo Ângelo.

Art. 2º A área não-operacional identificada no art. 1º está sendo utilizada como estacionamento e está localizada ao lado de Condomínio Residencial Centenário que abriga 66 famílias de baixa renda.

Art. 3º A cessão a que se refere o art.1º destina-se à regularização do imóvel da União em favor das 66 famílias de baixa renda que vivem no Condomínio Residencial Centenário.

Art. 4º A cessão provisória poderá ser revogada a qualquer tempo em caso de necessidade ou interesse público superveniente pela Administração Pública Federal.

Art. 5º A cessão terá vigência pelo prazo de 3 (três) anos ou pelo tempo necessário à incorporação do imóvel ao patrimônio da União no Cartório de Registro de Imóveis, sem prejuízo, então, da instrução e autorização de instrumento definitivo de destinação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 6º O Município de Santo Ângelo compromete-se a garantir o uso gratuito da área da União como estacionamento para as famílias do Condomínio Residencial Centenário, enquanto a SPU/RS providencia a regularização cartorial da área.

Art. 7º O Município de Santo Ângelo poderá transferir a administração da área para os moradores do Condomínio Residencial Centenário desde que estes comprometam-se com o uso do estacionamento de forma exclusiva e gratuita para os próprios moradores do condomínio.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS NUNES JUNG

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 11, DE 2 DE MAIO DE 2017

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VII, do art. 2º da Portaria SPU nº 200, de 29 de julho de 2010, que havia sido delegada ao Secretário da SPU através da Portaria MP 54 de 22 de Fevereiro de 2016 e tendo em vista o disposto no art. 6º, da Lei 13.139 de 26 de Junho de 2015, resolve:

Art. 1º - Autorizar o DEINFRA- Departamento Estadual de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina, a realizar a execução de obras, referente à implantação e manutenção de um canteiro para as obras de Restauração da Ponte Hercílio Luz, Município de Florianópolis/SC, visando ter uma área de apoio na cabeceira da Ponte para a execução da obra de restauração e reabilitação da mesma, em área de uso comum do povo, na forma dos elementos constantes do processo nº 04972.003925/2016-41;

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º destina-se à implantação e manutenção de um canteiro para as obras de Restauração e Reabilitação da Ponte Hercílio Luz em uma área pública de 7.589,93 m²;

Art. 3º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso à praia e ao mar e ainda ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes;

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente em especial deverá ser dada atenção aos artigos 7º, 8º e 9º da Lei 12.651 de 2012 que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação;

Art. 5º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 6º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria SPU/SC nº 11 de 02.05.17.

Art. 7º - Responderá o DEINFRA- Departamento Estadual de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria;

Art. 8º - A Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo nº 04972.003925/2016-41;

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 9 de maio de 2017

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0124/2017 de 04/05/2017, 0126/2017 de 05/05/2017 e 0127/2017 de 08/05/2017, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039003442201791 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HANS CARRILLO GUACH Data Nascimento: 09/06/1982 Passaporte: I860106 País: CUBA Mãe: MAVEL GUACH MENOCAL Pai: ENRIQUE CARRILLO BERNAL.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039003405201782 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FUMING WANG Data Nascimento: 23/01/1987 Passaporte: E18187969 País: CHINA Mãe: ZHONGLAN HAN Pai: YUNHE WANG; Processo: 47039003410201795 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAOJIAN XU Data Nascimento: 30/03/1969 Passaporte: G54297304 País: CHINA Mãe: GUANGYING WANG Pai: FUGUI XU; Processo: 47039003416201762 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JINGLAI YAN Data Nascimento: 20/06/1970 Passaporte: G33630703 País: CHINA Mãe: BAOLING LIU Pai: JINHAI YAN; Processo: 47039003421201775 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JINGYU YAN Data Nascimento: 24/10/1981 Passaporte: E67703059 País: CHINA Mãe: KAIYING ZHANG Pai: JINYIN YAN; Processo: 47039003426201706 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEYU ZHANG Data Nascimento: 24/01/1986 Passaporte: E00015431 País: CHINA Mãe: ZHAOMEI ZHENG Pai: CONGJUN ZHANG; Processo: 47039003436201733 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PINGCHUN ZHANG Data Nascimento: 10/02/1982 Passaporte: G58384007 País: CHINA Mãe: JIYUN ZHONG Pai: ZHIJIA ZHANG; Processo: 47039003445201724 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUI LIU Data Nascimento: 08/10/1973 Passaporte: E94549294 País: CHINA Mãe: SHIJU WANG Pai: HUAXI LIU; Processo: 47039003450201737 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YALONG ZHENG Data Nascimento: 05/05/1989 Passaporte: E37220481 País: CHINA Mãe: XIANLAN LIU Pai: PEIMENG ZHENG; Processo: 47039003457201759 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUA LIU Data Nascimento: 09/01/1977 Passaporte: G29755592 País: CHINA Mãe: GUANGYING CAO Pai: WENCHONG LIU; Processo: 47039003459201748 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAIHAI HAN Data Nascimento: 19/03/1976 Passaporte: G33630999 País: CHINA Mãe: QIRUI QIN Pai: JICUN HAN; Processo: 47039003461201717 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DELIANG WU Data Nascimento: 11/08/1980 Passaporte: E94504419 País: CHINA Mãe: BAOXIANG SHENG Pai: XIUWU WU; Processo: 47039003466201740 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHENGFA PENG Data Nascimento: 01/11/1972 Passaporte: E80674854 País: CHINA Mãe: WENRONG ZHANG Pai: SHIZHAO PENG; Processo: 47039003471201752 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEI XING Data Nascimento: 11/06/1982 Passaporte: E06801204 País: CHINA Mãe: XIUPING MA Pai: CHANGYI XING; Processo: 47039003475201731 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YIZHEN YIN Data Nascimento: 29/08/1988 Passaporte: E42461677 País: CHINA Mãe: CHUNLAN ZHANG Pai: XUNMENG YIN; Processo: 47039003478201774 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BO LIU Data Nascimento: 02/07/1976 Passaporte: E04246920 País: CHINA Mãe: YUQIN YIN Pai: WANGHE LIU; Processo: 47039003481201798 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JINGGUO HAO Data Nascimento: 02/03/1988 Passaporte: E46460796 País: CHINA Mãe: LIANYUN CHEN Pai: JINTANG HAO; Processo: 47039003487201765 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIANGFENG LI Data Nascimento: 14/10/1972 Passaporte: G51862829 País: CHINA Mãe: XIUQING YANG Pai: QIYU LI; Processo: 47039000381201718 Empresa: CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE EDUCACAO CONDUTIVA PASSAROS DE LUZ Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Terézia Bökényi Data Nascimento: 25/09/1954 Passaporte: BH6538065 País: HUNGRIA Mãe: Nagy Irén Katalin Pai: Não informado; Processo: 47039001836201712 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BADR EL JAHECHI Data Nascimento: 06/01/1976 Passaporte: WS3082463 País: MARROCOS Mãe: FATIMA BOUCHAIB Pai: ABDELLAH JILALI; Processo: 47039002270201738 Empresa: ALBERTO COUTO ALVES - BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMÉRICO GOMES DE ALMEIDA Data Nascimento: 01/10/1972 Passaporte: N068368 País: PORTUGAL Mãe: MARIA JOAQUINA CARVALHO GOMES DE ALMEIDA Pai: JOSÉ MOUTINHO DE ALMEIDA; Processo: 47039002504201747 Empresa: UHT - INVESTIMENTOS, PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVAN DEL ROSARIO GUERRERO Data Nascimento: 22/01/1983 Passaporte: RD4209338 País: REPÚBLICA DOMINICANA Mãe: Maria Guerrero Pai: Dilio Del Rosario Rijo; Processo: 47039002778201736 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA DEL PILAR GILABERT GARCIA DE VELASCO Data Nascimento: 05/09/1984 Passaporte: AAH771584 País: ESPANHA Mãe: MARIA DEL PILAR GARCIA DE VELASCO BARRERO Pai: JOSE ANTONIO GILABERT SANCHEZ; Processo: 47039002993201737 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TENGFEI DU Data Nascimento: 28/05/1992 Passaporte: E 93939123 País: CHINA Mãe: DAZHUAN LI Pai: QINGCHANG DU; Processo: 47039002994201781 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHENGMING DENG Data Nascimento: 14/03/1976 Passaporte: E 88918657 País: CHINA Mãe: GUIRONG LI Pai: SHOUPING DENG; Processo: 47039002995201726 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHONG ZHANG Data Nascimento: 13/05/1990 Passaporte: E 94533706 País: CHINA Mãe: QINGHUA ZENG Pai: XIUDE ZHANG; Processo: 47039002996201771 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JINGHE LI Data Nascimento: 09/06/1975 Passaporte: E 31431777 País: CHINA Mãe: LI FENGJU Pai: LI XIANGJUN; Processo: 47039003004201722 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fasheng Guo Data Nascimento: 25/05/1982 Passaporte: G34202034 País: CHINA Mãe: Changying Jiang Pai: Hebao Guo; Processo: 47039003019201791 Empresa: ZODIAC-PRODUTOS FARMACEUTICOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nalua Malibe Urbaneja Herrera Data Nascimento: 30/03/1977 Passaporte: 117713154 País: VENEZUELA Mãe: Eloina Magaly Herrera Pai: Antonio Apolinar Urbaneja; Processo: 47039003171201773 Empresa: NEED-NORTEAR EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETER ALBERT VISSER Data Nascimento: 29/03/1948 Passaporte: GB748817 País: CANADÁ Mãe: John Visser Pai: Dorothy Visser; Processo: 47039003184201742 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zou Kongshun Data Nascimento: 08/12/1988 Passaporte: E81974592 País: CHINA Mãe: Gui Laiyun Pai: Zou Laisheng; Processo: 47039003356201788 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GREGORY JAMES PERRY Data Nascimento: 12/09/1969 Passaporte: 454867680 País: EUA Mãe: DEE ANNA CROWDER Pai: RUSSELL DEAN PERRY; Processo: 47039003358201777 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WENDY LYNN ZUVERINK PERRY Data Nascimento: 08/12/1965 Passaporte: 454867681 País: EUA Mãe: DIANE LYNN SELL Pai: ROBERT ZUVERINK; Processo: 47039003362201735 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KRISTA ALEXANDRA HAY Data Nascimento: 01/12/1970 Passaporte: 505770402 País: EUA Mãe: MARY ROSE HAY Pai: ARNOLD GLEN HAY JR.; Processo: 47039003368201711 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RECIFE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIANA JEAN PATRICK Data Nascimento: 03/01/1961 Passaporte: 557995876 País: EUA Mãe: BETTY JO COULTHARD Pai: DONALD LEE COULTHARD; Processo: 47039003389201728 Empresa: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIN SIOBHAN ROCKWELL Data Nascimento: 31/01/1992 Passaporte: 465790324 País: EUA Mãe: Holly Piehler Rockwell Pai: Ronald Moore Rockwell; Processo: 47039003388201783 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RECIFE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL ALLEN CRIDER Data Nascimento: 08/02/1988 Passaporte: 531178745 País: EUA Mãe: KENT ALLEN CRIDER Pai: JODY ADELE JONES; Processo: 47039003398201719 Empresa: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL JOHN DELCAVO Data Nascimento: 20/04/1973 Passaporte: 452116194 País: EUA Mãe: Rosemary Greaves Frankwick Pai: Anthony John Delcavo; Processo: 47039003429201731 Empresa: ASSOCIACAO INTERNACIONAL DE EDUCACAO DE BELO HORIZONTE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOEL CAMINO Data Nascimento: 14/12/1965 Passaporte: 520837843 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Elizabeth Sara Anne Camino Pai: Raul Sainz Camino.

Temporário - Com Contrato - RN 103 - Resolução Normativa, de 16/05/2013:

Processo: 47039003533201726 Empresa: PWC STRATEGY& DO BRASIL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: INÊS RAQUEL PEREIRA GANCHO Data Nascimento: 26/11/1988 Passaporte: P293704 País: PORTUGAL Mãe: JOAQUINA CÂNDIDA DAS MERCÊS PEREIRA GANCHO Pai: LUIS FILIPE CAEIRO GANCHO; Processo: 47039003681201741 Empresa: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JORGE ANTONIO ARCE ANDRADE Data Nascimento: 08/10/1987 Passaporte: 6752576 País: PERU Mãe: DARIE ABIGAIL DEL CARMEN ANDRADE MISAD Pai: JORGE LUIS JOSE ARCE ALMENARA; Processo: 47039003822201725 Empresa: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATTHEW ROBERT MC CABE Data Nascimento: 24/02/1988 Passaporte: 530620430 País: EUA Mãe: PAMELLA ANN MEHAFFY Pai: DANIEL PHILLIP MC CABE.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039002346201725 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHEAL EDGAR ROWE Passaporte: 483717888; Processo: 47039002493201703 Empresa: PRATT & WHITNEY CANADA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS A. FELICIANO AYALA Passaporte: 546999352; Processo: 47039002498201728 Empresa: PRATT & WHITNEY CANADA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LYLE THOMAS JAMES MONTGOMERY Passaporte: 527336185; Processo: 47039002626201733 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOLF RUDIGER INGO SIEGMAR GREVE Passaporte: C4G158TJF; Processo: 47039002727201712 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Asmir Gabela Passaporte: 87731442; Processo: 47039002762201723 Empresa: PRATT & WHITNEY CANADA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO ANTONIO CUEVAS GARCIA Passaporte: G10181525; Processo: 47039002899201788 Empresa: ATLANTIS BRASIL PERFURACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BOTHATA ALFRED MAQALA Passaporte: A05897973; Processo: 47039002902201763 Empresa: ATLANTIS BRASIL PERFURACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSEPH KGALAKE CHEGO Passaporte: A05906014; Processo: 47039002903201716 Empresa: ATLANTIS BRASIL PERFURACOES E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WAYNE GROENEWALD Passaporte: A05898125; Processo: 47039002911201754 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Rolf Tommy Samuelsson Passaporte: 92168887; Processo: 47039002912201707 Empresa: PRATT & WHITNEY CANADA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL ANDREW CORBETT Passaporte: 548454817; Processo: 47039002949201727 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LT-

DA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Abisaid Escamilla Tagle Passaporte: G13197113; Processo: 47039003035201783 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Francisco Javier Escobar Ramirez Passaporte: G22952560; Processo: 47039003052201711 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHONGWEN TIAN Passaporte: E63154596; Processo: 47039003056201707 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHENG PENG Passaporte: E17314137; Processo: 47039003059201732 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIUCHAO LIU Passaporte: E86257341; Processo: 47039001753201715 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIOS KARADIMAS Passaporte: AK3531007; Processo: 47039001754201760 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS GEOFFREY WARING Passaporte: 516809174; Processo: 47039002257201789 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AURELIO NGUEMA MESAS Passaporte: AAG272872; Processo: 47039002449201795 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLO SECHI Passaporte: YA3048336; Processo: 47039002519201713 Empresa: KPMG CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Nicholas Bradford Cort Passaporte: 472899290; Processo: 47039002601201730 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PARASHURAMULU CHEPYLA Passaporte: J2829827; Processo: 47039002609201704 Empresa: CHC DO BRASIL TAXI AEREO S.A. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: HUANFENG YU Passaporte: E06743355; Processo: 47039002651201717 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IAN CHARLES MAIR Passaporte: 099197567; Processo: 47039002650201772 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID ROBERT STAPLES Passaporte: 801405557; Processo: 47039002629201777 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAOLO CAODURO Passaporte: YA8764485; Processo: 47039002675201776 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIA ISABEL PEREZ BARROSO Passaporte: PAE301984; Processo: 47039002677201765 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD VOS Passaporte: NUC380D38; Processo: 47039002678201718 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMED TALAAT ABDELAZEM ABDELRAZEQ ZAHER Passaporte: A10258977; Processo: 47039002680201789 Empresa: TELCOH BRASIL - INSTALACAO E MONTAGEM LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUSTAVO ADOLFO APLICANO SERRANO Passaporte: E817744; Processo: 47039002681201723 Empresa: TELCOH BRASIL - INSTALACAO E MONTAGEM LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NEPTALY SAMUEL MEJIA GOMEZ Passaporte: E901545; Processo: 47039002684201767 Empresa: TELCOH BRASIL - INSTALACAO E MONTAGEM LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OSCAR ENRIQUEZ OSORIO MARTINEZ Passaporte: E875815; Processo: 47039002686201756 Empresa: TELCOH BRASIL - INSTALACAO E MONTAGEM LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR MANUEL AGUILERA HERNANDEZ Passaporte: E864989; Processo: 47039002693201758 Empresa: KROLL ASSOCIATES BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GLENN EARL HARLOFF Passaporte: G1005270; Processo: 47039002701201766 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ronald Jean-Claude Guiglion Passaporte: 17FV02658; Processo: 47039002738201794 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHELE DAWN OXBORROW Passaporte: 534863780; Processo: 47039002742201752 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Hector Ernesto Cortes Castellanos Passaporte: AO695068; Processo: 47039002761201789 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KETIAN SONG Passaporte: G 51856934; Processo: 47039002791201795 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEVE DONALDSON Passaporte: 500841225; Processo: 47039002792201730 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT TAYLOR MCINTOSH Passaporte: 528704914; Processo: 47039002794201729 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KISMANTARA ARGAWISASTRA Passaporte: A7925311; Processo: 47039002802201737 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT MARTIN GRACZYK Passaporte: 488147149; Processo: 47039002819201794 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Timothy Earl MacEwen Passaporte: 507646458; Processo: 47039002982201757 Empresa: OMPI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS FARMACEUTICAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EMILIANO ZANELLA Passaporte: YB0067802; Processo: 47039003023201759 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Dennis Norman Laybourne Passaporte: QL098817; Processo: 47039003061201710 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Andreas Lienhart Passaporte: P7590982; Processo: 47039003062201756 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Juha Seppo Tapani Matilainen Passaporte: PL6904962; Processo: 47039003065201790 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TANELI TOPIAS ALAJOUTSIJARVI Passaporte: FP1011348; Processo: 47039003073201736 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Toni Torsti Topias Lipponen Passaporte: PL0494803; Processo: 47039003083201771 Empresa: FLORAPLAC MDF LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMI TANELI KOTAPALO Passaporte: FP1279711.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041001169201711 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Danilo Viovicente Limpiado Passaporte: EC4310036; Processo: 47041001201201768 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 09/01/2019 Estrangeiro: CYRIE LISTANA LETADA Passaporte: EC2992074 Estrangeiro: JOSE OCAMPO SOBREPENA Passaporte: EC3524938 Estrangeiro: RESTY BUSTAMANTE CARREON Passaporte: EC0803702; Processo: 47041001198201782 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTHONY JEAN LUIGI ANDEWEG Passaporte: 14CL51933; Processo: 47041001232201719 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 21/06/2018 Estrangeiro: Tony Marris Kirkland Passaporte: 531268695; Processo: 47041001263201770 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Estrangeiro: Arunkumar Manoharan Passaporte: K3282242 Estrangeiro: Ashutosh Kumar Tiwari Passaporte: L7311275 Estrangeiro: Ganapathi Neelapu Passaporte: P5212738 Estrangeiro: Joebert Coutinho Passaporte: J9747409 Estrangeiro: Vijaykumar Valji Solanki Passaporte: K4833321; Processo: 47041001272201761 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Jetrold Maun Silvestre Passaporte: EC1213908; Processo: 47041001274201750 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NITYANANDAM MARUTHANAYAGAM Passaporte: Z2500064; Processo: 47041001273201713 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sergo Tsivadze Passaporte: 15AB35803; Processo: 47041001275201702 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Miltiadis Karapetsas Passaporte: AM1320921; Processo: 47041001276201749 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alf Jonny Noekling Passaporte: 31503423; Processo: 47041001277201793 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Hendri Santilices Abila Passaporte: EB6136426; Processo: 47041001278201738 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Artem Sarzhevskyy Passaporte: FE710218; Processo: 47041001279201782 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/04/2018 Estrangeiro: Sergey Kozlov Passaporte: 729133224; Processo: 47041001280201715 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/02/2018 Estrangeiro: Prasad Ramesh Khatu Passaporte: Z2202074; Processo: 47041001281201751 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/12/2017 Estrangeiro: Dimitrios Staikos Passaporte: AM1891674; Processo: 47041001284201795 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: ANDRES VIDAL FERNANDEZ Passaporte: LM008622 Estrangeiro: MARCEL KOOIJ Passaporte: BR5C6H6F9 Estrangeiro: MIGUEL ANGEL GONZALEZ FERNANDEZ Passaporte: AAE100260; Processo: 47041001285201730 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: BERNARD JAMES MYNOTT TAYLOR Passaporte: 518117454; Processo: 47041001286201784 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: BENJAMIN DENNIS SUCH Passaporte: 463224526 Estrangeiro: PAUL ANDREW WITHILL Passaporte: 505777344; Processo: 47041001288201773 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Arvie Jay Costimiano Nayad Passaporte: P2452935A; Processo: 47041001289201718 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Prithviraj Rajkumar Sardar Passaporte: K6550528; Processo: 47041001290201742 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 14/08/2017 Estrangeiro: BASAK OZDEMIR Passaporte: U05582391 Estrangeiro: FARUK TEMIZ Passaporte: U03770611 Estrangeiro: FATIH SEN Passaporte: U11601954 Estrangeiro: HILMI ADALIER Passaporte: K00102403 Estrangeiro: MURAT CELIK Passaporte: U01763031 Estrangeiro: MUSTAFA TUTAR Passaporte: U02114970 Estrangeiro: SELIM DURMAK Passaporte: U03822898; Processo: 47041001291201797 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 14/08/2017 Estrangeiro: AHMET GOZLUK Passaporte: U01993987 Estrangeiro: BAYRAM DURAN Passaporte: U10511269 Estrangeiro: MERT CAN BODUC Passaporte: U10008544 Estrangeiro: TAYFUN BAYHAN Passaporte: U06787016; Processo: 47041001294201721 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 09/01/2019 Estrangeiro: JAN LAMMERS Passaporte: NMP90H235; Processo: 47041001295201775 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Tarieli Tchulukhadze Passaporte: 15BA61079; Processo: 47041001297201764 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Rajendra Namdev Naik Passaporte: Z1986672; Processo: 47041001298201717 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/09/2017 Estrangeiro: Jigneshkumar Govindbhai Tandel Passaporte: P0996437; Processo: 47041001300201740 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 26/09/2017 Estrangeiro: Pawan Singh Passaporte: L5590542 Estrangeiro: Sanjiv Dattatray Shetye Passaporte: L5547846 Estrangeiro: Shreeraj Mahadev Palkar Passaporte: H7288709; Processo: 47041001301201794 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2017 Estrangeiro: Gilberto Jr. Abuyan Abaricia Passaporte: EC1755000; Processo: 47041001302201739 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/12/2017 Estrangeiro: Eleftherios Kouliatsis Passaporte: AM0684963; Processo: 47041001303201783 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Richard Goode Padogdog Passaporte: EC1833751; Processo: 47041001304201728 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Santosh Kumar Passaporte: Z2230502; Processo: 47041001305201772 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 20/06/2017 Estrangeiro: Dhanaraj Selladurai Passaporte: L3032869; Processo: 47041001306201717 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/09/2018 Estrangeiro: Byron John De Torres Capelo Passaporte: EB6686686 Estrangeiro: Simone Parizzi Passaporte: YA7526270; Processo: 47041001307201761 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2017 Estrangeiro: Parvez Alam Passaporte: N1345604; Processo: 47041001309201751 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Silver Macatangay Cuerdo Passaporte: P0338803A; Processo: 47041001314201763 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2017 Estrangeiro: Esteban Rasco Teodosio Passaporte: EC7370332 Estrangeiro: Harvin Valdez Cruz Passaporte: EB9948635 Estrangeiro: Ramy Aniversario Lasap Passaporte: EC6050744; Processo: 47041001315201716 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 15/05/2018 Estrangeiro: Wendell Todd Cook Passaporte: 490766920; Processo: 47041001316201752 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Angelo Mabazza Villaflor Passaporte: P2146283A Estrangeiro: Aurelio Jr Santiago Fernandez Passaporte: P1439609A Estrangeiro: Jomar Jorda Cabales Passaporte: EC2775051 Estrangeiro: Lowell Jay Terana Quimno Passaporte: EC3090579 Estrangeiro: Ma Clarizza Monterey Rosuelo Passaporte: P1965803A Estrangeiro: Quirjhon Beceril Ogang Passaporte: EC5737298 Estrangeiro: Roman Malonzo Dayao Passaporte: P0472788A Estrangeiro: Vivencio III Mendoza Anisco Passaporte: EC4176908; Processo: 47041001319201796 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Francis Victor Narido Sarcina Passaporte: EC1128054 Estrangeiro: Jesus Casinto Olivar Passaporte: EC3697600; Processo: 47041001325201743 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/10/2018 Estrangeiro: Alexander Zashchitnikov Passaporte: 736905953 Estrangeiro: Alexey Olennikov Passaporte: 717545362 Estrangeiro: Anton Martynov Passaporte: 725398225 Estrangeiro: Christos Villas Passaporte: AN4075703 Estrangeiro: Stanislav Yugay Passaporte: 712993593 Estrangeiro: Vasilii Siniavskii Passaporte: 726562218 Estrangeiro: Vladimir Rozhkov Passaporte: 717490451; Processo: 47041001323201754 Empresa: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Geoffrey Arthur Dovaston Passaporte: 537044616; Processo: 47041001324201707 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Eduardo Salacup Beltran Passaporte: EB7214905; Processo: 47041001326201798 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Leontios Kyladitis Passaporte: AN4966973.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039003375201712 Empresa: MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMIRO NAKAMURA Passaporte: TK 6.024.966; Processo: 47039003559201774 Empresa: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KARl ANTERO MARTTINEN Passaporte: 91022652; Processo: 47039003742201770 Empresa: ING BANK N V Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAPHAEL DOERLING Passaporte: C5HT61XLR; Processo: 47039003775201710 Empresa: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KARIN NERSIS KHAJADOR Passaporte: 92821295; Processo: 47039003786201708 Empresa: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANAKAREN FERNANDA CASTRO VALENZUELA Passaporte: P01445551; Processo: 47039003793201700 Empresa: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUILHERME MONTEIRO FERREIRA BORGES DOS SANTOS Passaporte: P400024.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039003747201701 Empresa: GUTORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS EIRELI - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: COLIN THIBAULT DIEDERICHS Passaporte: 13CZ79781 Valor Total do Evento (R$): 27300.00 Estrangeiro: DELPHINE FLORENCE LARGER Passaporte: 08DA98492 Estrangeiro: GILDAS RAPHAEL CÉLESTE Passaporte: 13BH23964 Estrangeiro: JUAN IGNACIO TULA Passaporte: AAE409985 Estrangeiro: STEFAN KILIAN KINSMAN Passaporte: X4760486; Processo: 47039003778201753 Empresa: FREE PASS PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW JAMES DUNLEAVY Passaporte: 517605951 Valor Total do Evento (R$): 20800.00 Estrangeiro: CRAIG RICHARDSON BRADFORD Passaporte: 488089814 Estrangeiro: CYNTHIA LAM SMALL Passaporte: 434323044 Estrangeiro: ERIC LEE MARTIN Passaporte: 505917700 Estrangeiro: LEWIS BARRON LOWDER Passaporte: 531174855 Estrangeiro: MATT STARR Passaporte: 511560952 Estrangeiro: MICHELLE SABOLCHICK PETTINATO Passaporte: 488887436 Estrangeiro: PATRICK ALLAN TORPEY Passaporte: 549868568 Estrangeiro: Paul Brandon Gilbert Passaporte: 443895301 Estrangeiro: WILLIAM ROLAND SHEEHAN Passaporte: 530653516; Processo: 47039003507201706 Empresa: GIRAS PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CECILIO DENIS RAMOS Passaporte: C599464 Valor Total do Evento (R$): 10000.00 Estrangeiro: DIEGO CABANO CARRIO Passaporte: C673572 Estrangeiro: DIEGO ENRIQUE BARTABURU IGLESIAS Passaporte: C578746 Estrangeiro: DIEGO GASTON VERDIER FERREYRO Passaporte: C627475 Estrangeiro: EMILIANO GERMAN BRANCCIARI AMARILLO Passaporte: C455125 Estrangeiro: FRANCISCO ELIAS NASSER GADPEN Passaporte: C696031 Estrangeiro: GONZALO AUGUSTO CASTEX LEAL Passaporte: C673567 Estrangeiro: GUILLAUME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CLAUDE HENRI CROS Passaporte: 12DE85430 Estrangeiro: GUZMAN WALTER SILVEIRA VAZQUEZ Passaporte: C865229 Estrangeiro: HUGO IGNACIO MONTANER ALONSO Passaporte: C572279 Estrangeiro: JHOAN ALEXANDER SOCHA FIGUEROA Passaporte: AS555098 Estrangeiro: JOAQUIN CANZANI FERNANDEZ Passaporte: C905144 Estrangeiro: JUAN MANUEL TORO GUERRERO Passaporte: AS232183 Estrangeiro: KEVIN ANDREW JOHANSEN Passaporte: 545743191 Estrangeiro: MARIA GABRIELA MORENO BONILLA Passaporte: 255250843 Estrangeiro: MARTIN JOSE GIL GARCIA Passaporte: C835328 Estrangeiro: MAURICIO ORTIZ VOLONTERIO Passaporte: C927429 Estrangeiro: NICOLAS EDUARDO FERVENZA EFFERRANDO Passaporte: C968723 Estrangeiro: PABLO CONIBERTI MUNDY Passaporte: C642729 Estrangeiro: PEDRO ELIAS OJEDA ACOSTA Passaporte: AT617634 Estrangeiro: RAFAEL GUALBERTO DE ABREU MADEIRA Passaporte: N904188; Processo: 47039003626201751 Empresa: DANCAR MARKETING E PRODUCOES LTDA - ME Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN DWAYNE BRIGNAC Passaporte: 450979356 Valor Total do Evento (R$): 193920.00 Estrangeiro: CHARLES WILLIAM WOOTON Passaporte: 531266502 Estrangeiro: CLIDE VERNON LANDRETH III Passaporte: 546065660 Estrangeiro: JAMES CURTIS BEDSOLE Passaporte: 475951865; Processo: 47039003579201745 Empresa: DANCAR MARKETING E PRODUCOES LTDA - ME Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: BRAD JAY STEWART Passaporte: 507185378 Valor Total do Evento (R$): 141336.00 Estrangeiro: BRIAN LEE BRAZIEL Passaporte: 505551490 Estrangeiro: DAVID EARL COUNCIL Passaporte: 466159833 Estrangeiro: JAMES RICHARD McKINNEY Passaporte: 472762375 Estrangeiro: MALINA MACHEL CREER Passaporte: 554537934 Estrangeiro: MARC LESTER FUSCO Passaporte: 550318336 Estrangeiro: TRAMEKA SHAWNTE RICHARDSON Passaporte: 568281631 Estrangeiro: WILTON JAMES RABB Passaporte: 480306556; Processo: 47039003748201747 Empresa: CANDICE SILVA FREDERICO Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JOÃO VASCO MANSO GUERREIRO DE ALMEIDA Passaporte: P164649 Valor Total do Evento (R$): 10500.00 Estrangeiro: SOFIA VITÓRIA MIRANDA INÁCIO Passaporte: P461896; Processo: 47039003608201779 Empresa: ARTUR RODOLFO DE SOUSA FERREIRA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANER DONAT URRA PEÑA Passaporte: F16241221 Valor Total do Evento (R$): 3200.00; Processo: 47039003610201748 Empresa: ARTUR RODOLFO DE SOUSA FERREIRA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAULA ALEJANDRA FERRER SILVA Passaporte: P09495949 Valor Total do Evento (R$): 3200.00; Processo: 47039003614201726 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AVRAHAM SMAILOV Passaporte: 23315818 Valor Total do Evento (R$): 12000.00; Processo: 47039003615201771 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ARJUNA PEPPINO PPEDUZZI MUSICCO Passaporte: YA4802245 Valor Total do Evento (R$): 6000.00; Processo: 47039003618201712 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VLADISLAV RADULOVIC Passaporte: 089482932 Valor Total do Evento (R$): 6000.00; Processo: 47039003625201714 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOACHIM RALF DIETZE Passaporte: C3J345N28 Valor Total do Evento (R$): 9000.00 Estrangeiro: PIET KAEMPFER Passaporte: C3J0FZT4W; Processo: 47039003631201763 Empresa: MAREH AGENCIA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER PAUL TODD Passaporte: 534639567 Valor Total do Evento (R$): 70000.00 Estrangeiro: DANIELLE MOORE Passaporte: 099244329 Estrangeiro: JAMES WILLIAM BARON Passaporte: 510930516 Estrangeiro: MATTHEW ANDREW KLOSE Passaporte: 801836761 Estrangeiro: Richard Peet Passaporte: 099248762 Estrangeiro: TIMOTHY JAMES DAVIES Passaporte: 801209351; Processo: 47039003734201723 Empresa: MISSISSIPI PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY BYRON CAGE Passaporte: 493056906 Valor Total do Evento (R$): 22000.00 Estrangeiro: JOHN LINDSAY BRADFORD Passaporte: 552748075 Estrangeiro: LOUIS WALKER JR Passaporte: 488313734 Estrangeiro: MURALI ILLYA CORYELL Passaporte: 467819716 Estrangeiro: TINA POFFENBAUGH TERRY Passaporte: 449086640; Processo: 47039003714201752 Empresa: DECIO COTOMACIO JUNIOR - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SANDOVAL CANDIDO DE SOUSA Passaporte: 29442846X Valor Total do Evento (R$): 4650.00 Estrangeiro: VICTOR LA GRANT BROOKS II Passaporte: 506021250; Processo: 47039003782201711 Empresa: ZUFFA EVENTOS ESPORTIVOS BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADRIE DAUTI CICHOWICS Passaporte: 546283419 Valor Total do Evento (R$): 2185500.00 Estrangeiro: AIDA JONIDY ROGGERO Passaporte: 550974364 Estrangeiro: ALAIN ALBERTO FELIPE GUTIERREZ Passaporte: I061368 Estrangeiro: ALBERT JAMES WILLIAMS Passaporte: 451682582 Estrangeiro: ALEXANDER BRYAN MERRIMAN Passaporte: 517711079 Estrangeiro: ALEXIS ANGELOS DEMETRIADES Passaporte: 543093818 Estrangeiro: ANTHONY BENITO MARTI Passaporte: 485510367 Estrangeiro: ANTHONY GIORDANO Passaporte: 475539613 Estrangeiro: ANTONY DAVID WRIGHT Passaporte: 517593702 Estrangeiro: BRANDON EBERHART ZUNDEL Passaporte: 509317117 Estrangeiro: BRIAN DAVID BUTLER Passaporte: 464642031 Estrangeiro: BRIAN MATTHEW GALLAGHER Passaporte: 467655356 Estrangeiro: BRUCE ANTHONY BUFFER Passaporte: 550981108 Estrangeiro: CAPRICE KILLIN Passaporte: 465743401 Estrangeiro: CHARLES ROBERT O'NEIL Passaporte: 489451983 Estrangeiro: CHRISTOPHER ARTHUR BROWN CORNELL Passaporte: 447110538 Estrangeiro: CHRISTOPHER FREDERIC COSTELLO Passaporte: 470583284 Estrangeiro: CHRISTOPHER LANEY LEE Passaporte: 505522604 Estrangeiro: CHRISTOPHER LEE LUTTRELL Passaporte: 522352985 Estrangeiro: CHRISTOPHER PROVINO Passaporte: 481790499 Estrangeiro: CRAIG MICHAEL BORSARI Passaporte: 483024656 Estrangeiro: DANA FREDERICK WHITE JR Passaporte: 505922020 Estrangeiro: DARIN LAURENCE SADAO YAP Passaporte: 525736694 Estrangeiro: DAWID IRENEUSZ PEPLOWSKI Passaporte: EH4093850 Estrangeiro: DEAN LEIGH AARON TRUEMAN Passaporte: 109113402 Estrangeiro: DEREK CHARLES CLEARY Passaporte: 561183237 Estrangeiro: DIN YERO THOMAS Passaporte: 466536775 Estrangeiro: DONALD BLAIS CIOFFI Passaporte: 568275139 Estrangeiro: DONALD HOUSE Passaporte: 426745563 Estrangeiro: DONNA MARIE MARCOLINI Passaporte: 498738240 Estrangeiro: ELAINA MICHELLE MATSKO Passaporte: 507739643 Estrangeiro: ELLIOTT RAYMOND HOWARD Passaporte: 518185683 Estrangeiro: EMBER LYNNE MORR Passaporte: 557080398 Estrangeiro: EMIL RAFAL GRZELAK Passaporte: EG6279048 Estrangeiro: ERIC BENJAMIN SPICELY Passaporte: 531800636 Estrangeiro: FEDERICO IVAN LI FLORES Passaporte: 551843988 Estrangeiro: FIRASS ZAHABI Passaporte: HB747275 Estrangeiro: GARRETT STEVEN HUNT Passaporte: 546284244 Estrangeiro: IKE LAWRENCE EPSTEIN Passaporte: 520593533 Estrangeiro: JACQUES MICHAEL HINKLE Passaporte: 475665428 Estrangeiro: JAMES LELAND SORENSON JR Passaporte: 530296591 Estrangeiro: JAMES PATRICK MATTHEWS Passaporte: 435107964 Estrangeiro: JAMES ROBERT WALLHEAD Passaporte: 530822674 Estrangeiro: JAMIE ALISS MOYLE Passaporte: 456784251 Estrangeiro: JASON CHARLES REPPENHAGEN Passaporte: 457688871 Estrangeiro: JAZZMINE ESHONA THOMPSON Passaporte: 481823107 Estrangeiro: JEFFREY CHASE MULLEN Passaporte: 433978970 Estrangeiro: JEFFREY MICHAEL CUMMINGS Passaporte: 505831102 Estrangeiro: JEFFREY RICHARD BOTTARI Passaporte: 505459277 Estrangeiro: JEROME MAX KELII HOLLOWAY Passaporte: 494916483 Estrangeiro: JOHN CARLTON WOOD Passaporte: 485547926 Estrangeiro: JOHN JOSEPH WILMARTH Passaporte: 553662753 Estrangeiro: JOHN MICHAEL MC CARTHY Passaporte: 550062741 Estrangeiro: JOSE LUIS MARTINEZ Passaporte: 427160583 Estrangeiro: JOSEPH DE CHAVES Passaporte: 512717500 Estrangeiro: JOSEPH SCOTT WILLIAMS Passaporte: 480720872 Estrangeiro: JOSEPH T CARR JR Passaporte: 518174557 Estrangeiro: JOSHUA KEKOA KEANU Passaporte: 537317627 Estrangeiro: JUSTIN DERRICK LIMING Passaporte: 530977999 Estrangeiro: JUSTIN RAY GAETHJE Passaporte: 513109198 Estrangeiro: KAROLINA JADWIGA KOWALKIEWICZ Passaporte: EA1911569 Estrangeiro: KENNETH GABRIEL Passaporte: GF981262 Estrangeiro: LAURA CAROLYN SANKO Passaporte: 549250177 Estrangeiro: LEILON LOUISE DUFF Passaporte: GM845000 Estrangeiro: LEVIS DANIEL LABRIE Passaporte: HM990603 Estrangeiro: LUKASZ WIESLAW ZABOROWSKI Passaporte: AT7033354 Estrangeiro: MAKI IKAIKA MALEKO PITOLO Passaporte: 572423003 Estrangeiro: MARCO ANTONIO BELTRAN GARCIA Passaporte: G24417201 Estrangeiro: MARK ALEXANDER COWAN Passaporte: 534888394 Estrangeiro: MARK KENNETH HENRY Passaporte: 467659910 Estrangeiro: MARK L LEVY Passaporte: 450372911 Estrangeiro: MARVIN NICOLAS LOWMAN Passaporte: 523587427 Estrangeiro: MATTHEW AARON RADMANOVICH Passaporte: 447373914 Estrangeiro: MATTHEW CODY LOPEZ Passaporte: 551740864 Estrangeiro: MATTHEW ROBERT MESANG Passaporte: 474512649 Estrangeiro: MICHAEL CHARLES ROACH Passaporte: 561501769 Estrangeiro: MICHAEL JAMES AFANASIEV Passaporte: 474527193 Estrangeiro: MICHAEL JOHN MAYNARD Passaporte: 522233407 Estrangeiro: NANCY HELEN GAY Passaporte: 505931038 Estrangeiro: NATHAN JOEL MARQUARDT Passaporte: 444510137 Estrangeiro: OLIVIER AUBIN MERCIER Passaporte: HH505369 Estrangeiro: OLUWALE GBADEBO BAMGBOSE Passaporte: 536274996 Estrangeiro: OSBALDO ARIAS Passaporte: 534198220 Estrangeiro: PAUL WILLIAM IVENS Passaporte: 720097060 Estrangeiro: PETER GODFREY DROPICK Passaporte: 555806090 Estrangeiro: PETER M ADDAMS Passaporte: 488028808 Estrangeiro: RAMBO MENDOZA Passaporte: 445017883 Estrangeiro: RANDALL ANTHONY FAEHNRICH Passaporte: 525645734 Estrangeiro: REED SIMMONS HARRIS Passaporte: 454384105 Estrangeiro: RICHARD HO Passaporte: GJ382014 Estrangeiro: ROBERT CARL MONROE Passaporte: 548543328 Estrangeiro: ROSA LILLIAN MELENDEZ Passaporte: 545222262 Estrangeiro: RYLAN PHILIP LIZARES Passaporte: 504243029 Estrangeiro: SCOTT ROBERT REHM Passaporte: 474440512 Estrangeiro: SHAMEKA LENEE RANDLE Passaporte: 483227748 Estrangeiro: SIMON MARK GOODALL Passaporte: 504633339 Estrangeiro: TABITHA ALLENE MCFARLAND Passaporte: 546284378 Estrangeiro: TESSA ANN MARQUARDT Passaporte: 444510336 Estrangeiro: THEODORO LUCIA IV Passaporte: 453690415 Estrangeiro: THOMAS ROY STIRRAT Passaporte: 533623804 Estrangeiro: TIMOTHY DARIN O'TOOLE Passaporte: 477804567 Estrangeiro: TONY ROBERT BARBOZA Passaporte: 559517250 Estrangeiro: TRACY ALAN MICHAELS Passaporte: 436651036 Estrangeiro: TREVOR GENE WITTMAN Passaporte: 500916284 Estrangeiro: YANCY KAWAIHONACKANAAUAO GUY MEDEIROS Passaporte: 506542643; Processo: 47039003732201734 Empresa: BRASUCA PRODUCOES ARTISTICAS CULTURAIS E DE EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LAURA ZARDOYA RIVERO Passaporte: AAI023950 Valor Total do Evento (R$): 1000.00; Processo: 47039003757201738 Empresa: CAMPO DA PRODUCAO, EVENTOS E PROMOCOES LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AIDAN CHRISTOPHER WELCH Passaporte: 546216947 Valor Total do Evento (R$): 180000.00 Estrangeiro: ANGELA MARIE LIEN Passaporte: 488296173 Estrangeiro: EDGAR VOLFSON Passaporte: 561119674 Estrangeiro: EDUARD KUSHTANOV Passaporte: 51N5645121 Estrangeiro: ENRIQUE CONTRERAS Passaporte: 509635372 Estrangeiro: FERENC KASSAI Passaporte: BD9030887 Estrangeiro: GRAHAM HOCKLEY Passaporte: GF503975 Estrangeiro: JACQUELINE LOUISE SOAMES Passaporte: 534624684 Estrangeiro: JASON MARK HARRISON Passaporte: 504604284 Estrangeiro: JOHN JOSEPH BERTRAND JR Passaporte: 471701011 Estrangeiro: KATARINA JOYCE HOCKLEY Passaporte: 505517518 Estrangeiro: NICHOLAS KELLY Passaporte: HM444089 Estrangeiro: PABLO MALDONADO Passaporte: AAA953159 Estrangeiro: QUENTIN AUBRY LOURENÇO Passaporte: 15CK42316 Estrangeiro: ROBERT MICHAEL GOODWIN Passaporte: HM636273; Processo: 47039003750201716 Empresa: ANDERSON RAGO DA COSTA ENTRETENIMENTO EIRELI - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN CAYUELA ARMERO Passaporte: PAA590830 Valor Total do Evento (R$): 4000.00; Processo: 47039003762201741 Empresa: GRUPO8ITO PRODUCOES E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: PAN DAIJING Passaporte: G58710141 Valor Total do Evento (R$): 3156.75; Processo: 47039003771201731 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: YVES VAN GEERTSON Passaporte: EN210633 Valor Total do Evento (R$): 24000.00; Processo: 47039003779201706 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DOMINICK WILLIAM MARTIN Passaporte: 801052178 Valor Total do Evento (R$): 9600.00; Processo: 47039003780201722 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID ARTHUR MOOR E/V HOOGENSTRIJD Passaporte: BFPRF3PH0 Valor Total do Evento (R$): 35200.00 Estrangeiro: FERRY CORSTEN Passaporte: BVDPBL196; Processo: 47039003781201777 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SIMON ALISTAIR WHITELOCK Passaporte: N1872351 Valor Total do Evento (R$): 33600.00; Processo: 47039003783201766 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCISCO JORGE GONÇALVES DE OLIVEIRA Passaporte: M972199 Valor Total do Evento (R$): 6000.00 Estrangeiro: IVAN FILIPE DAS NEVES PEREIRA Passaporte: M320935; Processo: 47039003784201719 Empresa: ESA BOOKINGS E EVENTOS - EIRELI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Racim Amri Passaporte: 08CF63455 Valor Total do Evento (R$): 5000.00; Processo: 47039003800201765 Empresa: BALACLAVA RECORDS PRODUCAO MUSICAL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: HELOISA CLEAVER MALZONI Passaporte: 361499358 Valor Total do Evento (R$): 1600.00 Estrangeiro: JONATHAN ISRAEL GAT Passaporte: 14733304; Processo: 47039003803201707 Empresa: PEDRO PAULO VIEIRA MACHADO Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN ROBERT SOLOMON Passaporte: 473775049 Valor Total do Evento (R$): 12000.00 Estrangeiro: CRISTIAN JORGE STOZEK Passaporte: FL203714 Estrangeiro: CURTIS LEON LUNDY Passaporte: 518146638 Estrangeiro: ERIC JEFFREY ALLEN Passaporte: 546158745 Estrangeiro: OSCAR LEE WILLIAMS II Passaporte: 508987679 Estrangeiro: WALLACE RONEY Passaporte: 488615187; Processo: 47039003823201770 Empresa: SZPEKTOR & CORREA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHEILA ALEXANDRA CUNHA DE LIMA Passaporte: N098446 Valor Total do Evento (R$): 10470.00 Estrangeiro: ELMANO SANCHO ESTEVES SARAIVA Passaporte: P011402 Estrangeiro: JOSÉ ALEXANDRE ALMEIDA DOS ANJOS COELHO Passaporte: N534550 Estrangeiro: NUNO MANUEL SILVEIRA PRATAS Passaporte: M754353 Estrangeiro: PAULO ALEXANDRE COSME LOPES LAGE Passaporte: N769023; Processo: 47039003824201714 Empresa: GRUPO8ITO PRODUCOES E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GREG JAMES BROUSSARD Passaporte: 505840497 Valor Total do Evento (R$): 13230.00; Processo: 47039003826201711 Empresa: GRUPO8ITO PRODUCOES E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: HONEY D REYMOND Passaporte: 548526873 Valor Total do Evento (R$): 7875.00 Estrangeiro: MAKI NOGUCHI Passaporte: 510203147; Processo: 47039003829201747 Empresa: GRUPO8ITO PRODUCOES E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NIDIA MATILDE VAZ DOS REIS BORGES Passaporte: P161565 Valor Total do Evento (R$): 3450.00; Processo: 47039003830201771 Empresa: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: EVGENY MIKHAYLOV Passaporte: 72 2977859 Valor Total do Evento (R$): 12000.00.

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039002608201751 Empresa: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LEONARDO MONTECCHI Data Nascimento: 08/11/1982 Passaporte: YA6095492 País: ITÁLIA Mãe: MIRELLA BATACCHI Pai: VINCENZO MONTECCHI.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039001773201796 Empresa: EUROP ASSISTANCE BRASIL SERVICOS DE ASSISTENCIA S/A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: PAULO JOSE SANTANA DOS MARTIRES Passaporte: P186066.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039002211201760 Empresa: AGROLIZ - SOCIEDADE AGROPECUARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FERNANDO LEONÍDIO MENDES TELES Passaporte: M310340.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039001743201780 Empresa: BBCA BRAZIL INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47039003739201756 Empresa: UHT - INVESTIMENTOS; PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAUL JOSE ALARCON SEMINARIO Passaporte: 4112982; Processo: 47039000844201733 Empresa: ASSOCIACAO DE AMIGOS E COLABORADORES DA COMPANHIA DE BALLET DA CIDADE DE NITEROI Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Eusebio Muraday Paredes Passaporte: AAD740504; Processo: 47039001690201705 Empresa: FARBEM DO BRASIL LO-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GISTICA MULTIMODAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN CHARLES SANTOS Passaporte: 522638553; Processo: 47039002897201799 Empresa: RODARTE CONSULTORIA EM ESTATISTICA E SEGURIDADE LTDA - EPP Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: ROBYN ALISSA WEEKES Passaporte: R211806; Processo: 47039001304201777 Empresa: SERGIO RICARDO CAVALCANTE LIMA - ME Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: EVA DE LAORDEN PEREZ Passaporte: PAA338330; Processo: 47039002464201733 Empresa: MENASHE MAZOR MINERACAO EIRELI Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Michael Mazor Passaporte: EN162292; Processo: 47039010683201613 Empresa: NEA BRASIL PROJETOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME Prazo: até 05/01/2018 Estrangeiro: GIANCARLO DE ROSA Passaporte: YA5649964; Processo: 47039000587201730 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: até 21/01/2018 Estrangeiro: MUHAMMAD UZAIR KHURSHID Passaporte: PD4127191; Processo: 47039000820201784 Empresa: CSM TUBE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALDO CARCIONE Passaporte: YB0242647; Processo: 47039001566201731 Empresa: ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Gianpiero Rolando Passaporte: YA6030884; Processo: 47039001693201731 Empresa: FERRAMENTARIA LOURENCO E LOURENCO LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jordi van Diemen Passaporte: NS75839P2; Processo: 47039001694201785 Empresa: FERRAMENTARIA LOURENCO E LOURENCO LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Pieter van der Starre Passaporte: NXHPL6BC4; Processo: 47039002451201764 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Enrico Minicillo Passaporte: YA3579718; Processo: 47039003706201714 Empresa: MENDES WOOD DM ARTE CONSULTORIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NEIL BELOUFA Passaporte: 16DR26519; Processo: 47039001607201790 Empresa: PROQUIMIA PRODUTOS QUIMICOS DO BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CARLES ONYOS DE PLANDOLIT GARCIA Passaporte: AAJ856588; Processo: 47039000439201715 Empresa: AUTOLINE EQUIPAMENTOS INTELIGENTES DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Shanming Lu Passaporte: G29728388; Processo: 47039010964201668 Empresa: TUESDAY HOLDING LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BIWEN XU Passaporte: E09992809; Processo: 47039000289201740 Empresa: MARINO RESTAURANTE E BAR LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BENIAMINO ENRICO ZERMINI Passaporte: YA0545579; Processo: 47039002218201781 Empresa: SISELECTRON BRASIL COMERCIO; IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - ME Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Juan Pablo Alonso Chavez Passaporte: G05575480.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 617 da Secretaria de Inspeção do Trabalho, publicada no DOU de 08/05/17 , Seção 1, página, 70;

onde se lê: "PORTARIA, nº 617, DE 28 DE JANEIRO DE 2017"

Leia-se: "PORTARIA, nº 617, DE 04 DE MAIO DE 2017"

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 9 de maio de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.002178/2012-71	17349206	Companhia Acucareira Usina Capricho	AL
2	46202.014556/2013-31	201114551	Condominio Manauara Shopping	AM
3	46202.014557/2013-85	201115255	Condominio Manauara Shopping	AM
4	46202.016934/2014-00	204999090	Dafra da Amazonia Industria e Comercio de Motocicletas	AM
5	46202.016937/2014-35	204999065	Dafra da Amazonia Industria e Comercio de Motocicletas	AM
6	46202.016931/2014-68	204851157	Dafra da Amazonia Industria e Comercio de Motocicletas	AM
7	46202.016935/2014-46	204999073	Dafra da Amazonia Industria e Comercio de Motocicletas	AM
8	46202.016932/2014-11	204851149	Dafra da Amazonia Industria e Comercio de Motocicletas	AM
9	46202.011278/2013-60	200719475	Denys Antonio Abdala Tuma	AM
10	46782.000358/2009-20	16957024	Classico Nordeste Industria de Artigos Esportivos Ltda	BA
11	46204.005208/2010-18	20854188	Movitec Brasil Ind. Com. e Serviços Ltda	BA
12	46778.002572/2009-80	19553714	Norsa Refrigerantes Ltda	BA
13	46204.012050/2009-91	20843550	NPT Equipamentos de Seguranca Ltda-ME	BA
14	46204.012051/2009-35	20843569	NPT Equipamentos de Seguranca Ltda-ME	BA
15	46281.001599/2009-37	19527322	Paqueta Calcados Ltda.	BA
16	46778.000921/2008-48	17011281	Petroleo Brasileiro S/A Petrobras	BA
17	46778.000920/2008-01	17011272	Petroleo Brasileiro S/A Petrobras	BA
18	46778.000183/2010-53	19558660	Plasticos Bem Ti Vi Ltda	BA
19	46778.000185/2010-42	19558651	Plasticos Bem Ti Vi Ltda	BA
20	46778.000184/2010-06	19558643	Plasticos Bem Ti Vi Ltda	BA
21	46281.001300/2009-44	17078245	Raimundo Souza Costa	BA
22	46783.000325/2009-70	18769144	Suzano Papel e Celulose S.A.	BA
23	46782.001072/2010-03	19569521	Timac Agro Industria e Com de Fertilizantes Ltda	BA
24	46778.002204/2009-31	19550821	Visteon Sistemas Automotivos Ltda	BA
25	46206.009716/2013-90	200831984	Universe Supermercado Ltda - ME	DF
26	46207.009263/2010-49	16444698	Megafort Distribuidora Importacao E Exportação Ltda	ES
27	46208.003041/2013-55	25508652	Stahldach Construções Ltda	GO
28	46208.003040/2013-19	25508644	Stahldach Construções Ltda	GO
29	47747.002756/2012-75	22557091	Andrea Carla Filizola	MG
30	47747.002754/2012-86	22557113	Andrea Carla Filizola	MG
31	47747.002755/2012-21	22557105	Andrea Carla Filizola	MG
32	46302.000855/2011-06	22263020	Fundacao Roge	MG
33	46222.009890/2009-58	14421216	Prev Saude Nucleo de Prevencao da Saude Ltda	PA
34	46213.019396/2008-20	16879252	RF Braz Alencar Calcinação	PE
35	46213.017456/2006-16	13696742	Usina Bom Jesus S.A.	PE
36	46214.001410/2014-77	202948153	Expresso Guanabara S A	PI
37	47533.009850/2013-41	201598604	Econet Editora Empresarial Ltda - ME	PR
38	46215.036153/2010-51	22976418	C&A Modas Limitada	RJ
39	46228.000648/2013-45	200192353	NG de Souza Goncalves & Cia. Ltda.	RJ
40	46217.009206/2013-93	202291553	J de Oliveira e Silva Eireli	RN
41	46301.003234/2013-48	200327844	Unimed de Chapecó Cooperativa de Trabalho Medioc Reg Oeste Catarinense	SC
42	46219.026688/2012-45	24698261	Associação Beneficente Islâmica do Brasil	SP
43	46219.026686/2012-56	21307245	Associação Beneficente Islâmica do Brasil	SP
44	47999.006366/2003-11	8926336	Carlos Eduardo de Medeiros Transportes EPP	SP
45	46257.002244/2014-20	203266536	CEGG Construtora e Incorporadora Ltda.	SP
46	46257.002241/2014-96	203117026	CEGG Construtora e Incorporadora Ltda.	SP
47	46257.002246/2014-19	203117000	CEGG Construtora e Incorporadora Ltda.	SP
48	46257.002243/2014-85	203117042	CEGG Construtora e Incorporadora Ltda.	SP
49	46257.002242/2014-31	203117034	CEGG Construtora e Incorporadora Ltda.	SP
50	46257.002240/2014-41	203117051	CEGG Construtora e Incorporadora Ltda.	SP
51	46269.000420/2014-50	202804615	Dynaplast Industrial Ltda. em Recuperação Judicial	SP
52	46269.000422/2014-49	202805000	Dynaplast Industrial Ltda. em Recuperação Judicial	SP
53	46269.000421/2014-02	202804691	Dynaplast Industrial Ltda. em Recuperação Judicial	SP
54	46219.012151/2011-17	18578641	Empresa de Transportes Atlas Ltda	SP
55	46219.012154/2011-51	18578632	Empresa de Transportes Atlas Ltda	SP
56	46219.012153/2011-14	18578624	Empresa de Transportes Atlas Ltda	SP
57	46219.012155/2011-03	18578586	Empresa de Transportes Atlas Ltda	SP
58	46254.000851/2014-85	202418707	Empresa Municip de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru	SP
59	46253.002160/2012-64	21348588	Josney Fernando Prospero	SP
60	46262.004726/2013-64	202548813	L L Ramalho Pacheco ME	SP
61	46262.004727/2013-17	202548830	L L Ramalho Pacheco ME	SP
62	46219.016227/2011-83	19799845	Marfrig Alimentos S/A	SP
63	46473.010458/2008-77	15764036	Masazo Restaurante Ltda	SP
64	46254.000771/2014-20	202873587	Mondelez Brasil Ltda	SP
65	47999.000898/2010-74	21572798	Município de Monteiro Lobato	SP
66	47999.000900/2010-13	21572780	Município de Monteiro Lobato	SP
67	46266.007127/2011-09	21699380	Nova Griffi Comercio de Alimentos Ltda-ME	SP
68	46258.003366/2013-42	201584182	Oliveira Silva Transportes e Prestadora de Serviços Ltda	SP
69	46258.003365/2013-06	201584166	Oliveira Silva Transportes e Prestadora de Serviços Ltda	SP
70	47999.001181/2014-73	202804496	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
71	47999.001187/2014-41	202804402	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
72	47999.001185/2014-51	202804445	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

73	47999.001184/2014-15	202804437	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
74	47999.001182/2014-18	202804470	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
75	47999.001180/2014-29	202804518	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
76	47999.001177/2014-13	202809048	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
77	47999.001204/2014-40	202800199	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
78	47999.001176/2014-61	202809129	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
79	47999.001197/2014-86	202802779	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
80	47999.001183/2014-62	202804461	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
81	47999.001199/2014-75	202800342	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
82	47999.001195/2014-97	202803112	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
83	47999.001194/2014-42	202803139	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
84	47999.001201/2014-14	202800326	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
85	47999.001207/2014-83	202798925	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
86	47999.001208/2014-28	202798933	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
87	47999.001179/2014-02	202808912	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
88	47999.001203/2014-03	202800245	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
89	47999.001186/2014-04	202804429	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
90	47999.001210/2014-05	202807720	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
91	47999.001193/2014-06	202803384	Penido Construtora e Pavimentadora Ltda	SP
92	46472.003766/2006-94	12021610	Perform Informatica Comercio E Servicos Ltda	SP
93	47999.002133/2012-31	24181943	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
94	47999.002121/2012-14	24181900	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
95	47999.002120/2012-61	24185787	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
96	47999.002117/2012-48	24181838	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
97	47238.000221/2010-48	19800762	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
98	47999.002404/2012-58	24185817	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
99	47999.002126/2012-39	24181986	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
100	47999.002134/2012-85	24181927	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
101	47999.002115/2012-59	24181862	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
102	47999.002122/2012-51	24181897	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
103	47999.002124/2012-40	24181960	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
104	47999.002132/2012-96	24181935	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
105	47999.002129/2012-72	24182001	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
106	47999.002128/2012-28	24185760	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
107	47999.002127/2012-83	24181994	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
108	47999.002131/2012-41	24181951	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
109	47999.002123/2012-03	24181919	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
110	47999.002130/2012-05	24185779	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
111	47999.002114/2012-12	24181854	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
112	47999.002114/2012-12	24181854	Pré Engenharia Construções e Comércio Ltda.	SP
113	46269.001623/2014-63	203541499	Prismatic Vidros Prismaticos de Precisão Ltda.	SP
114	46269.001624/2014-16	203541529	Prismatic Vidros Prismaticos de Precisão Ltda.	SP
115	46265.002763/2011-46	21455201	R C Fragoso Calcados ME	SP
116	46265.002756/2011-44	21455139	Romualdo Giorjao Filho EPP	SP
117	46472.002703/2014-21	203438124	SP Alimentacao e Servicos Ltda	SP
118	46416.000309/2005-31	11894521	Supermercado Watanabe Atibaia Ltda	SP
119	46219.038046/2006-41	12168521	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A	SP
120	46219.015509/2006-04	12156841	Viacao Aerea Sao Paulo S A	SP

Nº	PROCESSO	Notificação de Débito de FGTS	EMPRESA	UF
1	46202.014558/2013-20	200125249	Condomínio Manaura Shopping	AM
2	46202.011268/2013-24	200.105.442	Denys Antonio Abdala Tuma	AM
3	46202.018620/2012-71	200.014.480	E.S.P. Especializada em Segurança Patrimonial Ltda.	AM
4	47747.002757/2012-10	506.610.241	Andrea Carla Filizola	MG
5	47747.002758/2012-64	100.254.667	Andrea Carla Filizola	MG
6	46502.000993/2010-40	100.174.493 - Tret nº 100.278.493	Siderúrgica São Sebastião de Itatiaçu S.A.	MG
7	46302.001014/2011-16	506.486.371	Fundação Roge	SC
8	46258.003367/2013-97	200.155.296	Oliveira Silva Transportes e Prestadora de Serviços Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.001633/2012-21	24225509	Servico de Agua e Esgoto de Rio Branco - Saerb	AC
2	46201.006647/2011-41	17345405	Fundação Hospitalar da Agroindustria do Açúcar e do Álcool de AL	AL
3	46202.033165/2013-15	202299210	Samsung Eletrônica da Amazonas Ltda.	AM
4	46248.001115/2013-42	201118149	Idalina de Oliveira Baptista	MG
5	46653.004378/2013-21	201592614	Fundacao Universidade do Estado de Mato Grosso	MT
6	47533.007825/2014-12	203942663	ALN Locadora de Espacos Esteticos Ltda - ME	PR
7	46215.031023/2013-74	202522440	Companhia Docas do Rio De Janeiro	RJ
8	46230.005058/2013-60	24853755	Escola de Motoristas Sao Goncalo Ltda ME	RJ
9	46215.020750/2013-14	201586380	MMX Porto Sudeste Ltda	RJ
10	46215.020751/2013-51	201586398	MMX Porto Sudeste Ltda	RJ
11	46257.004767/2013-20	201525666	FBS Construcao Civil e Pavimentacao Ltda	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.011862/2013-15	200453921	E. de L. e Lima & Ciaç. Ltda.	AM
2	46213.017465/2009-41	16947754	José Nunes de Oliveira Filho	PE
3	46259.002663/2013-61	200488651	Termo Pira Comércio e Jateamento Ltda.	SP
4	46259.002664/2013-13	200488180	Termo Pira Comércio e Jateamento Ltda.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.007760/2013-13	202378624	Usina Caeté S/A.	AL
2	46202.007037/2009-30	18681484	RH Amazonas Trabalho Temporario Ltda	AM
3	46208.008984/2014-55	203941667	Ademar Ferreira de Sousa O Goiano - EPP	GO
4	46208.015089/2013-14	202370313	Edivar Vilela de Queiroz	GO
5	46208.004244/2014-40	203236190	Fabricio Francisco Santos - ME	GO
6	46208.012452/2013-31	201996324	Globsteel Engenharia Ltda	GO
7	46208.004131/2014-44	20435991	JJBJ Participações Ltda	GO
8	46208.004133/2014-33	20435983	JJBJ Participações Ltda	GO
9	46208.014336/2013-57	202244750	Luciano Paniago Vilela e Cia	GO
10	46208.011975/2013-61	201915766	Mineração de Calcário Montividiu Ltda	GO
11	46208.003876/2013-13	200606336	Panificadora Sabor da Manhã Ltda. - ME	GO
12	46208.013187/2013-17	202110095	SAS Comércio de Secos e Molhados Ltda	GO
13	46208.005035/2013-32	25059556	TCI - Viver Desenvolvimento Imobiliário S/A	GO
14	46208.004477/2013-61	200580922	WS Usinagem Ltda.	GO
15	46223.001172/2014-91	202804038	Einstein Curso Preparatório para Concurso Ltda	MA
16	46223.003351/2011-10	20092105	V de M Santos- ME	MA
17	47747.004395/2013-82	200790994	Armacoes Aco Forte Ltda	MG
18	46236.000605/2013-61	200566105	Construtora Hengecil Ltda	MG
19	46238.001523/2012-32	24624004	Coopa 10 Cooperativa dos Produtores de Graos de Patrocinio	MG
20	46504.000567/2013-39	200341545	Cozinha Du Chef BR Ltda	MG
21	46247.000700/2012-54	22407480	E F Projetos e Engenharia Ltda	MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22	46247.000701/2012-07	22407499	E F Projetos e Engenharia Ltda	MG
23	46245.001190/2012-52	22337598	Empresa Unida Mansur Filhos Ltda	MG
24	47747.005467/2013-17	200994328	Francisco Solimar Rodrigues da Silva - EPP	MG
25	47747.002194/2013-41	200380621	Lyon Engenharia Comercial S/A	MG
26	46504.002460/2010-82	24035440	Maria Lúcia da Silva	MG
27	46242.000914/2013-51	22326456	Pedro Umberto Carneiro	MG
28	46242.001015/2013-76	200853597	Polyvin Plast e Derivados Ltda	MG
29	46237.000825/2013-84	200428004	Soma Transportes & Logistica Ltda	MG
30	46551.000754/2013-57	201109166	Supermercado Tatao de Joao Pinheiro Ltda - EPP	MG
31	47747.004634/2013-02	200830589	Tecno Engenharia e Empreendimentos Ltda	MG
32	46300.002390/2014-82	203610041	Agroindustrial Sao Francisco Ltda	MS
33	46312.003222/2014-75	203742541	Laticinio Vale do Pardo Ltda	MS
34	46653.002924/2013-90	22708405	Bruno Rado Neto	MT
35	46653.001244/2012-78	22699392	Consórcio Santa Bárbara - Mendes Júnior	MT
36	46653.000801/2014-03	202941159	Maxam Nitrovale Indústria Química Ltda	MT
37	46653.004380/2013-09	201592886	Segundo Servico Notarial e Registral da Comarca de Cace	MT
38	46653.004194/2013-61	201547406	Senai - Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	MT
39	46653.004329/2013-99	201593882	Tres Irmaos Engenharia Ltda	MT
40	46653.003847/2013-95	22692932	Victor Augusto Soares de Souza	MT
41	46306.000936/2013-20	200517805	Vivenda dos Ipês Incorporação de Imóveis Ltda	MT
42	46222.006229/2014-58	204024854	Hirley Medeiros Alves	PA
43	46916.000413/2014-86	204294771	Suata Serviços Unificados de Armazenagem Terminal Alfan	PE
44	47533.006693/2014-01	203591011	Madeireira Stinglin & Stinglin Ltda - Me	PR
45	46215.011342/2014-44	200226754	Consorcio Techint - Andrade Gutierrez (Te-Ag)	RJ
46	46215.478494/2009-66	19402503	Cooperativa Agroindustrial do Estado do RJ - Coagro	RJ
47	46215.478495/2009-19	19997019	Cooperativa Agroindustrial do Estado do RJ - Coagro	RJ
48	46666.003326/2007-41	15067432	Parkgraf Editora Ltda	RJ
49	46313.001122/2014-02	203352807	Posto de Gasolina Via Light D'Iguacu Ltda	RJ
50	46218.001957/2015-13	205760767	Centermastersul - Distribuidora de Alimentos Ltda.	RS
51	46218.016236/2013-46	201805677	Dia Brasil Sociedade Limitada	RS
52	46218.016444/2013-45	201907496	L L - Levandowski & Ludwig Ltda - EPP	RS
53	46220.000929/2012-97	20839480	Fundacao Cultural de Seara	SC
54	46220.000930/2012-11	20839499	Fundacao Municipal de Esportes de Seara	SC
55	46220.000367/2012-81	20839464	Fundo Municipal de Saude de Angelina	SC
56	46265.003314/2014-68	205089691	Beto Facas Industria e Comercio Ltda - EPP	SP
57	46472.000004/2012-84	21789215	Dab Distribuidores Automaticos do Brasil Ltda	SP
58	46397.000094/2013-34	200478338	Godoy & Tabaco Artefatos de Cimento Ltda ME	SP
59	46427.000903/2012-22	23895560	Jesus Vicente Castelano Junior	SP
60	46427.000904/2012-77	23895616	Jesus Vicente Castelano Junior	SP
61	46253.000372/2013-98	200132938	Liliantex Comercio de Enxovais e Confeccoes Ltda	SP
62	46265.003520/2014-78	205213693	Metalgon Galvanoplastia Industria e Comercio Ltda	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.006099/2012-30	17360170	Sococo S.A. Indústrias Alimentícias	AL
2	46551.001956/2012-35	25377833	Dimas Peres de Quinta	MG
3	46551.001957/2012-80	25377825	Dimas Peres de Quinta	MG
4	46551.001958/2012-24	25377818	Dimas Peres de Quinta	MG
5	46551.001959/2012-79	25377809	Dimas Peres de Quinta	MG
6	46551.001960/2012-01	25377795	Dimas Peres de Quinta	MG
7	46551.001961/2012-48	25377787	Dimas Peres de Quinta	MG
8	46551.001962/2012-92	25377868	Dimas Peres de Quinta	MG
9	46551.001963/2012-37	25377701	Dimas Peres de Quinta	MG
10	46551.001964/2012-81	25377710	Dimas Peres de Quinta	MG
11	46551.001965/2012-26	25377698	Dimas Peres de Quinta	MG
12	46551.001967/2012-15	253777647	Dimas Peres de Quinta	MG
13	46551.001968/2012-60	25377655	Dimas Peres de Quinta	MG
14	46551.001970/2012-39	25377663	Dimas Peres de Quinta	MG
15	46502.000314/2013-85	200562681	Fiat Automóveis S/A	MG
16	46302.000032/2014-15	202600866	TJM Estamparia de Metais Ltda.	MG
17	46302.000033/2014-60	202600882	TJM Estamparia de Metais Ltda.	MG
18	46302.000034/2014-12	202600891	TJM Estamparia de Metais Ltda.	MG
19	46302.000035/2014-59	202600904	TJM Estamparia de Metais Ltda.	MG
20	46302.000036/2014-01	202600921	TJM Estamparia de Metais Ltda.	MG
21	46313.000924/2014-97	203213489	Auto Posto de Serviços Via Dutra 1 Ltda.	RJ
22	46219.022881/2013-98	201817195	Civilterra Engenharia e Terraplenagem Ltda	SP

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46248.001126/2012-41	22533044	Aneilton Gabriel Sobrinho	MG
2	46237.000474/2013-10	200230557	Conceito Construtora Eireli - EPP	MG
3	46502.000984/2010-59	22129383	Siderúrgica São Sebastião de Itatiaiuçu S.A.	MG
4	46502.000985/2010-01	22129405	Siderúrgica São Sebastião de Itatiaiuçu S.A.	MG
5	46502.000986/2010-48	22129391	Siderúrgica São Sebastião de Itatiaiuçu S.A.	MG
6	47747.003369/2013-37	200610163	Vex Engenharia Ltda	MG
7	46306.001058/2014-41	203998898	Brink's Segurança e Transportes de Valores Ltda.	MT
8	47533.000494/2014-81	202670902	Frammos Solutions Ltda	PR
9	47533.001964/2014-24	202716279	Transchons Transporte Ltda - ME	PR
10	46217.007160/2014-59	204252865	Nemo Pescados e Frutos do Mar Ltda.	RN
11	46272.002425/2014-68	203819004	Supermercado RMS Ltda. - EPP	RS
12	46260.003492/2013-58	201093146	Mercosul Refratarios Ltda.	SP
13	46260.002810/2012-82	23878100	Vip Moto Parts Ltda	SP

3) Nulidade

3.1 Pela nulidade do autos de infração ou da notificação de débito, determinando o arquivamento.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46473.000700/2013-61	23812400	Subprefeitura M'Boi Mirim	SP
2	46473.000701/2013-14	23812419	Subprefeitura M'Boi Mirim	SP
3	46473.000702/2013-51	23812427	Subprefeitura M'Boi Mirim	SP
4	46473.000703/2013-03	23812473	Subprefeitura M'Boi Mirim	SP
Nº	PROCESSO	Notificação de Débito de FGTS	EMPRESA	UF
1	46473.000704/2013-40	200.049.950	Subprefeitura M'Boi Mirim	SP

4) Pelo arquivamento em razão de:

4.1 Pela incidência de prescrição com amparo no art. 50, § 1º da Lei 9784/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46215.041812/2007-75	15034411	Globo Comunicação e Participações S.A.	RJ
2	46221.000599/2005-09	6995764	Sushi Mori Restaurante Ltda.	SE
3	47999.007903/2012-31	24670006	Karps & Schettini Comércio de Artigos Esportivos e Academia de Danças Ltda.	SP

FELIPE POVOA ARAÚJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

No despacho da Coordenador-Geral de Recursos, publicado às fls. 74 da Seção I do DOU de 28/04/2017, onde se lê:
3.1 Pela incidência de prescrição com amparo no art. 50, § 1º da Lei 9784/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
3	46267.000716/2007-61	13563688	Wagner Martins da Cunha Franca ME	SP

Leia-se:
Pelo conhecimento e provimento do recurso de ofício, afastando a incidência da prescrição

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
3	46267.000716/2007-61	13563688	Wagner Martins da Cunha Franca ME	SP

Ministério do Turismo

SECRETARIA NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO

PORTARIA Nº 15, DE 9 DE MAIO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria/SE/MTur nº 84, de 7 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, até 01 de agosto de 2017, o prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o subitem 3 do item 7 do Manual de Instruções para Celebração e Execução dos Termos de Compromisso do Ministério do Turismo inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, visando à implementação de infraestrutura turística.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE PIRES

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 114, DE 9 DE MAIO DE 2017

Institui a Política de Gestão de Riscos Corporativos da ANAC, o Comitê de Governança, Riscos e Controle e dá outras providências.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 11, inciso IX, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 24, inciso XV, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006,

Considerando as boas práticas internacionais sobre a gestão de riscos corporativos, como a Norma ABNT NBR ISO 31000:2009 e o COSO/ERM;

Considerando o Acórdão TCU nº 240/2015 - Plenário, que recomenda que as Agências Reguladoras de infraestrutura federais adotem medidas com vistas a gerenciar seus riscos institucionais, por meio do desenvolvimento de uma política de gestão de risco;

Considerando a Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 01, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal;

Considerando o Programa de Segurança Operacional Específico - PSOE, que estabelece a política e as diretrizes de segurança operacional da Agência, e o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita - PNAVSEC; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.512511/2017-61, resolve, ad referendum da Diretoria:

Art. 1º Instituir a Política de Gestão de Riscos Corporativos, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, que compreende:

I - os objetivos, conceitos e princípios a serem observados no âmbito da Gestão de Riscos Corporativos;

II - as dimensões dos riscos corporativos da ANAC; e

III - a governança do processo de gestão de riscos corporativos da ANAC.

Parágrafo único. A Política de Gestão de Riscos Corporativos da ANAC deve ser observada por todas as Unidades e colaboradores da ANAC.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS, CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

Art. 2º São objetivos da Gestão de Riscos Corporativos da ANAC:

I - aumentar a probabilidade de consecução dos objetivos institucionais e de cumprimento da missão da Agência;

II - aprimorar a capacidade de atuação da Agência sobre o ambiente da aviação civil por ela regulado e fiscalizado, no âmbito de suas competências definidas na forma da lei;

III - assegurar que os processos de tomada de decisão nos níveis hierárquicos sejam suportados por abordagens sistemáticas de identificação e avaliação de riscos;

IV - agregar valor à Agência e das suas entregas à sociedade por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização;

V - aperfeiçoar a atuação da Agência com base na identificação de oportunidades e de ameaças relacionadas com os riscos aos objetivos da Agência;

VI - aperfeiçoar a eficácia, eficiência e o desempenho operacional;

VII - aprimorar o sistema de controle interno;

VIII - melhorar aprendizagem organizacional; e

IX - prevenir perdas e proteger os valores organizacionais.

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - apetite ao risco: nível de risco que a ANAC está disposta a aceitar na busca de seus objetivos e para agregar valor aos serviços prestados;

II - evento: é um incidente, ocorrência ou mudança em um conjunto específico de circunstâncias que afete a consecução de um objetivo;

III - gerenciamento de riscos: processo para identificar, analisar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar potenciais eventos ou situações capazes de afetar o alcance aos objetivos da organização;

IV - gestor do risco: pessoa com a responsabilidade e a autoridade para gerenciar o risco, conforme metodologia de Gestão de Riscos Corporativos da Agência;

V - impacto: resultado da ocorrência de determinado evento que afete um objetivo organizacional;

VI - incerteza: incapacidade de saber com antecedência a real probabilidade ou impacto de eventos futuros;

VII - nível de risco: magnitude de um risco expressa em termos da combinação dos impactos e de suas probabilidades;

VIII - probabilidade: chance de acontecer determinado evento que afete um objetivo organizacional;

IX - processo de Gestão de Riscos Corporativos: aplicação sistemática de políticas, procedimentos, práticas de gestão, metodologias e ações direcionadas ao gerenciamento de riscos, objetivando apoiar a melhoria contínua organizacional;

X - risco: possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos organizacionais, sendo medido em termos de impacto e de probabilidade;

XI - risco inerente: risco a que os objetivos de uma organização estão expostos sem considerar quaisquer controles e ações gerenciais diversas que possam mitigá-lo;

XII - risco residual: risco a que a organização está exposta após a implementação de controles e ações gerenciais diversas para o tratamento do risco;

XIII - segurança do setor de aviação civil: abrange a segurança operacional (Safety) e a segurança contra atos de interferência ilícita (Security); e

XIV - sistema de controle interno: conjunto de regras, unidades organizacionais, procedimentos, diretrizes, rotinas de sistemas informatizados, métodos, entre outros, estabelecidos com vistas a assegurar que os objetivos organizacionais sejam alcançados, indicando eventuais desvios.

Art. 4º A Gestão de Riscos Corporativos da ANAC observará os seguintes princípios:

I - ser parte integrante dos processos organizacionais;

II - fundamentar-se em uma abordagem sistemática que favoreça sua compreensão e utilização por todos os gestores e colaboradores da Agência;

III - ser sistemática, estruturada e oportuna, além de subordinada ao interesse público;

IV - estabelecer níveis de exposição a riscos adequados, compatíveis com a missão, objetivos estratégicos da ANAC e seu ambiente de atuação;

V - estabelecer controle interno de gestão adequado ao nível de risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à organização;

VI - utilizar a identificação e avaliação de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico;

VII - utilizar a gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais;

VIII - alinhar-se ao Plano Estratégico, a instrumentos normativos, aos projetos e processos da Agência e às demais diretrizes governamentais; e

IX - ser dinâmica e responsiva às mudanças internas ou externas que afetam a capacidade de atuação da Agência, dentro do escopo de suas competências previstas na forma da lei.

Art. 5º São componentes estruturais da gestão de riscos da ANAC: a Política, a metodologia e o processo de Gestão de Riscos Corporativos, o monitoramento, a análise e a melhoria contínua dos componentes estruturais de gestão de riscos.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS CORPORATIVOS DA ANAC

Art. 6º Os riscos corporativos da ANAC possuem as seguintes dimensões:

I - riscos estratégicos: riscos que podem afetar o alcance aos objetivos estratégicos da Agência, podendo envolver os projetos estratégicos e aspectos dos ambientes interno e externo que impactam sua atuação;

II - riscos operacionais: riscos que podem afetar os requisitos de eficiência, eficácia, desempenho, salvaguarda de ativos, informação e conformidade dos processos da Agência; e

III - riscos à segurança do setor de aviação civil: riscos inerentes e sistêmicos do setor de aviação civil e da atuação dos entes regulados que afetem a segurança do transporte, sendo tratados e gerenciados no âmbito das competências de supervisão da segurança pela Agência.

Art. 7º A gestão de riscos à segurança do setor de aviação civil abrange:

I - o gerenciamento de riscos relativos ao desempenho da segurança alcançado pelos entes regulados, visando à identificação dos Provedores de Serviços da Aviação Civil e demais entes do setor que representem riscos intoleráveis para o ambiente operacional sob supervisão da ANAC; e

II - o gerenciamento de riscos sistêmicos relativos à segurança do ambiente operacional da aviação civil, visando à identificação de perigos e condições latentes aos diversos segmentos de regulados e ao sistema de aviação civil.

Parágrafo único. A uniformização e a sistematização da metodologia de gestão dos riscos à segurança do setor de aviação civil serão desenvolvidas no âmbito da implementação do Programa de Segurança Operacional Específico da ANAC (PSOE-ANAC) e do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita - PNAVSEC.

Art. 8º A metodologia de gestão dos riscos corporativos estratégicos e operacionais deverá contemplar o processo de gerenciamento de riscos, os métodos, os artefatos, a definição dos gestores de riscos e de procedimentos, bem como obedecer as seguintes diretrizes:

I - os riscos corporativos operacionais são relacionados à execução de processos de negócio da Agência, os quais deverão ser classificados por níveis de criticidade para o alcance dos objetivos da Agência conforme metodologia definida; e

II - para cada risco operacional identificado será designado um gestor, cujas atribuições estão descritas no art. 13 desta Instrução Normativa; e

III - a revisão dos riscos operacionais deve ser realizada periodicamente em ciclos, conforme critério de criticidade dos processos a ser estabelecido, devendo a duração do ciclo reduzir à medida que aumenta a criticidade do processo.

Parágrafo único. A implementação da metodologia de Gestão de Riscos Corporativos deverá ocorrer de forma gradual, priorizando inicialmente os processos e projetos mais críticos para o alcance dos objetivos estratégicos da ANAC.

CAPÍTULO III

DA GOVERNANÇA

Art. 9º Fica estabelecido o Comitê de Governança, Riscos e Controles com as seguintes competências:

I - supervisionar o processo de Gestão de Riscos Corporativos, propondo ajustes na estrutura de gestão de riscos;

II - estabelecer o apetite ao risco da Agência, bem com os limites de alçada para comunicação e tratamento dos riscos;

III - acompanhar os riscos críticos da Agência;

IV - atuar junto às instâncias competentes pela priorização de meios e recursos em prol do alcance dos objetivos desta política; e

V - aprovar políticas, diretrizes e metodologias para institucionalização da Gestão de Riscos Corporativos e dos controles internos.

Art. 10. Compete à Diretoria:

I - estabelecer, manter, monitorar e aperfeiçoar os controles internos de gestão, sem prejuízo das responsabilidades dos demais gestores e servidores nos seus respectivos âmbitos e escopos de atuação; e

II - exercer o papel de Comitê de Governança, Riscos e Controles.

Art. 11. Compete à Superintendência de Planejamento Institucional - SPI:

I - propor a Política de Gestão de Riscos Corporativos, metodologia e demais mecanismos necessários a sua institucionalização no âmbito da ANAC;

II - propor o apetite ao risco da Agência;

III - coordenar a implementação da Política de Gestão de Riscos Corporativos no âmbito da ANAC;

IV - assegurar apoio metodológico no que tange ao gerenciamento de riscos às partes envolvidas;

V - instituir os meios de consulta e de comunicação com as partes interessadas no processo de Gestão de Riscos Corporativos;

VI - promover a cultura de gestão de riscos no âmbito da Agência;

VII - monitorar a eficiência, eficácia e efetividade do processo de Gestão de Riscos Corporativos da ANAC; e

VIII - secretariar e apoiar a atuação do Comitê de Governança, Riscos e Controles.

Art. 12. São atribuições dos Gestores do Risco:

I - assegurar que o risco seja gerenciado de acordo com o processo de Gestão de Riscos Corporativos da ANAC;

II - monitorar o risco ao longo do tempo, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com processo de Gestão de Riscos Corporativos da ANAC;

III - garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis a todas as partes interessadas;

IV - definir e implementar o plano de ação destinado ao tratamento de riscos sob sua responsabilidade;

V - monitorar a evolução dos níveis dos riscos e a efetividade da ação de mitigação implementada ou da implementação do plano de ação;

VI - iniciar um novo ciclo de gerenciamento de riscos, conforme definido no processo de Gestão de Riscos Corporativos da ANAC; e

VII - consultar e comunicar as partes interessadas no processo de Gestão de Riscos Corporativos, devendo participar das reuniões do Comitê de Governança, Riscos e Controles sempre que solicitado.

Parágrafo único. Exercerá a função de gestor de risco o titular da unidade organizacional responsável pelo processo ou projeto ao qual o risco estiver associado, sendo permitida a delegação a gerentes e gerentes técnicos.

CAPÍTULO V

DOS DISPOSITIVOS FINAIS

Art. 13. O desenvolvimento da Gestão de Riscos Corporativos ocorrerá de forma gradual, priorizando o levantamento e a gestão dos riscos inerentes aos processos mais críticos e respeitando a maturidade institucional da Agência.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 5 DE MAIO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 1580 - Alterar e renova a inscrição do aeródromo público Frank Miloye Milenkovich (SBML), em Marília (SP), no cadastro de aeródromos. Processo nº 60800.234199/2011-45. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria nº 33/DAC, de 10 de março de 1975, publicada no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, de 14 de abril de 1975.

Nº 1581 - Alterar e renova a inscrição do aeródromo público de Flores (SWFN), em Manaus/AM, no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.518299/2016-75. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria DAC n° 817/SIE, de 6 de dezembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 1999, Seção 1, página 46.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 1.344, DE 18 DE ABRIL DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.505351/2017-12, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos práticos de Piloto Privado Avião - PP-A e Instrutor de Voo Avião - INV-A do AEROCLUBE DE FERNANDÓPOLIS, situado na Rodovia João C. Estuqui - Km 01, s/nº, Aeroporto, em Fernandópolis - SP, CEP: 15600-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 1.462, DE 28 DE ABRIL DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, e considerando o que consta dos processos nº 00065.512907/2017-19 e 00065.512908/2017-63, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos teóricos de Piloto Comercial de Avião - PCA/IFR e de Instrutor de Voo de Avião da CRM ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Avenida Otávio Santos, nº 221 - 3º andar - Recreio, em Vitória da Conquista - BA, CEP: 45020-750.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 1.534, DE 4 DE MAIO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.017291/2016-96, resolve:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, o funcionamento da MG ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA ME, situada à Rua Claudina de Carvalho Melo - nº 220, Bairro Cardoso de Melo, em Muriaé - MG, CEP: 36880-000.

Art. 2º Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos práticos de Piloto Privado de Avião - PP-A, Piloto Comercial de Avião - PC-A e Instrutor de Voo de Avião - INV-A da MG ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA ME.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIAS DE 27 DE ABRIL DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, resolve:

Nº 1449 - Autorizar a mudança de endereço da MR TOP FLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL da Praça Ana Amélia nº 09 - 11º Andar (parte), Centro, no Rio de Janeiro - RJ, para a Praça Ana Amélia nº 09 - 8º e 11º (parte) Andares, Centro, no Rio de Janeiro - RJ, CEP 20020-040. Processo nº 00065.500219/2017-14.

Nº 1456 - Suspender cautelarmente a autorização de funcionamento da FRISONFLY Escola de Aviação Civil - Filial Eldorado do Sul, situada na Rodovia BR 290, Km 122, Cx 60, Estrada Santa Maria, Condomínio Granjas Eldorado, em Eldorado do Sul - RS, CEP: 92990-000, até que as inconformidades identificadas no processo sejam sanadas. Processo nº 00065.506286/2017-34.

Nº 1457 - Suspender cautelarmente a autorização de funcionamento e a homologação dos cursos práticos de Piloto Privado Helicóptero - PP-H, Piloto Comercial Helicóptero - PC-H e Instrutor de Voo Helicóptero - INV-H da FRISONFLY Escola de Aviação Civil, situada à Rodovia BR 040, Km 543 e 544, S/N, Galpão 3, Bairro São Sebastião das Águas Claras, em Nova Lima - MG, CEP: 34000-000, até que as inconformidades identificadas no processo sejam sanadas. Processo nº 00065.506286/2017-34.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIAS DE 3 DE MAIO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, resolve:

Nº 1.509 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização de funcionamento da UNIFLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL S/S LTDA, situada à Rua Arujatec, nº 303, Heliponto Cmt. Dantas - Polo Industrial, em Aruja - SP, CEP: 07428-275. Renovar, por 5 (cinco) anos, os cursos práticos de Piloto Privado de Helicóptero - PP-H, Piloto Comercial de Helicóptero - PC-H e Instrutor de Voo Helicóptero - INV-H da UNIFLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL S/S LTDA. Processo nº 00065.514089/2016-16.

Nº 1.532 - Revogar a suspensão cautelar da homologação do curso prático de Piloto Comercial de Helicóptero - PC-H da BARROCO LOPES Escola de Aviação Civil, situada à Rodovia Amaral Peixoto, S/N, Km 165, Bairro Imboassica, em Macaé (RJ), CEP 27923-420. Processos nº 00065.167410/2015-70 e nº 00065.507282/2016-92.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHOS DO GERENTE
Em 8 de maio de 2017

Nº 69 - Processo nº 50302.002375/2015-72. Empresa: Citrosuco Serviços Portuários S.A, CNPJ nº 03.100.114/0001-00. Objeto e Fundamento Legal: por conhecer do recurso interposto, uma vez que tempestivo e quanto ao mérito, dar provimento parcial, transformando a multa pecuniária em advertência, pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXII, do art. 32 da Resolução n° 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

Em 9 de maio de 2017

Nº 70 - Processo nº 50300.013365/2016-63. Penalizada: Administração do Porto de Maceió - APMC/CODERN, CNPJ nº 34.040.345/0003-52. Objeto e Fundamento Legal: por conhecer do recurso interposto, uma vez que tempestivo e quanto ao mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 38.974,34, pelo cometimento da infração capitulada no inciso XVI, do art. 32 da Resolução n° 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

Nº 73 - Processo nº 50300.008453/2016-43. Penalizada: Intercement Brasil S.A., CNPJ nº 62.258.884/0001-36. Objeto e Fundamento Legal: por conhecer do recurso interposto, uma vez que tempestivo e quanto ao mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 27.225,00, pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXI, do art. 32 da Resolução n° 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

UNIDADE REGIONAL DO RECIFE-PE

DESPACHO DO CHEFE
Em 8 de maio de 2017

Nº 6 - Processo nº 50304.000244/2015-31. Empresa Penalizada: Polo Operadores Portuários Ltda., CNPJ nº 08.030.539/0002-86. Objeto e Fundamento Legal: declarar nulo o auto de infração n° 001503-2, bem como o Despacho de Julgamento n° 12/2015/URERE, publicado no DOU, em 03/08/15, e, por consequência, arquivar o processo sem aplicação de qualquer penalidade à empresa fiscalizada, tendo em vista a inaplicabilidade da infração tipificada no art. 32, inciso V da Resolução n° 3.274/14-ANTAQ à referida empresa, conforme estabelece o § 3° do art. 32 da Resolução n° 3.274/14-ANTAQ.

RAFAEL DUARTE FERREIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 272, DE 5 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no que dispõe o Art. 49 e o Art. 78-C da Lei 10.233/2001, e

CONSIDERANDO o que consta no autos do Processo Administrativo nº 50500.171555/2017-29, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Viação Novo Horizonte Ltda. a operar os mercados ARACAJU / SE - CAPIM GROSSO / BA, ARACAJU / SE - IRECE / BA, ARACAJU / SE - JACOBINA / BA, ARACAJU / SE - MORRO DO CHAPEU / BA, ARACAJU / SE - RIACHAO DO JACUIPE / BA, ARACAJU / SE - SERRINHA / BA, BRASILIA / DF - APARECIDA DE GOIANIA / GO, LAGARTO / SE - CAPIM GROSSO / BA, LAGARTO / SE - IRECE / BA, LAGARTO / SE - JACOBINA / BA, LAGARTO / SE - MORRO DO CHAPEU / BA, LAGARTO / SE - RIACHAO DO JACUIPE / BA e LAGARTO / SE - SERRINHA / BA, pelo prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Art. 49 e Art. 78-C da Lei nº 10.233/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 273, DE 5 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no que dispõe o Art. 49 e o Art. 78-C da Lei 10.233/2001, e

CONSIDERANDO o que consta no autos do Processo Administrativo nº 50500.171552/2017-95, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Expresso Maia Ltda. a operar os mercados Caxias/MA - Palmas/TO, Imperatriz/MA - Trindade/GO, Piripiri/PI - Palmas/TO, Fortaleza/CE - Palmas/TO e Sobral/CE - Palmas/TO, pelo prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Art. 49 e Art. 78-C da Lei nº 10.233/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 8 DE MAIO DE 2017

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Nº 097 - Autorizar a implantação de tubulação de gás por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 206+431m e o km 206+633m da Pista Norte, e travessia no km 206+431m, da Pista Norte, da Rodovia BR-116/SP, no Município de Guarulhos/SP, de interesse da empresa COMGAS - Companhia de Gás de São Paulo. - Processo nº 50515.003360/2017-98.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 098 - Autorizar a implantação de Torre Metálica Autoportante para Radiocomunicação na faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, no km 635+000m, na Pista Sul, no Município de São José dos Pinhais/PR, de interesse da Polícia Rodoviária Federal. - Processo nº 50500.164856/2017-04.

Nº 099 - Autorizar a execução de marginal e três acessos às margens da Rodovia BR-101/SC, localizado no km 171+200m, Sentido Sul, no Município de Tijucas/SC, de interesse da empresa Nilo Tozzo Imóveis Ltda. - Processo nº 50545.004620/2017-95.

Nº 100 - Autorizar a readequação de acesso localizado no km 113+450m, sentido Sul, da Rodovia BR-116/PR, no Município de Curitiba/PR, de interesse do Sr. Arnaldo Lopes de Lima. - Processo nº 50515.009965/2017-92.

Nº 101 - Autorizar a readequação de acesso localizado no km 042+600m, sentido Sul, da Rodovia BR-101/SC, no Município de Joinville/SC, de interesse da empresa Rototherm Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. - Processo nº 50545.003897/2017-09.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/355/Legislacao.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 55, DE 5 DE MAIO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT n° 50500.005241/2017-39, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras para implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT relativo à travessia aérea de linha de transmissão de energia elétrica, no km 848+226 m da malha ferroviária concedida à Concessionária Estrada de Ferro Carajás - EFC, pelo terceiro interessado Belo Monte Transmissora de Energia SPE S/A - BMTE, no município de Parauapebas/PA.

Art. 2º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 56, DE 5 DE MAIO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS - SUFER DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.060580/2016-05, resolve:

Art. 1º Autorizar a execução de obras para implantação do Projeto de Interesse Próprio - PIP referente à construção de uma subestação de energia localizada no Pátio Henrique Lage (Ramal de Oficinas) no município de Tubarão/SC, na malha ferroviária concedida à Ferrovia Tereza Cristina - FTC.

Art. 2º O valor empregado na obra não será considerado como Investimento Regulatório.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 57, DE 05 DE MAIO DE 2017.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT n° 50500.025952/2017-20, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as obras para implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT relativo à passagem em nível - PN, no km 338+100 m do trecho Uvaranas - Engenheiro Gutierrez, na malha ferroviária concedida à Concessionária América Latina Logística Malha Sul S.A. - ALLMS, pela 3M Empreendimentos Ltda, no Município de Irati/PR.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 865, DE 9 DE MAIO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 178 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CA nº 26 de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo n.º 50600.021748/2016-21, resolve:

Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, terras e benfeitorias atingidas pelos alargamentos pontuais da faixa de domínio com base no Projeto de Desapropriação - Volume 3D1 da Rodovia BR-304/RN, Trecho: Div. CE/RN - Entr. Br-101 (B) - Natal/RN; Subtrecho: Div. CE/RN - Entr. RN-103; Segmento: Km 82 + 503 - Km 81 + 284; Localização: Km 81 + 536; Código PIAF 14.04.304.RN; SNV: 304BRN0130; Lote 02; aceito por meio do Termo de Aceite Parcial acostado às fls. 24 do processo supracitado, conforme a poligonal formada pelas coordenadas a seguir:

Coordenadas UTM: 9393493.393 703813.093; 9393694,517 703654,350; 9393718,091 703684,218; 9393516,941 703842,933; 9393493.393 703813.093. Sistema de referência UTM Zona 24S Datum Sirgas 2000.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONSTRUÇÃO RODOVIÁRIA

DECISÃO DE 9 DE MAIO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONSTRUÇÃO RODOVIÁRIA DA DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91, do Regimento Interno do DNIT e Inciso I, do art. 5º da Instrução Normativa/DG/DNIT n.º. 04/15, com fulcro no art 10, Inciso I, art 28 e art 35, parágrafo único da Instrução Normativa/DG/DNIT n.º. 04/15; Nota Técnica n.º. 09/2017/CGCONT/DIR/DNIT, de fls. 102 a 105 e art 86 e 87 da Lei 8666/93 e por meio do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 50600.005767/2015-29, resolve, certificar o trânsito em julgado da decisão proferida às fls. 111 a 114 e aplicar em definitivo ao Consórcio DYNATEST/ CONTÉCNICA/PLANSERVI/LENC, formado pelas empresas DYNATEST ENGENHARIA LTDA, empresa Líder, inscrita no CNPJ/MF nº 32.116.154/0001-30, CONTÉCNICA CONSULTORIA TÉCNICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 24.699.100/0001-44, PLANSERVI ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 65.525.404/0001-44 e LENC LABORATÓRIO DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 44.239.135/0001-80, A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA POR INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO TT-329/2010, POR INCORRER EM IRREGULARIDADE NA MONTAGEM DE DOCUMENTOS PARA A LICITAÇÃO - RDC 003/2015. Desta forma, intimo o Consórcio DYNATEST/CONTÉCNICA/PLANSERVI/LENC, da decisão definitiva prolatada e do exaurimento da Instância Administrativa e determino o registro da penalidade de Advertência no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF.

JOSÉ CARLOS DUARTE

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 248ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Aos vinte e cinco dias de abril de dois mil e dezessete às quatorze horas e vinte minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Ducentésima Quadragésima Oitava (248a) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho Eliane Araque dos Santos, os Subprocuradores-Gerais do Trabalho Andréa Isa Rípoli e André Luís Spies e os Procuradores Regionais do Trabalho, Luercy Lino Lopes, Abiael Franco Santos e Júnia Bonfante Raymundo. Registra-se a presença dos Membros Titulares das Subcâmaras de Coordenação e Revisão, Procuradores Regionais do Trabalho José de Lima Ramos Pereira, Márcia Campos Duarte e Débora Monteiro Lopes. Após a deliberação de vários feitos foi suspensa a sessão às dezenove horas e quinze minutos. Reaberta a sessão no dia vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, às dez horas e vinte minutos, deu-se continuidade na deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) ASSUNTOS GERAIS. A) Acompanhamento das Coordenadorias Nacionais Temáticas pelos Membros da CCR. Foi deliberado, por unanimidade, revogar as deliberações anteriores ocorridas na 233ª e 242ª Sessões Ordinárias, tendo em vista que a Câmara de Coordenação e Revisão passará a atuar subdividida em 3 (três) Subcâmaras de Coordenação e Revisão temáticas, de forma que cada Subcâmara fará o devido acompanhamento de sua respectiva área de atuação. B) Ofício nº 43/2017-CONAFRET - posicionamento acerca da interpretação inicial da Lei nº 13.429/2017 quanto aos dispositivos que disciplinam a contratação de serviços. Considerando o encaminhamento à CCR do posicionamento da CONAFRET sobre o tema, foi deliberado, por unanimidade, que a Câmara de Coordenação e Revisão analisará cada caso concreto relativo ao tema criteriosamente, em consonância com a posição da Coordenadoria. A Dra. Abiael Franco Santos consignou seu ponto de vista sobre a questão no sentido de que fosse feito pedido à base para que enviem todas as notícias de fato sobre o tema para análise da CCR. A respeito, ficou deliberado que a Subcâmara de Coordenação e Revisão fará as tratativas a respeito com a CONAFRET, inclusive participará da reunião plenária em que o tema será tratado. C) Férias dos Membros. A Coordenadora solicitou aos Membros da Câmara e Subcâmara que tentem compatibilizar seus períodos de férias e/ou licenças legais de forma a não gerar sobrecarga de trabalho no âmbito das Subcâmaras ou mesmo inviabilizar a distribuição e/ou a realizações das sessões.

2) EDIÇÃO DE ENUNCIADO

Processo NF-002710.2016.10.000/8 - Assunto: Solicitação de Edição de Enunciado - Interessados: Grupo de Trabalho Gênero da Coordigualdade; - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, aprovar enunciado nos seguintes termos: "ENUNCIADO Nº 20 - ASSÉDIO MORAL. ASSÉDIO SEXUAL. SIGILO DOS DADOS DE DENUNCIANTE E TESTEMUNHAS. SALVAGUARDA DA UTILIDADE DA INVESTIGAÇÃO, DO INTERESSE COLETIVO E DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DOS TRABALHADORES. 1) O sigilo de dados de denunciante, testemunhas e diligências pendentes é medida a ser utilizada pelo Membro oficiante sempre que entender necessária à salvaguarda da investigação, do interesse coletivo ou direitos da personalidade dos trabalhadores envolvidos, especialmente nos casos de assédio moral ou de assédio sexual, nos quais a prova é de difícil constituição. 2) Sempre que possível, nos casos que envolvam assédio moral ou assédio sexual, há de se privilegiar a oitiva de ex-empregados da parte investigada como forma de diminuir o receio da parte hipossuficiente vulnerável na relação de trabalho."

Considerando a edição de enunciado na CCR, votaram neste feito, excepcionalmente, todos os 6 Membros da CCR.

3) CONSULTAS

Processo IC-000065.2015.15.005/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, INQUIRIDO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da consulta, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PAJ-008582.2016.02.000/9 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - MPT/PRT2, POLO PASSIVO: JMB PNEUS LTDA, POLO PASSIVO: FLY PNEUS LTDA EPP, POLO PASSIVO: CÍCERA ALVES DA SILVA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da presente consulta, tampouco da remessa da decisão que promove o arquivamento de procedimento de acompanhamento de ação judicial, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000884.2017.15.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: SEARA ALIMENTOS LTDA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da consulta, devendo os autos serem remetidos à Coordenadoria de origem para análise e aplicação das regras de prevenção e distribuição da PTM de Araraquara e da PRT de Campinas, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo PAJ-003035.2014.15.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: NEI MESSIAS VIEIRA, SUSCITADO: BRUNO AUGUSTO AMENT - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 dedeclarar a perda de seu objeto e determinar à Regional de origem que proceda à redistribuição dos autos do PAJ 003035.2014.15.000/2-11 nos termos do que preceitua a Portaria PGT 406/2017, determinando, por fim, que a presente decisão seja enviada ao Exmo. Procurador-Geral do Trabalho, por meio de sua assessoria jurídica, para ciência da controvérsia estabelecida neste conflito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000313.2015.21.000/4 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: AURÉLIO AGOSTINHO VERDADE VIEITO, SUSCITADO: JOSÉ DINIZ DE MORAES - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho José Diniz de Moraes, PRT 21ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005612.2016.01.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), DENUNCIADO: HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Danielle Cramer, PRT 1ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo NF-002284.2016.03.000/0 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIADO: ESTADO DE MINAS GERAIS (ADVOCACIA GERAL DO ESTADO) .., DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição Procurador do Trabalho ora suscitado, Dr. Aurélio Agostinho Verdade Vieito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000040.2017.03.008/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITANTE: Antônio Carlos de Oliveira Pereira Procurador do Trabalho, SUSCITADO: FABRÍCIO BORELA PENA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho suscitante, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000042.2017.04.002/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: EVANDRO PAULO BRIZZI, SUSCITANTE: ITABORAY BOCCHI DA SILVA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho suscitante, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000287.2017.17.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITANTE: ANTÔNIO MARCOS FONSECA DE SOUZA, SUSCITADO: SUELI TEIXEIRA BESSA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. Retirado de pauta para ser redistribuído ao Dr. Luercy Lino Lopes, por prevenção.
5) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA
Processo IC-000393.2011.02.002/2 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: INQUIRIDO: ZARA BRASIL LTDA (GRUPO INDITEX), DENUNCIANTE: MPT - PRT 2.ª REGIÃO - PTM DE OSASCO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, acolher a proposta retificadora de Termo de Ajuste de Conduta, nos exatos termos em que foi submetido a esta Câmara, nos termos do voto do(a) Relator(a).
Processo IC-000167.2011.15.003/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, DENUNCIANTE: IVANA LAIS GENEROSO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o Termo Aditivo encaminhado, nos termos do voto do(a) Relator(a).
6) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS
Processo IC-000848.2012.05.000/5 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: CLUB MED BRASIL S/A, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRAB. EM HOTEIS, TURISMO, HOSPITALIDADE E CONDOMINIOS DOS MUNICIPIOS DE VERA CRUZ, ITAPARICA, NAZARE E SANTO ANTONIO DE JESUS-BAHIA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. André Luís Spies.
Processo IC-003503.2015.04.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, DENUNCIANTE: JACQUELINE SOUZA CORREA SAMPAIO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. André Luís Spies.
Processo NF-000340.2016.12.005/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIADO: SINDLIMP SÃO JOSÉ - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE SÃO JOSÉ E REGIÃO, DENUNCIADO: SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA E EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇAO E DE TRANSPORTE DE VALORES DE LAGES, DENUNCIADO: FEVASC - FEDERAÇÃO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, PRESTADORAS DE SERVIÇO, ASSEIO E CONSERVAÇÃO E DE TRANSPORTE DE VALORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA, DENUNCIADO: SEEAC - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, DENUNCIANTE: SINTACC - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE RIO DO SUL E REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ/SC, DENUNCIADO: SEAC - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, DENUNCIADO: SINDACON - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE CRICIÚMA E REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA, DENUNCIADO: SINDLIMP/BLUMENAU - SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE BLUMENAU E REGIÃO, DENUNCIADO: SINDLIMP/FLORIANÓPOLIS - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO E ASSEIO E CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, DENUNCIADO: SINDASCON - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO, DENUNCIADO: SINDICATO DOS VIGILANTES, EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, PRESTADORAS DE SERVIÇOS E ASSEIO E CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES DE JOAÇABA - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) redator(a) designado, Dr. Luercy Lino Lopes. Vencido o Dr. André Luís Spies.
Processo IC-000329.2008.03.000/5 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MERIDIONAL CARGAS LTDA., DENUNCIANTE: Justiça do Trabalho - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento no que se refere aos temas atinentes à jornada de trabalho, com homologação do arquivamento alusivo ao tema 03.01.04, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-001227.2008.11.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, INQUIRIDO: RRN - RETÍFICA RIO NEGRO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar arquivamento no que se refere aos temas de registro na CTPS e de pagamento de horas extras e não homologar a proposta de arquivamento no que se refere às violações de meio ambiente de trabalho, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-001215.2011.20.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: PETROX COMERCIAL LTDA, DENUNCIANTE: Aroldo Max Andrade Vieira - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000087.2012.02.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO - ACOMPANHA PASTA ESPELHO), INQUIRIDO: ORION TRANSPORTES LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, e , por maioria, solicitar o envio de peças dos autos à CGMPT, vencida neste particular a Dra. Abiael Franco Santos, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000596.2012.07.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: CEARÁ SEGURANÇA DE VALORES LTDA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-001487.2013.03.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: Vara do Trabalho de Sabará, INQUIRIDO: SESTA CONSTRUÇÕES LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000282.2013.14.001/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIANTE: JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO, INQUIRIDO: ACRE COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-002046.2014.10.000/5 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE - SEST, INQUIRIDO: SIGILOSO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. Devolvido o feito após pedido de vistas feito pela Dra. Abaiel Franco Santos, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Vencida a Dra. Abiael Franco Santos.
Processo IC-000281.2014.12.004/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: TRANSPORTES MARY LTDA. ME, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000629.2014.14.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIANTE: FABRÍCIO FERREIRA LIMA, INQUIRIDO: RONDÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA (RONDOQUÍMICA) - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-003240.2014.15.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: CEETEPS CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇAO TECNOLOGICA PAULA SOUZA, INQUIRIDO: ATENTO SÃO PAULO SERV. SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000832.2014.24.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CONSORCIO GUAICURUS, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-001333.2015.01.004/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: JOPAG INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-001092.2015.07.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: LABORATÓRIO BIO ANÁLISE PASCOAL - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar o arquivamento proposto no que se refere aos temas atinentes à jornada de trabalho e homologar o arquivamento no que concerne aos demais temas investigados, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo IC-003184.2015.09.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE PARANAGUÁ, DENUNCIANTE: JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE PARANAGUÁ - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento, devendo os autos retornarem à origem para as providências pertinentes à regularização do meio ambiente dos trabalhadores vinculados ao sindicato inquirido, com necessário direcionamento da investigação à tomadora dos serviços prestados pela trabalhadora acidentada, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000279.2015.12.005/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, INQUIRIDO: TRANSPORTES MARINEL LTDA. EPP - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-001296.2015.20.000/6 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE - FHS, DENUNCIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-001921.2016.01.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: ESCRITORIO JURIDICO ELÍSIO DE SOUZA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000419.2016.01.005/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE ARARUAMA, DENUNCIADO: ACI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-005187.2016.02.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), INQUIRIDO: INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (ESCOLA ADVENTISTA THIAGO WHITE) - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000917.2016.02.002/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, DENUNCIADO: PICOLLI CURSOS - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000939.2016.02.002/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, DENUNCIADO: JR PAINÉIS COMUNICAÇÃO VISUAL E TOLDOS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000958.2016.02.002/8 - Assunto: 2.CONAETE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, DENUNCIADO: HEINZ BRASIL SA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000993.2016.02.002/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, DENUNCIADO: PANIFICADORA BELA SANTO EDUARDO EIRELI - E.P.P. - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar parcialmente a promoção de arquivamento no que se refere aos temas duração do trabalho e anotação/controle de jornada, e não homologar o arquivamento quanto ao tema relacionado ao meio ambiente de trabalho (funcionário trancado na empresa no período noturno), nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-003217.2016.03.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, INVESTIGADO: SERSAN COMUNICAÇÃO LTDA, INVESTIGADO: BRUNO AMBAR NAYA, INVESTIGADO: NARLEY FERREIRA PINTO - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-003537.2016.03.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIADO: CONSTRUTORA MELLO DE AZEVEDO S/A, DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento no que se refere aos temas de atribuição do INSS (LTCAT e PPP) e não homologar a proposta de arquivamento no que se refere elaboração e implementação do PPRA, nos termos do voto do(a) relator(a).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo PP-000393.2016.03.010/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: FUNDICAO SIDERAL LTDA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000525.2016.04.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO POSTAIS, TELEGRÁFICAS E SIMILARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, INQUIRIDO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-002154.2016.04.000/3 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: COMPANHIA CARRIS PORTOALEGRENSE, DENUNCIANTE: LUIZ EDUARDO SIRANGELO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-005009.2016.04.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: SIGILOSO, DENUNCIADO: SABOR DA QUERENCIA RESTAURANTE E LANCHERIA LTDA - EPP - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000008.2016.04.006/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE CAXIAS DO SUL, INQUIRIDO: E.S.B. ELABORADORA DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DO BRASIL LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-001941.2016.05.000/2 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INVESTIGADO: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES HABILITY LTDA ME - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-002700.2016.05.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: DENUNCIANTE SIGILOSO, DENUNCIADO: CONTAX MOBITEL SA - FILIAL COMÉRCIO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-001897.2016.06.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-000427.2016.08.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: ANÔNIMO, INVESTIGADO: BRACOM ESTACIONAMENTOS LTDA - EPP - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o presente julgamento em diligência, determinando o retorno dos autos à origem para que verifique, in locu, ou determine seja verificado, o saneamento das irregularidades noticiadas, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-002913.2016.09.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: ARCELORMITTAL GONVARRI BRASIL PRODUTOS SIDERÚRGICOS S/A, DENUNCIANTE: JUÍZO DA 02ª VARA DO TRABALHO DE ARAUCÁRIA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-003093.2016.09.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, DENUNCIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-001447.2016.10.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: BOATE VEGAS - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000079.2016.12.004/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, INQUIRIDO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FUNIARP - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-000459.2016.14.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: GAVIAO TINTAS LTDA - EPP, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a proposta de arquivamento no que se refere ao tema do desvio de função e não homologar a proposta de arquivamento no que se refere aos temas de meio ambiente e assédio moral, nos termos do voto do(a) relator(a). Ressalva de fundamentação apresentada pelo Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo NF-000530.2016.15.003/5 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPINAS, DENUNCIANTE: ANGELA APARECIDA SANTANA KOCK - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000569.2016.15.003/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: CERÂMICA ATLAS LTDA, DENUNCIANTE: ANÔNIMO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-000279.2016.15.006/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: PROTEGIDO PELO SIGILO, INVESTIGADO: SINTRA BARRA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000289.2016.18.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: ESTADO DE GOIÁS (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000987.2016.23.000/4 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: VIA NOVA TRANSPORTES E COLETIVOS LTDA - ME - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-000819.2016.24.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: SERRANA COLCHOES LTDA - ME - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade,homologar parcialmente a promoção de arquivamento no que se refere ao tema vale transporte, e não homologar o arquivamento quanto aos temas relacionados à jornada de trabalho (jornada excessiva, supressão de intervalos, trabalho em feriados e não concessão de descanso semanal remunerado), nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000159.2017.01.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), DENUNCIADO: CONSULCON CONSULTORIA E CONTABILIDADE EIRELI - ME - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000114.2017.02.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: SGS DO BRASIL LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000041.2017.02.002/2 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, DENUNCIADO: NOVO GESSO ROCHDALLE - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar parcialmente a promoção de indeferimento no que se refere aos temas registro e descontos, e não homologar o indeferimento quanto aos temas jornada excessiva, intervalo intrajornada, fornecimento de alimentação de má qualidade e trabalho infantil, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000029.2017.09.008/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIANTE: STIMLACA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE MASSAS, LATICÍNIOS, CARNES, DERIVADOS E ALIMENTAÇÃO DE PONTA GROSSA E REGIÃO, DENUNCIADO: BRF - BRASIL FOODS S/A - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000128.2017.15.003/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIADO: A.W. FABER CASTELL S.A., DENUNCIANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-000358.2017.20.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO, INQUIRIDO: VLT - VIEIRA LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA. - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

7) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS
Processo IC-002648.2015.01.000/1 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RJ - SINPOSPETRO-RJ, INQUIRIDO: POSTO DE ABASTECIMENTO RJ NORTE LTDA EPP - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-006731.2015.02.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: ANHEMBI AGRO INDUSTRIAL LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-007340.2015.02.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: SÃO PAULO TRANSPORTE SA (SPTRANS), DENUNCIANTE: ARMANDO ÊNIO LONA FILHO, DENUNCIANTE: SIDNEI FRANCO, DENUNCIANTE: AFONSO CELSO GOMES, DENUNCIANTE: FAUSTO LINCOLN MORAES SANTOS, DENUNCIANTE: PAULO ROBERTO NASCIMENTO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-002856.2015.04.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe parcial provimento para homologar o arquivamento referente ao tema do meio ambiente de trabalho e não homologar o arquivamento no tocante ao tema da dispensa discriminatória, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-002875.2015.09.000/6 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: SOFTVÍDEO SOM IMAGEM LTDA., DENUNCIANTE: SINDCINE - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA CINEMATOGRAFICA E AUDIOVISUAL DOS ESTADOS DE SAO PAULO, PR, SC, RS, MT, MS, GO, TO, DF - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-001512.2015.13.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: SINDMAE/PB, INQUIRIDO: GILOG GESTAO DE ARMAZENAGEM LTDA - EPP - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-003173.2015.15.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: NOSSA DRUGSTORE ONE LTDA, INQUIRIDO: NOSSA DRUGSTORE TWO LTDA - EPP, INQUIRIDO: NOSSA DRUGSTORE THREE LTDA. EPP, INQUIRIDO: PHARMA HELP - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, INQUIRIDO: NOSSA DRUGSTORE FIVE COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, INQUIRIDO: NOSSA DRUGSTORE SIX LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe parcial provimento, determinando que a investigação prossiga no sentido de apurar se a Drogaria Visconde é controlada por sócio oculto que visa fraudar o pagamento de verbas trabalhistas, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-002483.2016.01.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), DENUNCIADO: ACMA ASSESSORIA E SERVICOS MEDICOS LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, por razão diversa da apresentada pela origem, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-004081.2016.01.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000284.2016.01.007/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: HOME BREAD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-002438.2016.02.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO E REGIÃO (SINTHORESP), INVESTIGADO: ARCOS DOURADOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (MC DONALD'S) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo NF-002533.2016.02.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO PAULO, MOGI DAS CRUZES - SP (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO, MOGI DAS CRUZES E REGIÃO), DENUNCIADO: AGCO DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA (VALTRA) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-008249.2016.02.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: MARLON STANKOWICH ME - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-009021.2016.02.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIADO: SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, COMBATE ÀS ENDEMIAS, PROTEÇÃO SOCIAL, PROMOÇÃO AMBIENTAL E ACOMPANHANTES COMUNITÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDICOMUNITÁRIO, DENUNCIANTE: MIRIAM BUGLIO, DENUNCIANTE: DOMINGOS SAVIO DE OLIVEIRA, DENUNCIANTE: VALMIR APARECIDO SILVEIRA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000203.2016.02.001/1 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA, DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000181.2016.02.005/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: UMICORE BRASIL LTDA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002765.2016.03.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INQUIRIDO: GUILHERME PASSOS MONTEIRO REPOLES E CIA LTDA - ME - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003450.2016.03.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM SÃO PAULO - PRT 2ª REGIÃO, DENUNCIADO: NEOPPORT APOIOS E LENÇOIS DE BORRACHA LTDA - EPP - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000393.2016.03.002/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIADO: ARCELORMITTAL BRASIL S/A (Antiga BELGO SIDERURGIA S/A) , DENUNCIANTE: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO - GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM JUIZ DE FORA-MG - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003834.2016.04.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT, DENUNCIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004679.2016.04.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: SIGILOSO, DENUNCIADO: DRYERATION - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PROJETOS LTDA. - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000439.2016.04.001/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INSDUSTRIAS ARTEFATOS COURO RGS, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000582.2016.05.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: K. M. SERVIÇOS GERAIS LTDA, DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001777.2016.05.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002416.2016.05.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: SINTECONCS - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, MISTOS, TRABALHADORES EM ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS, CONDOMÍNIOS DE SHOPPING CENTERS E CENTROS EMPRESARIAIS DA CIDADE DO SALVADOR, DENUNCIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART- HOTÉIS, RESIDENCE-HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DA CIDADE DO SALVADOR - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002560.2016.05.000/9 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: Investigado: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA, DENUNCIANTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, Investigado: NORDESTE QUIMICA S/A NORQUISA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. Retirado de pauta a pedido do Relator.

Processo NF-000545.2016.05.006/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, DENUNCIANTE: SIGILOSO., DENUNCIADO: VIA ENGENHARIA S/A - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento parcial de forma a afastar o arquivamento liminar proposto pela origem, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002512.2016.09.000/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: POSTO O CUPIM - PARANAGUÁ LTDA, DENUNCIANTE: EDSON PIRES JUNIOR - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002863.2016.09.000/0 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO PARANA , DENUNCIANTE: FABIANA MARQUES SIMONI - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003522.2016.09.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL, DENUNCIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004146.2016.09.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: E. A. C. FLORESTAL S/A, DENUNCIANTE: SOMPAR - SINDICATO DOS OFICIAIS MARCENEIROS E TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS E DE MÓVEIS DE MADEIRA, MÓVEIS DE JUNCO E VIME, VASSOURAS, ESCOVAS E PINCÉIS CORTINADOS E ESTOFOS DO ESTADO DO PARANÁ - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001181.2016.10.000/6 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PRT 10ª REGIÃO (DRA. MARICI COELHO DE BARROS PEREIRA), INVESTIGADO: MARSSAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, INVESTIGADO: LENIR MARÇAL PORT - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001823.2016.10.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/DF, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, conceder-lhe provimento parcial para que seja processado o tema relativo ao assédio moral, com determinação de retorno dos autos à origem para as providências pertinentes à continuidade da investigação, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001849.2016.10.000/5 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: HOSPITAL SARAH BRASÍLIA - ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - REDE SARAH DE HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO, DENUNCIANTE: SINDISARAH - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000907.2016.12.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINTTEL-SC - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELEFONIA E OPERAÇÕES DE MESAS TELEFÔNICAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, DENUNCIANTE: DIEGO GIL DE CARVALHO COSTA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000273.2016.12.003/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: A APURAR, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000371.2016.12.003/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIADO: A APURAR, DENUNCIANTE: GUSTAVO BRAGA SENRA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000223.2016.12.004/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIADO: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA, DENUNCIANTE: GUSTAVO BRAGA SENRA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000229.2016.12.004/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIADO: NÃO IDENTIFICADO (A) , DENUNCIANTE: GUSTAVO BRAGA SENRA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000236.2016.12.004/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIADO: NÃO IDENTIFICADO (A) , DENUNCIANTE: GUSTAVO BRAGA SENRA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002310.2016.15.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTACAO DE MERCADORIAS EM GERAL DE SANTA GERTRUDES, INQUIRIDO: TH BUSCHINELLI E CIA. LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000608.2016.15.003/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM ARARAQUARA, DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001482.2016.17.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITORIA , DENUNCIANTE: MARCELO QUIROGA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000603.2016.18.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001821.2016.18.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: TEO EDUCACIONAL LTDA - ME - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002449.2016.20.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES CINCO RODAS LTDA, DENUNCIANTE: SINDAUTOSE - SINDICATO DOS TRABALHADORES E INSTRUTORES EM AUTO ESCOLAS DO ESTADO DE SERGIPE - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002463.2016.20.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES JUSSIMARA LTDA - ME, DENUNCIANTE: SINDAUTOSE - SINDICATO DOS TRABALHADORES E INSTRUTORES EM AUTO ESCOLAS DO ESTADO DE SERGIPE - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000763.2016.24.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: A APURAR, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DE MATO GROSSO DO SUL - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Abiael Franco Santos diverge quanto a fundamentação exclui a associação dos magistrados em razão da OJ 191 SBDI-1/TST.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo NF-000800.2016.24.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIADO: A APURAR, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-001113.2017.01.000/4 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: DENUNCIADO: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, DENUNCIANTE: EDINALDO VILLELA TAVARES - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). O Dr. Luercy Lino Lopes divergiu apenas da fundamentação.
Processo NF-000049.2017.01.007/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: G4S VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000745.2017.02.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: ACW COUVERT E EVENTOS LTDA EPP (ACW BAR E RESTAURANTE) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-001194.2017.02.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DENUNCIANTE: TERCILIA MARIA DIAS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000031.2017.10.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: MAIS SETOR O COMERCIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, DENUNCIADO: MAIS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME , DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000020.2017.12.002/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIADO: NÃO IDENTIFICADO (A) , DENUNCIADO: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000067.2017.12.003/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: SIGILOSO, DENUNCIADO: A APURAR - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Eliane Araque dos Santos.
Processo NF-000073.2017.12.003/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: SIGILOSO, DENUNCIADO: A APURAR - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000125.2017.15.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S/A, DENUNCIANTE: SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000160.2017.15.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: CONDOMÍNIO TERRAS DE SÃO JOSÉ - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000112.2017.19.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: 6ª VT DE MACEIO, DENUNCIADO: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A. - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000023.2017.24.001/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: SINTRAE-SUL - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE MS , DENUNCIADO: ESCOLA MONTEIRO LOBATO LTDA-ME - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

8) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE
Processo NF-006550.2016.02.000/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: CPTM COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS, DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. André Luís Spies.
Processo NF-002567.2002.03.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, DENUNCIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento e determinar o envio de cópia dos autos para a Corregedoria do MPT, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000924.2016.02.002/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, DENUNCIADO: HOTEL RANCHO SILVESTRE LTDA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-002031.2016.18.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: TRANSPORTADORA NUNES FERNANDES LTDA - ME - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

9) REMESSA NÃO CONHECIDA
Processo PROMO-000664.2012.24.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REQUERIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE DE CARGAS E SIMILARES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000057.2017.08.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: VT-BELÉM 07, DENUNCIADO: BRUNA DALLA BARBA EIRELI - ME , DENUNCIADO: GILMAR JOSÉ BONINI - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

10) CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA
Processo IC-002144.2014.02.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PGT OUVIDORIA (DENUNCIANTE SIGILOSO - ACOMPANHA PASTA ESPELHO), INQUIRIDO: AMERICAN FRUIT AGRO COMERCIAL LTDA EPP - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo IC-000896.2013.24.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE DE CARGAS E SIMILARES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o arquivamento proposto em razão da identidade com a investigação conduzida nos autos do IC 866.2013.24.000/8 no que se refere à denúncia de ilegalidades nas cláusulas de convenção coletiva e, com fulcro no artigo 10, § 4°, I da Resolução CNMP n° 23/2007, com a redação conferida pela Resolução CNMP n° 143, de 14/06/2016, converter o presente julgamento em diligência, determinando o retorno dos autos à origem para que adote as providências sugeridas na fundamentação, de modo a confirmar, ou não, a materialidade e extensão das demais ilegalidades objeto de investigação, tal como desta cadas no corpo da fundamentação, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-000151.2014.16.003/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DISQUE-100 - DISQUE DIREITOS HUMANOS DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, INVESTIGADO: LUIZ EUFRÁSIO RIBEIRO FILHO - BACABAL - DISQUE 100 - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000530.2014.24.000/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE DE CARGAS E SIMILARES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, DENUNCIANTE: APARECIDO M. AQUINO E OUTROS - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-002050.2015.01.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: UNIÃO FEDERAL (COMANDO DO EXÉRCITO) COMANDO DA 1 REGIÃO MILITAR, DENUNCIANTE: ANÔNIMO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-000289.2015.03.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO, INQUIRIDO: PORTE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA-EPP - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento e converter em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-001516.2015.15.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: MARIA APARECIDA VIEIRA DE SOUZA ETIQUETAS ME - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência no que concerne ao maquinário interditado, homologando a promoção de arquivamento quanto aos demais temas investigados, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000711.2016.02.002/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 2.CONAETE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, DENUNCIADO: ROBERTO PASSOS FREITAS ME - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento concernente aos temas 09.04 (CTPS e Registro) e 09.14.01 (Alimentação do Trabalhador) e determinar, com fulcro no inciso I do §4° do art. 10 da Res. CSMPT 069/07, a conversão do julgamento em diligência no que toca ao tema 01.01.07 (condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho), nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000050.2017.07.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), DENUNCIADO: FRANCISCO EDILBERTO BARROSO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

11) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES
Processo PP-000318.2004.17.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: REQUERENTE: SINDSERVENOVA - SIND. SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS-V.N.IMIGRANTE, REQUERIDO: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-000024.2006.16.003/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE PAULO RAMOS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo IC-001134.2015.18.000/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-002605.2016.03.000/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000584.2016.03.009/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: ESTADO DE MINAS GERAIS - SECRETARIA DO ESTADO DE DEFESA SOCIAL, DENUNCIANTE: AROALDO PINHEIRO DOS SANTOS - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo PP-003045.2016.15.000/2 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-003878.2016.15.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO, DENUNCIADO: VIAÇAO PRINCESA DOESTE LTDA. - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000782.2016.15.008/1 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: SOB SIGILO, DENUNCIADO: SAO PAULO SECRETARIA DA SAUDE - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000251.2016.21.001/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: Município de Pau dos Ferros, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-001709.2017.02.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: INSTITUTO MEDICINA DE PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE CÉLULAS TRONCO LTDA (CORDVIDA), DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).
Processo NF-000146.2017.03.001/6 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: MUNICIPIO DE UBERLANDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, DENUNCIANTE: ANDREA CARMELITA DOS ANJOS SILVA SANTOS - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por maioria, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Abiael Franco Santos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo NF-000093.2017.03.003/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ/MG Praça Dr. Alberto Rocha n° 100 - Centro CEP 37490-000 , DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000181.2017.05.006/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES, DENUNCIANTE: SIGILOSO. - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - NF-001272.2017.01.000/4, NF-000116.2017.01.002/1, NF-000075.2017.01.003/5, NF-000112.2017.01.005/9, NF-000120.2017.01.005/3, NF-000121.2017.01.005/0, NF-000122.2017.01.005/6, NF-000124.2017.01.005/9, NF-000130.2017.01.005/0, NF-000173.2017.01.006/0 - PRT 2ª Região-SP - NF-000959.2016.02.002/4, NF-001547.2017.02.000/5, NF-000201.2017.02.002/2 - PRT 3ª Região-MG - NF-000891.2016.03.001/5, IC-000344.2016.03.007/2, NF-000269.2017.03.000/7, NF-000145.2017.03.001/0, NF-000260.2017.03.001/0, NF-000192.2017.03.002/8, NF-000024.2017.03.004/4, NF-000048.2017.03.008/7, NF-000052.2017.03.009/3, NF-000017.2017.03.010/2, NF-000072.2017.03.010/5 - PRT 4ª Região-RS - NF-000193.2017.04.000/0, NF-000352.2017.04.000/1, IC-000116.2017.04.007/1, NF-000044.2017.04.008/0 - PRT 5ª Região-BA - IC-000224.2015.05.007/0, NF-000450.2016.05.004/3, NF-000066.2017.05.003/5, NF-000175.2017.05.006/0, NF-000199.2017.05.006/0, NF-000221.2017.05.006/6 - PRT 6ª Região-PE - IC-000644.2017.06.000/9 - PRT 8ª Região-PA - NF-000196.2016.08.001/5, IC-000171.2016.08.002/3 - PRT 9ª Região-PR - PP-000210.2017.09.000/4, NF-000491.2017.09.000/5, NF-001228.2017.09.000/2, NF-000020.2017.09.006/5 - PRT 11ª Região-AM - NF-000128.2017.11.000/0, NF-000233.2017.11.000/4, NF-000244.2017.11.000/8, NF-000044.2017.11.001/0, NF-000057.2017.11.001/0 - PRT 12ª Região-SC - IC-000424.2016.12.001/6, NF-000347.2016.12.003/8 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-004016.2016.15.000/7, IC-000156.2017.15.000/3, NF-000856.2017.15.000/0, NF-000106.2017.15.002/3, NF-000135.2017.15.002/9, NF-000211.2017.15.006/0, NF-000224.2017.15.006/6 - PRT 16ª Região-MA - PP-000022.2006.16.000/1, PP-000022.2006.16.003/2, IC-000147.2011.16.001/5, NF-001200.2016.16.000/6, NF-000090.2016.16.003/0 - PRT 17ª Região-ES - NF-000359.2017.17.000/0, NF-000373.2017.17.000/7, NF-000043.2017.17.001/4, NF-000019.2017.17.003/5 - PRT 18ª Região-GO - NF-002085.2016.18.000/4, NF-000052.2017.18.002/8 - PRT 20ª Região-SE - NF-002324.2016.20.000/8, NF-000367.2017.20.000/0 - PRT 22ª Região-PI - IC-000152.2016.22.001/2, IC-000163.2016.22.001/6 - PRT 23ª Região-MT - NF-000091.2017.23.004/9.

12) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-000386.2004.01.000/5, IC-002020.2006.01.004/5, IC-003294.2008.01.000/3, IC-004640.2008.01.000/7, IC-001108.2010.01.000/2, IC-001442.2010.01.000/7, IC-002171.2010.01.000/7, IC-000124.2010.01.006/0, IC-000417.2011.01.000/4, IC-003298.2011.01.000/5, IC-000064.2011.01.006/3, IC-004787.2012.01.000/0, IC-000267.2012.01.004/0, IC-001373.2013.01.000/0, IC-001733.2013.01.000/3, IC-001808.2013.01.000/9, IC-002101.2013.01.000/8, IC-002552.2013.01.000/4, IC-003156.2013.01.000/5, IC-003598.2013.01.000/0, IC-003681.2013.01.000/3, IC-003886.2013.01.000/5, IC-000459.2013.01.003/4, IC-000571.2013.01.004/7, IC-000411.2013.01.005/6, IC-000422.2013.01.005/0, IC-000485.2013.01.006/3, IC-000536.2013.01.006/1, IC-000560.2014.01.000/2, IC-000855.2014.01.000/1, IC-002367.2014.01.000/5, IC-002383.2014.01.000/6, IC-002751.2014.01.000/5, IC-003598.2014.01.000/2, IC-004219.2014.01.000/3, IC-004544.2014.01.000/7, IC-004724.2014.01.000/9, IC-000134.2014.01.002/5, IC-000056.2014.01.003/5, IC-000168.2014.01.003/3, IC-000223.2014.01.003/0, IC-000248.2014.01.003/7, IC-000054.2014.01.004/2, IC-000266.2014.01.004/0, IC-000394.2014.01.004/7, IC-000029.2014.01.005/6, IC-000322.2014.01.005/4, IC-000459.2014.01.005/9, IC-000469.2014.01.005/6, IC-000065.2014.01.006/1, IC-000581.2015.01.000/6, IC-001697.2015.01.000/0, IC-002046.2015.01.000/7, IC-002777.2015.01.000/2, IC-002795.2015.01.000/4, IC-002994.2015.01.000/3, IC-003218.2015.01.000/1, IC-004342.2015.01.000/3, IC-004372.2015.01.000/2, IC-004539.2015.01.000/0, IC-004740.2015.01.000/1, IC-004984.2015.01.000/3, IC-005010.2015.01.000/0, IC-005054.2015.01.000/7, IC-005209.2015.01.000/7, IC-000031.2015.01.001/2, IC-000433.2015.01.001/5, IC-000059.2015.01.002/9, IC-000009.2015.01.003/9, IC-000018.2015.01.003/0, IC-000077.2015.01.003/2, IC-000093.2015.01.003/0, IC-000323.2015.01.003/1, IC-000460.2015.01.003/0, IC-000511.2015.01.003/8, IC-000890.2015.01.004/5, IC-000352.2015.01.005/9, IC-000450.2015.01.005/4, IC-000467.2015.01.005/6, IC-000053.2015.01.008/6, IC-000079.2015.01.008/6, IC-000108.2015.01.008/7, IC-000344.2016.01.000/2, IC-000875.2016.01.000/1, IC-000949.2016.01.000/3, IC-001278.2016.01.000/5, IC-001338.2016.01.000/7, PP-001413.2016.01.000/4, IC-001670.2016.01.000/0, IC-001732.2016.01.000/3, PP-001801.2016.01.000/6, PP-001875.2016.01.000/2, IC-002001.2016.01.000/6, IC-002078.2016.01.000/9, IC-002126.2016.01.000/3, IC-002221.2016.01.000/3, IC-002295.2016.01.000/0, PP-002368.2016.01.000/4, IC-002526.2016.01.000/2, IC-002994.2016.01.000/5, IC-003095.2016.01.000/3, PP-003390.2016.01.000/8, IC-003550.2016.01.000/7, IC-003624.2016.01.000/7, PP-003891.2016.01.000/0, IC-003919.2016.01.000/0, IC-003956.2016.01.000/9, PP-003963.2016.01.000/9, IC-004397.2016.01.000/4, IC-004453.2016.01.000/4, IC-004454.2016.01.000/0, NF-004460.2016.01.000/4, PP-004577.2016.01.000/6, NF-004600.2016.01.000/0, PP-004648.2016.01.000/0, NF-004856.2016.01.000/0, NF-004874.2016.01.000/1, PP-004882.2016.01.000/7, NF-004935.2016.01.000/9, PP-004992.2016.01.000/0, NF-005273.2016.01.000/0, PP-005363.2016.01.000/1, IC-005373.2016.01.000/8, NF-005424.2016.01.000/9, NF-005872.2016.01.000/9, IC-005877.2016.01.000/6, NF-005972.2016.01.000/6, NF-005996.2016.01.000/0, PP-006186.2016.01.000/4, NF-006307.2016.01.000/3, NF-006330.2016.01.000/4, NF-006393.2016.01.000/9, NF-006413.2016.01.000/5, IC-000291.2016.01.001/2, IC-000451.2016.01.001/0, IC-000480.2016.01.001/5, IC-000038.2016.01.003/0, IC-000059.2016.01.003/4, IC-000081.2016.01.003/0, IC-000135.2016.01.003/8, IC-000162.2016.01.003/0, IC-000166.2016.01.003/6, IC-000177.2016.01.003/0, IC-000213.2016.01.003/9, PP-000328.2016.01.003/6, IC-000355.2016.01.003/9, IC-000367.2016.01.003/9, PP-000433.2016.01.003/0, IC-000481.2016.01.003/3, IC-000724.2016.01.004/4, PP-000743.2016.01.004/2, IC-000770.2016.01.004/5, PP-000884.2016.01.004/6, IC-000112.2016.01.005/6, IC-000040.2016.01.006/6, PP-000147.2016.01.006/0, PP-000229.2016.01.006/7, IC-000451.2016.01.006/4, IC-000828.2016.01.006/0, IC-000226.2016.01.007/9, PP-000048.2016.01.008/8, IC-000474.2017.01.000/5, NF-000497.2017.01.000/9, NF-000037.2017.01.001/3 - PRT 2ª Região-SP - IC-004362.2009.02.000/1, IC-004861.2009.02.000/2, IC-001839.2010.02.000/9, IC-002438.2011.02.000/4, IC-003352.2011.02.000/5, IC-000547.2011.02.001/7, IC-000611.2011.02.002/6, IC-000270.2011.02.003/1, IC-001218.2012.02.000/0, IC-001398.2012.02.000/9, IC-004110.2012.02.000/4, IC-000347.2012.02.001/3, IC-000361.2012.02.001/0, IC-000107.2012.02.003/0, IC-001417.2013.02.000/1, IC-001971.2013.02.000/3, IC-002051.2013.02.000/3, IC-002252.2013.02.000/3, IC-002575.2013.02.000/4, IC-002896.2013.02.000/4, IC-000224.2013.02.003/6, IC-000400.2013.02.003/2, IC-000500.2014.02.000/0, IC-001437.2014.02.000/6, IC-002325.2014.02.000/0, IC-003021.2014.02.000/4, IC-003330.2014.02.000/7, IC-003446.2014.02.000/3, IC-005137.2014.02.000/7, IC-005638.2014.02.000/9, IC-005641.2014.02.000/7, IC-005758.2014.02.000/9, IC-005996.2014.02.000/8, IC-006138.2014.02.000/0, IC-000119.2014.02.001/3, IC-000153.2014.02.001/4, IC-000475.2014.02.001/2, IC-000768.2014.02.001/2, IC-000147.2014.02.002/3, IC-000334.2014.02.002/3, NF-000594.2014.02.002/3, IC-000342.2014.02.003/8, IC-000198.2015.02.000/7, IC-000858.2015.02.000/5, IC-001099.2015.02.000/8, IC-001896.2015.02.000/0, IC-002123.2015.02.000/6, IC-002547.2015.02.000/0, IC-002765.2015.02.000/6, IC-002790.2015.02.000/8, IC-002791.2015.02.000/3, IC-003345.2015.02.000/2, IC-003746.2015.02.000/7, IC-003747.2015.02.000/2, IC-004315.2015.02.000/1, IC-004723.2015.02.000/6, IC-005342.2015.02.000/2, IC-005497.2015.02.000/9, IC-005625.2015.02.000/8, IC-006128.2015.02.000/6, IC-006234.2015.02.000/8, IC-006752.2015.02.000/6, IC-008534.2015.02.000/6, IC-008861.2015.02.000/0, IC-000369.2015.02.001/9, IC-000407.2015.02.001/7, IC-000614.2015.02.001/5, IC-000737.2015.02.001/7, IC-001033.2015.02.001/5, IC-000117.2015.02.002/4, IC-000209.2015.02.002/8, IC-000699.2015.02.002/6, IC-000146.2015.02.003/0, IC-000031.2015.02.004/0, IC-000365.2015.02.004/6, IC-000299.2015.02.005/8, IC-000355.2015.02.005/0, IC-000383.2015.02.005/0, IC-000132.2016.02.000/8, IC-000986.2016.02.000/5, IC-001494.2016.02.000/1, IC-001877.2016.02.000/4, IC-002922.2016.02.000/0, IC-003479.2016.02.000/2, IC-003648.2016.02.000/2, IC-003896.2016.02.000/8, PP-004101.2016.02.000/0, PP-004387.2016.02.000/9, IC-004524.2016.02.000/9, PP-004596.2016.02.000/4, IC-004694.2016.02.000/0, IC-005508.2016.02.000/6, PP-005712.2016.02.000/4, PP-005728.2016.02.000/3, PP-005994.2016.02.000/0, PP-006061.2016.02.000/8, PP-006529.2016.02.000/2, IC-006742.2016.02.000/1, IC-007338.2016.02.000/7, IC-007522.2016.02.000/2, PP-007566.2016.02.000/0, IC-007781.2016.02.000/0, PP-007814.2016.02.000/9, NF-007935.2016.02.000/4, PP-008005.2016.02.000/8, PP-008384.2016.02.000/5, PP-008502.2016.02.000/8, NF-008864.2016.02.000/9, PP-008952.2016.02.000/9, NF-009124.2016.02.000/0, IC-000379.2016.02.001/9, IC-000401.2016.02.001/5, IC-000426.2016.02.001/8, IC-000852.2016.02.001/0, IC-000879.2016.02.001/0, NF-000907.2016.02.001/4, IC-000067.2016.02.002/9, IC-000174.2016.02.002/1, NF-000356.2016.02.002/6, NF-000515.2016.02.002/7, IC-000529.2016.02.002/0, IC-000538.2016.02.002/0, IC-000651.2016.02.002/9, PP-000754.2016.02.002/6, NF-000805.2016.02.002/4, NF-000836.2016.02.002/2, NF-000860.2016.02.002/6, NF-000863.2016.02.002/5, NF-000876.2016.02.002/1, NF-000886.2016.02.002/9, NF-000888.2016.02.002/1, NF-000915.2016.02.002/0, NF-000941.2016.02.002/6, NF-000949.2016.02.002/7, NF-000951.2016.02.002/3, NF-000960.2016.02.002/4, NF-000971.2016.02.002/8, NF-000972.2016.02.002/4, NF-000978.2016.02.002/2, NF-000979.2016.02.002/9, NF-000980.2016.02.002/9, NF-000981.2016.02.002/5, NF-000985.2016.02.002/0, NF-000986.2016.02.002/7, NF-000991.2016.02.002/2, NF-001000.2016.02.002/0, IC-000246.2016.02.003/0, IC-000309.2016.02.003/0, PP-000567.2016.02.003/7, PP-000586.2016.02.003/5, PP-000590.2016.02.003/4, PP-000594.2016.02.003/9, IC-000132.2016.02.004/1, NF-000331.2016.02.004/1, IC-000052.2016.02.005/0, IC-000089.2016.02.005/5, IC-000436.2016.02.005/2, PP-000174.2017.02.000/2, NF-000271.2017.02.000/1, PP-000508.2017.02.000/0, NF-000558.2017.02.000/6, PP-000597.2017.02.000/9, NF-000612.2017.02.000/7, NF-000618.2017.02.000/5, NF-000652.2017.02.000/6, NF-000930.2017.02.000/3, NF-001322.2017.02.000/0, NF-001727.2017.02.000/7, NF-001931.2017.02.000/5, NF-002063.2017.02.000/8, NF-002193.2017.02.000/4, NF-002342.2017.02.000/1, NF-000012.2017.02.002/5, IC-000014.2017.02.002/0, NF-000021.2017.02.002/6, NF-000025.2017.02.002/5, NF-000037.2017.02.002/8, NF-000100.2017.02.002/8, NF-000106.2017.02.002/6, NF-000112.2017.02.002/8, NF-000123.2017.02.002/1, NF-000129.2017.02.002/0, NF-000132.2017.02.002/2, NF-000169.2017.02.002/9, NF-000175.2017.02.002/0, NF-000182.2017.02.002/9, NF-000203.2017.02.002/5, NF-000205.2017.02.002/8, NF-000208.2017.02.002/7, PP-000003.2017.02.003/2, IC-000084.2017.02.005/2 - PRT 3ª Região-MG - IC-001428.2008.03.000/0, IC-000181.2009.03.000/4, IC-000697.2011.03.000/2, IC-001950.2011.03.000/2, IC-002387.2011.03.000/4, IC-000698.2011.03.001/0, IC-001440.2012.03.000/1, IC-000037.2012.03.002/2, IC-000270.2012.03.006/9, IC-002955.2013.03.000/1, IC-003068.2013.03.000/7, IC-003179.2014.03.000/8, IC-003260.2014.03.000/0, IC-003386.2014.03.000/2, IC-003496.2014.03.000/6, IC-000241.2014.03.001/4, IC-000554.2014.03.001/5, IC-000753.2014.03.001/5, IC-000780.2014.03.001/8, IC-000884.2014.03.001/1, IC-000180.2014.03.002/0, IC-000150.2014.03.007/2, IC-000535.2014.03.007/7, IC-000103.2014.03.009/7, IC-000342.2015.03.000/0, IC-000485.2015.03.000/7, IC-001238.2015.03.000/0, IC-002013.2015.03.000/3, IC-002053.2015.03.000/9, IC-003151.2015.03.000/3, IC-003197.2015.03.000/1, IC-003206.2015.03.000/6, IC-004135.2015.03.000/0, IC-000060.2015.03.001/5, IC-000219.2015.03.001/6, IC-000227.2015.03.001/0, IC-000587.2015.03.001/9, IC-000393.2015.03.002/8, IC-000486.2015.03.002/5, IC-000644.2015.03.002/2, IC-000058.2015.03.003/9, IC-000198.2015.03.004/2, IC-000621.2015.03.007/0, IC-000624.2015.03.007/0, IC-000070.2015.03.008/7, IC-000104.2015.03.008/5, IC-000105.2015.03.008/1, IC-000081.2015.03.010/9, IC-000112.2015.03.010/0, IC-000422.2015.03.010/5, IC-000295.2016.03.000/0, IC-000444.2016.03.000/4, IC-001099.2016.03.000/0, IC-001774.2016.03.000/1, IC-002039.2016.03.000/0, IC-002370.2016.03.000/9, IC-002531.2016.03.000/3, PP-003304.2016.03.000/4, PP-003401.2016.03.000/5, IC-003550.2016.03.000/9, IC-003580.2016.03.000/8, IC-003603.2016.03.000/0, IC-003734.2016.03.000/2, NF-003850.2016.03.000/0, PP-003903.2016.03.000/2, IC-003969.2016.03.000/3, NF-004300.2016.03.000/0, IC-000032.2016.03.001/9, IC-000059.2016.03.001/6, IC-000484.2016.03.001/4, IC-000601.2016.03.001/3, IC-000606.2016.03.001/5, IC-000635.2016.03.001/0, PP-000720.2016.03.001/0, NF-000792.2016.03.001/3, NF-000864.2016.03.001/2, IC-000447.2016.03.002/8, IC-000613.2016.03.002/7, IC-000615.2016.03.002/7, IC-000617.2016.03.002/0, IC-000619.2016.03.002/2, IC-000621.2016.03.002/9, IC-000338.2016.03.003/7, IC-000361.2016.03.003/4, IC-000384.2016.03.003/8, IC-000430.2016.03.003/4, PP-000457.2016.03.003/3, IC-000227.2016.03.004/6, IC-000295.2016.03.004/4, IC-000103.2016.03.006/0, IC-000259.2016.03.006/2, IC-000292.2016.03.006/7, IC-000293.2016.03.006/3, IC-000007.2016.03.007/5, IC-000263.2016.03.007/7, IC-000305.2016.03.007/4, IC-000374.2016.03.007/4, IC-000389.2016.03.007/3, IC-000406.2016.03.007/9, NF-000507.2016.03.007/9, NF-000514.2016.03.007/7, NF-000516.2016.03.007/0, NF-000536.2016.03.007/4, IC-000338.2016.03.009/2, PP-000225.2016.03.010/0, PP-000295.2016.03.010/1, PP-000363.2016.03.010/5, NF-000219.2017.03.000/0, NF-000064.2017.03.006/0, NF-000023.2017.03.007/2, NF-000029.2017.03.007/6, NF-000030.2017.03.007/9, NF-000037.2017.03.007/0, NF-000056.2017.03.007/9, NF-000059.2017.03.007/0, NF-000068.2017.03.007/1, NF-000069.2017.03.007/9, NF-000078.2017.03.007/0, NF-000084.2017.03.007/9, PP-000002.2017.03.008/7 - PRT 4ª Região-RS

- IC-000511.2006.04.000/0, IC-000254.2007.04.000/6, IC-000214.2011.04.006/0, IC-001923.2012.04.000/2, IC-000325.2012.04.001/0, IC-000389.2012.04.006/3, IC-000393.2012.04.006/2, IC-000424.2012.04.006/6, IC-000429.2012.04.006/8, IC-000433.2012.04.006/7, IC-000436.2012.04.006/6, IC-000459.2012.04.006/0, IC-000479.2012.04.006/4, IC-000480.2012.04.006/4, IC-000482.2012.04.006/7, IC-000484.2012.04.006/0, IC-000736.2012.04.006/0, IC-000806.2012.04.006/7, IC-000032.2013.04.000/9, IC-000051.2013.04.000/8, IC-000592.2013.04.000/0, IC-000710.2013.04.000/5, IC-001122.2013.04.000/0, IC-001193.2013.04.000/0, IC-001903.2013.04.000/1, IC-000215.2013.04.006/1, IC-000216.2013.04.006/8, IC-000217.2013.04.006/4, IC-000293.2013.04.006/7, IC-000294.2013.04.006/3, IC-000298.2013.04.006/9, IC-000299.2013.04.006/5, IC-000301.2013.04.006/7, IC-000376.2013.04.006/0, IC-000694.2013.04.006/6, IC-000356.2014.04.000/9, IC-000798.2014.04.000/3, IC-001924.2014.04.000/0, IC-002122.2014.04.000/0, PP-002281.2014.04.000/0, IC-002351.2014.04.000/8, IC-002575.2014.04.000/7, IC-002946.2014.04.000/2, IC-003119.2014.04.000/0, IC-003180.2014.04.000/6, IC-003376.2014.04.000/6, IC-003440.2014.04.000/1, IC-003470.2014.04.000/0, IC-000025.2014.04.002/0, IC-000234.2014.04.003/0, IC-000487.2014.04.004/0, IC-000821.2014.04.006/4, IC-000043.2015.04.000/8, IC-000077.2015.04.000/1, IC-000645.2015.04.000/2, IC-000668.2015.04.000/6, IC-000955.2015.04.000/8, IC-001381.2015.04.000/0, IC-001578.2015.04.000/7, IC-001931.2015.04.000/2, IC-002120.2015.04.000/0, IC-002192.2015.04.000/6, IC-002347.2015.04.000/6, IC-002363.2015.04.000/7, IC-003372.2015.04.000/7, IC-003467.2015.04.000/4, IC-003537.2015.04.000/2, IC-003756.2015.04.000/4, IC-003780.2015.04.000/0, IC-003860.2015.04.000/5, IC-000148.2015.04.001/7, IC-000107.2015.04.002/0, IC-000221.2015.04.002/5, IC-000227.2015.04.002/3, PP-000330.2015.04.002/5, IC-000053.2015.04.003/5, IC-000289.2015.04.003/9, IC-000252.2015.04.004/3, IC-000342.2015.04.004/4, IC-000451.2015.04.004/3, IC-000011.2015.04.006/4, IC-000063.2015.04.006/0, IC-000305.2015.04.006/8, IC-000308.2015.04.006/7, IC-000313.2015.04.006/2, IC-000329.2015.04.006/7, IC-000671.2015.04.006/8, IC-000130.2015.04.007/2, IC-000208.2015.04.007/4, IC-000290.2015.04.007/4, IC-000398.2015.04.007/0, IC-000385.2015.04.008/2, IC-000024.2016.04.000/2, IC-000039.2016.04.000/0, IC-000072.2016.04.000/9, IC-000124.2016.04.000/3, PP-000190.2016.04.000/9, IC-000371.2016.04.000/7, IC-000383.2016.04.000/7, IC-000515.2016.04.000/5, IC-000585.2016.04.000/0, IC-000614.2016.04.000/7, IC-000700.2016.04.000/2, IC-000742.2016.04.000/4, IC-000775.2016.04.000/5, IC-000862.2016.04.000/7, IC-000912.2016.04.000/9, IC-001202.2016.04.000/0, PP-001467.2016.04.000/0, IC-001474.2016.04.000/0, IC-001702.2016.04.000/6, IC-001728.2016.04.000/1, IC-001894.2016.04.000/1, IC-002028.2016.04.000/9, PP-002066.2016.04.000/4, IC-002085.2016.04.000/0, IC-002126.2016.04.000/5, IC-002195.2016.04.000/4, IC-002341.2016.04.000/5, IC-002343.2016.04.000/7, PP-002403.2016.04.000/8, IC-002533.2016.04.000/4, IC-002566.2016.04.000/0, IC-002728.2016.04.000/0, IC-002739.2016.04.000/1, IC-002764.2016.04.000/3, IC-002777.2016.04.000/6, IC-002987.2016.04.000/7, IC-003023.2016.04.000/0, PP-003076.2016.04.000/8, IC-003230.2016.04.000/5, IC-003244.2016.04.000/2, PP-003477.2016.04.000/3, PP-003626.2016.04.000/0, IC-003733.2016.04.000/7, PP-003743.2016.04.000/3, IC-003752.2016.04.000/4, PP-003838.2016.04.000/2, IC-003855.2016.04.000/9, IC-003860.2016.04.000/7, NF-003869.2016.04.000/6, PP-003916.2016.04.000/5, PP-003938.2016.04.000/9, PP-004015.2016.04.000/2, PP-004144.2016.04.000/3, NF-004277.2016.04.000/6, NF-004283.2016.04.000/0, PP-004295.2016.04.000/9, IC-004302.2016.04.000/1, PP-004334.2016.04.000/1, IC-004403.2016.04.000/4, NF-004416.2016.04.000/8, PP-004448.2016.04.000/7, IC-004450.2016.04.000/0, PP-004488.2016.04.000/3, PP-004507.2016.04.000/3, NF-004512.2016.04.000/2, NF-004534.2016.04.000/7, PP-004540.2016.04.000/1, NF-004560.2016.04.000/3, NF-004608.2016.04.000/6, NF-004715.2016.04.000/4, NF-004721.2016.04.000/8, IC-004807.2016.04.000/6, IC-004862.2016.04.000/7, NF-004909.2016.04.000/3, PP-004932.2016.04.000/4, NF-004935.2016.04.000/0, NF-005004.2016.04.000/9, IC-000046.2016.04.001/9, IC-000179.2016.04.001/0, IC-000183.2016.04.001/9, IC-000220.2016.04.001/2, IC-000241.2016.04.001/1, IC-000294.2016.04.001/7, PP-000452.2016.04.001/5, IC-000192.2016.04.002/8, IC-000234.2016.04.002/5, PP-000294.2016.04.002/9, PP-000312.2016.04.002/6, IC-000057.2016.04.003/8, IC-000078.2016.04.003/1, IC-000122.2016.04.004/6, IC-000147.2016.04.004/0, IC-000199.2016.04.004/3, IC-000272.2016.04.004/2, IC-000170.2016.04.005/6, IC-000061.2016.04.006/7, IC-000134.2016.04.006/0, IC-000250.2016.04.006/7, IC-000257.2016.04.006/1, IC-000294.2016.04.006/0, IC-000299.2016.04.006/3, PP-000682.2016.04.006/3, IC-000166.2016.04.007/5, IC-000169.2016.04.007/4, IC-000363.2016.04.007/2, IC-000421.2016.04.007/9, IC-000024.2016.04.008/0, IC-000035.2016.04.008/5, IC-000114.2016.04.008/7, IC-000117.2016.04.008/6, IC-000261.2016.04.008/2, IC-000348.2016.04.008/5, IC-000357.2016.04.008/6, IC-000405.2016.04.008/0, IC-000411.2016.04.008/2, IC-000418.2016.04.008/7, IC-000432.2016.04.008/8, NF-000044.2017.04.000/2, NF-000126.2017.04.000/2, NF-000159.2017.04.000/3, NF-000278.2017.04.000/6, NF-000336.2017.04.000/2, NF-000439.2017.04.000/3, NF-000465.2017.04.000/6, NF-000474.2017.04.000/7, NF-000646.2017.04.000/8, NF-000748.2017.04.000/5, NF-000754.2017.04.000/0, NF-000761.2017.04.000/9, IC-000019.2017.04.001/5, PP-000010.2017.04.002/6, PP-000016.2017.04.002/4, NF-000061.2017.04.002/9, NF-000062.2017.04.002/6, NF-000077.2017.04.002/6, NF-000079.2017.04.002/5, NF-000082.2017.04.002/2, NF-000083.2017.04.002/0, NF-000010.2017.04.004/2 - PRT 5ª Região-BA - IC-001125.2010.05.000/2, IC-000089.2011.05.004/3, IC-000042.2011.05.005/1, IC-000120.2011.05.007/6, IC-002344.2012.05.000/6, IC-000008.2012.05.007/2, IC-000152.2013.05.000/0, IC-002102.2013.05.000/7, IC-001133.2014.05.000/5, IC-001693.2014.05.000/0, IC-001768.2014.05.000/5, IC-002451.2014.05.000/7, IC-000049.2014.05.002/8, IC-000187.2014.05.002/8, IC-000115.2014.05.004/6, IC-000329.2014.05.004/5, IC-000490.2014.05.006/9, IC-000135.2014.05.007/3, IC-000236.2015.05.000/4, IC-000436.2015.05.000/0, IC-001021.2015.05.000/2, IC-001899.2015.05.000/9, PP-002050.2015.05.000/4, IC-002403.2015.05.000/8, IC-000168.2015.05.004/4, IC-000057.2015.05.005/0, IC-000081.2015.05.005/1, IC-000014.2015.05.006/8, IC-000085.2016.05.000/5, IC-000586.2016.05.000/8, PP-000692.2016.05.000/8, IC-000957.2016.05.000/5, PP-001670.2016.05.000/4, IC-001756.2016.05.000/1, PP-001878.2016.05.000/2, IC-001942.2016.05.000/8, IC-001989.2016.05.000/1, IC-002050.2016.05.000/6, IC-002206.2016.05.000/1, IC-002454.2016.05.000/7, PP-002691.2016.05.000/0, IC-002798.2016.05.000/6, PP-002904.2016.05.000/1, NF-003128.2016.05.000/6, PP-003140.2016.05.000/5, NF-003230.2016.05.000/6, NF-003249.2016.05.000/1, IC-003255.2016.05.000/6, NF-003291.2016.05.000/0, IC-000193.2016.05.001/4, NF-000303.2016.05.001/5, NF-000343.2016.05.001/4, IC-000155.2016.05.002/9, IC-000014.2016.05.003/6, IC-000037.2016.05.004/6, IC-000046.2016.05.004/2, IC-000185.2016.05.004/2, IC-000388.2016.05.004/3, NF-000421.2016.05.004/8, IC-000114.2016.05.005/6, IC-000114.2016.05.006/7, PP-000658.2016.05.006/2, IC-000125.2016.05.007/1, IC-000035.2017.05.000/8, NF-000063.2017.05.000/8, NF-000157.2017.05.000/2, IC-000170.2017.05.000/2, NF-000183.2017.05.000/9, NF-000203.2017.05.000/9, NF-000252.2017.05.000/9, NF-000348.2017.05.000/8, NF-000504.2017.05.000/0, NF-000520.2017.05.000/9, NF-000543.2017.05.000/2, NF-000559.2017.05.000/8, NF-000596.2017.05.000/8, NF-000606.2017.05.000/0, NF-000638.2017.05.000/5, NF-000643.2017.05.000/0, NF-000732.2017.05.000/5, NF-000736.2017.05.000/0, NF-000017.2017.05.006/7, NF-000006.2017.05.007/9 - PRT 6ª Região-PE - IC-001135.2009.06.000/3, IC-000440.2012.06.002/5, IC-000404.2013.06.000/2, IC-000409.2013.06.000/4, IC-000799.2013.06.000/4, IC-001080.2013.06.000/2, IC-001688.2013.06.000/0, IC-000087.2014.06.000/5, IC-000371.2014.06.000/9, IC-000551.2014.06.000/0, IC-000942.2014.06.000/2, IC-001381.2014.06.000/1, IC-001967.2014.06.000/5, IC-002201.2014.06.000/1, IC-002441.2014.06.000/1, IC-000470.2014.06.002/2, IC-000188.2015.06.000/7, IC-000214.2015.06.000/9, IC-000488.2015.06.000/1, IC-000701.2015.06.000/3, IC-000753.2015.06.000/2, IC-000772.2015.06.000/0, IC-001076.2015.06.000/2, IC-001327.2015.06.000/8, IC-001746.2015.06.000/4, IC-001933.2015.06.000/6, IC-002030.2015.06.000/2, IC-002337.2015.06.000/2, IC-000024.2015.06.002/1, IC-000313.2015.06.002/2, IC-000372.2015.06.002/0, IC-000080.2016.06.000/1, IC-000231.2016.06.000/7, IC-000348.2016.06.000/7, IC-000558.2016.06.000/0, IC-000876.2016.06.000/7, IC-000904.2016.06.000/1, IC-001014.2016.06.000/5, IC-001294.2016.06.000/0, IC-001384.2016.06.000/1, IC-001466.2016.06.000/7, IC-001557.2016.06.000/3, IC-001600.2016.06.000/0, IC-001703.2016.06.000/4, IC-001795.2016.06.000/2, IC-001834.2016.06.000/6, IC-001989.2016.06.000/2, IC-002168.2016.06.000/4, IC-002174.2016.06.000/9, IC-002199.2016.06.000/9, IC-002211.2016.06.000/1, IC-002255.2016.06.000/9, IC-002279.2016.06.000/3, IC-002321.2016.06.000/5, IC-002565.2016.06.000/7, IC-002852.2016.06.000/6, IC-002983.2016.06.000/8, IC-003107.2016.06.000/9, IC-000168.2016.06.001/6, IC-000259.2016.06.001/3, IC-000005.2016.06.002/6, IC-000014.2016.06.002/7, IC-000032.2016.06.002/9, NF-000178.2016.06.002/4, IC-000185.2016.06.002/2, PP-000255.2016.06.002/9, IC-000391.2016.06.002/0, NF-000403.2016.06.002/6, IC-000423.2016.06.002/0, IC-000428.2016.06.002/2, PP-000451.2016.06.002/0, IC-000456.2016.06.002/1, PP-000463.2016.06.002/0, NF-000465.2016.06.002/2, NF-000503.2016.06.002/4, NF-000588.2016.06.002/4, NF-000590.2016.06.002/0, NF-000001.2017.06.002/8, PP-000032.2017.06.002/2, NF-000095.2017.06.002/3, NF-000277.2017.06.002/9 - PRT 7ª Região-CE - IC-000959.2010.07.000/5, IC-000092.2010.07.001/7, IC-000114.2016.04.008/7, IC-000117.2016.04.008/6, IC-000261.2016.04.008/2, IC-000348.2016.04.008/5, IC-000357.2016.04.008/6, IC-000405.2016.04.008/0, IC-000411.2016.04.008/2, IC-000418.2016.04.008/7, IC-000432.2016.04.008/8, NF-000044.2017.04.000/2, NF-000126.2017.04.000/2, NF-000159.2017.04.000/3, NF-000278.2017.04.000/6, NF-000336.2017.04.000/2, NF-000439.2017.04.000/3, NF-000465.2017.04.000/6, NF-000474.2017.04.000/7, NF-000646.2017.04.000/8, NF-000748.2017.04.000/5, NF-000754.2017.04.000/0, NF-000761.2017.04.000/9, IC-000019.2017.04.001/5, PP-000010.2017.04.002/6, PP-000016.2017.04.002/4, NF-000061.2017.04.002/9, NF-000062.2017.04.002/6, NF-000077.2017.04.002/6, NF-000079.2017.04.002/5, NF-000082.2017.04.002/2, NF-000083.2017.04.002/0, NF-000010.2017.04.004/2 - PRT 5ª Região-BA - IC-001125.2010.05.000/2, IC-000089.2011.05.004/3, IC-000042.2011.05.005/1, IC-000120.2011.05.007/6, IC-002344.2012.05.000/6, IC-000008.2012.05.007/2, IC-000152.2013.05.000/0, IC-002102.2013.05.000/7, IC-001133.2014.05.000/5, IC-001693.2014.05.000/0, IC-001768.2014.05.000/5, IC-002451.2014.05.000/7, IC-000049.2014.05.002/8, IC-000187.2014.05.002/8, IC-000115.2014.05.004/6, IC-000329.2014.05.004/5, IC-000490.2014.05.006/9, IC-000135.2014.05.007/3, IC-000236.2015.05.000/4, IC-000436.2015.05.000/0, IC-001021.2015.05.000/2, IC-001899.2015.05.000/9, PP-002050.2015.05.000/4, IC-002403.2015.05.000/8, IC-000168.2015.05.004/4, IC-000057.2015.05.005/0, IC-000081.2015.05.005/1, IC-000014.2015.05.006/8, IC-000085.2016.05.000/5, IC-000586.2016.05.000/8, PP-000692.2016.05.000/8, IC-000957.2016.05.000/5, PP-001670.2016.05.000/4, IC-001756.2016.05.000/1, PP-001878.2016.05.000/2, IC-001942.2016.05.000/8, IC-001989.2016.05.000/1, IC-002050.2016.05.000/6, IC-002206.2016.05.000/1, IC-002454.2016.05.000/7, PP-002691.2016.05.000/0, IC-002798.2016.05.000/6, PP-002904.2016.05.000/1, NF-003128.2016.05.000/6, PP-003140.2016.05.000/5, NF-003230.2016.05.000/6, NF-003249.2016.05.000/1, IC-003255.2016.05.000/6, NF-003291.2016.05.000/0, IC-000193.2016.05.001/4, NF-000303.2016.05.001/5, NF-000343.2016.05.001/4, IC-000155.2016.05.002/9, IC-000014.2016.05.003/6, IC-000037.2016.05.004/6, IC-000046.2016.05.004/2, IC-000185.2016.05.004/2, IC-000388.2016.05.004/3, NF-000421.2016.05.004/8, IC-000114.2016.05.005/6, IC-000114.2016.05.006/7, PP-000658.2016.05.006/2, IC-000125.2016.05.007/1, IC-000035.2017.05.000/8, NF-000063.2017.05.000/8, NF-000157.2017.05.000/2, IC-000170.2017.05.000/2, NF-000183.2017.05.000/9, NF-000203.2017.05.000/9, NF-000252.2017.05.000/9, NF-000348.2017.05.000/8, NF-000504.2017.05.000/0, NF-000520.2017.05.000/9, NF-000543.2017.05.000/2, NF-000559.2017.05.000/8, NF-000596.2017.05.000/8, NF-000606.2017.05.000/0, NF-000638.2017.05.000/5, NF-000643.2017.05.000/0, NF-000732.2017.05.000/5, NF-000736.2017.05.000/0, NF-000017.2017.05.006/7, NF-000006.2017.05.007/9 - PRT 6ª Região-PE - IC-001135.2009.06.000/3, IC-000440.2012.06.002/5, IC-000404.2013.06.000/2, IC-000409.2013.06.000/4, IC-000799.2013.06.000/4, IC-001080.2013.06.000/2, IC-001688.2013.06.000/0, IC-000087.2014.06.000/5, IC-000371.2014.06.000/9, IC-000551.2014.06.000/0, IC-000942.2014.06.000/2, IC-001381.2014.06.000/1, IC-001967.2014.06.000/5, IC-002201.2014.06.000/1, IC-002441.2014.06.000/1, IC-000470.2014.06.002/2, IC-000188.2015.06.000/7, IC-000214.2015.06.000/9, IC-000488.2015.06.000/1, IC-000701.2015.06.000/3, IC-000753.2015.06.000/2, IC-000772.2015.06.000/0, IC-001076.2015.06.000/2, IC-001327.2015.06.000/8, IC-001746.2015.06.000/4, IC-001933.2015.06.000/6, IC-002030.2015.06.000/2, IC-002337.2015.06.000/2, IC-000024.2015.06.002/1, IC-000313.2015.06.002/2, IC-000372.2015.06.002/0, IC-000080.2016.06.000/1, IC-000231.2016.06.000/7, IC-000348.2016.06.000/7, IC-000558.2016.06.000/0, IC-000876.2016.06.000/7, IC-000904.2016.06.000/1, IC-001014.2016.06.000/5, IC-001294.2016.06.000/0, IC-001384.2016.06.000/1, IC-001466.2016.06.000/7, IC-001557.2016.06.000/3, IC-001600.2016.06.000/0, IC-001703.2016.06.000/4, IC-001795.2016.06.000/2, IC-001834.2016.06.000/6, IC-001989.2016.06.000/2, IC-002168.2016.06.000/4, IC-002174.2016.06.000/9, IC-002199.2016.06.000/9, IC-002211.2016.06.000/1, IC-002255.2016.06.000/9, IC-002279.2016.06.000/3, IC-002321.2016.06.000/5, IC-002565.2016.06.000/7, IC-002852.2016.06.000/6, IC-002983.2016.06.000/8, IC-003107.2016.06.000/9, IC-000168.2016.06.001/6, IC-000259.2016.06.001/3, IC-000005.2016.06.002/6, IC-000014.2016.06.002/7, IC-000032.2016.06.002/9, NF-000178.2016.06.002/4, IC-000185.2016.06.002/2, PP-000255.2016.06.002/9, IC-000391.2016.06.002/0, NF-000403.2016.06.002/6, IC-000423.2016.06.002/0, IC-000428.2016.06.002/2, PP-000451.2016.06.002/0, IC-000456.2016.06.002/1, PP-000463.2016.06.002/0, NF-000465.2016.06.002/2, NF-000503.2016.06.002/4, NF-000588.2016.06.002/4, NF-000590.2016.06.002/0, NF-000001.2017.06.002/8, PP-000032.2017.06.002/2, NF-000095.2017.06.002/3, NF-000277.2017.06.002/9 - PRT 7ª Região-CE - IC-000959.2010.07.000/5, IC-000092.2010.07.001/7, IC-000348.2011.07.000/5, IC-000058.2011.07.002/3, IC-000125.2011.07.002/7, IC-000138.2011.07.002/3, IC-000041.2012.07.002/8, IC-000245.2013.07.000/3, IC-000713.2013.07.000/0, IC-000971.2013.07.000/7, IC-001099.2013.07.000/9, IC-001131.2013.07.000/4, IC-001237.2013.07.000/4, IC-000115.2013.07.002/5, IC-000134.2013.07.002/3, IC-000146.2013.07.002/3, IC-000272.2014.07.000/9, IC-000862.2014.07.000/4, IC-000924.2014.07.000/6, IC-000930.2014.07.000/4, IC-000931.2014.07.000/0, IC-001361.2014.07.000/0, IC-001534.2014.07.000/2, IC-001548.2014.07.000/0, IC-001697.2014.07.000/4, IC-001753.2014.07.000/4, IC-001846.2014.07.000/1, IC-000069.2014.07.002/0, IC-000160.2014.07.002/2, IC-000016.2015.07.000/0, IC-000091.2015.07.000/0, IC-000220.2015.07.000/6, IC-000245.2015.07.000/2, IC-000568.2015.07.000/0, IC-000664.2015.07.000/3, IC-000808.2015.07.000/1, IC-000846.2015.07.000/8, IC-000928.2015.07.000/0, IC-000985.2015.07.000/9, IC-001014.2015.07.000/5, IC-001040.2015.07.000/1, IC-001267.2015.07.000/8, IC-000122.2015.07.001/8, IC-000146.2015.07.001/9, IC-000163.2015.07.001/4, IC-000215.2015.07.001/9, IC-000255.2015.07.001/8, IC-000280.2015.07.001/8, IC-000317.2015.07.001/0, IC-000041.2015.07.002/0, IC-000126.2015.07.002/2, IC-000278.2015.07.002/0, IC-000191.2016.07.000/8, PP-000237.2016.07.000/0, IC-000313.2016.07.000/9, PP-000370.2016.07.000/3, PP-000481.2016.07.000/5, IC-000523.2016.07.000/2, IC-000672.2016.07.000/0, PP-000732.2016.07.000/0, PP-000736.2016.07.000/5, PP-000771.2016.07.000/2, PP-001009.2016.07.000/8, PP-001138.2016.07.000/9, PP-001331.2016.07.000/4, PP-001701.2016.07.000/4, PP-001901.2016.07.000/0, PP-002061.2016.07.000/0, NF-002153.2016.07.000/1, NF-002165.2016.07.000/0, PP-002234.2016.07.000/2, PP-002244.2016.07.000/9, PP-002321.2016.07.000/7, NF-002370.2016.07.000/3, PP-002381.2016.07.000/5, PP-002484.2016.07.000/9, IC-000014.2016.07.001/0, IC-000050.2016.07.001/4, IC-000084.2016.07.001/8, IC-000087.2016.07.001/0, IC-000145.2016.07.001/5, PP-000165.2016.07.001/9, PP-000194.2016.07.001/5, PP-000216.2016.07.001/8, PP-000231.2016.07.001/0, PP-000254.2016.07.001/4, PP-000283.2016.07.001/0, PP-000393.2016.07.001/5, PP-000144.2016.07.002/7, NF-000191.2017.07.000/0, NF-000433.2017.07.000/4, NF-000539.2017.07.000/0, PP-000040.2017.07.001/0, NF-000048.2017.07.001/8 - PRT 8ª Região-PA - IC-001581.2012.08.000/2, IC-000545.2012.08.002/6, IC-000022.2013.08.003/7, PP-000902.2014.08.000/7, IC-000955.2014.08.000/5, IC-000956.2014.08.000/1, IC-000966.2014.08.000/6, IC-001018.2014.08.000/5, PP-001039.2014.08.000/3, IC-001048.2014.08.000/4, IC-001050.2014.08.000/7, IC-001053.2014.08.000/3, IC-001059.2014.08.000/6, IC-001064.2014.08.000/5, IC-001068.2014.08.000/7, IC-001085.2014.08.000/3, PP-001100.2014.08.000/2, IC-001364.2014.08.000/7, IC-001643.2014.08.000/0, IC-000021.2014.08.002/2, IC-000189.2014.08.002/3, IC-000017.2014.08.003/9, PP-000026.2015.08.000/8, IC-000137.2015.08.000/8, PP-000224.2015.08.000/0, IC-001152.2015.08.000/7, IC-001229.2015.08.000/3, IC-001315.2015.08.000/2, IC-001382.2015.08.000/9, IC-001638.2015.08.000/3, PP-001690.2015.08.000/6, IC-000058.2015.08.001/9, IC-000074.2015.08.001/6, IC-000076.2015.08.001/7, IC-000027.2015.08.002/9, IC-000070.2015.08.002/0, IC-000154.2015.08.002/2, IC-000164.2015.08.002/0, IC-000182.2015.08.002/1, IC-000337.2015.08.002/9, IC-000342.2015.08.002/1, PP-000407.2016.08.000/3, IC-000597.2016.08.000/7, IC-000754.2016.08.000/5, IC-000803.2016.08.000/0, IC-000883.2016.08.000/9, PP-000908.2016.08.000/0, IC-000963.2016.08.000/2, PP-001121.2016.08.000/4, PP-001170.2016.08.000/0, IC-001180.2016.08.000/7, PP-001246.2016.08.000/1, PP-001265.2016.08.000/9, IC-001278.2016.08.000/0, IC-001323.2016.08.000/0, IC-001358.2016.08.000/4, IC-001479.2016.08.000/1, IC-001548.2016.08.000/4, PP-001599.2016.08.000/1, PP-001621.2016.08.000/0, NF-001649.2016.08.000/7, PP-001698.2016.08.000/3, IC-001736.2016.08.000/1, IC-001801.2016.08.000/2, IC-001818.2016.08.000/7, IC-001847.2016.08.000/0, PP-001933.2016.08.000/0, PP-001948.2016.08.000/3, NF-000218.2016.08.001/1, NF-000220.2016.08.001/4, IC-000184.2016.08.002/2, IC-000259.2016.08.002/8, IC-000433.2016.08.002/1, IC-000208.2016.08.003/0, NF-000119.2017.08.000/4, NF-000001.2017.08.001/4 - PRT 9ª Região-PR - IC-001351.2011.09.000/0, IC-002103.2011.09.000/2, IC-000694.2012.09.001/8, IC-000173.2013.09.000/8, IC-000570.2013.09.001/2, IC-000267.2014.09.000/7, IC-002289.2014.09.000/9, IC-000331.2014.09.001/6, IC-000403.2014.09.001/5, IC-000422.2014.09.001/0, IC-000244.2014.09.003/6, IC-000171.2014.09.005/2, IC-000068.2014.09.006/5, IC-000053.2014.09.009/6, IC-000102.2014.09.009/1, IC-000137.2015.09.000/0, IC-001641.2015.09.000/2, IC-001854.2015.09.000/0, IC-002031.2015.09.000/0, IC-002086.2015.09.000/0, IC-002103.2015.09.000/0, IC-002430.2015.09.000/4, IC-002669.2015.09.000/7, IC-002942.2015.09.000/8, IC-003192.2015.09.000/0, IC-003201.2015.09.000/4, IC-003206.2015.09.000/1, IC-000533.2015.09.001/8, IC-000566.2015.09.001/9, IC-000001.2015.09.003/2, IC-

000103.2015.09.003/5, IC-000312.2015.09.003/2, IC-
000382.2015.09.003/3, IC-000113.2015.09.005/4, IC-
000246.2015.09.005/3, IC-000149.2015.09.006/5, IC-
000175.2015.09.006/1, IC-000225.2015.09.006/3, IC-
000261.2016.09.000/4, IC-000324.2016.09.000/2, IC-
000383.2016.09.000/0, IC-000470.2016.09.000/1, IC-
000527.2016.09.000/8, IC-000638.2016.09.000/0, IC-
000675.2016.09.000/0, IC-000678.2016.09.000/9, IC-
000716.2016.09.000/0, IC-001064.2016.09.000/0, IC-
001169.2016.09.000/4, IC-001289.2016.09.000/4, IC-
002032.2016.09.000/8, PP-002229.2016.09.000/4, PP-
002295.2016.09.000/7, PP-002358.2016.09.000/5, PP-
002379.2016.09.000/3, PP-002380.2016.09.000/0, PP-
002466.2016.09.000/8, PP-002953.2016.09.000/1, PP-
002989.2016.09.000/3, PP-003121.2016.09.000/1, PP-
003162.2016.09.000/2, PP-003219.2016.09.000/6, PP-
003497.2016.09.000/0, PP-003537.2016.09.000/0, IC-
003687.2016.09.000/9, NF-003734.2016.09.000/8, PP-
003764.2016.09.000/7, PP-003765.2016.09.000/2, PP-
003818.2016.09.000/4, PP-003895.2016.09.000/9, PP-
003931.2016.09.000/6, PP-003938.2016.09.000/4, NF-
003960.2016.09.000/0, IC-004077.2016.09.000/7, PP-
004079.2016.09.000/8, PP-004158.2016.09.000/7, IC-
004201.2016.09.000/4, PP-004226.2016.09.000/4, IC-
000050.2016.09.001/7, IC-000146.2016.09.001/4, IC-
000180.2016.09.001/5, IC-000192.2016.09.001/5, IC-
000318.2016.09.001/1, IC-000440.2016.09.001/0, IC-
000579.2016.09.001/8, IC-000052.2016.09.003/5, PP-
000061.2016.09.003/6, PP-000271.2016.09.003/4, IC-
000301.2016.09.003/0, PP-000373.2016.09.003/5, PP-
000570.2016.09.003/2, PP-000572.2016.09.003/5, PP-
000603.2016.09.003/9, IC-000037.2016.09.004/2, IC-
000163.2016.09.004/2, IC-000275.2016.09.006/2, IC-
000147.2016.09.007/0, IC-000234.2016.09.007/8, IC-
000306.2016.09.007/7, PP-000320.2016.09.007/3, IC-
000057.2016.09.008/1, IC-000090.2016.09.008/3, IC-
000171.2016.09.008/0, IC-000223.2016.09.008/5, IC-
000234.2016.09.008/9, IC-000286.2016.09.008/8, IC-
000255.2016.09.009/0, PP-000099.2016.09.010/5, NF-
000248.2016.09.010/5, NF-000251.2016.09.010/8, PP-
000015.2017.09.000/2, IC-000030.2017.09.000/2, PP-
000077.2017.09.000/6, PP-000104.2017.09.000/4, NF-
000165.2017.09.000/4, PP-000173.2017.09.000/9, PP-
000195.2017.09.000/6, NF-000315.2017.09.000/4, PP-
000338.2017.09.000/8, NF-000387.2017.09.000/8, NF-
000541.2017.09.000/7, NF-000544.2017.09.000/6, NF-
000624.2017.09.000/0, NF-000710.2017.09.000/5, NF-
000851.2017.09.000/9, IC-000004.2017.09.003/6, NF-
000022.2017.09.006/0, NF-000068.2017.09.007/2, NF-
000043.2017.09.008/7 - PRT 10ª Região-DF - IC-
000025.2012.10.003/3, IC-001130.2013.10.000/3, IC-
000070.2013.10.002/0, IC-000171.2013.10.003/5, IC-
001125.2014.10.000/6, IC-001127.2014.10.000/7, IC-
001613.2014.10.000/5, IC-001644.2014.10.000/0, IC-
001748.2014.10.000/9, IC-002202.2014.10.000/2, IC-
002363.2014.10.000/3, IC-000103.2014.10.002/1, IC-
000249.2014.10.002/7, IC-000073.2015.10.000/8, IC-
000396.2015.10.000/9, IC-000704.2015.10.000/3, IC-
000789.2015.10.000/3, IC-001054.2015.10.000/4, IC-
001777.2015.10.000/4, IC-001781.2015.10.000/8, IC-
002097.2015.10.000/4, IC-002184.2015.10.000/9, IC-
002471.2015.10.000/8, IC-002655.2015.10.000/1, IC-
002685.2015.10.000/0, IC-002712.2015.10.000/7, IC-
002725.2015.10.000/0, IC-002760.2015.10.000/8, IC-
000170.2015.10.001/8, IC-000029.2015.10.002/2, IC-
000053.2015.10.002/3, IC-000237.2015.10.002/0, IC-
000032.2016.10.000/1, PP-000074.2016.10.000/9, IC-
000146.2016.10.000/9, IC-000246.2016.10.000/7, IC-
000350.2016.10.000/4, IC-000356.2016.10.000/2, IC-
000422.2016.10.000/3, PP-000696.2016.10.000/6, IC-
000714.2016.10.000/3, IC-000893.2016.10.000/3, IC-
001131.2016.10.000/4, IC-001253.2016.10.000/5, IC-
001396.2016.10.000/4, IC-001421.2016.10.000/0, IC-
001477.2016.10.000/4, IC-001664.2016.10.000/6, IC-
001697.2016.10.000/1, IC-001836.2016.10.000/2, PP-
001890.2016.10.000/8, IC-001925.2016.10.000/8, PP-
001991.2016.10.000/0, IC-001992.2016.10.000/6, PP-
002045.2016.10.000/3, IC-002209.2016.10.000/4, NF-
002215.2016.10.000/9, IC-002240.2016.10.000/0, NF-
002321.2016.10.000/0, PP-002344.2016.10.000/0, IC-
002377.2016.10.000/5, IC-002469.2016.10.000/7, IC-
002477.2016.10.000/2, PP-002570.2016.10.000/1, IC-
002602.2016.10.000/5, IC-002608.2016.10.000/8, PP-
002634.2016.10.000/5, IC-002707.2016.10.000/0, IC-
000057.2016.10.001/5, IC-000135.2016.10.001/3, PP-
000195.2016.10.001/7, IC-000005.2016.10.002/6, IC-
000034.2016.10.002/8, IC-000044.2016.10.002/6, IC-
000065.2016.10.002/0, PP-000024.2017.10.000/1, NF-
000044.2017.10.000/8, IC-000100.2017.10.000/4, NF-
000273.2017.10.000/2, NF-000285.2017.10.000/2, NF-
000024.2017.10.001/2, NF-000052.2017.10.001/2 - PRT 11ª Região-AM - IC-000466.2012.11.000/8, IC-001588.2012.11.000/4, IC-
000096.2013.11.000/0, IC-000951.2013.11.000/2, IC-
000013.2014.11.000/7, IC-000355.2014.11.000/1, IC-
000577.2014.11.000/5, IC-000805.2014.11.000/6, IC-
000811.2014.11.000/8, IC-001185.2014.11.000/2, IC-
001248.2014.11.000/0, IC-000943.2015.11.000/3, IC-
001324.2015.11.000/5, IC-001432.2015.11.000/8, PP-
001523.2015.11.000/4, IC-000069.2015.11.001/6, IC-
000135.2015.11.001/1, NF-001399.2016.11.000/9 - PRT 12ª Região-SC - IC-000709.2008.12.000/1, IC-000062.2009.12.003/9, IC-
000285.2010.12.001/3, IC-000048.2010.12.004/9, IC-
000137.2011.12.003/0, IC-000385.2012.12.001/7, IC-
000054.2012.12.003/4, IC-001104.2013.12.000/2, IC-
000160.2013.12.002/5, IC-000280.2013.12.002/8, IC-
000191.2013.12.003/1, IC-000122.2013.12.006/1, IC-
000633.2014.12.000/0, IC-001134.2014.12.000/3, PP-
000318.2014.12.002/5, IC-000361.2014.12.002/0, IC-
000189.2014.12.003/2, IC-000250.2014.12.003/7, IC-
000268.2014.12.003/5, IC-000276.2014.12.003/4, IC-
000288.2014.12.003/4, IC-000021.2014.12.004/6, IC-
000046.2014.12.004/9, IC-000279.2014.12.005/6, IC-
000877.2015.12.000/3, IC-001218.2015.12.000/1, IC-
001494.2015.12.000/5, IC-000217.2015.12.001/9, IC-
000342.2015.12.001/7, IC-000388.2015.12.001/4, IC-
000505.2015.12.001/1, IC-000641.2015.12.001/5, IC-
000033.2015.12.002/0, IC-000046.2015.12.002/3, IC-
000331.2015.12.002/1, IC-000008.2015.12.003/3, IC-
000264.2015.12.003/2, IC-000210.2015.12.005/8, IC-
000313.2015.12.005/4, IC-000002.2016.12.000/3, IC-
000035.2016.12.000/7, IC-000042.2016.12.000/3, IC-
000097.2016.12.000/0, IC-000118.2016.12.000/1, IC-
000408.2016.12.000/9, IC-000419.2016.12.000/2, IC-
000432.2016.12.000/2, IC-000523.2016.12.000/0, PP-
000607.2016.12.000/9, PP-000679.2016.12.000/2, PP-
001235.2016.12.000/0, IC-000041.2016.12.001/7, IC-
000007.2016.12.003/0, PP-000148.2016.12.004/6, PP-
000085.2016.12.006/1, NF-000033.2017.12.002/8, NF-
000056.2017.12.002/6, NF-000061.2017.12.002/8 - PRT 13ª Região-PB - IC-010402.2008.13.000/2, IC-010293.2009.13.000/4, IC-
000034.2011.13.000/3, IC-000566.2011.13.000/5, IC-
000258.2012.13.000/9, IC-000657.2012.13.000/5, IC-
000920.2012.13.000/3, IC-001067.2012.13.000/6, IC-
000227.2012.13.001/9, IC-000123.2012.13.002/3, IC-
000421.2013.13.000/1, IC-000785.2013.13.000/5, IC-
000897.2013.13.000/3, IC-001555.2013.13.000/7, IC-
001686.2013.13.000/9, IC-001751.2013.13.000/0, IC-
000046.2013.13.001/4, IC-000058.2013.13.002/8, IC-
000068.2013.13.002/6, IC-000007.2014.13.000/8, IC-
000260.2014.13.000/0, IC-000333.2014.13.000/6, IC-
000470.2014.13.000/4, IC-000874.2014.13.000/2, IC-
001378.2014.13.000/3, IC-001421.2014.13.000/0, IC-
001533.2014.13.000/5, IC-001608.2014.13.000/0, IC-
000088.2014.13.001/5, IC-000218.2014.13.001/3, IC-
000231.2014.13.001/3, IC-000520.2014.13.001/4, IC-
000157.2014.13.002/6, IC-000046.2015.13.000/0, IC-
000447.2015.13.000/0, IC-000512.2015.13.000/4, IC-
000681.2015.13.000/7, IC-000849.2015.13.000/5, IC-
000948.2015.13.000/7, IC-001022.2015.13.000/9, IC-
001120.2015.13.000/5, PP-001129.2015.13.000/4, IC-
001130.2015.13.000/1, PP-001246.2015.13.000/8, PP-
001552.2015.13.000/4, PP-001708.2015.13.000/0, IC-
000545.2015.13.001/3, IC-000032.2015.13.002/5, IC-
000043.2015.13.002/0, IC-000055.2015.13.002/3, IC-
000059.2015.13.002/2, IC-000068.2015.13.002/3, IC-
000072.2015.13.002/8, IC-000111.2015.13.002/1, IC-
000120.2015.13.002/2, IC-000126.2015.13.002/0, IC-
000157.2015.13.002/9, IC-000167.2015.13.002/6, IC-
000171.2015.13.002/5, IC-000225.2015.13.002/2, IC-
000245.2015.13.002/7, IC-000258.2015.13.002/3, IC-
000273.2015.13.002/6, IC-000306.2015.13.002/2, IC-
000443.2015.13.002/0, IC-000242.2016.13.000/4, IC-
000571.2016.13.000/4, PP-001141.2016.13.000/5, IC-
001219.2016.13.000/7, IC-001792.2016.13.000/6, IC-
000035.2016.13.001/0, IC-000079.2016.13.001/1, PP-
000382.2016.13.001/0, PP-000386.2016.13.001/5, IC-
000025.2017.13.001/5 - PRT 14ª Região-RO - IC-
000342.2008.14.000/5, IC-000300.2010.14.000/5, IC-
000593.2012.14.000/1, IC-000763.2012.14.000/6, IC-
000126.2013.14.000/0, IC-000225.2013.14.000/1, IC-
000595.2013.14.000/7, IC-000883.2013.14.000/1, IC-
000892.2013.14.000/2, IC-000075.2014.14.000/6, IC-
000157.2014.14.000/0, IC-000356.2014.14.000/0, IC-
000361.2014.14.000/6, IC-000479.2014.14.000/2, IC-
000489.2014.14.000/0, IC-000504.2014.14.000/8, IC-
000555.2014.14.000/0, IC-000077.2014.14.001/1, IC-
000298.2014.14.001/2, IC-000401.2014.14.002/7, IC-
000012.2015.14.000/9, IC-000127.2015.14.000/1, IC-
000292.2015.14.000/9, IC-000412.2015.14.000/7, IC-
000479.2015.14.000/5, IC-000594.2015.14.000/6, IC-
000852.2015.14.000/9, IC-000877.2015.14.000/5, IC-
000011.2015.14.002/3, IC-000166.2016.14.000/7, IC-
000176.2016.14.000/4, IC-000687.2016.14.000/9, IC-
000696.2016.14.000/0, IC-000755.2016.14.000/2, IC-
000782.2016.14.000/5, NF-000201.2016.14.001/8, IC-
000079.2016.14.002/4 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-
000191.2001.15.002/7, IC-001064.2009.15.000/6, IC-
000268.2011.15.001/3, IC-000860.2012.15.000/6, IC-
000549.2013.15.000/7, IC-002350.2013.15.000/0, IC-
002788.2013.15.000/1, IC-000628.2013.15.001/2, IC-
000019.2013.15.006/0, IC-000903.2014.15.000/5, IC-
001141.2014.15.000/8, IC-001047.2014.15.001/0, IC-
000348.2014.15.002/3, IC-000523.2014.15.002/3, IC-
000577.2014.15.003/3, IC-000242.2014.15.004/3, IC-
000298.2014.15.006/4, IC-000602.2014.15.006/2, IC-
000620.2014.15.006/4, IC-000840.2014.15.006/6, IC-
000404.2015.15.000/3, IC-000773.2015.15.000/2, IC-
001480.2015.15.000/1, IC-001857.2015.15.000/0, IC-
002492.2015.15.000/7, IC-002579.2015.15.000/0, IC-
002830.2015.15.000/7, IC-002956.2015.15.000/0, IC-
003201.2015.15.000/8, IC-003331.2015.15.000/4, IC-
000439.2015.15.001/5, IC-000453.2015.15.001/1, IC-
001056.2015.15.001/3, IC-000329.2015.15.002/8, IC-
000459.2015.15.002/8, PP-000521.2015.15.002/3, IC-
000313.2015.15.003/0, IC-000083.2015.15.005/0, IC-
000446.2015.15.005/6, IC-000474.2015.15.005/5, IC-
000519.2015.15.005/1, IC-000093.2015.15.006/9, IC-
000926.2015.15.006/0, IC-000929.2015.15.006/0, IC-
000386.2015.15.007/3, IC-000602.2015.15.008/2, IC-
000698.2015.15.008/6, IC-000146.2016.15.000/3, IC-
000426.2016.15.000/3, IC-000463.2016.15.000/3, IC-
000475.2016.15.000/3, IC-000667.2016.15.000/5, PP-
000739.2016.15.000/4, IC-001220.2016.15.000/0, IC-
001248.2016.15.000/7, IC-001261.2016.15.000/1, IC-
001266.2016.15.000/9, IC-001313.2016.15.000/8, IC-
001496.2016.15.000/2, IC-001590.2016.15.000/7, IC-
001621.2016.15.000/5, IC-001692.2016.15.000/5, IC-
001730.2016.15.000/3, IC-001843.2016.15.000/3, IC-
001999.2016.15.000/5, IC-002189.2016.15.000/9, IC-
002415.2016.15.000/4, IC-002418.2016.15.000/0, PP-
002425.2016.15.000/0, IC-002556.2016.15.000/2, IC-
002611.2016.15.000/7, IC-002656.2016.15.000/0, PP-
002691.2016.15.000/8, IC-002697.2016.15.000/0, PP-
002966.2016.15.000/8, IC-002971.2016.15.000/7, IC-
002997.2016.15.000/2, IC-003218.2016.15.000/4, NF-
003223.2016.15.000/3, PP-003351.2016.15.000/9, IC-
003377.2016.15.000/4, PP-003508.2016.15.000/0, PP-
003626.2016.15.000/9, PP-003688.2016.15.000/8, PP-
003705.2016.15.000/8, IC-003916.2016.15.000/4, PP-
003994.2016.15.000/4, PP-004054.2016.15.000/1, IC-
004100.2016.15.000/5, PP-004118.2016.15.000/5, PP-
004139.2016.15.000/3, IC-004214.2016.15.000/0, PP-
000627.2016.15.001/4, PP-000702.2016.15.001/6, PP-
000730.2016.15.001/5, PP-000823.2016.15.001/5, PP-
000929.2016.15.001/1, IC-000269.2016.15.002/1, IC-
000300.2016.15.002/9, IC-000301.2016.15.002/5, IC-
000354.2016.15.002/0, PP-000404.2016.15.002/2, PP-
000438.2016.15.002/0, IC-000546.2016.15.002/2, PP-
000563.2016.15.002/8, IC-000715.2016.15.002/0, IC-
000791.2016.15.002/3, IC-000815.2016.15.002/9, IC-
000224.2016.15.003/9, IC-000232.2016.15.003/3, IC-
000338.2016.15.003/0, PP-000375.2016.15.003/0, IC-
000444.2016.15.003/0, PP-000478.2016.15.003/7, IC-
000533.2016.15.003/4, PP-000563.2016.15.003/6, IC-
000135.2016.15.004/2, PP-000261.2016.15.005/5, IC-
000316.2016.15.006/7, IC-000362.2016.15.006/8, IC-
000380.2016.15.006/0, IC-000390.2016.15.006/6, IC-
000555.2016.15.006/6, PP-000626.2016.15.006/9, PP-
000630.2016.15.006/8, IC-000787.2016.15.006/7, IC-
000549.2016.15.007/2, IC-000086.2016.15.008/8, IC-
000433.2016.15.008/7, IC-000711.2016.15.008/0, IC-
000827.2016.15.008/8, NF-000551.2017.15.000/4, NF-
000154.2017.15.003/5, NF-000166.2017.15.003/5, NF-
000179.2017.15.003/1, IC-000008.2017.15.008/0, IC-
000121.2017.15.008/5 - PRT 16ª Região-MA - IC-
000789.2010.16.000/5, IC-000031.2011.16.003/0, IC-
000459.2012.16.000/4, IC-000316.2012.16.001/6, IC-
000336.2012.16.001/0, IC-000109.2012.16.002/0, IC-
000694.2013.16.000/0, IC-000753.2013.16.000/3, IC-
000778.2013.16.000/0, IC-000071.2013.16.001/8, IC-
000164.2013.16.001/6, IC-000176.2013.16.001/6, IC-
000356.2013.16.001/8, IC-000391.2013.16.001/5, IC-
000415.2013.16.001/0, NF-000175.2014.16.000/4, IC-
000238.2014.16.000/2, IC-000402.2014.16.000/9, PP-
000457.2014.16.000/7, IC-000560.2014.16.000/8, IC-
000715.2014.16.000/0, IC-000909.2014.16.000/4, IC-
000037.2014.16.001/2, IC-000052.2014.16.001/2, IC-
000125.2014.16.001/6, IC-000126.2014.16.001/2, IC-
000136.2014.16.001/0, IC-000351.2014.16.001/9, IC-
000387.2014.16.001/9, IC-000159.2014.16.002/1, IC-
000085.2014.16.003/0, IC-000190.2015.16.000/0, IC-
000303.2015.16.000/0, IC-000375.2015.16.000/3, IC-
000436.2015.16.000/9, IC-000445.2015.16.000/0, IC-
000525.2015.16.000/3, IC-000074.2015.16.001/7, IC-
000098.2015.16.001/2, IC-000121.2015.16.001/3, IC-
000154.2015.16.001/4, IC-000214.2015.16.001/3, NF-
000229.2015.16.001/2, NF-000239.2015.16.001/0, IC-
000268.2015.16.001/5, NF-000274.2015.16.001/7, NF-
000277.2015.16.001/6, NF-000314.2015.16.001/1, IC-
000013.2015.16.002/1, IC-000064.2015.16.002/0, IC-
000014.2015.16.003/0, IC-000100.2015.16.003/9, NF-
000370.2016.16.000/4, IC-000488.2016.16.000/0, PP-
000749.2016.16.000/2, NF-000931.2016.16.000/0, NF-
001023.2016.16.000/0, NF-001131.2016.16.000/3, NF-
001169.2016.16.000/6, NF-001183.2016.16.000/6, NF-
001238.2016.16.000/9, NF-001243.2016.16.000/8, NF-
001246.2016.16.000/4, NF-000002.2016.16.001/6, NF-
000005.2016.16.001/0, NF-000012.2016.16.001/7, IC-
000024.2016.16.001/0, NF-000039.2016.16.001/4, NF-
000076.2016.16.001/5, NF-000085.2016.16.001/6, NF-
000094.2016.16.001/7, NF-000140.2016.16.001/4, NF-
000188.2016.16.001/4, NF-000234.2016.16.001/0, NF-
000260.2016.16.001/7, NF-000262.2016.16.001/0, NF-
000266.2016.16.001/5, NF-000272.2016.16.001/7, IC-
000283.2016.16.001/0, NF-000292.2016.16.001/1, NF-
000049.2016.16.003/4, NF-000091.2016.16.003/7, NF-
000097.2016.16.003/0, NF-000006.2017.16.000/1, NF-
000075.2017.16.000/0, NF-000096.2017.16.000/4, NF-
000127.2017.16.000/9, NF-000139.2017.16.000/9, NF-
000004.2017.16.003/0 - PRT 17ª Região-ES - IC-

000739.2011.17.000/2, IC-000742.2011.17.000/5, IC-
001226.2011.17.000/0, IC-000754.2013.17.000/0, IC-
001081.2013.17.000/0, IC-001176.2013.17.000/9, IC-
001114.2014.17.000/1, IC-000139.2014.17.002/8, IC-
000316.2014.17.003/3, IC-000432.2014.17.003/6, IC-
000027.2015.17.000/9, IC-000298.2015.17.000/0, IC-
000435.2015.17.000/3, IC-000513.2015.17.000/4, IC-
000522.2015.17.000/5, IC-000810.2015.17.000/0, IC-
000904.2015.17.000/6, IC-001039.2015.17.000/6, IC-
001129.2015.17.000/7, IC-001286.2015.17.000/6, IC-
001330.2015.17.000/9, IC-000092.2016.17.000/3, IC-
000120.2016.17.000/2, IC-000232.2016.17.000/0, IC-
000258.2016.17.000/3, IC-000289.2016.17.000/1, IC-
000343.2016.17.000/2, IC-000565.2016.17.000/6, PP-
000861.2016.17.000/5, PP-001174.2016.17.000/3, PP-
001225.2016.17.000/4, PP-001278.2016.17.000/2, PP-
001476.2016.17.000/6, IC-000005.2016.17.002/5, IC-
000005.2016.17.003/7, IC-000233.2016.17.003/1, PP-
000099.2017.17.000/8, NF-000372.2017.17.000/0, PP-
000004.2017.17.001/6 - PRT 18ª Região-GO - IC-
000162.2010.18.000/9, IC-000942.2011.18.000/2, IC-
000563.2012.18.000/3, IC-000600.2013.18.000/1, IC-
000656.2013.18.000/6, IC-000790.2013.18.000/5, IC-
001212.2013.18.000/4, IC-001234.2013.18.000/8, IC-
001236.2013.18.000/9, IC-000303.2014.18.000/9, IC-
000316.2014.18.000/5, IC-000679.2014.18.000/2, IC-
000739.2014.18.000/1, IC-000822.2014.18.000/8, IC-
000866.2014.18.000/2, IC-000999.2014.18.000/1, IC-
001201.2014.18.000/4, IC-001292.2014.18.000/7, IC-
001700.2014.18.000/5, IC-001704.2014.18.000/7, IC-
001753.2014.18.000/3, IC-002019.2014.18.000/8, IC-
002028.2014.18.000/9, IC-002063.2014.18.000/7, IC-
002083.2014.18.000/0, IC-000098.2014.18.001/2, IC-
000107.2014.18.003/2, IC-000029.2015.18.000/5, IC-
000037.2015.18.000/9, IC-000055.2015.18.000/0, IC-
000065.2015.18.000/9, IC-000096.2015.18.000/0, IC-
000219.2015.18.000/9, IC-000304.2015.18.000/8, IC-
000396.2015.18.000/6, IC-000428.2015.18.000/6, IC-
000600.2015.18.000/7, IC-000609.2015.18.000/4, IC-
001188.2015.18.000/8, IC-001320.2015.18.000/0, IC-
001339.2015.18.000/6, IC-001522.2015.18.000/6, IC-
001624.2015.18.000/4, IC-001629.2015.18.000/1, IC-
001692.2015.18.000/8, IC-001702.2015.18.000/8, IC-
000086.2015.18.003/5, IC-000331.2015.18.003/5, IC-
000024.2016.18.000/2, IC-000202.2016.18.000/0, IC-
000279.2016.18.000/5, IC-000485.2016.18.000/3, IC-
000558.2016.18.000/9, IC-000600.2016.18.000/0, IC-
000613.2016.18.000/6, PP-000800.2016.18.000/6, IC-
000880.2016.18.000/4, IC-000912.2016.18.000/4, IC-
000976.2016.18.000/3, PP-001067.2016.18.000/4, PP-
001338.2016.18.000/2, NF-001540.2016.18.000/0, IC-
001541.2016.18.000/5, NF-001677.2016.18.000/4, IC-
001692.2016.18.000/0, IC-001715.2016.18.000/2, IC-
001965.2016.18.000/9, IC-001985.2016.18.000/1, NF-
002132.2016.18.000/3, IC-000125.2016.18.001/3, IC-
000260.2016.18.001/9, IC-000222.2016.18.003/9, IC-
000233.2016.18.003/2, IC-000242.2016.18.003/3, IC-
000043.2017.18.000/5, NF-000115.2017.18.000/0, NF-
000123.2017.18.000/5, NF-000128.2017.18.000/7, IC-
000192.2017.18.000/0, IC-000217.2017.18.000/1, NF-
000222.2017.18.000/7, IC-000280.2017.18.000/8, NF-
000304.2017.18.000/3, NF-000314.2017.18.000/0, NF-
000318.2017.18.000/6, NF-000329.2017.18.000/0, NF-
000338.2017.18.000/0, NF-000392.2017.18.000/6, NF-
000418.2017.18.000/4, NF-000486.2017.18.000/2, NF-
000508.2017.18.000/5, NF-000515.2017.18.000/3, NF-
000520.2017.18.000/9, NF-000052.2017.18.001/7 - PRT 19ª Região-AL - IC-000003.2013.19.001/9, IC-000225.2013.19.001/4, IC-
000103.2014.19.001/1, IC-000401.2014.19.001/3, IC-
000090.2015.19.001/0, IC-000229.2015.19.001/5, IC-
000774.2016.19.000/5 - PRT 20ª Região-SE - IC-
000566.2012.20.000/7, IC-000971.2012.20.000/5, IC-
001131.2012.20.000/8, IC-000335.2013.20.000/5, IC-
000594.2013.20.000/9, IC-000711.2013.20.000/8, IC-
001024.2013.20.000/2, IC-001570.2013.20.000/9, IC-
001616.2013.20.000/0, IC-001711.2013.20.000/0, IC-
001826.2013.20.000/1, IC-000787.2014.20.000/0, IC-
000977.2014.20.000/9, IC-001132.2014.20.000/7, IC-
001340.2014.20.000/7, IC-001461.2014.20.000/2, IC-
001925.2014.20.000/5, IC-000150.2014.20.001/2, IC-
000086.2015.20.000/0, IC-000198.2015.20.000/7, IC-
000278.2015.20.000/0, IC-000716.2015.20.000/5, IC-
001484.2015.20.000/3, IC-001618.2015.20.000/5, IC-
000013.2016.20.000/5, IC-000155.2016.20.000/1, IC-
000284.2016.20.000/5, IC-000326.2016.20.000/2, IC-
000507.2016.20.000/0, IC-000603.2016.20.000/3, IC-
000604.2016.20.000/0, IC-000660.2016.20.000/8, IC-
000782.2016.20.000/3, PP-000835.2016.20.000/4, PP-
001028.2016.20.000/0, IC-001100.2016.20.000/0, IC-
001494.2016.20.000/1, IC-001515.2016.20.000/3, PP-
001571.2016.20.000/0, IC-001579.2016.20.000/3, IC-
002078.2016.20.000/0, PP-002376.2016.20.000/0, NF-
000143.2017.20.000/4, NF-000402.2017.20.000/3 - PRT 21ª Região-RN - IC-000522.2013.21.000/6, IC-
001342.2014.21.000/6, IC-001629.2014.21.000/3, IC-
000983.2015.21.000/4, IC-001051.2015.21.000/7, IC-
001102.2015.21.000/8, PP-001145.2015.21.000/0, IC-
001258.2015.21.000/0, IC-001319.2015.21.000/7, PP-
001363.2015.21.000/6, PP-001479.2015.21.000/2, PP-
001559.2015.21.000/7, IC-001593.2015.21.000/0, IC-
001632.2015.21.000/3, IC-001697.2015.21.000/9, IC-
001720.2015.21.000/3, IC-001777.2015.21.000/3, IC-
000236.2015.21.001/8, IC-000270.2015.21.001/9, IC-
000022.2015.21.002/6, IC-000048.2016.21.000/8, IC-
000159.2016.21.000/8, IC-000183.2016.21.000/1, IC-
000390.2016.21.000/6, IC-000500.2016.21.000/7, PP-
000561.2016.21.000/7, IC-001053.2016.21.000/0, PP-
001138.2016.21.000/1, NF-001549.2016.21.000/2, PP-
001675.2016.21.000/7, IC-000235.2016.21.001/4, IC-
000327.2016.21.001/8 - PRT 22ª Região-PI - IC-
000627.2012.22.000/4, IC-000211.2013.22.000/9, IC-
001017.2013.22.000/9, IC-000075.2013.22.001/2, IC-
000640.2014.22.000/0, IC-000463.2015.22.000/0, IC-
000526.2015.22.000/8, IC-000779.2015.22.000/0, IC-
000979.2015.22.000/6, IC-001082.2015.22.000/0, IC-
001107.2015.22.000/3, IC-001122.2015.22.000/9, IC-
001313.2015.22.000/2, IC-000114.2015.22.001/3, IC-
000130.2015.22.001/2, IC-000275.2015.22.001/1, IC-
000624.2016.22.000/6, IC-000764.2016.22.000/3, IC-
000910.2016.22.000/8, IC-001190.2016.22.000/4, IC-
001211.2016.22.000/6, IC-001324.2016.22.000/6, IC-
001513.2016.22.000/9, IC-001569.2016.22.000/3 - PRT 23ª Região-MT - IC-000291.2010.23.000/0, IC-000587.2012.23.000/0, IC-
000041.2012.23.002/8, IC-000427.2013.23.000/1, IC-
000038.2013.23.003/5, IC-000211.2013.23.004/2, IC-
000016.2013.23.005/6, IC-000152.2014.23.000/0, IC-
000184.2014.23.000/4, IC-000466.2014.23.000/7, IC-
000011.2014.23.004/2, IC-000080.2014.23.004/2, IC-
000121.2014.23.004/4, IC-000135.2014.23.004/7, IC-
000200.2014.23.004/1, IC-000075.2014.23.005/1, IC-
000046.2015.23.000/3, IC-000210.2015.23.000/9, IC-
000290.2015.23.000/7, IC-000518.2015.23.000/4, IC-
000635.2015.23.000/8, IC-000670.2015.23.000/5, IC-
000896.2015.23.000/4, IC-000061.2015.23.001/4, IC-
000198.2015.23.001/8, IC-000276.2015.23.001/9, IC-
000299.2015.23.001/2, IC-000350.2015.23.001/4, IC-
000074.2015.23.002/5, IC-000081.2015.23.002/1, IC-
000133.2015.23.004/7, IC-000136.2015.23.004/6, IC-
000204.2015.23.004/0, IC-000118.2016.23.000/4, NF-
000204.2016.23.000/0, IC-000263.2016.23.000/7, IC-
000282.2016.23.000/5, IC-000292.2016.23.000/2, IC-
000407.2016.23.000/5, IC-000651.2016.23.000/0, PP-
000653.2016.23.000/2, NF-000882.2016.23.000/4, NF-
001111.2016.23.000/7, PP-001167.2016.23.000/1, IC-
000002.2016.23.001/1, IC-000028.2016.23.001/6, IC-
000058.2016.23.001/0, IC-000100.2016.23.001/2, IC-
000122.2016.23.001/1, IC-000175.2016.23.001/7, IC-
000228.2016.23.001/8, IC-000234.2016.23.001/0, IC-
000241.2016.23.001/8, IC-000279.2016.23.001/0, IC-
000414.2016.23.001/1, IC-000144.2016.23.003/5, IC-
000158.2016.23.003/8, IC-000208.2016.23.003/0, IC-
000197.2016.23.004/9, IC-000200.2016.23.004/7, PP-
000225.2016.23.004/3, IC-000129.2017.23.000/0, IC-
000169.2017.23.000/0, IC-000196.2017.23.000/2, IC-
000199.2017.23.000/1, NF-000217.2017.23.000/9 - PRT 24ª Região-MS - IC-000837.2013.24.000/2, IC-000983.2013.24.000/1, NF-
000517.2014.24.000/6, IC-000744.2014.24.000/5, IC-
000095.2014.24.002/7, IC-000246.2015.24.000/0, IC-
000250.2015.24.002/5, PP-000615.2016.24.000/7, IC-
000647.2016.24.000/1, IC-000714.2016.24.000/9, IC-
000931.2016.24.000/0, IC-000932.2016.24.000/7, IC-
000935.2016.24.000/6, IC-000022.2016.24.002/5, IC-
000144.2016.24.002/8, PP-000244.2016.24.002/6, PP-
000045.2017.24.000/5.

Ata lavrada nesta Sessão e encaminhada a todos os Membros da CCR/MPT para leitura e aprovação, com posterior publicação no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às dezessete horas e trinta e cinco minutos.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Membro

ANDRÉ LUÍS SPIES
Membro

LUERCY LINO LOPES
Membro (suplente)

ABIAEL FRANCO SANTOS
Membro (Suplente)

JÚNIA BONFANTE RAYMUNDO
Membro (Suplente)

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 75, DE 8 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre os procedimentos para assegurar o direito de acesso à informação, no âmbito do Ministério Público Militar.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, a partir da Constituição Federal de 1988, passou a ter atuação influente nos mais variados setores da sociedade, sempre com o escopo de defender, fielmente, a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que, no fiel desempenho de sua missão de fazer cumprir a lei, faz-se necessário assegurar o direito à informação, à qualidade e ao controle dos serviços prestados pela instituição;

CONSIDERANDO o dever constitucional dos órgãos públicos de prestar informações, de forma segura e confiável, sob pena de responsabilidade (CF, Art. 5º, XXXIII, Art. 37, § 3º, III, e Art. 216, § 2º);

CONSIDERANDO a vigência, a partir de 16 de maio de 2012, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive pelo Ministério Público da União, com o fim de garantir o acesso a informações;

CONSIDERANDO a regulamentação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, nos termos da Resolução CNMP nº 89, de 28 de agosto de 2012, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO a competência sobre gerenciamento prevista no art. 15, inciso VII, do Regimento Interno da Estrutura Administrativa do MPM (Anexo I à Portaria nº 25/PGJM, de 13 de fevereiro de 2017);

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de disciplinar o acesso da sociedade a informações sobre os serviços prestados pelo Ministério Público Militar e aprimorar o atendimento oferecido aos cidadãos, resolve:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Adequar a normatização existente no âmbito do Ministério Público Militar sobre o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC-MPM), instituído pela Portaria PGJM nº 348, de 10 de agosto de 2012, haja vista a regulamentação da Lei de Acesso à Informação pelo Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos da Resolução CNMP nº 89, de 28 de agosto de 2012, alterada pelas Resoluções nº 100/2013, nº 115/2014, nº 148/2016 e nº 163/2017.

DO ACESSO À INFORMAÇÃO E SUA DIVULGAÇÃO

Art. 2º O Ministério Público Militar promoverá a efetiva proteção dos direitos arrolados no art. 7º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

§ 1º Quando não for autorizado acesso integral à informação, por ser ela parcialmente sigilosa ou pessoal, é assegurado o acesso à parte não sigilosa, preferencialmente por meio de cópia com ocultação da parte sob sigilo, ou, não sendo possível, mediante certidão ou extrato, assegurando-se que o contexto da informação original não seja alterado em razão da parcialidade do sigilo.

§ 2º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado apenas com a edição do ato decisório respectivo, sempre que o acesso prévio puder prejudicar a tomada da decisão ou seus efeitos.

§ 3º A negativa de acesso às informações objeto de pedido, quando não fundamentada, sujeitará o responsável às medidas disciplinares previstas em Lei.

§ 4º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação, conforme Resolução CNMP Nº 89, de 28 de agosto de 2012.

§ 5º Constatados impedimentos fortuitos ao acesso da informação, como o extravio ou outra violação à sua disponibilidade, autenticidade e integridade, o responsável pela conservação de seus atributos deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato, indicar testemunhas que comprovem suas alegações e divulgar automaticamente a circunstância em seu sítio eletrônico, ou comunicá-la ao requerente.

Art. 3º O disposto nesta Portaria não exclui as hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça.

Parágrafo único. O acesso aos procedimentos investigatórios, assim como aos inquéritos policiais e aos processos judiciais em poder do Ministério Público Militar, segue as normas legais e regulamentares específicas, assim como o disposto na Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4º O Ministério Público Militar deverá disponibilizar em seu respectivo sítio eletrônico, em campos facilmente acessíveis, sem necessidade de cadastro prévio, e em linguagem de fácil compreensão, sem prejuízo do disposto na Portaria nº 211/PGJM, de 16 de julho de 2009, que instituiu o Portal da Transparência do Ministério Público Militar, e alterações, informações de interesse coletivo ou geral que produzam ou tenham sob sua responsabilidade, dentre elas:

I - finalidades e objetivos institucionais e estratégicos, metas, indicadores e resultados alcançados pelo Ministério Público Militar;

II - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público, bem como endereços de correio eletrônico funcional dos membros;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - informações concernentes a contratações em geral, procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, procedimentos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, bem como a todos os contratos, respectivos aditivos e convênios celebrados;

IV - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras desenvolvidos pelo Ministério Público Militar;

V - orçamento da instituição, com a descrição e registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, de receitas auferidas e de despesas realizadas;

VI - relação de servidores efetivos, cedidos e comissionados do órgão;

VII - remuneração e proventos percebidos por todos os membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e colaboradores do órgão, incluindo-se as indenizações e outros valores pagos a qualquer título, bem como os descontos legais, com identificação individualizada e nominal do beneficiário e da unidade na qual efetivamente presta serviços, na forma do Anexo I, instituído nos termos da Resolução CNMP nº 115, de 15 de setembro de 2014, que altera o inciso VII, do art. 7º da Resolução nº 89, de 28/08/2012;

VIII - termos de ajustamento de conduta firmados;

IX - estudos e levantamentos estatísticos sobre a sua atuação;

X - relação de membros e servidores que se encontram afastados para exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública;

XI - relação de membros que participam de Conselhos e assemelhados, externamente à instituição;

XII - recomendações expedidas;

XIII - audiências públicas realizadas;

XIV - registros dos procedimentos preparatórios, procedimentos de investigação criminal e inquéritos policiais militares quando possível, incluindo o respectivo andamento no âmbito do Ministério Público Militar, observado o disposto no art. 3º;

XV - dados e estatísticas relativos a movimentação processual em cada unidade;

XVI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 1º As informações referidas no inciso VII deverão ser publicadas mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente ao do recebimento da remuneração.

§ 2º Para atendimento parcial ao disposto no caput, quanto às informações já tratadas nos anexos da Resolução CNMP nº 74/2011, alterada pela Resolução CNMP nº 85/2012, considera-se suficiente a publicação das respectivas tabelas.

§ 3º O Portal da Transparência do Ministério Público Militar, instituído na forma da Portaria nº 211/PGJM, de 16 de julho de 2009, alterada pela Portaria nº 386/PGJM, de 25 de novembro de 2011, publicada no Boletim de Serviço nº 46, de 05 de dezembro de 2011, será considerado instrumento de concretização da Lei de Acesso à Informação, ao disponibilizar as informações a que se refere este artigo.

Art. 5º O sítio eletrônico do Ministério Público Militar deverá conter obrigatoriamente:

I - ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II - ferramenta que possibilite a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - ferramenta que possibilite o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgação em detalhes, resguardados aqueles necessários para segurança dos sistemas informatizados, os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - ferramenta que garanta a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - atualização constante das informações disponíveis para acesso;

VII - indicação de local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII - as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e demais normas técnicas oficiais e legais aplicáveis.

Art. 6º O Ministério Público Militar disponibilizará em seu sítio eletrônico oficial, em campo de destaque, atalho com acesso à página do Sistema de Informação ao Cidadão e ao Portal da Transparência.

DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 7º O Ministério Público Militar deverá organizar, nos locais em que ofereça atendimento ao público, o recebimento de pedidos de informação, que serão aceitos por qualquer meio legítimo, inclusive pela internet, devendo conter a especificação da informação requerida e a comprovação da identidade do requerente, sem exigências que inviabilizem ou dificultem a solicitação.

§ 1º À Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) compete gerenciar as atividades do Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério Público Militar (SIC-MPM), reportando-se, quando necessário, ao Diretor-Geral, conforme art. 15, inciso VII, do Regimento Interno da Estrutura Administrativa do MPM (Anexo I à Portaria nº 25/PGJM, de 13/02/2017).

§ 2º O Ministério Público Militar deverá dispor de formulários em suas unidades de atendimento ao público, para a apresentação de pedidos de acesso à informação, que também serão disponibilizados em seu sítio eletrônico oficial, cabendo à administração direcionar o pedido à ASCOM.

§ 3º Os formulários conterão campo para a identificação do solicitante, com nome, documentos pessoais e endereço, se pessoa física, ou razão social, dados cadastrais e endereço, se pessoa jurídica, e poderão conter campos para outros dados, como telefone, correio eletrônico, escolaridade, ocupação, tipo de instituição e área de atuação, conforme Anexo II da Resolução CNMP nº 89, de 28 de agosto de 2012, e alterações posteriores.

§ 4º O campo para a formulação do pedido não poderá conter restrições indevidas, nem exigir os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público, embora possa conter a recomendação de que o pedido deverá ser formulado de forma clara e objetiva, para facilitar seu atendimento e permitir resposta adequada.

§ 5º As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas somente poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal, ordem judicial ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 6º Não será admitida a alegação de restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa se for invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Art. 8º Qualquer interessado pode apresentar pedido de acesso a informações ao Ministério Público Militar, conforme Anexo II da Resolução CNMP nº 89, de 28 de agosto de 2012,e alterações posteriores:

I - por meio de formulário eletrônico disponível no sítio oficial do MPM;

II - por correspondência física para o endereço da Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) do MPM: Setor de Embaixadas Norte, lote 43, Bloco "A", 1º andar, Brasília-DF, CEP 70800-400;

III - presencialmente, das 12h às 19h, na central de atendimento situada na Assessoria de Comunicação Institucional (Edifício Sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar).

Art. 9º Após o recebimento, o pedido de acesso à informação será imediatamente encaminhado à ASCOM, que deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação.

§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, a ASCOM deverá, no prazo máximo de vinte dias, prorrogável por dez dias, mediante justificativa expressa, com ciência do requerente:

I - comunicar data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;

III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa do seu pedido de informação.

§ 2º Caso o pedido de acesso a informações seja relativo a mais de um setor ou unidade, o SIC-MPM poderá desmembrá-lo, encaminhando aos setores ou às unidades competentes.

§ 3º Cabe ao SIC-MPM estabelecer um padrão de informações de identificação do requerente de modo a verificar se há impedimentos que inviabilizem a solicitação.

§ 4º O prazo para resposta ao pedido de acesso a informações encaminhado em meio eletrônico será contado a partir da data do efetivo recebimento. Caso o pedido seja efetuado por meio de correspondência física ou presencialmente, o prazo será contado a partir da data do protocolo.

§ 5º Caso a data do recebimento do pedido caia em dia não útil, contar-se-á o prazo a partir do primeiro dia útil subsequente.

§ 6º O Ministério Público Militar oferecerá meios para que o próprio requerente pesquise a informação de que necessitar, exceto a de caráter eminentemente privado, assegurada a segurança e a proteção das informações e o cumprimento da legislação vigente.

§ 7º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, ficando o Ministério Público Militar desonerado da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

§ 8º Quando for negado o acesso, por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, será disponibilizada para o requerente o inteiro teor da decisão, por certidão ou cópia, devendo ser cientificado da possibilidade de recurso, dos prazos e condições para a sua interposição, nos termos do art. 20 desta Portaria.

§ 9º Havendo dúvida quanto à classificação do documento, o pedido poderá ser encaminhado à análise da ASCOM que, nos termos da regulamentação referida no art. 17, esteja incumbido da classificação das informações, respeitado o prazo máximo definido pelo §1º do presente artigo.

Art. 10. O serviço de busca e de fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 1º O SIC-MPM disponibilizará ao requerente, no prazo de resposta ao pedido de informações, a Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento do custo da reprodução e dos materiais utilizados.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, a informação será prestada no prazo do art. 9º, §1º, contados da comprovação do pagamento pelo requerente, quando for o caso.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 11. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento, cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor responsável pelo SIC-MPM, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 12. Indeferido o pedido de informações, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da sua ciência, dirigido à autoridade hierarquicamente superior, a qual deverá manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, em caráter definitivo.

§ 1º As razões do indeferimento do pedido de informações deverão ser encaminhadas ao requerente.

§ 2º A decisão negativa de acesso deverá ser sempre fundamentada.

§ 3º Caso a apreciação do recurso de que trata o caput tenha por objeto desclassificação de informação, proceder-se-á à reavaliação de que trata o art. 29 da Lei nº 12.527/2011, nos termos dos arts. 20 e 21 da presente Portaria.

§ 4º Mantida a classificação do documento nos termos do art. 29 da Lei nº 12.527/2011, o recurso será encaminhado para decisão do Procurador-Geral de Justiça Militar.

§ 5º O Ministério Público Militar deverá informar mensalmente à Ouvidoria do Conselho Nacional do Ministério Público todas as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações, nos termos do art. 14, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 89, de 28 de agosto de 2012.

Art. 13. Negado o acesso à informação, o requerente poderá dirigir-se ao Conselho Nacional do Ministério Público, por meio de procedimento de controle administrativo, incumbindo ao relator, nos casos de urgência, apresentá-lo em mesa para julgamento na primeira sessão plenária subsequente, conforme o art. 15 da Resolução CNMP nº 89, de 28 de agosto de 2012.

Art. 14. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos, desproporcionais ou desarrazoados;

II - informações pessoais, assim consideradas as que dizem respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais, nos termos dos arts. 6º e 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência da unidade;

IV - que contemplem períodos cuja informação haja sido descartada, nos termos de norma própria;

V - referentes a informações protegidas por sigilo.

§ 1º Para fins do inciso II deste artigo, consideram-se informações pessoais, entre outras, o endereço, os telefones residencial e celular, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a carteira de identidade (RG), a carteira funcional e o passaporte de membros e servidores, nos termos da decisão proferida pelo Pleno do STF, nos autos da Suspensão de Segurança nº 3.902/SP, publicada no DJe, de 3 de outubro de 2011.

§ 2º Na hipótese do inciso III, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

§ 3º É vedado à Administração exigir que sejam declarados os motivos determinantes da solicitação de informação de interesse público.

DAS DIRETRIZES PARA CLASSIFICAÇÃO, DESCLASSIFICAÇÃO E REAVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Seção I

Da Classificação da Informação

Art. 15. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações;

II - pôr em risco a segurança institucional de membros, servidores e seus familiares.

Art. 16. A informação em poder do Ministério Público Militar, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - ultrassecreta: vinte e cinco anos;

II - secreta: quinze anos;

III - reservada: cinco anos.

§ 2º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida, como termo final de restrição de acesso, a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

§ 3° Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

§ 4º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado;

II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

§ 5º É excepcionalmente permitida a restrição de acesso, independentemente de ato de classificação, nos casos:

I - de legislação específica;

II - de documentos preparatórios, considerados aqueles utilizados como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas;

III - de informações pessoais.

Art. 17. A classificação do sigilo de informações no âmbito do MPM é de competência:

I - no grau ultrassecreto: do Procurador-Geral de Justiça Militar;

II - no grau secreto: do Diretor-Geral da Secretaria e dos membros do Ministério Público Militar, no exercício de função administrativa;

III - no grau reservado: das autoridades referidas nos incisos I e II, e dos ocupantes de cargos em comissão CC-3 a CC-5 na respectiva área de atuação.

Parágrafo único. A classificação prevista no inciso I poderá ser delegada pelo Procurador-Geral de Justiça Militar.

Seção II

Dos Procedimentos para Classificação de Informação

Art. 18. A decisão que classificar a informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada no Termo de Classificação de Informação (TCI), conforme modelo a ser instituído pela ASCOM, e conterá os seguintes dados:

I - número de identificação do documento gerado pelo SEI, se for o caso;

II - grau de sigilo;

III - categoria na qual se enquadra a informação;

IV - tipo de documento;

V - data da produção do documento;

VI - indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação;

VII - razões da classificação, observados os critérios menos restritivos;

VIII - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, observados os limites previstos no art.16, § 1º;

IX - data da classificação;

X - identificação da autoridade que classificou a informação.

§ 1º O Termo de Classificação de Informação deverá seguir anexo ao documento classificado como sigiloso.

§ 2º As informações previstas no inciso VII do caput deverão ser mantidas no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.

Art. 19. Na hipótese de documento que contenha informações classificadas em diferentes graus de sigilo, será atribuído ao documento tratamento do grau de sigilo mais elevado.

Seção III

Da Desclassificação e Reavaliação de Informação Sigilosa

Art. 20. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou pela autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, ou pelo Conselho Superior do MPM, mediante recurso, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo.

Art. 21. Na hipótese de indeferimento do pedido de desclassificação de informação sigilosa, caberá recurso à autoridade imediatamente superior, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da negativa.

§ 1º Na hipótese do caput, a autoridade hierarquicamente superior àquela responsável pela classificação poderá:

I - desclassificar a informação ou reduzir o prazo de sigilo, caso em que dará ciência à autoridade classificadora e encaminhará a decisão ao SIC-MPM para comunicação ao recorrente; ou

II - manifestar-se pelo desprovimento do recurso, com despacho motivado, hipótese em que o recorrente será informado da possibilidade de recorrer, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da negativa, ao Conselho Superior do Ministério Público Militar.

§ 2º O recurso a que se refere o inciso II será interposto perante o SIC-MPM que o encaminhará, devidamente instruído, ao Conselho Superior do Ministério Público Militar.

§ 3º Nas hipóteses em que a autoridade classificadora for o Procurador-Geral de Justiça Militar, o recurso de que trata o caput será encaminhado pelo SIC-MPM diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público Militar.

Art. 22. A decisão da desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informações classificadas deverá constar das capas dos processos administrativos, se houver, e de campo apropriado no Termo de Classificação de Informação.

Seção IV

Das Informações Pessoais

Art. 23. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelo MPM:

I - serão de acesso restrito aos agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de cem anos a contar da data de sua produção;

II - poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, não serão consideradas informações pessoais as relativas aos vencimentos e aos proventos percebidos por todos os membros e servidores ativos e inativos, pensionistas e colaboradores do Órgão, incluindo-se as indenizações e outros valores pagos a qualquer título, bem como os descontos legais.

Art. 24. O tratamento das informações pessoais deve ser realizado de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Art. 25. O consentimento referido no art. 23, inciso II, não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização exclusiva para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;

III - ao cumprimento de decisão judicial;

IV - à defesa de direitos humanos de terceiros;

V - à proteção do interesse público geral e preponderante.

Art. 26. A restrição de acesso a informações pessoais não poderá ser invocada:

I - com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo Ministério Público Militar, em que o titular das informações for parte ou interessado;

II - quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Art. 27. O pedido de acesso a informações pessoais estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

Art. 28. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade e o pedido deverá ainda estar acompanhado de:

I - comprovação do consentimento expresso de que trata o art. 23, inciso II, por meio de procuração;

II - comprovação das hipóteses previstas no art. 25;

III - demonstração da necessidade de acesso à informação requerida para a defesa dos direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 1º A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

Art. 29. Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.507, de 12 de dezembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 30. O uso indevido das informações obtidas nos termos desta Portaria sujeitará o responsável às consequências previstas em lei.

Art. 31. As responsabilidades dos Membros e Servidores do Ministério Público Militar por infrações descritas no Capítulo V, da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) serão devidamente apuradas de acordo com os procedimentos administrativos regulamentados pela Lei Complementar nº 75/93 e Lei nº 8.112/90, respectivamente.

Art. 32. O Ministério Público Militar responde diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso, nos termos do art. 20 da Resolução CNMP nº 89, de 28 de agosto de 2012.

DA PUBLICIDADE DAS SESSÕES DE JULGAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Art. 33. As sessões do Conselho Superior e da Câmara de Coordenação e Revisão são públicas, devendo ser, sempre que possível, transmitidas ao vivo pela internet.

§ 1º Por decisão fundamentada, determinados atos instrutórios do processo administrativo disciplinar poderão ser realizados na presença, tão somente, das partes e de seus advogados, ou apenas destes, desde que a preservação do direito à intimidade não prejudique o interesse público à informação.

§ 2º As sessões de que trata o caput serão registradas em áudio, cujo conteúdo será disponibilizado no respectivo sítio eletrônico oficial no prazo de 5 (cinco) dias, e em ata, a ser disponibilizada no sítio eletrônico oficial no prazo de 2 (dois) dias, contados da data de sua aprovação.

§ 3º Será garantido ao interessado o acesso à íntegra das discussões e decisões, de acordo com os meios técnicos disponíveis.

Art. 34. A pauta das sessões dos órgãos referidos no artigo anterior será divulgada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, franqueando-se a todos o acesso e a presença no local da reunião.

Parágrafo único. Somente em caso de comprovada urgência e mediante aprovação da maioria dos integrantes do colegiado poderão ser objeto de deliberação matérias que não se encontrem indicadas na pauta da sessão, divulgada nos termos do caput.

Art. 35. Os autores de representação ou reclamação disciplinar serão notificados do inteiro teor da decisão final proferida.

DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 36. Fica designado o Assessor-Chefe da Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) como a autoridade responsável por exercer as seguintes atribuições, conforme art. 40 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assim como a coordenação do SIC-MPM:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei de Acesso à Informação;

II - monitorar a implementação do disposto na Lei de Acesso à Informação e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na Lei de Acesso à Informação;

IV - orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto na Lei de Acesso à Informação e seus regulamentos.

Art. 37. O SIC-MPM atenderá no edifício sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, Setor de Embaixadas Norte, lote 43, Bloco "A", 1º andar, Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM), Brasília-DF, CEP 70800-400, no período das 12h às 19h, ininterruptamente, facultado ao cidadão requerer a informação por meio eletrônico, pelo formulário disponível no sítio http://www.mpm.mp.br ou enviá-lo por correspondência eletrônica para sic@mpm.mp.br.

Art. 38. O Ministério Público Militar publicará, anualmente, em seu sítio eletrônico:

I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II - rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes;

IV - descrição das ações desenvolvidas para a concretização do direito constitucional de acesso à informação.

§ 1º Os relatórios a que se refere o caput deste artigo deverão ser disponibilizados para consulta pública nas sedes das instituições.

§ 2º Os relatórios serão ainda encaminhados ao Conselho Nacional do Ministério Público, que os submeterá à análise da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, a qual proporá ao Plenário as providências que entender cabíveis para a execução da Lei de Acesso à Informação.

§ 3º O Ministério Público Militar manterá extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

Art. 39. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 348/PGJM, de 10 de agosto de 2012.

JAIME DE CASSIO MIRANDA

DECISÕES DE 5 DE MAIO DE 2017

NOTÍCIA DE FATO 2-62.2017.1000

EMENTA. HCE. SUPOSTA MORA NA CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA. MATÉRIA QUE JÁ É OBJETO DE IPM. ARQUIVAMENTO.

Notícia de mora indevida na conclusão de sindicância instaurada pelo Hospital Central do Exército. Inconformismo do noticiante para com conclusões da Administração Militar que são desfavoráveis a empresas das quais é representante. Matéria que já é objeto de IPM em trâmite na 2ª Auditoria da 1ª CJM. Arquivamento determinado pelo PGJM.

NOTÍCIA DE FATO 4-22.2017.1401

EMENTA. DOCUMENTO FALSO DIVULGADO NA INTERNET. FALSIDADE GROSSEIRA. ESCLARECIMENTO DIVULGADO PELA ADMINISTRAÇÃO MILITAR. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA. ARQUIVAMENTO.

Divulgação de documento falso na rede mundial de computadores. Falsidade grosseira, com erros de português e de conteúdo. Publicação de nota com esclarecimentos pela Organização Militar apontada no documento. Ausência de indícios mínimos acerca da autoria do documento. Inviabilidade da instauração de inquérito policial militar. O PGJM determinou o arquivamento do feito.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES

PROCESSO: 0000001-46.2017.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECLAMADO (A): ALCIMAR SOUSA DANTAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A

DECISÃO

Distribua-se o feito a um dos juízes da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000103-51.2015.4.01.9430
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: PEDROCILIO BARBOSA MILHOMEM
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN 5291
REQUERIDO(A): MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o recurso ordinário apresentado pela parte impetrante, pretendendo a reforma de acórdão que denegou a segurança pretendida no presente writ.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É, no essencial, o relatório.
Preliminarmente, conheço do agravo interposto, pois cumpridos os requisitos de admissibilidade, e passo a analisar o pedido de uniformização.
O recurso não merece seguimento.
A Constituição Federal prevê as seguintes hipóteses para a interposição do recurso ordinário, in verbis:
Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
.....
II - julgar, em recurso ordinário:
a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
b) o crime político;
(...)
Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
.....
II - julgar, em recurso ordinário:
a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;
b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;
c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
Por outro lado, a Lei 10.259/01 estabelece:
Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
.....
§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
A Resolução n. 345/15, por seu turno, que dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, fixa as seguintes competências:
Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça iy da Turma Nacional de Uniformização.
Parágrafo único. Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional de Uniformização, primeiramente será julgado aquele.
Com efeito, verifica-se que a legislação de regência não prevê a possibilidade de interposição de recurso ordinário, a ser apreciado pela Turma Nacional de Uniformização, com o mister de impugnar decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais.
Desse modo, o presente recurso não merece prosseguir, por ausência de previsão legal.
Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000243-10.2009.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
EMBARGANTE: RONALDO LUIZ OLAIA
PROC./ADV.: TIAGO DE GÓIS BORGES OAB: SP-198325
EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que rejeitou o terceiro aclaratório, contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas demonstrar que a alienação mental dispensa carência.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência da carência exigida.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Além do mais, a interposição repetitiva de recursos infundados e não cabíveis afronta a dignidade e o respeito a esta Turma Nacional de Uniformização e pode configurar litigância de má-fé (arts. 80, VI e 81 do Novo CPC), verbis:
Art. 80 Considera-se litigante de má-fé aquele que:
VI - provocar incidente manifestamente infundado;
VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.
Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
Nesse sentido, já se pronunciou o STJ:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO PROFERIDA EM AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ANALISA O MÉRITO DO NOBRE APELO, ANTE O ÓBICE DA SÚMULA 182 DO STJ. SÚMULA 315 DO STJ. INDEFERIMENTO LIMINAR DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS REJEITADOS COM ADVERTÊNCIA DE MULTA .
1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, esclarecer obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado ou corrigir erro material (art. 1.022 CPC/2015).
2. No caso, restou consignado que o acórdão embargado não foi provido diante da incidência da Súmula 182/STJ, o que atraiu a aplicação da Súmula 315/STJ, segundo a qual, não cabem Embargos de Divergência no âmbito do Agravo de Instrumento que não admite
Recurso Especial.
3. O Embargante suscitou 24 questionamentos que sequer foram objeto dos recursos anteriormente interpostos, constituindo inovação recursal.
4. É dever da parte agir com boa-fé e lealdade processuais. A interposição de recurso infundado, como o caso dos autos, ofende a dignidade e o respeito a esta Corte e pode ser enquadrado nos arts. 80, VI e VI e 81 do CPC/15, que tratam da litigância de má-fé.
5. Embargos de Declaração rejeitados com advertência de que eventual recurso posterior será considerado protelatório.
(EDcl no AgRg nos EAg 1432422/SP, Corte Especial, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 15/6/2016)
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte requerente de que nova interposição de recurso será tido por protelatório, com aplicação da multa correspondente.
Brasília, 26 de abril de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005149-94.2010.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DARCY CONCEICAO CARDOZO BARRETO
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB: SP140741
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001162-63.2013.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUIZ ANDRE IGNACIO
PROC./ADV.: DAZIO VASCONCELOS OAB: SP133791
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002477-61.2011.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROSALINA VIEIRA CAMILO
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB: SP140741
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004145-63.2012.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BENJAMIN PEREIRA LEITE
PROC./ADV.: MARIA ANGÉLICA STORARI OAB: SP-111937

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 43 da TNU.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto "a TNU, ao enfrentar situação semelhante, anulou o acórdão da Turma Recursal, determinando o retorno dos autos a instâncias a quo para a prolação do outro aresto". Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
É cediço que "a contradição que enseja o acolhimento dos embargos declaratórios é aquela existente entre as premissas do julgado combatido [...]" (RMS 28.283/MT, Rel. Ministra Laurita Vaz), o que não ocorreu na hipótese.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de abril de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005098-02.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOAO JOSE DE ALMEIDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de restituição de benefício previdenciário bem como a inexigibilidade de restituição dos valores já recebidos.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
De início, a alegação de nulidade do acórdão por cerceamento de defesa e ausência de motivação das decisões judiciais esbarra no óbice da Súmula 43/TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
NO mais, entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de abril de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005101-97.2008.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MAURICIO SERGIO PAIVA DIAS
PROC./ADV.: SERGIO PARDAL FREUDENTHAL OAB: SP-85715
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que negou provimento ao agravo interposto, por sua vez, contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005365-14.2013.4.01.4301
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL OTAVIANO MATIAS
PROC./ADV.: AGOSTINHO GABRIEL HENRIQUES ROCHA OAB: TO-2400

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem, no qual se discute a exigibilidade de devolução de valores recebidos pela parte autora, a título de benefício previdenciário, em razão de erro da administração.
É o relatório.
Preliminarmente, conheço do agravo, pois cumpridos os requisitos de admissibilidade, e passo a analisar o pedido de uniformização.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela
Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, conheço do agravo e nego seguimento ao pedido de uniformização, com fulcro no art. 16, I, a, do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005515-54.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE DOMINGOS SOARES
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS OAB: SP 133.791
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006644-26.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RICHARD BRAGA DA SILVA
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS OAB: SP 133.791
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007796-51.2008.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
EMBARGANTE: FABIANA SANTOS CUNHA DE PAULA E SILVA
REPRESENTANTE LEGAL: ANDREIA ELISA DA SILVA RESENDE
PROC./ADV.: DAZIO VASCONCELOS OAB: SP133791
EMBARGADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela não demonstração do cotejo analítico.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto procedeu ao cotejo analítico entre acórdão recorrido e paradigmas trazidos, visando a demonstração da divergência suscitada.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Irrepreensível o aresto impugnado, porquanto o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0015452-25.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JAIME BISPO DO NASCIMENTO,
PROC./ADV.: ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a incidência dos fenômenos da decadência e da prescrição naqueles casos em que há o reconhecimento do direito por meio do Memorando-Circular-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, ato que autorizou a revisão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5004459-91.2013.4.04.7101, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS GERADORES DE OUTROS BENEFÍCIOS. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART.29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA AOS PRAZOS EM CURSO. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL POR INTEIRO. [...]"
No entanto, verificando-se que foi interposto recurso contra o acórdão acima destinado ao Superior Tribunal de Justiça, o qual fora admitido.
Logo, com fundamento na Questão de Ordem n. 23 e art. 16, III, do RITNU, determino a remessa dos autos à origem, a fim de aguardar pelo posicionamento, em definitivo, da Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0019223-20.2013.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: MOISÉS CARVALHO DA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR (A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que acolheu parcialmente os primeiros embargos de declaração para a correção de erro quanto à apreciação da decadência.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de erro/contradição na decisão embargada, porquanto o benefício de aposentadoria por idade não foi concedido em 1997, mas em 27/11/2000, sendo o prazo decadencial de 5 anos.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
De início, constato a existência de erro material na decisão embargada, por tratar de tema diverso do decidido pelo acórdão recorrido.
Por essa razão, anulo a referida decisão, e passo à análise do tema em comento:
Como já dito na decisão anterior, o Superior Tribunal de Justiça, em sede de repetitivo da controvérsia, decidiu acerca dos prazos decadenciais para revisão de benefícios previdenciários por parte da Administração. Assim, constatado que não transcorreu o prazo para a Administração rever os seus atos.
Ante o exposto, rejeitos os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de abril de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0020261-90.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NELSON FERREIRA LOPES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que reconheceu a ilegalidade da incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente, por força de decisão judicial, inclusive os valores recebidos a título de juros de mora.
A discussão nos autos versa sobre a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefícios previdenciários pagos em atraso.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide imposto de renda sobre os juros moratórios vinculados a verbas de natureza previdenciária, por sua natureza remuneratória.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.470.443/PR, afetado sob o rito dos repetitivos. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA FERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRADO ÚNICO DA LEI 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS EM ATRASO."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 1.030, II, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de abril de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0020264-13.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROBERTO CONCEICAO ARGOLO
PROC./ADV.: ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a incidência dos fenômenos da decadência e da prescrição naqueles casos em que há o reconhecimento do direito por meio do Memorando-Circular-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, ato que autorizou a revisão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5004459-91.2013.4.04.7101, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS GERADORES DE OUTROS BENEFÍCIOS. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART.29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA AOS PRAZOS EM CURSO. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL POR INTEIRO. [...]"
No entanto, verificando-se que foi interposto recurso contra o acórdão acima destinado ao Superior Tribunal de Justiça, o qual fora admitido.
Logo, com fundamento na Questão de Ordem n. 23 e art. 16, III, do RITNU, determino a remessa dos autos à origem, a fim de aguardar pelo posicionamento, em definitivo, da Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0020562-03.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALIFLOR RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: ELISÂNGELA RODRIGUES MARCOLINO OAB: AP-261899
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra acórdão proferido pela TNU, que julgou improcedente o pedido de cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria concedida após a promulgação da Lei 9.528/97.
É o relatório.
Não há como prosperar o presente recurso.
Verifico que não há, no presente caso, repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal acerca da matéria em comento.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0021089-54.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANGELO CESAR DOS SANTOS GOMES
PROC./ADV.: ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a incidência dos fenômenos da decadência e da prescrição naqueles casos em que há o reconhecimento do direito por meio do Memorando-Circular-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, ato que autorizou a revisão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5004459-91.2013.4.04.7101, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS GERADORES DE OUTROS BENEFÍCIOS. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART.29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA AOS PRAZOS EM CURSO. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL POR INTEIRO. [...]"
No entanto, verificando-se que foi interposto recurso contra o acórdão acima destinado ao Superior Tribunal de Justiça, o qual fora admitido.
Logo, com fundamento na Questão de Ordem n. 23 e art. 16, III, do RITNU, determino a remessa dos autos à origem, a fim de aguardar pelo posicionamento, em definitivo, da Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de maio de 2017.
MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO: 0027215-23.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO CARLOS DE JESUS NOBRE
PROC./ADV.: ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a incidência dos fenômenos da decadência e da prescrição naqueles casos em que há o reconhecimento do direito por meio do Memorando-Circular-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, ato que autorizou a revisão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5004459-91.2013.4.04.7101, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS GERADORES DE OUTROS BENEFÍCIOS. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART.29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA AOS PRAZOS EM CURSO. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL POR INTEIRO. [...]"
No entanto, verificando-se que foi interposto recurso contra o acórdão acima destinado ao Superior Tribunal de Justiça, o qual fora admitido. Logo, com fundamento na Questão de Ordem n. 23 e art. 16, III, do RITNU, determino a remessa dos autos à origem, a fim de aguardar pelo posicionamento, em definitivo, da Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0028920-56.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDUARDO JOSE MENDES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a incidência dos fenômenos da decadência e da prescrição naqueles casos em que há o reconhecimento do direito por meio do Memorando-Circular-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, ato que autorizou a revisão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5004459-91.2013.4.04.7101, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS GERADORES DE OUTROS BENEFÍCIOS. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART.29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA AOS PRAZOS EM CURSO. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL POR INTEIRO. [...]"
No entanto, verificando-se que foi interposto recurso contra o acórdão acima destinado ao Superior Tribunal de Justiça, o qual fora admitido. Logo, com fundamento na Questão de Ordem n. 23 e art. 16, III, do RITNU, determino a remessa dos autos à origem, a fim de aguardar pelo posicionamento, em definitivo, da Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0029171-74.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIA SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.: ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a incidência dos fenômenos da decadência e da prescrição naqueles casos em que há o reconhecimento do direito por meio do Memorando-Circular-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, ato que autorizou a revisão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5004459-91.2013.4.04.7101, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS GERADORES DE OUTROS BENEFÍCIOS. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART.29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA AOS PRAZOS EM CURSO. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL POR INTEIRO. [...]"
No entanto, verificando-se que foi interposto recurso contra o acórdão acima destinado ao Superior Tribunal de Justiça, o qual fora admitido. Logo, com fundamento na Questão de Ordem n. 23 e art. 16, III, do RITNU, determino a remessa dos autos à origem, a fim de aguardar pelo posicionamento, em definitivo, da Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0029482-65.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EVANDRO MOTA
PROC./ADV.: ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a incidência dos fenômenos da decadência e da prescrição naqueles casos em que há o reconhecimento do direito por meio do Memorando-Circular-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, ato que autorizou a revisão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5004459-91.2013.4.04.7101, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS GERADORES DE OUTROS BENEFÍCIOS. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART.29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA AOS PRAZOS EM CURSO. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL POR INTEIRO. [...]"
No entanto, verificando-se que foi interposto recurso contra o acórdão acima destinado ao Superior Tribunal de Justiça, o qual fora admitido. Logo, com fundamento na Questão de Ordem n. 23 e art. 16, III, do RITNU, determino a remessa dos autos à origem, a fim de aguardar pelo posicionamento, em definitivo, da Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0034058-04.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JADIR VILARINO DA CRUZ
PROC./ADV.: ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a incidência dos fenômenos da decadência e da prescrição naqueles casos em que há o reconhecimento do direito por meio do Memorando-Circular-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, ato que autorizou a revisão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5004459-91.2013.4.04.7101, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS GERADORES DE OUTROS BENEFÍCIOS. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART.29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA AOS PRAZOS EM CURSO. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL POR INTEIRO. [...]"
No entanto, verificando-se que foi interposto recurso contra o acórdão acima destinado ao Superior Tribunal de Justiça, o qual fora admitido. Logo, com fundamento na Questão de Ordem n. 23 e art. 16, III, do RITNU, determino a remessa dos autos à origem, a fim de aguardar pelo posicionamento, em definitivo, da Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0034165-48.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCIO MAIA MENEZES
PROC./ADV.: ÉLIO RICARDO MIRANDA AZEVEDO OAB: BA-15255

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a incidência dos fenômenos da decadência e da prescrição naqueles casos em que há o reconhecimento do direito por meio do Memorando-Circular-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, ato que autorizou a revisão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5004459-91.2013.4.04.7101, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS GERADORES DE OUTROS BENEFÍCIOS. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART.29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA AOS PRAZOS EM CURSO. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL POR INTEIRO. [...]"
No entanto, verificando-se que foi interposto recurso contra o acórdão acima destinado ao Superior Tribunal de Justiça, o qual fora admitido. Logo, com fundamento na Questão de Ordem n. 23 e art. 16, III, do RITNU, determino a remessa dos autos à origem, a fim de aguardar pelo posicionamento, em definitivo, da Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0042685-97.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IZIDORIA ESTEVES ROQUE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 182/STJ.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto houve a devida fundamentação do agravo na origem.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Não merece reparos a decisão embargada, porquanto a parte autora não refutou todos os argumentos lançados na decisão de inadmissibilidade do pedido de uniformização.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de fevereiro de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0044185-51.2011.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: CNEN e outro
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NIWSON DOS SANTOS GOMES
PROC./ADV.: NELIANA FRAGA DE SOUSA OAB: GO-21804

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem que, mantendo a sentença, concedeu à parte autora pensão vitalícia e indenização por danos morais, em razão de incapacidade funcional laborativa devido ao câncer de intestino decorrente de contaminação por radiação (Césio 137).
Sustenta a parte requerente as hipóteses de ilegitimidade passiva, ocorrência de prescrição e não comprovação do nexo de causalidade entre a doença e o acidente radioativo em Goiânia.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de abril de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0049179-36.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CAMILA KEVILY SOUZA
REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIO CARLOS DE SOUZA
PROC./ADV.: ROBERTO CARLOS DE AZEVEDO OAB: SP168579
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500049-45.2014.4.05.9820
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ ASSIS DE ARRUDA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): JUÍZO DA NOVA VARA DA SJ DA PARAÍBA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, suscitado contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do incidente, aplicando a Súmula 43/TNU.
Apresentadas contrarrazões.
É o relatório.
Não prospera a irresignação.
No presente caso, inexiste decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento. Descabido, portanto, o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 34, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com base no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de abril de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500139-83.2016.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ANA CRISTINA CAVALCANTI BORGES HIGINO
PROC./ADV.: RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO OAB: PE014177A
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500598-40.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GERARDO SACRAMENTO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de novo pedido de uniformização nacional, o qual converto em pedido de remessa ao STJ, apresentado nos termos do § 2º do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:
§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.
Após análise do feito, mantenho a decisão pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que determino a remessa dos presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501278-57.2013.4.05.8306
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SEVERINA FÉLIX VIANA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: PE 573-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o nome da parte requerente pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A TNU, através do PEDILEF n. 05006574920114058300, firmou entendimento no seguinte sentido:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PREEXISTÊNCIA DA INCAPACIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE FUNGIBILIDADE ENTRE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL. REQUISITOS DIFERENCIADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA, POR AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM 22. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. - Pedido de Uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização (TNU) em face de Acórdão que manteve sentença de improcedência quanto à concessão de aposentadoria por invalidez, após constatar a preexistência da incapacidade à filiação ao RGPS, negando a concessão, nos mesmos autos, de benefício assistencial a deficiente; - Recorrente afirma que a decisão contraria o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça quanto à possibilidade do benefício mais adequado e justo para cada caso, sem importar o pedido específico formulado na inicial, não havendo óbice à concessão do benefício assistencial previsto na Lei 8742/93, após comprovada sua incapacidade; - Para demonstrar a divergência de entendimentos, o recorrente apresentou apenas uma decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no ano de 2006, ocasião em que se afirmou a possibilidade de se conceder benefício previdenciário diverso do pretendido, caso preenchidos os requisitos legais (REsp 541.553/MG, Ministro Arnaldo Esteves Lima); - A indicação de um único julgado, por certo, não reflete o entendimento dominante do STJ, e a situação retratada neste processo é distinta daquela tratada no julgado paradigma, pois a pretensão envolve a conversão de um benefício estritamente previdenciário (aposentadoria por invalidez) em um benefício assistencial, não se tratando de fungibilidade entre dois benefícios regidos pelo RGPS; - Necessário haver similitude fática e jurídica entre o Acórdão recorrido e as decisões apontadas como paradigma, não sendo possível à TNU reapreciar os fatos apresentados; - Ademais, a parte autora não formulou, na inicial, o pedido alternativo de substituição da aposentadoria por invalidez pelo benefício assistencial da LOAS. Apenas ventilou a questão da fungibilidade no recurso inominado, reiterando-a no pedido de uniformização. Frise-se, outrossim, que o acórdão recorrido não enfrentou a questão da fungibilidade entre aposentadoria por invalidez e benefício assistencial, apenas mantendo a sentença de improcedência que negou o primeiro benefício; - Aplicação da Questão de Ordem nº 22: Paradigmas apresentados ao ensejo do conhecimento do pedido de uniformização se mostram inadequados a justificá-lo, seja por ausência de similitude fática e jurídica, seja por não ir de encontro com o acórdão recorrido. - Pedido de Uniformização não conhecido."
Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta TNU, no sentido de que concessão de benefício assistencial que não foi objeto do pedido, nem do requerimento administrativo, não poder aditada na fase recursal.
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501748-38.2015.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: LUCIA HELENA OLIVEIRA DA CUNHA CORDEIRO
PROC./ADV.: RICARDO JOSE VARJAL CARNEIRO LEAO OAB: PE-14177
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que deu parcial provimento ao incidente nacional do INSS, em que se discute a incidência do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço do professor.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, no sentido de que não incide o fator previdenciário na aposentadoria do professor.
Apresentada impugnação.
É o relatório.
O pedido não merece acolhimento.
Isso porque esta Turma Nacional de Uniformização reafirmou a tese do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "incide fator previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço do professor quando o segurado não possuir tempo suficiente para concessão do benefício anteriormente à edição da Lei 9.876/99 (que introduziu o Fator Previdenciário".
Assim, não cabe pedido de uniformização dirigido ao STJ quando inexistir a demonstração da divergência com a jurisprudência daquela Corte, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 02 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501780-84.2013.4.05.8309
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): JOSELIA SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR OAB: PE018185
REQUERIDO (A): LUZINETE MARIA DE BRITO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PE000573A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de paridade entre servidores em atividade e inativos ou pensionistas no que tange à gratificação de incentivo GDAPEC, a ser paga a estes até a homologação das avaliações de desempenho daqueles.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5028485-59.2013.4.04.7100, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia e já transitado em julgado, assim decidiu:
"PEDILEF. REPRESENTAIVO DA CONTROVÉRSIA. ADMINISTRATIVO. GDPGPE. RETROATIVIDADE. ART. 7º DA EC Nº 41/2003. IMPOSSIBILIDADE. PET 10.723/RJ. ENTENDIMENTO HÍGIDO. STF. RE 662406. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO.
1. Cuida-se de incidente de uniformização nacional interposto pela União objetivando a reforma de acórdão da 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, pelo qual manteve a sentença de procedência do pedido de paridade entre servidores públicos civis em atividade e inativos ou pensionistas, relativamente à Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE.
2. Aduz, em resumo, que ao estabelecer como data limite para a percepção da vantagem a homologação das avaliações dos servidores ativos, afastou a retroatividade dessas avaliações a janeiro de 2009 em inconformidade com a previsão do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.
3. Contrarrazões pugnam pelo não provimento e pela manutenção do acórdão combatido.
4. O recurso teve o transito negado na origem. Em virtude de agravo foi encaminhado à TNU. Assim, a Presidência do Colegiado Nacional o admitiu e, em conformidade com o art. 17, incisos I e II, do Regimento Interno determinou o processamento como representativo da controvérsia, bem como o sobrestamento dos demais processos.
5. Foi publicado edital, em consonância com o inciso III do art. 17 do RI-TNU, oferecido parecer do Ministério Público Federal (inciso V do RI-TNU), bem como apresentados memoriais pela Defensoria Pública da União defendendo o entendimento adotado no Juízo de origem, em sintonia com o assentado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema, e da União pugnando, em síntese, pelo sobrestamento do feito até o pronunciamento da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça ante a pendência do julgamento da PET 10.723/RJ. E, na hipótese de entendimento diverso, quanto sobrestamento reitera o pleito de provimento do incidente de uniformização, à conta da presunção de constitucionalidade do art. 7º-A, caput, e §§ 1º e 6º, da Lei nº 11.357/2006, de modo a assentar a retroatividade dos efeitos financeiros do primeiro ciclo de avaliação da GDPGPE a 01/01/2009, dada a ausência de declaração de inconstitucionalidade desse dispositivo legal.
Passo ao voto.
6. A controvérsia decorre das posições contrapostas, de um lado o entendimento expressado no acórdão recorrido segundo o qual:
"À luz das premissas consignadas neste voto, conclui-se que a GDPGPE, no âmbito do Comando da Aeronáutica, manteve a natureza de gratificação de caráter geral até sua regulamentação e término do primeiro ciclo de avaliação, este ocorrido em 30/11/2010, conforme art. 13 da portaria nº 803/GC1, de 16/11/2010, do comando da aeronáutica, publicada no DOU em 18/11/2010, momento em que assumiu caráter pro labore faciendo e, portanto, deixou de ser extensível aos inativos e pensionistas com base na garantia constitucional da paridade."
7. Enquanto que a União/recorrente sustenta à conta da presunção de constitucionalidade do art. 7º-A, caput, e §§ 1º e 6º, da Lei nº 11.357/2006 que os efeitos financeiros do primeiro ciclo de avaliação da GDPGPE devem retroagir a 01/01/2009.
8. Portanto, o núcleo da discussão é a retroação dos efeitos financeiros a 01/01/2009 do primeiro ciclo de avaliação de desempenho aplicado aos servidores públicos federais em atividade, e não 30/11/2010 assentado no acórdão recorrido quando a gratificação em questão passou a ser considerada pro labore faciendo, consectário do tratamento igualitário reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, v.g., no Recurso Extraordinário nº 631.389-CE, relator Ministro MARCO AURÉLIO, Plenário em 25/09/2013.
9. Nesse passo, releva considerar que a matéria acha-se pendente de julgamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, Primeira Seção, mercê da PET 10.723/RJ, em virtude da interposição de agravo regimental.
10. Ressalte-se, esse mecanismo recursal é previsto no art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001 que, na forma do § 6º, mutatis mutandis, do mesmo dispositivo prevê a retenção do feito na origem para aguardar o pronunciamento do STJ.
11. Não é outro o entendimento adotado na Decisão do Ministro OG FERNANDES Presidente deste Colegiado Nacional, quando Sua Excelência determinou o sobrestamento e a restituição dos autos à origem, para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior, consoante o processo a seguir transcrito:
PROCESSO: 0016379-11.2011.4.01.3801
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): MARIA DE LOURDES GOMES CARDOSO
PROC./ADV.: MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS RIBEIRO OAB: MG- 48288

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo, tendo em vista que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência do STF.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto a matéria debatida, referente a retroatividade dos efeitos financeiros da GDPGPE, encontra-se pendente de julgamento através da PET 10.723/RJ.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É, no essencial, o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Com efeito, a questão jurídica objeto da presente demanda encontrase afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 10.723/RJ.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, acolho os embargos para anular a decisão anterior e, prosseguindo no julgamento, determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de dezembro de 2015.
MINISTRO OG FERNANDES
12. Conquanto atento à autoridade da compreensão que emerge dos dispositivos legal e regimental externada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, importa ressaltar que a PET nº 10.723/RJ teve liminarmente indeferido o processamento em Decisão da Ministra REGINA HELENA COSTA, em 13.08.2015, por entender à luz de múltiplos precedentes da Corte Superior que pleito da União não se baseia na jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Dessa decisão foi interposto o Agravo Regimental nº 337969/2015 (85) em 27.08.2015 o qual se encontra pendente de julgamento (art. 258-259 do Regimento Interno do STJ).
13. Tal o contexto, dada a especificidade processual da qual não se identifica possibilidade de inflexão no entendimento externado pela Ministra Relatora, de par com o fato de que a matéria faz parte dos temas afetados como representativo da controvérsia (atualização em 26.04.2016, nº 16 da listagem), não se percebe razão suficiente para obstar o julgamento pela TNU, mesmo antes do pronunciamento definitivo do STJ, in casu, ante a convergência jurisprudencial que lastreia a Decisão de indeferimento liminar do processamento em tela; donde não se justifica ficar o Colegiado Nacional de Uniformização impedido de exprimir seu entendimento uniformizador para orientação das demais instâncias componentes do modelo dos Juizados Especiais Federais; mesmo porque a tese uniformizadora, causa ensejadora da PET 10.723, é a mesma assentada pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 662406, com repercussão geral.
14. No tocante à questão específica sob exame, consoante referido linhas acima esta Turma Nacional de Uniformização firmou a tese no mesmo sentido do STF, segundo a qual o termo final do pagamento diferenciado das gratificações de desempenho entre servidores ativos e inativos é a data da homologação do resultado das avaliações após a conclusão do primeiro ciclo correspondente, não podendo a administração retroagir os efeitos financeiros à data anterior, dentre outros julgados, conforme:
PEDILEF 05011939420104058300, relator Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, DJe 22.01.2016, pp. 83-132. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. PROPORCIONALODADE E RETROAÇÃO. PRECEDENTE DA TNU. QUESTÃO PACIFICADA PELO COLEGIADO. DECISÃO NÃO RECONSIDERADA. AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO. Trata-se de agravo regimental oposto contra decisão monocrática desta Relatoria que determinou, nos termos do inciso X do art. 8º do Regimento Interno desta TNU, o retorno do processo ao Juízo Federal de origem para adequação do julgado, tendo em vista precedente deste Colegiado Nacional em razão do julgamento do PEDILEF's 05101183620114058400, Rel. Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 16/08/2013 pág. 79/115; PEDILEF 5000642-68.2013.4.04.7214, Rel Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, DOU 17/04/2015, Seção 1, pág 210. Inicialmente, não reconsidero a decisão anteriormente por mim proferida, por seus próprios fundamentos. Conforme se verifica do PEDILEF 5056174-15.2012.4.04.7100, a jurisprudência recente desta Turma Nacional de Uniformização é tranquila no sentido de que o cálculo do valor da gratificação em tela tem que observar a proporcionalidade da aposentadoria da parte autora. A fundamentação discorrida pela agravante demonstra a evidente pretensão de reexame da questão, que já se encontra uniformizada por este Colegiado acerca da interpretação do direito, a fim de se evitar a aplicação de teses contrárias a situações semelhantes. De mais a mais, a despeito dos paradigmas e do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.368.150-PE, em 16/04/2013, no sentido de não é possível estender o pagamento da gratificação de desempenho GDPGPE no percentual de 80% de seu valor máximo devido aos servidores ativos nos moldes do art. 7º, a, § 7º da Lei nº 11.357/2006, aos servidores inativos, recentemente, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 25 de setembro de 2013, por ocasião do julgando o RE 631389, por votação majoritária, entendeu por estender "aos servidores inativos e pensionistas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a percepção de 80% da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE). A gratificação, prevista na Lei 11.357/2006, é concedida nesse percentual aos servidores ativos daquela autarquia, e a extensão aos inativos vale até a data de conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho. A matéria teve repercussão geral reconhecida." Em consulta ao inteiro teor do acórdão no site do STF, foi possível ter acesso ao voto do Relator Ministro Marco Aurélio, bem como de seus pares, no qual foi discutida a questão da retroação, tendo sido a tese parcialmente provida pelo para estabelecer, "como marco final, como termo final do conteúdo decisório, a avaliação, sem o efeito retroativo" (sic), ficando, dessa forma, consignado no julgamento, que a regra da lei de regência somente passaria a se aplicar a partir da conclusão do primeiro ciclo de avaliação. Contudo, o referido acórdão ainda não transitou em julgado. Muito menos a Pet 10723/RJ, distribuída pela União dirigida ao Supremo Tribunal Federal em 05/11/2014, obteve qualquer decisão até o momento no sentido de unificar a decisão de suspensão em qualquer grau de jurisdição. Já com relação ao RE 662.406/AL, recentemente, o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário da União Federal, negando-lhe provimento, para fixar a tese de que o termo inicial do pagamento diferenciado das gratificações de desempenho entre servidores ativos e inativos é o da data da homologação do resultado das avaliações após a conclusão do primeiro ciclo de avaliações, não podendo a administração retroagir os efeitos financeiros à data anterior. Ressalto que como se extrai do andamento processual do sítio do STF, os autos foram baixados à origem em 12/03/2015. Em sendo assim, impõe-se a manutenção da decisão ora agravada. Desta forma, conheço do agravo regimental, mas nego-lhe provimento.
15. Nessas condições, voto em sede de incidente de uniformização nacional representativo da controvérsia, para refirmar a tese de que o termo final do pagamento diferenciado das gratificações de desempenho entre servidores ativos e inativos é a data da homologação do resultado das avaliações, após a conclusão do primeiro ciclo correspondente, de modo que não pode a Administração retroagir os efeitos financeiros a data anterior."
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Em caso de agravo:
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
//
Em caso de incidente:
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de maio de 2016.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502535-92.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS BORGES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão proferida pela Presidência da TNU que inadmitiu recurso extraordinário interposto pela parte autora, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal.
Requer a parte a admissão do RE e consequente remessa dos autos à Suprema Corte.
É o relatório.
Após análise profícua do feito, mantenho a decisão embargada pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que, com fundamento no art. 35, §2º, do RITNU, determino a remessa dos presentes autos ao Supremo Tribunal Federal para processamento do presente recurso.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 8 de maio de 2017.
MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503821-17.2014.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: RENILDA NUNES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DAVY OLIVEIRA OAB: PE-23762
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OAB: BB-0000000

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, suscitado contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do incidente, aplicando a Súmula 42/TNU.
Apresentadas contrarrazões.
É o relatório.
Não prospera a irresignação.
No presente caso, inexiste decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento. Descabido, portanto, o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 34, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com base no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO: 0506130-74.2015.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
REQUERIDO (A): SILVANA OMENA DE SIQUEIRA
PROC./ADV.: RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO OAB: PE014177A

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 08de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508541-90.2015.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: SELMA CRISTINA CARVALHO SANTOS
PROC./ADV.: RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO OAB: PE014177A
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512500-69.2015.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERIDO(A): MARIA DE FÁTIMA TORRES GONÇALVES
PROC./ADV.: RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO OAB: PE014177A
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513011-67.2015.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ARIOSTO DE CÉSAR FREIRE
PROC./ADV.: RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO OAB: PE014177A
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513843-03.2015.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO MOTA FERREIRA
PROC./ADV.: RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO OAB: PE014177A
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523251-70.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALONSO ALVES FERREIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de remessa ao STJ apresentado nos termos do § 2º do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:
§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.
Após análise do feito, mantenho a decisão pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que determino a remessa dos presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000090-48.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SILVIO SCHMITZ
PROC./ADV.: KÁSIA FERNANDES PALANOWSKI OAB: SC-14271

DESPACHO

Abra-se vista à parte contrária (União) para manifestar-se acerca da petição protocolada em 02/05/2017.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 03 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009088-12.2012.4.04.7112
ORIGEM: Turma Regional de Uniformização da 4ª Região
REQUERENTE: JOBAIR COSTA MACHADO
PROC./ADV.: ANDRÉ LUIZ BATISTA FIGUEREDO OAB: RS-55220
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DESPACHO

Trata-se de pedido de uniformização regional, interposto nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01.
Inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal, a parte autora interpôs agravo para a Turma Regional.
Ocorre que, ao invés de os autos terem sido encaminhados à Turma Regional - competente para julgar o agravo interposto contra pedido de uniformização regional, como é o caso dos autos, o foram para esta Turma Nacional de Uniformização.
Desse modo, não sendo a TNU competente para o julgamento do feito, pelos motivos acima expostos, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para o prosseguimento do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de abril de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5012754-97.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: THAIS TAKAHASHI OAB: PR-34202
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo, o qual converto em pedido de remessa ao STJ, apresentado nos termos do § 2º do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:
§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.
Após análise do feito, mantenho a decisão pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que determino a remessa dos presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5016020-43.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): MIGUEL ANGELO BUZZI
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO

Abra-se vista à União para manifestar-se acerca do pedido de desistência (petição protocolada em 26/4/2017).
Após, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 28 de abril de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5018081-17.2011.4.04.7100
ORIGEM: Turma Regional de Uniformização da 4ª Região
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
REQUERIDO(A): AMARO JOSE PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, no qual se discute a possibilidade de conversão de tempo de serviço comum em especial após a edição da Lei 9.032/95.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de abril de 2017.
MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5022801-81.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ARAUJO ANTONIO OLTRAMARI
PROC./ADV.: HERLON TEIXEIRA OAB: SC-15 247
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte autora, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo colegiado da TNU, em que se discute a incidência do imposto de renda sobre juros de mora decorrentes do pagamento de atrasados à parte autora em ação trabalhista.
É o relatório.
O recurso merece seguimento.
Em um primeiro juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto atende aos requisitos formais necessários, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.
Logo, com fundamento no art. 35, §2º, do RITNU, preenchidos os pressupostos formais necessários, admito o Recurso Extraordinário e determino sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de maio de 2017.
MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 185, DE 8 DE MAIO DE 2017

A Desembargadora TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, com base no disposto no artigo 9.º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 52 da Lei n.º 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e Acórdão TCU n.º 3.652, de 10 de dezembro de 2013, e conforme artigo 22, inciso XXV, da Resolução n.º 170 TRE/MS, de 18 de dezembro de 1997, Regimento Interno deste órgão, RESOLVE: Art. 1º. Determinar o desbloqueio de créditos no valor de R$ 752.180,00 (setecentos e cinquenta e dois mil, cento e oitenta reais). Art. 2º. Revoga-se a portaria presidencial nº. 183/2017 TRE/PRE/GABPRE. Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Desª. TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1.113, DE 5 DE MAIO DE 2017

Altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios relativo ao exercício financeiro de 2017, nos termos do artigo 57 da Lei nº 13.408/2016 (LDO).

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no artigo 57 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº. 13.408, de 26 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar na forma do anexo desta Portaria, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal para o exercício de 2017, da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo aos grupos de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e de Capital, constantes da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, em decorrência de crédito suplementar aprovado, bloqueio e limitação de empenho e movimentação financeira de recursos, efetivados pela Portaria Interministerial 93, de 13 de abril de 2017, Portaria Conjunta nº 1, de 29 de março de 2017, e Portaria Conjunta nº 2, de 6 de abril de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. HUMBERTO ADJUTO ULHÔA

ANEXO DA PORTARIA GPR Nº 1113/2017
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2017

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS CATEGORIA DE GASTO "A"		OUTRAS DESPESAS CORRENTES CATEGORIA DE GASTO "C"		INVESTIMENTO CATEGORIA DE GASTO "D"		LIMITE TOTAL	
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO
JANEIRO	300.000.000,00	300.000.000,00	39.381.752,75	39.381.752,75	0,00	0,00	339.381.752,75	339.381.752,75
FEVEREIRO	167.000.000,00	467.000.000,00	39.363.333,02	78.745.085,77	18.419,73	18.419,73	206.381.752,75	545.763.505,50
MARÇO	167.000.000,00	634.000.000,00	62.750.823,33	141.495.909,10	0,00	18.419,73	229.750.823,33	775.514.328,83
ABRIL	161.841.722,00	795.841.722,00	39.381.752,75	180.877.661,85	0,00	18.419,73	201.223.474,75	976.737.803,58
MAIO	175.930.386,00	971.772.108,00	30.676.758,02	211.554.419,87	4.758.584,16	4.777.003,89	211.365.728,18	1.188.103.531,76
JUNHO	180.000.000,00	1.151.772.108,00	30.676.758,02	242.231.177,89	4.758.584,16	9.535.588,05	215.435.342,18	1.403.538.873,94
JULHO	180.000.000,00	1.331.772.108,00	30.676.758,02	272.907.935,91	4.758.584,16	14.294.172,21	215.435.342,18	1.618.974.216,11
AGOSTO	180.000.000,00	1.511.772.108,00	30.676.758,02	303.584.693,93	4.758.584,16	19.052.756,37	215.435.342,18	1.834.409.558,29
SETEMBRO	180.000.000,00	1.691.772.108,00	30.676.758,02	334.261.451,94	4.758.584,16	23.811.340,52	215.435.342,18	2.049.844.900,47
OUTUBRO	180.000.000,00	1.871.772.108,00	30.676.758,02	364.938.209,96	4.758.584,16	28.569.924,68	215.435.342,18	2.265.280.242,65
NOVEMBRO	280.000.000,00	2.151.772.108,00	30.676.758,02	395.614.967,98	4.758.584,16	33.328.508,84	315.435.342,18	2.580.715.584,82
DEZEMBRO	6.321.448,00	2.158.093.556,00	30.676.758,02	426.291.726,00	4.758.584,16	38.087.093,00	41.756.790,18	2.622.472.375,00

Notas:
1)Excluídas as despesas custeadas com recursos diretamente arrecadados nas fontes 150/180/181, os quais não geram cotas financeiras a receber do Tesouro Nacional, no total de R$ 88.390.393,00.
2) Este cronograma poderá ser alterado nos casos de aprovação de crédito adicional e contingenciamento de recursos.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 26 DE JANEIRO DE 2017

030430. Processo nº 003173/2016. Nº Originário:09/2015. Recorrente:MARIA NANCY LEITE D ARIENZO. Recorrido: CRF/SP. Relator: ALEX SANDRO RODRIGUES BAIENSE. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF, objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.
030431. Processo nº 002583/2016. Nº Originário:067/2015. Recorrente:LUIZ ALFREDO VIGANO. Recorrido: CRF-PR. Relator: AMILSON ÁLVARES. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia em conhecer do Recurso para no mérito, negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a a decisão do Órgão Regional de suspensão por 3 (três) meses do exercício profissional, ante as razões expostas pelo Relator, que integra este julgado.
030432. Processo nº 003316/2016. Nº Originário:156/2015. Recorrente:MIDIMARA SALLE. Recorrido: CRF-PR. Relator: AMILSON ÁLVARES. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, reduzindo-se a multa de 2 (dois) para 1 (um) salário mínimo, ante as razões apresentadas pela recorrente.
030433. Processo nº 002578/2016. Nº Originário:00502/2015. Recorrente:LUCIANE DA SILVA QUIRINA. Recorrido: CRF-MT. Relator: ANGELA CRISTINA R. CUNHA CASTRO LOPES. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, modificando a penalidade imposta pelo CRF de suspensão por 6 (seis) meses, para multa de 3 (três) salários mínimos regionais que serão elevados ao dobro, nos termos do voto da Conselheira Relatora , que faz parte integrante do julgado.
030434. Processo nº 002717/2016. Nº Originário:83/2015. Recorrente:KATIA BUENO DECKMANN. Recorrido: CRF-RS. Relator: ANGELA CRISTINA R. CUNHA CASTRO LOPES. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, modificando a penalidade imposta pelo CRF, excluindo-se a multa de 1 (um) salário mínimo regional da condenação, mantendo-se a advertência sem publicidade nos termos do voto da Conselheira Relatora, que faz parte integrante do julgado.
030435. Processo nº 002762/2016. Nº Originário:128/2013. Recorrente:ANA PAULA COUTO DA SILVA ERLACHER. Recorrido: CRF-ES. Relator: BRÁULIO CÉSAR DE SOUSA. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em acolher in totum o voto do Conselheiro Revisor Dr. Adriano Vieira da Silva, para DAR PROVIMENTO AO RECURSO afastando-se a penalidade imposta pelo CRF/ES, nos termos do voto do Conselheiro Revisor que faz parte integrante do julgado. O Relator concordou integralmente com o voto do Revisor, votando no mesmo sentido.
030436. Processo nº 002593/2016. Nº Originário:00202/2015. Recorrente:LUANA INGRIDY DIAS BARROS. Recorrido: CRF-MT. Relator: BRAÚLIO CÉSAR DE SOUSA. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF, objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.
030437. Processo nº 003323/2016. Nº Originário:76/2015. Recorrente:DANIELI CARLOS DOS SANTOS. Recorrido: CRF-SP. Relator: BRÁULIO CÉSAR DE SOUSA . Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, modificando a penalidade de multa aplicada pelo CRF/SP, para 3 (três) salários mínimos regionais, nos termos do voto do Conselheiro Relator que faz parte integrante deste julgado.
030438. Processo nº 002725/2016. Nº Originário:129/2013. Recorrente:ELIANE BALBINO. Recorrido: CRF-ES. Relator: FERNANDO LUÍS B. DE CARVALHO LOBATO. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em acolher in totum os votos dos Conselheiros Relator e Revisor, para DAR PROVIMENTO AO RECURSO absolvendo-se integralmente a recorrente das imputações feitas pelo CRF/ES, ante a inexistência de provas suficientes que fundamentem a condenação.
030439. Processo nº 002718/2016. Nº Originário:22/2015. Recorrente:Joseane Neri Silva. Recorrido: CRF-MG. Relator: FORLAND OLIVEIRA SILVA. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF, objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.
030440. Processo nº 002579/2016. Nº Originário:073/2015. Recorrente:MARCOS VINICIUS ZANDONADI BERNAL. Recorrido: CRF-PR. Relator: FORLAND OLIVEIRA SILVA. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF, objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.
030441. Processo nº 003174/2016. Nº Originário:46/2015. Recorrente:RENATO DE PAULA. Recorrido: CRF-RS. Relator: FORLAND OLIVEIRA SILVA. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF, objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.
030442. Processo nº 002587/2016. Nº Originário:0039/2015. Recorrente:EDIONE LACI SILVESTRE. Recorrido: CRF-RS. Relator: GEDAYAS MEDEIROS PEDRO. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF, objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.
030443. Processo nº 003198/2016. Nº Originário:7777/2015. Recorrente:LUANA SAMPAIO GRATAO. Recorrido: CRF-GO. Relator: GERSON ANTÔNIO PIANETTI. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF, objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.
030444. Processo nº 002722/2016. Nº Originário:90/2015. Recorrente:VIRGINIA MESSAGE DUTRA. Recorrido: CRF-RS. Relator: GERSON ANTÔNIO PIANETTI. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF, objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.
030445. Processo nº 002584/2016. Nº Originário:111/2011. Recorrente:RICARDO JOSE MARIM. Recorrido: CRF-ES. Relator: JOSÉ RICARDO ARNAUT AMADIO. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, modificando a penalidade pelo CRF/ES, para advertência por escrito com o uso da palavra censura, nos termos do voto do Conselheiro Relator que faz parte integrante deste julgado.
030446. Processo nº 003317/2016. Nº Originário:016/2015. Recorrente:JAIR PERARO. Recorrido: CRF-MS. Relator: JOSÉ RICARDO ARNAUT AMADIO. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF, objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.
030447. Processo nº 002727/2016. Nº Originário:127/2013. Recorrente:ABNER DA SILVA PEREIRA. Recorrido: CRF-ES. Relator: JOSUÉ SCHOSTACK. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF, objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.
030448. Processo nº 003196/2016. Nº Originário:95/2014. Recorrente:CHRISTINE RACHELLE PRESCENDO CHAVES. Recorrido: CRF-RS. Relator: MARCOS AURÉLIO FERREIRA DA SILVA. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, considerando que a recorrente não apresentou razões plausíveis capazes de modificar o entendimento do Plenário, mantendo-se a penalidade aplicada pelo CRF, objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO 30.451, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Processo Administrativo nº 1850/2017. Nº Originário: OF. PRES. Nº 042/2017. Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO DISTRITO FEDERAL - CRF/DF. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHOA LACERDA. Ementa: Regimento Interno do CRF/DF. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Inteligência do artigo 6º, alínea "c", da Lei 3.820/60. Estrita observância da Resolução/CFF nº 603/14. Nova composição do Plenário do CRF/DF, passando dos anteriores 18 (dezoito) Conselheiros Regionais, sendo 15 (quinze) Titulares e 3 (três) Suplentes; para 15 (quinze) Conselheiros Regionais, sendo 12 (doze) Titulares e 3 (três) Suplentes, resguardados o término dos mandatos atuais. Pela homologação. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO DISTRITO FEDERAL, conforme as determinações previstas na Resolução/CFF nº 603/14, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão e que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 85 de 5 de maio de 2017, Seção 1, página 211, na publicação do acórdão do RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10437/2015, onde se lê: "RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10473/2015", leia-se: "RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10437/2015".

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 6 DE MAIO DE 2017

Altera a Resolução CFP n.º 034/2015, que define e regulamenta a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO a necessidade de se contar com um grupo qualificado que possa permanentemente discutir procedimentos técnicos e instrumentos de avaliação psicológica, produzindo uma revisão periódica das resoluções e normas adequando-as aos novos contextos;

CONSIDERANDO que desde 24 de março de 2003 essa função tem sido desempenhada pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica;

CONSIDERANDO a importância da atividade desempenhada pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica que impõe a necessidade de regulamentar de forma transparente o seu funcionamento; resolve:

Art. 1º - A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP), criada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em março de 2003, tem por função discutir e propor diretrizes, normas e resoluções no âmbito da avaliação psicológica, além de conduzir o processo de avaliação dos testes psicológicos submetidos ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI).

Art. 2º - São atribuições da CCAP:

I - Emitir pareceres em resposta a demandas dirigidas ao CFP em matéria de avaliação psicológica;

II - Elaborar e propor atualizações de documentos técnicos e normativos do CFP relativos à avaliação psicológica;

III - Conduzir o processo de avaliação dos instrumentos submetidos ao SATEPSI;

IV - Discutir temas e dar subsídios ao CFP para embasar ações no âmbito da avaliação psicológica.

Art. 3º - A CCAP será composta por, no mínimo, 7 (sete) membros, sendo ao menos 1 (um) e no máximo 3 (três) destes provenientes do Plenário do CFP.

§ 1º - Para compor a comissão o CFP poderá consultar as entidades científicas da área de avaliação psicológica vinculadas ao FENPB;

§ 2º - Os membros devem:

I - Possuir título de doutor;

II - Possuir predominantemente produção científica em área relacionada a processos de avaliação psicológica.

§ 3º - Os membros da CCAP devem ser, preferencialmente, de distintas regiões geopolíticas e especialidades da avaliação psicológica.

§ 4º - É facultado à CCAP convocar pareceristas ad hoc para subsidiar suas atividades.

Art. 4º - A composição da CCAP findará na conclusão do mandato da gestão do Plenário do CFP.

Art. 5º - O trabalho da Comissão e dos pareceristas ad hoc não será remunerado, e não representará vínculo empregatício com o CFP.

Art. 6º - O orçamento para os trabalhos da Comissão constará no Planejamento Estratégico anual do CFP.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução CFP 034/2015 e o Art. 8º da Resolução CFP nº 002/2003.

ROGÉRIO GIANNINI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE

RESOLUÇÃO Nº 1.095, DE 6 DE ABRIL DE 2017

Aprova o protesto de certidões de dívida ativa no âmbito do Sistema Confere/Cores.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, no uso da atribuição legal conferida pelo artigo 10, V, da Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 8.420, de 08 de maio de 1992 e 12.246, de 27 de maio de 2010,

CONSIDERANDO que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais são entidades disciplinadoras do exercício da profissão do representante comercial, conforme o disposto no art. 6º da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965;

CONSIDERANDO o elevado índice de inadimplência em relação ao pagamento de anuidades por parte de pessoas físicas e jurídicas registradas nos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais;

CONSIDERANDO os elevados custos operacionais e financeiros, inclusive com despesas judiciais, que devem ser antecipadas, na forma da Lei n° 9.289, de 4 de julho de 1996, para a cobrança judicial dos créditos decorrentes de anuidades e multas inadimplidas;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4697 e 4762, em 06/10/2016, autoriza, em seu art. 6º, §2º, os Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas estabelecerem regras de recuperação de créditos;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, em seu art. 25, acrescentou o parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 9.492/1997, que define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências, incluindo entre os títulos sujeitos a protesto, as certidões de dívida ativa (CDA) da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas;

CONSIDERANDO que a utilização do protesto das certidões de dívida ativa para cobrança de débitos se revela medida mais econômica e vantajosa para os cofres dos Conselhos Regionais do que o ajuizamento de ações de execução fiscal, seja pelo elevado valor das custas judiciais e pela demora na tramitação dos processos;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reconheceu as vantagens da utilização do protesto e recomendou aos tribunais estaduais a edição de ato normativo para regulamentar a possibilidade de protesto de CDA;

CONSIDERANDO que a Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União, celebrou convênio com o Instituto de Estudos e Protestos de Títulos do Brasil (IEPTB), por meio do qual se permite que a PGF encaminhe a protesto as certidões de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, sem o pagamento de emolumentos prévios, que são cobrados dos devedores;

CONSIDERANDO a legalidade do convênio que será firmado com o Instituto de Estudos e Protestos de Títulos, sem despesas para o Conselho Regional, como emolumentos, custas e quaisquer outras reembolsáveis;

CONSIDERANDO que as anuidades devidas aos Conselhos de Fiscalização Profissional possuem natureza jurídica de tributo, gerando a obrigatoriedade de sua constituição em dívida ativa, na forma da legislação vigente, e a devida cobrança, nos casos de inadimplência;

CONSIDERANDO o que ficou deliberado sobre o assunto em Reunião Plenária desta entidade, realizada entre os dias 27 e 31 de março do corrente ano, resolve:

Art. 1º Os Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais integrantes do Sistema Confere/Cores, interessados em protestar as Certidões de sua Dívida Ativa, decorrentes do não pagamento de anuidades, multa e juros de mora, devidos pelos profissionais da representação comercial, pessoas naturais e jurídicas, ficam autorizados a celebrar acordos ou convênios de cooperação técnica com o Instituto de Estudos e Protestos de Títulos de suas respectivas bases territoriais, desde que não acarretem custos aos Conselhos credores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

SOLANGE BARBOSA AZZI
Procuradora-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.098, DE 6 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o Programa de Recuperação de Créditos para o Sistema Confere/Cores.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais, no exercício de suas atribuições legais descritas no art. 10, VIII da Lei 4.886/65 e no art. 6º, inciso XIX do Regimento Interno da entidade,

CONSIDERANDO o alto índice de inadimplência das anuidades, taxas e emolumentos devidos aos Conselhos Regionais de Representação Comercial;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal dos Representantes Comerciais a normatização e a determinação das diretrizes e procedimentos adotados para a cobrança de créditos, inscrição em dívida ativa e execução fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecimento de parâmetro alternativo aos executivos fiscais para a operacionalização da recuperação dos créditos de forma mais eficiente e célere, com a finalidade de reverter o quadro de inadimplência e evitar a prescrição;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514/11, que trata das contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral, em seu art. 4°, mantém a obrigação dos mesmos cobrarem, entre outras obrigações, as suas anuidades;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514/2011, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4697 e 4762, em 06/10/2016, no seu art. 6º, § 2º, autoriza aos Conselhos de profissões regulamentadas que estabeleçam descontos para profissionais recém-inscritos, critérios de isenção para profissionais, regras de recuperação de créditos, regras de parcelamento, garantido o número mínimo de 5 (cinco) vezes, e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista, sem que isso implique em renúncia de receitas próprias de cada Conselho;

CONSIDERANDO o que ficou deliberado sobre o assunto em Reunião Plenária desta entidade, realizada entre os dias 27 e 31 de março do corrente ano, resolve:

CAPÍTULO I - DO PROGRAMA

Art. 1º Instituir o I Programa de Recuperação de Créditos do Sistema Confere/Cores, objetivando a regularização de débitos de anuidades dos representantes comerciais inadimplentes.

Parágrafo único. A adesão ao I Programa de Recuperação de Créditos do Sistema Confere/Cores fica a critério dos Conselhos Regionais vinculados.

Art. 2º Os débitos provenientes de anuidades e multas, atualizados monetariamente e calculados até a data do recolhimento pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) poderão ser pagos com redução dos acréscimos legais de juros e de multa, nas condições estabelecidas nesta Resolução.

§ 1º Incluem-se no Programa, os débitos de anuidades vencidas e os demais débitos vencidos até 31/12/2016, de pessoas físicas e jurídicas, incluído o saldo remanescente dos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º O Programa se aplica, igualmente, aos débitos inscritos em dívida ativa e aos que estejam em fase de execução fiscal já ajuizada.

Art. 3º A adesão deverá ser feita por meio de requerimento dirigido ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais, conforme modelo.

Art. 4º O requerimento de inclusão no Programa deverá ser apresentado no período de 01/05/2017 a 30/09/2017, voltando a prevalecer as regras anteriores de parcelamento de débitos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término da vigência desse Programa.

Art. 5º Os débitos serão consolidados na data do requerimento e divididos pelo número de parcelas indicadas pelo devedor, nos termos do Art. 6º desta Resolução, devendo cada parcela ter o valor mínimo de R$ 100,00 (cem reais).

CAPÍTULO II - DOS PARCELAMENTOS

Seção I - Do Parcelamento dos Débitos

Art. 6º Os débitos que não tenham sido objeto de parcelamento anterior poderão ser pagos com redução da multa e juros, da seguinte forma:

I - à vista com 100% (cem por cento) de desconto sobre multa e juros;

II - de 2 a 6 parcelas, com 80% (oitenta por cento) de desconto sobre multa e juros;

III - de 7 a 10 parcelas, com 60% (sessenta por cento) de desconto sobre multa e juros;

IV - de 11 a 15 parcelas, com 40% (quarenta por cento) de desconto sobre multa e juros;

V - de 16 a 20 parcelas, com 30% (trinta por cento) de desconto sobre multa e juros.

VI - de 21 a 24 parcelas, com 20% (vinte por cento) de desconto sobre multa e juros.

Seção II - Do parcelamento de Débitos Remanescentes de Outros Parcelamentos

Art. 7º Os devedores que tenham sido beneficiados com outros parcelamentos e não tenham quitado integralmente os seus débitos, poderão requerer a inclusão do saldo devedor no Programa, desde que, aplicados os prazos e as condições previstas nesta Resolução, efetuem o pagamento de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo remanescente no ato da adesão a este programa.

§ 1° No reparcelamento poderão ser incluídos novos débitos, sobre os quais não incidirá o percentual previsto no caput deste artigo.

§ 2º Nos casos de reparcelamento de saldo remanescente de parcelamento anterior, ao percentual fixado no caput deste artigo será acrescido o valor correspondente aos acréscimos a serem reincluídos no débito.

Art. 8º Ficam os Conselhos Regionais autorizados a receber os débitos decorrentes do Programa de Recuperação de Créditos por meio de cartões de crédito e débito, observados os limites de parcelamento contratados pelos Cores com as administradoras dos cartões.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

SOLANGE BARBOSA AZZI
Procuradora-Geral

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAZONAS

DECISÃO Nº 10, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

Institui normas para o pagamento auxílio representação e jeton no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem.

O Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas - COREN-AM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, art.15, incisos III e XIV; no Regimento Interno do COREN-AM, art.8º, incisivo XX e art. 51 e cumprindo a Deliberação da Plenária em sua R.E.P., Nº 170ª/2017, da Junta Governativa do COFEN que atua no COREN/AM, ocorrida em 24 de fevereiro de 2016; CONSIDERANDO a Resolução COFEN Nº 0470/2015, de 24 de fevereiro, que dispõe sobre normas gerais para o pagamento do auxílio de representação e de jeton no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, e dá outras providências; CONSIDERANDO a Resolução COFEN Nº 491/2015 de 26 de outubro de 2015, que Estabelece normas gerais para concessão de auxílio representação no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, revoga dispositivos da Resolução Cofen nº 0470/2015, e dá outras providências. CONSIDERANDO que, a teor do art. 2º, § 3º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas foram autorizados a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais; CONSIDERANDO que a administração pública deve pautar-se nos princípios enumerados no art. 37, caput, da Constituição Federal, como bem assim nos princípios da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão; CONSIDERANDO a necessidade de conceder aos Conselheiros do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas meios materiais para desempenharem suas funções, no caso de auxílio representação, em especial, também pela impossibilidade de praticarem atividades remuneradas; CONSIDERANDO o teor da decisão do TCU no Acórdão 549/2011 - Segunda Câmara (AC-0549-02/11-2) e tudo quanto consta do voto do Ministro Relator Augusto Sherman Cavalcanti no referido decisum; CONSIDERANDO a Decisão Cofen nº 063/2015, de 28/05/2015 e a Decisão Cofen nº241/2016 de 11/10/2016, que designaram a Junta Governativa do Cofen para atuar no COREN-AM; CONSIDERANDO, finalmente, a deliberação do Plenário do Coren-AM em sua 171ª Reunião Extraordinária de Plenário, decide:

Art. 1º - Aos conselheiros efetivos, e suplentes convocados é devido o pagamento de jeton, pela efetiva participação nas reuniões plenárias ordinárias ou extraordinárias, ou ainda nas reuniões de Diretoria, com a finalidade de ressarcir os meios materiais utilizados para o desempenho de suas funções junto aos respectivos conselhos a que legalmente integram. Parágrafo único - Consiste o jeton em verba de natureza indenizatória, transitória, circunstancial, não possuindo caráter remuneratório e que tem como objetivo exclusivo de retribuir pecuniariamente os conselheiros pelo comparecimento às sessões plenárias e reuniões de diretoria do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas.

Art. 2º - O valor máximo a ser pago a título jeton, por dia de comparecimento nas reuniões plenárias ou de diretoria de que trata o art. 1º desta Decisão, no âmbito do Coren/AM, será de R$ 333,84 (Trezentos e Trinta e Três Reais e Oitenta e Quatro Centavos) cada, ficando o Conselho limitado ao pagamento de 06 (seis) jetons mensais. § 1º - Na hipótese da ocorrência, em um mesmo dia, de reunião plenária e de reunião de diretoria, havendo compatibilidade, será pago o valor de 01 (um) jeton pela participação efetiva na reunião plenária e o valor de 01 (um) jeton pela participação efetiva na reunião de diretoria. § 2º - Em caráter excepcional, poderá ser pago um número maior de jetons, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente. § 3º - O jeton devido ao conselheiro presidente deverá ser acrescido do percentual de 30% (trinta por cento). § 4°- O jeton devido aos demais conselheiros diretores deverá ser acrescido do percentual de 20% (vinte por cento).

Art. 3º - Será devido o auxílio representação aos conselheiros regionais pela prática de atividades político-representativas e de gerenciamento superior, destinado à indenização dos meios materiais utilizados para o desempenho de suas funções junto ao Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas. § 1° - O auxílio representação poderá ser pago ao profissional de enfermagem, legalmente habilitado e em pleno gozo de seus direitos inerentes ao exercício profissional, nos termos da legislação vigente, pelo desempenho de atividades político representativas do Conselho, desde que expressamente convocados, nomeados ou designados para tal fim. § 2° - O auxílio representação poderá ser pago, ainda, ao profissional de outra categoria, com capacidade técnica ou científica reconhecida, diante da necessidade da administração pública na realização de atividades de interesse público, desde que expressamente convidados e, ressalvando a possibilidade de contratação especifica através de processo licitatório.

Art. 4º - Para o pagamento do auxílio representação no âmbito do Coren-AM, aos conselheiros regionais, fixa o valor unitário de R$ 400,61 (quatrocentos reais e sessenta e um centavos), correspondente a um dia de atividade representativa ou de gerenciamento superior, limitado ao número máximo mensal de 15 (quinze) auxílios representação. § 1º - Em caráter excepcional, poderá ser pago um número maior de auxílio de representação, desde que devidamente justificado e autorizado pela diretoria do respectivo conselho, e que não incida em dia não útil. § 2º - O auxílio representação, a ser pago ao conselheiro presidente, deverá ser acrescido do percentual de 30% (trinta por cento). § 3º - O auxílio representação, a ser pago aos demais conselheiros diretores, deverá ser acrescido do percentual de 20% (vinte por cento). § 4º - Os profissionais de enfermagem convocados, nomeados ou designados, assim como os profissionais de outras categorias convidados, receberão 80% (oitenta por cento) do equivalente ao auxílio representação. § 5º - O pagamento de auxílio de representação, dada a especialidade da circunstância, é de natureza indenizatória, devendo ser comprovada mediante apresentação de relatório mensal ou circunstancial de atividades do conselheiro, profissional de enfermagem ou profissional de outra categoria ao setor competente, atestando o cumprimento da atividade/função que lhe foi confiada. § 6º - Além do relatório mensal ou circunstancial, a título de comprovação da realização da atividade, deverão ser juntados, declaração de participação em eventos ou atividades, cópia de diplomas ou certificados de participação, cópia de ata de reunião, cópia de lista de presença, e outros documentos.

Art. 5º - Nos casos e circunstâncias de reconhecida excepcionalidade, devidamente justificados, poderá ser pago o auxílio representação e a diária ao mesmo tempo, em razão de terem fundamentação distinta.

Art. 6º - O Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas deverá emitir normas regulamentares a esta Decisão no âmbito da sua jurisdição, devendo fixar os valores a serem pagos, a título de jeton e auxílio representação, em conformidade com a disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros que dispõem aos quais ficam condicionados. § 1º - Na fixação do valor do jeton e do auxílio representação, deverá o Conselho Regional observar a receita líquida, respeitando os limites necessários ao cumprimento das demais obrigações, para que não venha a causar prejuízos à Administração Pública, sob as penas de Lei. § 2º - As decisões do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas de que trata o caput, deverão ser encaminhadas ao Cofen para fins de homologação.

Art. 7º - É defeso ao Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas praticar valores e limites superiores ao estabelecido no presente ato resolutivo, para o pagamento de jeton e auxílio de representação.

Art. 8º - Os valores fixados nesta resolução deverão ser atualizados anualmente, no mês de fevereiro de cada exercício, aplicando-se o índice do INPC, por decisão do plenário do Coren AM.

Art. 9º - Os procedimentos e os formulários necessários ao requerimento, concessão e prestação de contas das verbas indenizatórias encontram-se positivados no Manual de Procedimentos para Formalização do Processo de Concessão de Auxílio de Representação e Jeton, contido no anexo I da presente Decisão.

Art. 10 - Esta Decisão deverá ser homologada pelo Cofen e entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I
MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO E JETON

Procedimentos para formalização do processo de concessão de auxílio de representação e jeton pagos a Conselheiros, assim como auxílio de representação pago a Colaboradores do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas. Art. 1° O presente Manual define critérios a serem observados por parte dos envolvidos na sistemática de concessão de jeton pagos a Conselheiros, assim como auxílio de representação pagos a Conselheiros e Colaboradores do Coren-AM. Art. 2° Para percepção de auxílio de representação, as requisições, inclusive via e-mail, serão encaminhadas à área especificadamente designada pela Presidência. Art. 3° Os Auxílios de representação serão concedidos, observando-se os seguintes critérios: I. Formulário de requisição, devidamente preenchido (Anexo I-A); II. Portaria de designação, convocatória (Anexo I-C) ou convite oficial, quando cabíveis; III. Relatório circunstancial que correlacione especificamente os dias despendidos com as atividades desenvolvidas (Anexo I-B); IV. Documentos comprobatórios da realização das atividades realizadas como, por exemplo, declaração de participação em eventos ou atividades, cópia de diplomas ou certificados de participação, cópia de ata de reunião, cópia de lista de presença. §1° Convite Oficial, entre outras situações, pode ser entendido como a Convocatória (Anexo I-C) encaminhada a membros de Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas ou Comissões; §2° A Convocatória é de responsabilidade do Coordenador do Grupo de Trabalho, Câmara Técnica ou da Comissão, quando da realização de suas atividades. §3° No caso de execução das atividades serem desenvolvidas somente pelo Coordenador do Grupo de Trabalho, Câmara Técnica ou Comissão, sem a necessidade da convocatória dos demais membros dessas, poderá o Coordenador justificar a necessidade no campo específico da requisição de auxílio de representação. §4° Para comprovação da condição de legalmente habilitado e em pleno gozo de seus direitos inerentes ao exercício profissional, o requisitante, que não for conselheiro regional, deverá promover a juntada, anualmente, na primeira requisição de Auxílio de Representação do Exercício, cópia da carteira profissional de enfermagem e declaração do COREN AM, informando que o mesmo encontra-se em pleno gozo de seus direitos inerentes ao exercício profissional. §5° Para comprovação da capacidade técnica ou científica, o requisitante, que não for conselheiro regional ou profissional de enfermagem, deverá promover a juntada, na primeira requisição, de Auxílio de Representação do Exercício, cópia do Curriculum Lattes e Cópia do Diploma de Conclusão de Curso de Graduação ou do Diploma de Especialista, Mestre, Doutor ou Pós-Doctor, quando for o caso. Art. 4° A percepção de jeton esta adstrita ao comparecimento às reuniões em Plenário ou Diretoria, mediante Documento de Comprovação de Comparecimento encaminhado pelo Secretário do Coren-Am. §1°. Para o cálculo da quantidade de jeton devida, considerar-se-á o dia de comparecimento. §2°. Na hipótese da ocorrência, em um mesmo dia, de reunião plenária e de reunião de diretoria, havendo compatibilidade, será pago o valor de 01 (um) jeton pela participação efetiva na reunião plenária e o valor de 01 (um) jeton pela participação efetiva na reunião de diretoria. Art. 5° A apresentação de formulários indevidamente preenchidos ou com documentação inapropriada ou ausentes, serão recusados e a área competente comunicará de imediato ao requisitante para proceder à respectiva adequação. Art. 6° Em situação de excepcionalidade, quando não puderem ser observados os instrumentos de designação especificados no artigo 3° (Portaria, Convocatória ou Convite Oficial), deverá ser adotado o ato autorizativo proposto no Anexo I-D, desta Decisão. Art. 7° Os Auxílios de Representação concedidos pelo Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas deverão ser autorizados pela Presidência da Autarquia ou responsável especificamente designado por meio de Portaria. Art. 8° Os processos de concessão de Auxílio de Representação e de Jeton, devidamente contabilizados, serão encaminhados para análise de regularidade pela área técnica a ser designada pela Presidência, que encaminhará para aprovação do ordenador de despesa ou a quem este delegar. Parágrafo único - Os ordenadores de despesa, de que trata o caput do presente artigo, são: Presidente e Tesoureiro. Art. 9° Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas, por meio de Decisão.

PAULO JORGE PINHEIRO LIMA
Presidente do Conselho
COREN-AM nº 19832

NEUZA MARIA CORRÊA PAULA
Secretária da Junta Governativa
COREN-AM nº 12623

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 6, DE 3 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 13ª REGIÃO - CRQ-XIII, conforme o princípio da legalidade previsto no caput do artigo 37 da Constituição Federal, com fundamento no artigo 17 da Lei n.º 2.800/56, e no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º do Regimento Interno desta Autarquia Federal de Fiscalização do Exercício Profissional, resolve sobre as regras de contagem de prazos administrativo:

Art. 1º No âmbito do Conselho Regional da 13ª Região - SC, todos os prazos processuais serão contados de forma contínua e em dias úteis.

Art. 2º A intimação dos atos administrativos provenientes do Conselho Regional da 13ª Região - SC se dará na data da assinatura do aviso de recebimento (ar), iniciando-se a contagem no 1º dia útil após a assinatura do aviso de recebimento (ar).

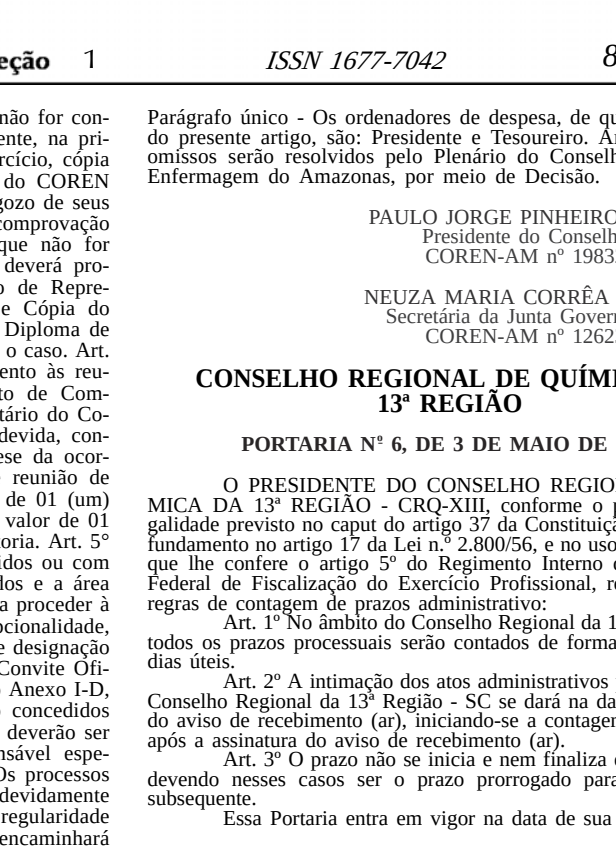
Art. 3º O prazo não se inicia e nem finaliza em dia não útil, devendo nesses casos ser o prazo prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

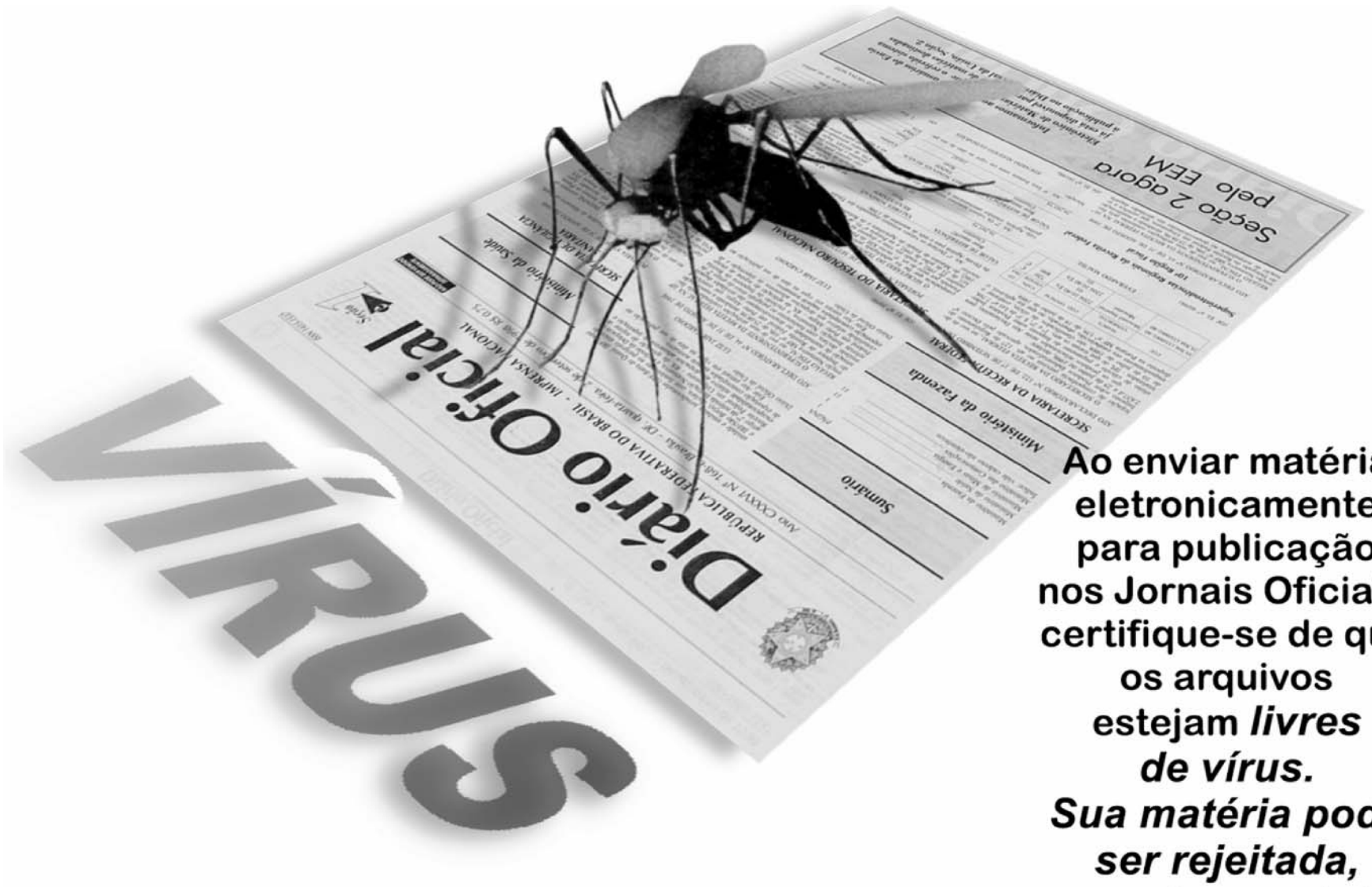
NIVALDO CABRAL KUHNEN

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

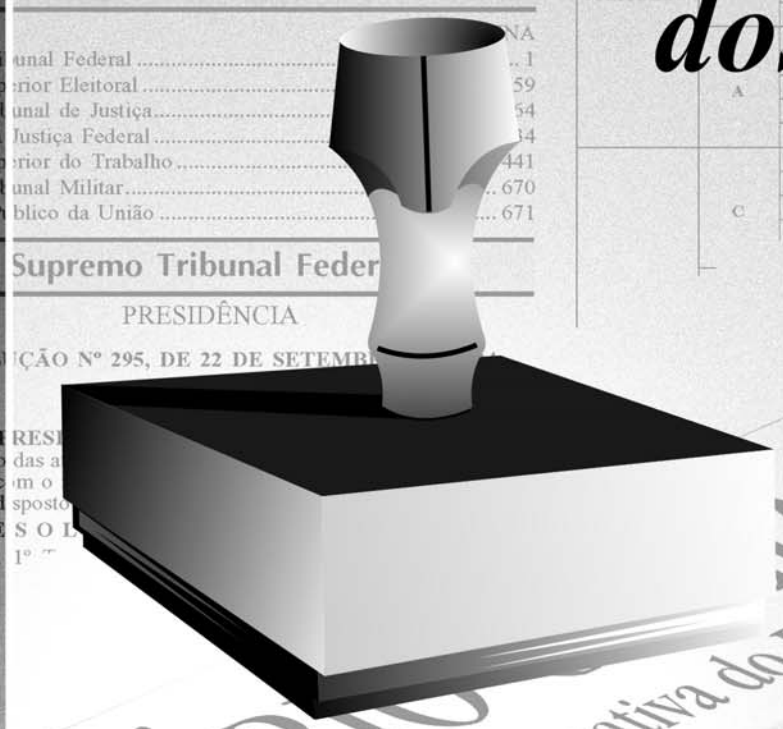
Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

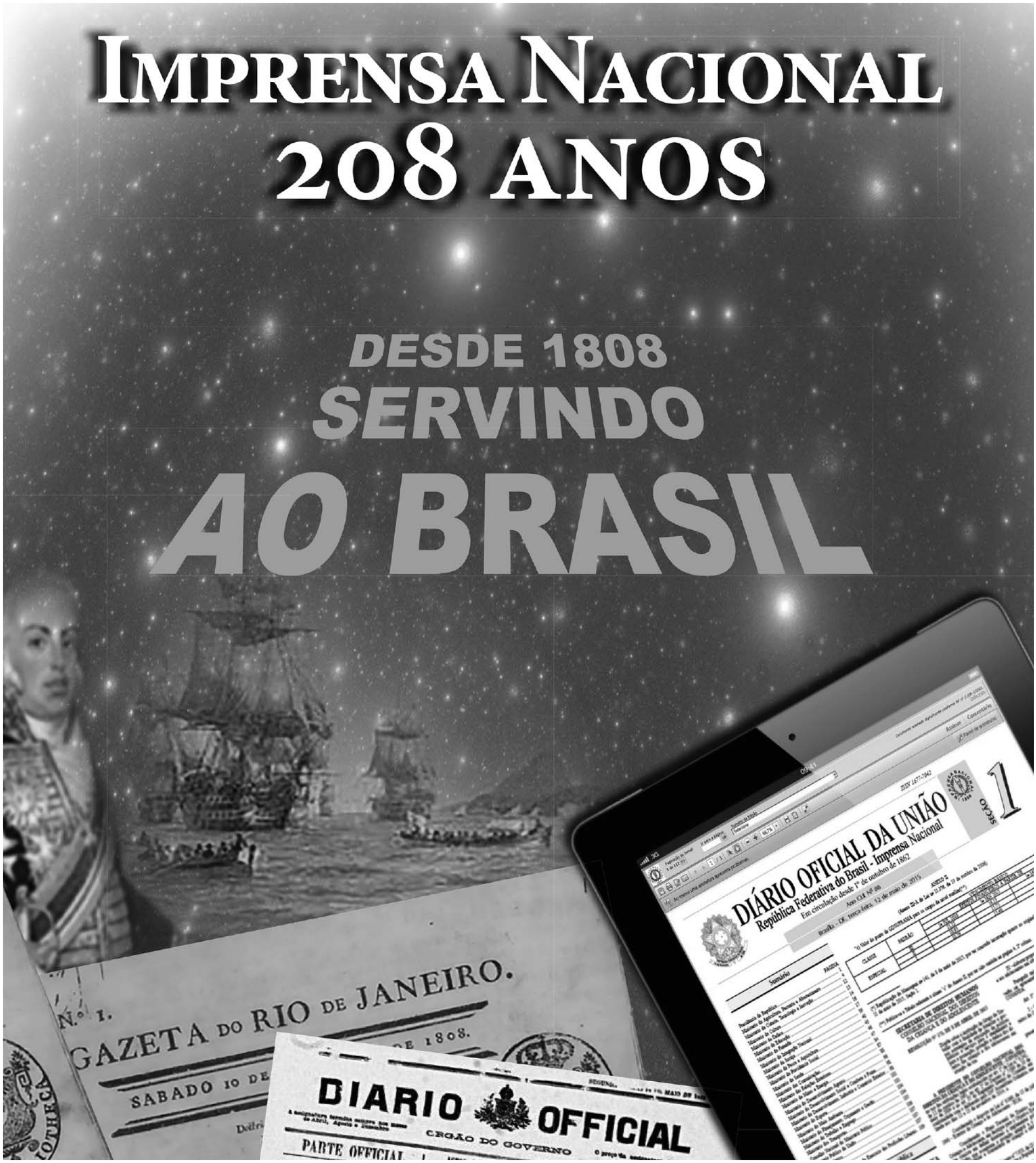
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017051000090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.




IMPRENSA NACIONAL
208 ANOS
DESDE 1808
SERVINDO
AO BRASIL
GAZETA DO RIO DE JANEIRO.
N.º 1.
SABADO 10 DE
DE 1808.
DIARIO OFFICIAL
ORGÃO DO GOVERNO
PARTE OFFICIAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862
SEÇÃO 1
Sumário